



INOVAÇÃO INSTITUCIONAL E PATRIMÔNIO CULTURAL DE ORIGEM
MILITAR NO BRASIL

Flávia Ferreira de Mattos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Rio de Janeiro
Janeiro de 2018

INOVAÇÃO INSTITUCIONAL E PATRIMÔNIO CULTURAL DE ORIGEM
MILITAR NO BRASIL

Flávia Ferreira de Mattos

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ
COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM
CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Examinada por:

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Junior, D.Sc.

Prof. Francisco José de Castro Moura Duarte, D.Sc.

Prof. Domício Proença Junior, D.Sc.

Prof. Francisco de Paula Antunes Lima, D.Sc.

Prof. Marcel Bursztyn, D.Sc.

Gen Bda Walter Nilton Pina Stoffel, ECEME

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

JANEIRO DE 2018

Mattos, Flávia Ferreira de

Inovação institucional e patrimônio cultural de origem militar no Brasil / Flávia Ferreira de Mattos. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2018.

XVI, 265 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2018.

Referências Bibliográficas: p. 210-220.

1. Patrimônio cultural. 2. Institucionalização. 3. Exército Brasileiro. 4. Inovação. I. Bartholo Junior, Roberto dos Santos. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

Dedico essa tese:

Para Olívia e Arthur.

Agradecimentos

À querida Marta Irving, que me iniciou no caminho da pesquisa e da extensão desde a graduação.

Aos professores que me apresentaram ao universo da Engenharia de Produção, em particular, ao trabalho dos engenheiros de produção, à arte do ofício acadêmico, à metodologia qualitativa e à produção da escrita: Francisco Duarte, Domício Proença Junior, Michel Thiollent e Vera Feitosa.

Àqueles com quem convivi no Programa de Engenharia de Produção. Em especial a Ivan Bursztyn, pela amizade e incentivo desde quando a vontade de pertencer ao Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social ainda era um sonho. Aos companheiros de projetos no LTDS: Ado Azevedo e Deise Scandiuzzi, companheiros de turma; Marisa Egrejas e Carol Botelho, companheiras de coordenadas nos projetos; André da Paz e Marise Carpenter, parceiros dos trabalhos multimídia; Daniel Zandoná e Ezequiel (Cheque), parceiros dos trabalhos na web; Eloise Botelho e Isabella Nunes, pelo carinho e alegre sintonia. A todos vocês agradeço o convívio e os muitos aprendizados.

Aos interlocutores da DPHCEX, que acolheram a parceria com a UFRJ e apoiaram a realização deste estudo. Em especial, agradeço:

Ao José Claudio, pela amizade conquistada e o abrigo existencial de que era possível realizar um estudo dessa natureza.

Ao Laurino, pelas preciosas informações e a generosidade do seu compartilhar durante sua vivência na diretoria.

Ao Edgley, pelas provocações sinceras e estimulantes e sua importante participação na etapa de qualificação.

Às tenentes Flávia Pereira, Lydia Frangella, Fernanda Pontes pelo acolhimento e, por vezes, “traduções” dos ritos militares ao pé do ouvido. Ao capitão Celso Gonçalves, pelo auxílio nos meus primeiros passos na pesquisa junto ao Arquivo Histórico do Exército.

Aos entrevistados, que dispensaram seu tempo com dedicação e respeito a mim e com quem pude muito aprender.

A todos os militares que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Foram muitas as manifestações de auxílio à pesquisa e é tarefa difícil citar nominalmente um a um sem correr risco de omissões. Mas preciso agradecer aos interlocutores do AHEx, da BibliEx, do CEPHIMEx, da CHD, das organizações militares que administram as fortificações pesquisadas (MHEx/FC, CEP, CCFEx/FS, AD/1, 21 GAC). E entre esses não posso deixar de citar alguns com quem tive

oportunidade de convívio mais próximo: coronel Joel Correa, coronel Antônio Ferreira Sobrinho, coronel Elcio Secomandi, tenente Henri Torres, soldado Hungria – seja nas reuniões de projeto, na ocasião dos Encontros dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, em congressos internacionais, nas visitas técnicas de campo, nas pesquisas ao Arquivo.

A todos vocês agradeço a acolhida no universo militar.

Aos interlocutores, para além do universo militar com quem também pude aprender: Roberto Toner, Marcos Albuquerque, Mario Mendonça, Adler Homero, Adriana Careaga, Alejandro Rodríguez e Milagros Flores – agradeço as dicas e inspiradoras reflexões sobre patrimônio e fortificações.

Aos amigos presentes, agradeço as críticas, aconselhamentos, questionamentos nos muitos encontros – reais e virtuais. Em especial agradeço a força e carinho das amigas da confraria CPDA: Silvia Zimmermann, Beatris Duqueviz, Betty Rocha e Biancca Castro; e à querida Andrea Carestiatto o zelo na leitura e comentários.

Ao oráculo e ao divã, pelo desembrulhar.

À Tigresa e a Clarinha, companheiras no silêncio da escrita.

Ao meu pai Manoel José e minha mãe Josefina (*in memoriam*) – pela vida.

Ao Alexandre, por seu abraço fraterno e suas reflexões existenciais.

À “grande família”, que me deu força nessa caminhada: as orações de Lia, os ensaios com Teresita, as conversas com tio Leo (*in memoriam*), ao olhar *art déco* de Marco Aurélio, as dicas de apresentação de Marina (e ter colocado Fernanda Janone no meu caminho), as viagens com Clarisse, Lígia e melekids (hoje, adolescentes), aos almoços de domingo de Hilda.

Ao Marco, por sua companhia amorosa e incentivo incondicional para que eu realizasse essa travessia. Seu movimento no mundo é para mim um exemplo, e nosso encontro, um lindo presente.

Arthur e Olívia, meus filhos, que me nutrem de amor e esperança.

Por fim, meu profundo agradecimento ao mestre Roberto Bartholo, pelo acolhimento, confiança e cumplicidade em cada etapa deste trabalho.

Se as coisas são intangíveis, ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!
(Mario Quintana)

Ir devagar seria mais sábio.
Só tropeça quem corre.
(William Shakespeare)

Que cada um possa dar expressão a seu amor livre das
amarras de juízos prévios! E que cada um de vocês [de nós]
se empenhe por trazer à luz a força do seu anel!
(Nathan, sábio judeu – Parábola dos Anéis) *.

* Cf. PORTO, M. e BARTHOLO, R. (orgs.). **Sentidos do Trabalho Humano** – Miguel de Simoni, presença inspiração. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2006. p. 60/61.

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências (D.Sc.)

INOVAÇÃO INSTITUCIONAL E PATRIMÔNIO CULTURAL DE ORIGEM MILITAR NO BRASIL

Flávia Ferreira de Mattos

Janeiro / 2018

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Programa: Engenharia de Produção

Este trabalho investiga como militares da linha bélica do Exército Brasileiro lidaram, no passado recente, com as crescentes demandas de preservação do patrimônio histórico e as novas oportunidades abertas no campo cultural contemporâneo. Observa a constituição de um campo no qual o legado do patrimônio cultural militar brasileiro é afirmado em meio a diferentes expressões. A pesquisa apoia-se em entrevistas, levantamentos documentais e bibliográficos. Caracteriza tanto a trajetória que configurou a atual Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEx, quanto as transformações ocorridas na transição de usos das fortificações históricas, no caso do Rio de Janeiro, buscando identificar os principais redesenhos institucionais que moveram o campo. A partir de meados de 1990, a entrada em cena do quadro complementar de oficiais e do oficial técnico temporário supriu ao sistema cultural em formação um amplo leque de conhecimentos necessários à eficiente e eficaz mestria desse campo. A área cultural do Exército foi aos poucos se estruturando dentro de uma perspectiva sistêmica. Essa perspectiva, adotada de maneira geral pela organização, vem sendo constituída pelos saberes técnicos, diretamente vinculados à DPHCEx; pelas múltiplas iniciativas orgânicas, até então dispersas em território nacional; e pelas tendências que surgiram em contextos mais amplos, dentro e fora da organização. O estudo aponta características desse processo com vistas à difusão, integração e consolidação de seu Sistema Cultural ampliando interfaces dialogais, e a própria transformação da carreira militar trazendo novos desafios para a gestão cultural.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Science (D.Sc.)

INSTITUTIONAL INNOVATION AND CULTURAL HERITAGE MILITARY IN
BRAZIL

Flávia Ferreira de Mattos

January / 2018

Advisor: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Department: Production Engineering

This paper investigates the way the Brazilian Army military workforce dealt with an increasing demand for preservation of their historical heritage and the new opportunities open in the contemporary cultural field, in the recent past. It verifies the emergence of a movement in which the legacy of the Brazilian military cultural heritage is affirmed among many different means of expression. The work is based on interviews, bibliography and document research. It describes the historical trajectory of the present DPHCEX – Directory for the Army Historical and Cultural Heritage -, along with the changes in the utilization of historic military fortifications in Rio de Janeiro, attempting to identify the main institutional redesigns that occurred in the field. From the mid-nineties on, the creation of a complementary team of officers and of a temporary technical officer position provided the developing cultural system with a wide variety of information necessary to achieve an efficient and effective mastery in that field. The cultural area of the Army has been restructured, gradually, within a systemic approach. This approach, widely adopted by the organization, has been based on technical knowledge directly linked to the DPHCEX; on multiple inside initiatives spread throughout the country so far; and on trends that emerged from wider contexts inside and out of the organization. The study outlines characteristics of this process related to the diffusion, integration and consolidation of its Cultural System expanding conversational interfaces, and the transformation of the military career itself, bringing new challenges to the cultural management.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – A questão de pesquisa e minha aproximação a ela.....	5
1.1 Sobre a institucionalização do patrimônio cultural no Exército Brasileiro.....	5
1.2 Sobre meu percurso de formação e sua implicação na pesquisa.....	18
1.3 Sobre o ofício acadêmico e seus procedimentos.....	23
Capítulo 2 – Primórdios do Sistema Cultural no Exército Brasileiro	32
2.1 Dos Exércitos na contemporaneidade e dos sistemas de cultura.....	32
2.2 Raízes da institucionalização da cultura no Exército Brasileiro	38
2.3 Um primeiro passo na institucionalização: nascem departamento, diretorias e centro.....	42
Capítulo 3: A institucionalização em marcha: a projeção do Exército na cultura.....	56
3.1 A Diretoria de Assuntos Culturais – DAC e a delimitação do campo cultural	56
3.2 A Diretoria de Assuntos Culturais – DAC e a normatização do campo cultural	88
3.3 Nasce a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural – DPHCEX	116
Capítulo 4 – A “Abertura dos Fortes”: aparato bélico e dispositivo cultural.....	155
4.1 Patrimônio cultural fortificado.....	155
4.2 O caso da Baía de Guanabara (até a criação do Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana).....	160
4.3 O caso da Baía de Guanabara (desdobramentos da “Abertura dos Fortes”).....	170
Capítulo 5 - Reflexões sobre a trajetória do Sistema Cultural do Exército Brasileiro	188
5.1 O Exército contemporâneo como sistema aberto e o campo cultural	188
5.2 Protagonismos e lideranças no redesenho institucional do campo cultural	192
5.3 Redesenho institucional na carreira militar	198
Conclusão.....	203
Referências Bibliográficas	210
APÊNDICE 1 – Quadro do Perfil dos Interlocutores Entrevistados.....	221
APÊNDICE 2 – Roteiro de Entrevista	226
APÊNDICE 3 – Modelo do termo de consentimento para gravação da entrevista.....	229
ANEXO 1 - Ministério da Guerra - Ofício nº 57 de 22 de outubro de 1952.....	230
ANEXO 2 – Memória sobre a criação do Museu do Exército– MEC e Ofício do EME (1968)	231
ANEXO 3 – Lista dos diretores da DAED-DACED-DAC-DPHCEX	239
ANEXO 4 - Número de efetivos do Exército Brasileiro (2009)	240
ANEXO 5 – Estrutura Organizacional do Exército Brasileiro.....	241
ANEXO 6 - Política Cultural (2002).....	244
ANEXO 7 - Diretriz estratégica do Sistema Cultural (2002).....	246

ANEXO 8 – Regulamento da Diretoria de Assuntos Culturais e Organograma da Diretoria de Assuntos Culturais	250
ANEXO 9 – Conteúdo temático do II Curso de Atualização em História Militar Política e Biografia – CPHiMEEx / DPHCEEx e UNIRIO (2014)	256
ANEXO 10 – Evolução Organizacional da DAC/DPHCEEx	257
ANEXO 11 – Discurso proferido no 36º aniversário de criação da DPHCEEx (2016)	260
ANEXO 12 – Carta do Recife.....	264

Lista de figuras

Figura 01	Organograma do Sistema Cultural do Exército – SCEEx (2017)	36
Figura 02	Organograma da DAED.....	43
Figura 03	Organograma do CDocEx (1973-80).....	45
Figura 04	Organograma da DACED.....	49
Figura 05	Organograma da DAC (1991-95).....	57
Figura 06	Organograma da DAC (1995-99).....	65
Figura 07	Organograma da DAC (2000-08).....	89

Lista de tabelas

Tabela 01	Espaços Culturais Regularizados.....	152
Tabela 02	Número de visitas aos principais Museus e Fortificações vinculadas à DPHCEx.....	153
Tabela 03	Informações gerais sobre os Fortes e Fortalezas sob Guarda do Exército Brasileiro.....	183

Lista de abreviaturas

21º GAC – Grupo de Artilharia de Campanha
ACISO – Ações Cívico-Sociais
AD/1 – Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército
AHEx – Arquivo Histórico do Exército
BibliEx – Biblioteca do Exército
CCFEx – Centro de Capacitação Física do Exército
CComSEx – Centro de Comunicação Social do Exército
CEP – Centro de Estudos de Pessoal
CEP/FDC – Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias
CEPHIMEx – Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército
CIMIC – Cooperação Civil-Militar
COMAer – Comando da Aeronáutica
COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
COTER – Comando de Operações Terrestres
C Mil A – Comandos Militares de Área
CML – Comando Militar do Leste
CPDA – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais Desenvolvimento Agricultura e Sociedade
CPEAEx – Curso de Política Estratégica e Alta Administração do Exército
DAC – Diretoria de Assuntos Culturais (do Exército)
DACED – Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desporto (do Exército)
DAED – Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos (do Exército)
DE – Divisão de Exército
DECEx – Departamento de Educação e Cultura do Exército
DPHDM – Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
EB – Exército Brasileiro
ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EGGCF – Estabelecimento General Cordeiro de Farias
EME – Estado-Maior do Exército
EsEqEx – Escola de Equitação do Exército
FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FEB – Força Expedicionária Brasileira
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FHE – Fundação Habitacional do Exército
FT – Força Terrestre
FUNCEB – Fundação Cultural Exército Brasileiro
GACosM – Grupo de Artilharia de Costa Motorizada
GTEME – Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino
IAMAM – International Association of Museums of Arms and Military History
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
ICOFORT – International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage
ICOMOS – International Council on Monuments and Sites
INCAER – Instituto Histórico Cultural da Marinha
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LTDS – Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social
MHEX/FC – Museu Histórico do Exército / Forte de Copacabana
MHN – Museu Histórico Nacional
MMCI – Museu Militar Conde de Linhares
MMCMS – Museu Militar do Comando Militar do Sul
MNMSGM – Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial
MusEx – Museu do Exército
OBE – Organização Básica do Exército
OM – Organização Militar
OMDS – Organização Militar Diretamente Subordinada
OTT – Oficial Técnico Temporário
PEP – Programa de Engenharia de Produção
PTTC – Prestador de Tarefa por Tempo Certo
QAO – Quadro Auxiliar de Oficiais
QCO – Quadro Complementar de Oficiais
Rede BIE – Rede de Bibliotecas Integradas do Exército
RH – Registro Histórico
Riotur – Empresa de Turismo do Estado da Guanabara
RM – Região Militar
SGEx – Secretaria-Geral do Exército
SIS CULT – Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica

SisCPCEx – Sistema de Cadastramento do Patrimônio Cultural do Exército

SIPLEX – Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

O Exército Brasileiro é uma instituição permanente do Estado, que chega ao século XXI num contexto de atualizações, reconhecimentos e reinvenções. Exercer seu papel constitucional de defesa da pátria e de garantia da lei e da ordem exige novas habilidades e competências, que passam por novas projeções da unidade nacional. A gestão do patrimônio histórico cultural de origem militar emerge, nesse contexto, como ressignificação do passado, e encontra no presente novas leituras e oportunidades de “ser em relação”.

Ao longo das últimas décadas, o cuidado com o patrimônio cultural de origem militar, do ponto de vista operacional ou estratégico, tornou-se questão recorrente para as forças armadas e para o Exército em particular, detentor de um rico acervo de bens culturais. Assim, organizações militares, para além de atuarem de maneira orgânica no campo da cultura, passaram a ser confrontadas com questões particulares do campo da preservação do patrimônio cultural, necessitando “dar respostas” e se atualizar diante dos novos cenários do mundo contemporâneo. Essas respostas constituem desafios que estão intimamente relacionados às orientações político-institucionais do próprio Exército e vinculam-se, também, aos cenários e contextos mais amplos. Aprofundar o entendimento sobre esses processos em curso na atualidade tornou-se a razão de ser deste estudo.

A pesquisa partiu da experiência adquirida no contato com a área cultural do Exército, por meio de projetos realizados pela universidade em parceria com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEX¹. Essa “porta de entrada” permitiu o encontro com diversos interlocutores militares e possibilitou uma aproximação com questões pertencentes ao campo da cultura² no universo militar.

¹ A DPHCEX é na atualidade um “órgão técnico-normativo do Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEX que possui a missão de “pesquisar, planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e controlar as atividades que visem à preservação, divulgação e utilização do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, do Exército Brasileiro” (Diretriz do diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, 2015).

² Em termos conceituais o que é entendido por cultura assume inúmeros sentidos. Neste estudo buscamos apreender e considerar a pluralidade de utilizações do termo empregada pelos interlocutores, tendo como entendimento que o foco da pesquisa não é a “cultura no Exército” e sim o “Exército na cultura”, vista aqui como um campo de afirmação de identidades em um contexto dialógico.

A pesquisa buscou responder uma indagação formulada pelo historiador Edgley de Paula Pereira, capitão do Exército pertencente ao Quadro Complementar de Oficiais – QCO e legitimada por outros interlocutores militares representantes da área cultural do Exército Brasileiro: “Existe uma institucionalização da cultura no Exército? Ou a gente vive dando respostas pontuais à institucionalização da cultura nas instituições?”³.

A pesquisa investigou o processo que configurou o atual Sistema Cultural do Exército Brasileiro, apontando para momentos importantes de sua trajetória. Buscou-se conhecer os redesenhos institucionais que caracterizaram esse processo ao longo das últimas décadas, desde a criação de órgãos centrais que se desdobraram nas atuais perspectivas do campo do patrimônio cultural militar, na perspectiva do Exército brasileiro.

O presente estudo teve a preocupação de identificar os trabalhos relacionados com a constituição da área cultural do Exército Brasileiro, juntando fontes dispersas sobre o assunto, e principalmente o interesse em ouvir os militares que ajudaram a constituir esse campo. O estudo reconhece a relevância de uma compreensão ampla do processo que envolve a institucionalização do campo cultural, mas restringe seu escopo de observação para compreender a trajetória do órgão técnico que concentrou importantes representantes da constituição do Sistema Cultural do Exército.

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército - DPHCEX é aqui identificada como o órgão fomentador de uma *intencionalidade* a ser afirmada dentro do campo, ainda que, em alguns momentos, sua atuação possa ter sido caracterizada como difusa, dispersa, ou mesmo pouco valorizada.

Não se trata de olhar apenas a cultura organizacional ou promover um estudo pelo viés cultural de determinado aspecto militar, como, por exemplo, a arquitetura dos quartéis, mas sim de olhar como o Exército vem se projetando na organização da cultura, no relacionamento com as demais instituições para fora do circuito militar. Focar o estudo apenas nos aspectos formais e estritamente organizacionais seria incorrer em um reducionismo. Mas tomar como ponto de partida uma aproximação às estruturas organizacionais, como a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército –

³ Esta indagação surgiu durante o exame de qualificação da tese, do qual o capitão Edgley de Paula participou como membro especialista. Foi uma resposta à minha própria observação preliminar a respeito da existência de uma institucionalização em curso no campo cultural no Exército. Este questionamento passou a orientar a pesquisa desde então.

DPHCEx, e a antiga Diretoria de Assuntos Culturais – DAC, foi necessário para vislumbrar os desdobramentos possíveis de nossa pesquisa.

O trabalho foi organizado em cinco capítulos, além da presente introdução e da conclusão.

No primeiro capítulo foram apresentadas as questões que orientaram a tese, os referenciais e abordagens que inspiraram o estudo, entre eles o entendimento adotado sobre “instituições” e “patrimônio cultural” no cenário brasileiro. Estão também registradas as motivações, a implicação da pesquisadora na pesquisa e os caminhos metodológicos condutores do estudo.

O segundo capítulo resulta de uma aproximação com a trajetória da atual Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEx. Nesse capítulo procurou-se congrega, ainda de forma descritiva e cronológica, as muitas informações dispersas sobre as realizações, transformações, reorganizações vividas ao longo dos anos de atuação dessa diretoria. O recorte temporal concentra-se dos anos de 1980, até a criação do Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana, considerado um marco significativo da transformação de um dispositivo bélico em um aparato cultural. O capítulo apresenta características do processo que vem constituindo a sistematização da área cultural do Exército.

O terceiro capítulo caracteriza a continuidade do processo de institucionalização da área cultural no Exército Brasileiro a partir dos anos 1990, com a criação da Diretoria de Assuntos Culturais – DAC. Nele é feita uma descrição sobre os principais acontecimentos que marcaram o trabalho da diretoria para a consolidação do campo cultural no Exército Brasileiro.

O quarto capítulo examina os redesenhos ocorridos na função das fortificações de origem militar na entrada da Baía de Guanabara, em particular, o processo de transição entre sua função efetiva como *aparato bélico* defensivo e sua reconfiguração como um *dispositivo cultural* das políticas de patrimonialização e afirmação identitária num contexto de projeção turística da cidade. A transição ocorre com os sítios abordados permanecendo sob a guarda de unidades militares do Exército Brasileiro, o que impõe ao corpo militar, crescentemente, novas tarefas de gestão para seu bom desempenho.

O quinto capítulo é dedicado a algumas reflexões sobre as características da projeção do campo cultural do Exército Brasileiro: o Exército como sistema aberto; os protagonismos e lideranças do campo cultural; e o horizonte, em curso, da própria transformação da carreira militar, com desdobramentos no campo da cultura.

E, por fim, as considerações finais, em que são apresentadas as principais características desse processo, os novos desafios em curso, bem como algumas incertezas e “inconclusões”.

Capítulo 1 – A questão de pesquisa e minha aproximação a ela

1.1 Sobre a institucionalização do patrimônio cultural no Exército Brasileiro

No ano de 1952, o diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional solicitou ao Ministério da Guerra o “preenchimento de questionário relativo a museus brasileiros”⁴. Em momento de afirmação das estruturas e políticas de preservação no Brasil dos anos de 1950, havia, de certo, o interesse de se levantar todo o acervo que pudesse ser reconhecido como pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional disperso pelo país, entre eles, o patrimônio de origem militar. Entretanto, o ofício-resposta, assinado pelo coronel Armando Ribas Leitão, no cargo de presidente interino da Comissão de Organização do Museu do Exército, não concluiu o tema com o envio de um inventário de bens de valor patrimonial, ou de uma lista de bens de valor histórico e artístico sob a guarda do Exército. Em vez disso, seu conteúdo é marcado pelo reconhecimento de não se ter, no âmbito do Ministério da Guerra, uma resposta direta e efetiva à solicitação feita pelo órgão nacional de patrimônio. E na falta da resposta, uma série de informes encaminhados ao órgão Federal de patrimônio elucidam, se não no todo, em grande parte, o cenário vivido em relação aos cuidados, motivações e destinações do acervo patrimonial de origem do militar à época.

O ofício contava que em cinco de junho de 1948 havia sido nomeada pelo ministro da Guerra⁵ uma comissão de oficiais para organizar e classificar histórica e tecnicamente diversos objetos considerados “antiquados” do Exército (armamento, fardamento, equipamento), a fim de remetê-los para o museu da New York Military Academy. Conforme o documento, tratava-se de uma atenção dada ao pedido feito pelo diretor dessa academia por intermédio de um adido militar nos Estados Unidos. De acordo com o relato, o procedimento adotado pela comissão no início dos seus trabalhos foi o de “solicitar aos diversos comandantes de Regiões Militares que determinassem às unidades, repartições e estabelecimentos do Exército nelas sediados o envio da relação do material militar neles existentes e não mais em uso”. Consta que as relações de material à disposição da comissão de oficiais para o serviço de organização e classificação histórica e técnica foram tão vultosas que a própria comissão formada por

⁴ Ministério da Guerra – Ofício nº 57 de 22 de outubro de 1952. Documento encontrado no Arquivo do IPHAN, localizado no Edifício Gustavo Capanema (Prédio do MEC) – Rio de Janeiro. Disponível no Anexo 01.

⁵ General de divisão Canrobert Pereira da Costa, no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra.

oficiais, com a devida autorização superior, passou também a selecionar exemplares para organizar um Museu do Exército no Brasil. O ofício do Ministério da Guerra dizia ainda que, ao ser criado o museu no Brasil, este “será especializado em relíquias, materiais, documentos e assuntos exclusivamente referentes ao Exército”. O ofício encerra com justificativas que dão a dimensão do árduo trabalho envolvido nesse propósito, realizado no âmbito do Exército Brasileiro, e com a promessa do atendimento à solicitação, em futuro “não tão longínquo”. Conforme consta:

Embora haja apreciável número de materiais já relacionado, ele não o está em sua totalidade, portanto, além de estar disperso e ser recebido com intermitência, o seu arrolamento, exame e catalogação são operações morosas e isso impede no momento uma resposta mesmo que aproximada para os itens dos mais importantes do questionário; entretanto, organizado que esteja esse museu, – em futuro não muito distante como espera a Comissão, – estou certo de que, qualquer que seja seu dirigente, terá o máximo de prazer e o maior empenho em atender a solicitação da natureza da que ora é feita por essa Diretoria. (Ministério do Exército. Ofício, nº 57, 1952)

Em uma publicação comemorativa de 2009, do atual Museu Histórico do Exército, os autores comentam sobre esse percurso e acrescentam que “mais tarde, o Estado-Maior do Exército foi informado pelo adido militar dos Estados Unidos, de que a organização do museu seria para a United States Military Academy, de West Point” (MHEx/FC, 2009). A partir dos anos de 1950, sucessivas tentativas de se estabelecer um Museu Militar do Exército ocorreram em meio a ameaças de extinção desse propósito e transferência do acervo para variados locais (MHEx/FC, 2009). Em 1966, por exemplo, uma portaria determinou que o intitulado “Museu do Exército” ocupasse as dependências da Casa Histórica de Deodoro⁶, que por sua vez havia sido tombada em 1958 pelo órgão de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da

⁶ A Casa Histórica de Deodoro é um sobrado remanescente do século XIX, situado na atual Praça da República, no Centro do Rio de Janeiro. Foi tombada em 1958 pelo IPHAN, recebendo a especificação de “casa-museu”. Essa casa destinou-se, ao longo de sua existência a várias finalidades, e foi residência do marechal Deodoro da Fonseca, no período anterior a sua posse como primeiro presidente da República do Brasil. Foi incorporada ao Patrimônio do Exército a partir do início do século XX e atualmente encontra-se subordinada ao Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana e à DPHCEx (Cf. MHEx/FC, 2009).

Educação e Cultura. E que o Museu também incorporaria a Casa Histórica de Osório⁷ (MHEx/FC, 2009). Embora essa ocupação tenha perdurado por décadas, era vista como provisória diante da instabilidade que afetava o próprio entendimento em relação ao Exército se dedicar às tarefas museológicas e de preservação.

Em 1968, vinte anos após a formação da Comissão de Oficiais fomentada pela demanda do museu americano em obter peças do suposto “acervo” brasileiro, e que despertou nos próprios militares brasileiros envolvidos na tarefa o desejo por uma instituição de memória militar em território nacional – um documento, que se encontra em uma pasta dos registros históricos do atual Museu Histórico do Exército, traz testemunhos das negociações estabelecidas entre o Estado-Maior do Exército e o Museu Histórico Nacional – MHN, em que se discute a criação do Museu do Exército. Na ocasião não mais se debatia a pertinência ou relevância de um Museu Militar, mas a forma de sua gestão, se de competência da força armada terrestre ou da instituição federal de finalidade museológica, ou mesmo uma “dupla subordinação”. Entre prós e contras, a proposta da criação do Museu do Exército no âmbito do Museu Histórico Nacional (uma demanda explícita do MHN) fez os próprios representantes do Estado-Maior do Exército⁸ reconhecerem que:

o Museu dentro do Exército terá muitos inconvenientes, notadamente, nas dificuldades para a sua localização e na assistência administrativa, pois no plano geral do emprego dos recursos financeiros do Exército, **o índice de prioridade do Museu deverá ser muito baixo** em relação a todos os demais órgãos e entidades. (Memória sobre a criação do Museu do Exército, 1968 – grifo nosso.)⁹

⁷ A Casa de Osório está situada na rua Riachuelo, no Centro do Rio de Janeiro. Em 2000, o Exército passou a casa para o IPHAN, que a repassou para a Academia Brasileira de Filosofia (Major Raphael Laurino – entrevista).

⁸ O Estado-Maior do Exército (EME) é o órgão de direção geral responsável perante o ministro (hoje comandante), pela preparação do Exército para o cumprimento da sua missão Constitucional e incumbido de estudar, planejar, orientar, coordenar e controlar todas as atividades fundamentais relativas à atuação do Exército. Cf. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **Revista Cultura Militar**, Ano XXIII – nº 219, janeiro de 1972.

⁹ Esse documento, intitulado “Memória sobre a criação do Museu do Exército – considerações a propósito de entendimentos mantido com os coronéis Serpa e Ulhôa do Estado Maior do Exército. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1968”, encontra-se disponível na Pasta Nr/OM: 0599-DI/Museu Exército, juntamente com o Ofício n. 213 s/5-2 do EME, que comenta o assunto em questão. Ambos encontram-se no Anexo 2.

Entretanto, esse mesmo documento registrou que no âmbito do Estado-Maior do Exército, em 1959, estudos já previam “com inúmeros pareceres favoráveis” a criação do “Serviço Histórico do Exército, em cuja estrutura estaria previsto o Museu do Exército”¹⁰. O texto também menciona alguns estudos realizados no âmbito do Exército, em relação às alternativas quanto à possível localização do museu, que concorrem com as inúmeras razões relacionadas pelo MHN, com vistas a fundamentar a criação do Museu do Exército no âmbito de sua administração. São elas, conforme o documento:

a) É o MHN, no momento, o órgão oficial federal especializado mais capacitado para evoluir, ampliando-se e passando a atender à necessidade de colecionar e guardar os objetos de mais variada natureza; b) O Ministério da Educação, ao qual está subordinado, poderá aumentar facilmente os recursos necessários ao funcionamento do MHN, pois essa é de suas funções precípua; c) Pela reforma administrativa em estudo, o MHN deverá adquirir ampla autonomia e talvez se transforme em Fundação, podendo também ser criado um fundo especial para a manutenção do museu; Tem o MHN, através de seus cursos, preparado e lançado na especialidade de museologia cerca de 700 estudantes de todos os Estados e que consistem numa poderosa força de trabalho e cooperação técnica para a ampliação do Museu e sua divulgação em todos os quadros do país; e) Sendo o MHN órgão especializado em museologia, está em íntima ligação e troca de informações com seus congêneres no mundo; f) Já possui o MHN grande acervo em peças históricas ligadas ao Exército, cuja história se confunde em muitos pontos com a história do Brasil; g) A criação do MEx no âmbito do Exército **o obrigaria a criar um serviço próprio que deveria cuidar do preparo e treinamento do pessoal especializado, como guardas, porteiros, guias, conservadores, etc., e mais laboratórios de restauração com seus técnicos e pessoal administrativo. Tudo isso, porém, seria prejudicado pela instabilidade do pessoal militar, que por sua natureza está sempre em movimento**; h) Teria o exército de organizar as instalações e mantê-las, dando-lhes, em certos casos, prioridade maior do que a de outras dependências ou órgãos para evitar a perda ou dano de material valioso; i) **A criação do Serviço Histórico do Exército, no entanto, parece-nos justa e inadiável**; j) A experiência tanto no Exército como na Marinha tem indicado que a atividade de museu é prejudicada pela necessidade premente de solucionar o problema de localização de um órgão ou fração de tropa importante, e que tem sempre prioridade sobre o Museu; (...). (Memória sobre a criação do Museu do Exército, 1968 – grifos nosso)

¹⁰ Idem.

Esses documentos apresentam questionamentos em torno da complexa decisão e a árdua tarefa que foi – e, como veremos, ainda é – para o Exército Brasileiro estruturar e lidar com a dimensão de memória e preservação de acervos histórico-culturais sob sua guarda. Ajuda a perceber que desafios contemporâneos possuem raízes em inúmeras interlocuções já vivenciadas por muitos atores militares que atuaram no campo da cultura nas diferentes organizações militares, ou mesmo transitaram em funções da área cultural nas estruturas do governo.

As justificativas apresentadas pelo órgão notadamente vocacionado para fins culturais, o Museu Histórico Nacional, esclarecem e elencam os constrangimentos que uma organização militar teria que enfrentar para lidar com a nova demanda em administrar uma organização com fins culturais, como o museu, que requer competências profissionais específicas.

O “Exército Brasileiro”¹¹ possui implicações intrínsecas e significativas com os propósitos de formação do país¹² – entre campos de batalhas e a conformação dos aspectos simbólicos da ideia de um “Estado Nacional”. Assim sendo, a discussão acerca das competências necessárias e dos desafios a serem superados para uma efetiva gestão de espaços de memória – dispositivos culturais – pode soar de maneira provocativa para essa organização com tais características. Porém, o que se observa é que nem sempre ela esteve adaptada diante de uma crescente especialização no campo da preservação patrimonial – e mais do que isso, diante do surgimento da “nova face” que o patrimônio assume, anos mais tarde, a partir da Constituição Federal de 1988 (OLIVEIRA, 2008. p. 131).

Não se pode desconsiderar o quanto o Exército Brasileiro, ainda no século XIX, foi importante ator guardião na manutenção de dispositivos que se configurariam como principais órgãos consagrados no campo do patrimônio e da cultura: o arquivo, o museu, a biblioteca. Tais organizações reconhecidas como “raízes da cultura militar”, são consideradas instituições pioneiras de salvaguarda de acervos de referência militar, ao lado das escolas, clubes, institutos de pesquisa. E como aponta Peregrino (1967),

¹¹ Ao falar de Exército Brasileiro, é preciso contextualizá-lo na atualidade. Isso será realizado adiante.

¹² Na defesa e constituição das cidades; no périplo para a Independência (1822), na constituição da República (1989), a partir dos anos de 1930, na construção do Estado burocrático brasileiro; no exercício dos governos militares, para citar alguns exemplos.

lugares de projeção do Exército no campo da cultura¹³. Essas instituições culturais militares do século XIX antecedem a criação das próprias políticas culturais e de preservação do patrimônio no caso brasileiro e precisam ser compreendidas em seu contexto histórico.

A demanda pela criação de um museu militar, anunciada nos anos de 1950, pelo grupo de militares da Comissão de Organização do Museu do Exército e o longo período de discussões, nas décadas subsequentes, entre o Estado-Maior do Exército e o Museu Histórico Nacional, em torno da sua criação e forma de gestão, chegaram a um fim, quando definitivamente o Exército assume para si o desafio da empreitada ampliando o leque de responsabilidades e atribuições que a tarefa exigiria. A institucionalização desse percurso não foi realizada sem dificuldades. A trajetória de museus militares no caso brasileiro e suas características (avanços, recuos, reformulações, formas de gestão e desafios contemporâneos) constitui campo ainda carente de estudos e pode também ser encarada como um interessante *locus* de observação privilegiado para o entendimento das inovações institucionais nessa área. Todavia, a problemática em torno dos museus militares representa apenas uma seara dos desafios contemporâneos que recaem sobre as organizações militares na área da cultura, e aqui serve de exemplo, por se tratar de umas das organizações consagradas do campo cultural e também por poder conduzir reflexões análogas nas releituras sobre patrimônio presentes na atualidade¹⁴.

Na construção desta tese, dois pilares teóricos foram estruturantes para interpretar o campo e possibilitar o andamento geral da pesquisa. Em primeiro lugar, entendemos que o foco de atenção nas instituições é privilegiado para compreender os múltiplos fatores e lógicas envolvidos nos processos em curso. Essa orientação teórica ou “chave de leitura” surgiu como um presente ao percorrer, por indicação do professor Bartholo, a tese de Teresinha Rodrigues¹⁵, sobre a institucionalização da astronomia do Brasil, e ler atentamente o livro que ele próprio havia escrito nos anos de 1980, Os

¹³ A proposta do livro escrito pelo militar Umberto Peregrino, **História e Projeção das Instituições culturais do Exército**, de 1967, apresenta a ideia da “presença do Exército no processo de formação do espírito nacional” (Prefácio do general A. Lyra Tavares, p. XIV).

¹⁴ Assim, não se teve a pretensão de aprofundar as transformações particulares de cada uma das organizações pioneiras de cultura, que compõem na atualidade parte do “sistema cultural” do Exército, embora esse seja um estudo de caso potencial.

¹⁵ Teresinha de Jesus Alvarenga Rodrigues foi uma aluna de doutorado do Programa de Engenharia de Produção – PEP/COPPE/UFRJ e defendeu seu estudo em 2007, também sob a orientação de Roberto Bartholo.

Labirintos do silêncio: cosmovisão e tecnologia na modernidade. Percebi, ali, um autor, até então desconhecido, que falava sobre instituições pelo viés da antropologia filosófica: Arnold Gehlen¹⁶. Foi com ele e com o auxílio de seus comentadores que me aproximei de um modo de pensar as instituições numa perspectiva ampla¹⁷. A perspectiva antropológico-filosófica gehleniana, segundo Esparza (1995), tem uma forte conotação pragmática: as instituições surgem como respostas para problemas que as pessoas precisam resolver na vida social. Nessa perspectiva pude compreender as instituições como possibilidade constitutiva da expressão do ser no mundo, que expressam sistema de “hábitos estabilizados”, que permitem aos sujeitos irem “além”, mas numa condição de serem tais “fixações” provisórias. Portanto, numa definição que contempla a contingência de tais instituições. Essa ótica permitiu alçar o movimento próprio da condição humana: nascer, viver e morrer, próprio também das instituições, e vislumbrar o empenho necessário em construir, manter, adaptar, transformar, ou mesmo, produzir inovações institucionais, ou seja, soluções criativas para novos problemas ou questões. É nesse ponto que me reconheço no papel de pensar a partir do *locus* da Engenharia de Produção.

Essa escolha foi também movida por uma vontade de trazer para primeiro plano e reavivar um caminho traçado por Roberto Bartholo, desde seu doutorado na Alemanha, nos anos de 1980, sob orientação do professor Hanns Albert Steger (1923-2015), considerado por Bartholo, em suas palavras: “o maior dos mestres que tive na vida”¹⁸. A tese de Roberto Bartholo, escrita em língua alemã, que se encontra em grande parte expressa em *Os Labirintos do Silêncio*, apoia-se fortemente nessas concepções do humano: com ser aberto ao mundo¹⁹, como ser relacional. Além disso, o pensamento de Gehlen, que escreveu sua teoria no contexto de sua época, vem sendo revisitado e tem inspirado trabalhos dessa natureza na contemporaneidade.

¹⁶ Arnold Gehlen (1904-1976) pensador de origem alemã, conhecido como importante representante da Antropologia Filosófica e crítico da sociedade industrial. Considera que a incompletude do ser humano o faz construir em torno de si uma “segunda natureza” formada por uma complexa rede de “instituições” como forma de “aliviar/descarregar os instintos”. O “ser carente” e a “ação” são conceituações marcantes de seu pensamento.

¹⁷ Cf. Bartholo, 1986; Torrazza, 2000; Esparza, 1995; Gehlen, 1958 *apud* Bartholo, 1986.

¹⁸ Cf. Bartholo, R. Memorial de Produção, 2015. (Documento apresentado à Progressão Funcional à classe de professor titular).

¹⁹ Essa expressão diz respeito ao entendimento de uma concepção da condição existencial humana que compreende que o ser humano: “Ele necessita de, por meios de seus próprios atos construtivos, superar uma ausência de equilíbrio e domicílio no mundo” (BARTHOLLO, 1986. p. 20).

A adoção de uma abordagem multidisciplinar e a influência da perspectiva de Gehlen, do humano como um “ser agente”, na qual as instituições servem ao propósito de “aliviar a carga do ser em decidir a todo o momento o caminho a percorrer”²⁰, e ainda, as reflexões sobre processos de “mudanças institucionais”²¹, contribuíram para identificar a interface das instituições militares no trato com a conceituação de “patrimônio cultural” um oportuno caminho a seguir.

O segundo pilar teórico apoia-se em estudos já consagrados na literatura acadêmica sobre a institucionalização das políticas de preservação do patrimônio no Brasil²² e compartilha da indagação feita pela representante do IPHAN, Lia Motta, durante o VIII Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, em 2016: mas, afinal, o que é patrimônio? E ela disse: “Patrimônio é escolha. Escolha de pessoas que veem em algo um valor cultural, de identidade, que lhes é próprio”²³. Nessa perspectiva, patrimônio é uma construção, ou melhor, dizendo, aquilo que é escolhido como patrimônio são opções que dependem do ponto de vista da seleção, do significado que as pessoas atribuem aos bens e do uso que se quer fazer dele. Diz respeito à determinada história, identidade e memória que se quer construir. Não são atos desinteressados, pelo contrário, expressam intenções. A reflexão da representante do órgão nacional de preservação do patrimônio no evento promovido pelo Exército Brasileiro foi além e ressaltou o quanto a própria noção de patrimônio se modernizou: “mais do que os bens, importa a dinâmica de sentidos e valores”. Assim, ganha centralidade na questão do patrimônio identificar quem atribui sentido e por quê motivos. Essa é a postura que vem influenciando as políticas públicas do que seja patrimônio cultural no Brasil, de acordo com Lia Motta. Porém ela mesma reconheceu o quanto antigas visões de patrimônio estão arraigadas nos próprios agentes públicos e ressaltou a necessidade de mudança de atitudes. Numa perspectiva inspirada na obra clássica *Sociologie de l' Action* do

²⁰ Cf. Bartholo, R. (1986).

²¹ Para Bartholo (1986): “Desde o prisma de uma mudança institucional estável, que salvaguarda a responsabilidade ético-moral, a autonomia e a soberania do indivíduo, o princípio de divisão de poderes é indispensável, tendo sempre que ser continuamente recolocado quando surgem novas necessidades, instituições e poderes” (BARTHOLO, 1986 p. 30).

²² Para um aprofundamento da historiografia do campo da preservação do patrimônio e a perspectiva da institucionalização de leis de proteção no Brasil ver: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo** – trajetória da política Federal de preservação no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005; e CHUVA, Marcia. **Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, M. & NOGUEIRA, A.G. [Orgs.]. **Patrimônio Cultural** – política e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

²³ Anotações da palestra de Lia Motta, no Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército – em 18 de outubro de 2016.

sociólogo francês Alain Touraine, Lia Motta considera que instituições também se constituem como sujeitos, e afirma: “órgãos de cultura como o IPHAN e demais instituições, como o Exército Brasileiro, como sujeitos da ação, vivem outro contexto e precisam se reinventar”²⁴. Numa reflexão sobre as ações do poder público e os desafios contemporâneos, conclui então que “o grande desafio está em fazer com que o bem seja permanentemente ressignificado – seja ele material ou imaterial”²⁵, uma vez que é isso que o mantém vivo, como referências dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira²⁶.

Na esteira dos referenciais supracitados cabe ressaltar uma visão do processo de construção do conhecimento no campo da história, ressaltada por um dos militares entrevistados, que disse:

A história não é uma coleção de fatos. A história é a história subjetiva, a interpretação, uma construção de cada um. E a problemática histórica tem um problema da narrativa, a história subjetiva. A história objetiva é o fato que acontece, que evanece logo depois que aconteceu. Então você pra descrever aqueles fatos, cada um vai descrever de uma determinada maneira, as suas inter-relações, então, é essa questão da subjetividade. Você vê que o homem é a subjetividade dele fundamentalmente. É o homem que aí está, que o nosso Heidegger fala (General Synésio – entrevista).

Não há como desconhecer que tal perspectiva também tem implicações para a compreensão dos processos de patrimonialização e de afirmação identitária de valores. Na atualidade as discussões acerca do patrimônio cultural envolvem uma atualização na produção do próprio conhecimento, em que a esfera interdisciplinar emerge conduzindo novas perspectivas, promovendo fraturas em campos estabelecidos e enveredando por questões éticas e políticas, como expressam autores contemporâneos brasileiros:

²⁴ Anotações da palestra de Lia Motta, no Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército – em 18 de outubro de 2016.

²⁵ Lia Motta ainda esclareceu: “todo patrimônio é imaterial”, seja ele material ou uma referência cultural. E explicou que o que existe é uma divisão administrativa criada para contemplar a nova política de patrimônio que era mais abrangente.

²⁶ Lia Motta ainda lembrou que o IPHAN possui “papel de polícia” e o dever de fiscalizar, e ainda, existem muitas dificuldades, como ressaltou, “a instituição não fala uma língua só”. (Anotações da palestra de Lia Motta, no Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército – em 18 de outubro de 2016.)

Na atualidade para refletir sobre as políticas e processos de patrimonialização e/ou atuar nesses processos não se pode escapar de um fazer historiográfico comprometido com sua própria história, quer dizer, com a história da historiografia (...) o diálogo entre a produção acadêmica e a produção reflexiva advinda das instituições de memória acerca dos vários temas que a patrimonialização envolve tem se expandido e promovido avanços significativos na lida com o patrimônio cultural, amadurecendo perspectivas e interferindo em práticas historicamente constituídas e, por vezes, cristalizadas. (CHUVA & NOGUEIRA, 2012. p. 12).

Esse tratamento reflexivo do campo da história em geral e do patrimônio histórico cultural, em particular, busca contextualizar as narrativas produzidas e as subjetividades implicadas. Os estudos acerca do patrimônio histórico e cultural de origem militar, desde a constituição de inventários a sua gestão, não estão isentos dessa demanda de qualificação do campo.

A partir desses referenciais optou-se por estudar o processo de institucionalização da área cultural do Exército Brasileiro com foco em dois caminhos que se relacionam e se nutrem. O primeiro investiga a trajetória de constituição de uma diretoria dedicada a desempenhar o papel central na coordenação dos assuntos culturais, que se desdobra no nascimento da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural – DPHCEX, em 2008, quando a preservação e a gestão do patrimônio cultural militar ganham contornos mais nítidos.

A perspectiva adotada de observar as instituições orientou o estudo para além das estruturas formais, e das referências normativas e considerou o papel dos atores envolvidos nesses processos. Entretanto, o levantamento das estruturas formais foi uma importante etapa na aproximação de um campo ainda incipiente de estudos. Para além de um levantamento preliminar de informações históricas, buscamos observar as discontinuidades, influências, motivações que marcaram o campo em questão. Interessou, assim, compreender as “dimensões humanas” para a criação e manutenção de um aparato especializado para tratar dos assuntos culturais no Exército Brasileiro, no que tange à estruturação e funcionamento de seu “Sistema Cultural”. É nesse contexto que a atual Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEX ganhou destaque para a pesquisa, uma vez que é nessa diretoria que a noção de “patrimônio cultural” e suas nuances ganharam expressão institucional por excelência.

O segundo caminho buscou refletir sobre os sítios históricos fortificados do Brasil contemporâneo e, em particular, caracterizar como as organizações militares, que administram as fortificações históricas pertencentes ao antigo sistema de defesa da cidade do Rio de Janeiro, vêm lidando com o desafio de abertura desses “sítios” ao acesso público, para além do acesso estritamente militar.

Ao longo das últimas décadas a defesa do patrimônio cultural militar no Brasil, em particular do patrimônio fortificado, vem ganhando novos enfoques, com a reflexão sobre novos usos²⁷ de obras defensivas (ALMEIDA, 2006; TONERA, 2010; SECOMANDI, 2013; ROSAS, 2014; QUEIROZ, 2014; MATTOS e BARTHOLO, 2015), e também, a integração entre diferentes saberes e olhares nas leituras do patrimônio (GUIMARÃES, 2013; GODOY, 2013; CASTRO, 2013), a incorporação de princípios de sustentabilidade social e ambiental nas práticas de gestão (SANTOS JUNIOR, 2010), que são alguns exemplos. Em síntese, a ressignificação das fortificações de origem militar, de *aparatos bélicos* para *dispositivos culturais*, constitui um campo em ebulição, embora ainda pouco estudado na academia e, por vezes, pouco conhecido em profundidade pela própria população das cidades.

No plano global, há desde muito tempo a adoção de convenções e agendas para a valorização e salvaguarda de bens patrimoniais das nações (CHOAY, 2001), em que se inclui o patrimônio histórico e cultural de origem militar. Na atualidade o International Scientific Committee on Fortifications and Military (ICOFORT), órgão de assessoria ao International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), criado em 2005, é um exemplo institucional de referência desse segmento. Até mesmo estruturas defensivas de origem militar, recuperadas desde trabalhos arqueológicos, como a descoberta de resquícios da antiga muralha de Montevideu, no Uruguai (RODRÍGUEZ, 2016), ou como o caso das Ruínas de São Joaquim do Rio Branco, em Roraima, no Brasil (ROSA, 2014), estão sendo resgatados por estudos e iniciativas que visam reintegrá-las à vida da cidade, através de inovações institucionais e diversas formas de apropriação cidadã, garantia ética de manutenção dos vínculos de pertencimento com o lugar. Por outro lado, como chama atenção Choay (2001), esses monumentos também são alvo de uma

²⁷ Entendidos aqui para além da função original para a qual as fortificações foram criadas. Esses novos usos vão desde a acomodação de organizações militares de diferentes naturezas (centros de educação ou mesmo de artilharia) até a utilização do espaço para fins educativos ou de lazer, público ou privado. Assim, a forma de gestão de um bem público, sob administração de organizações militares, ganha relevância e tornou-se objeto de investigação no contexto contemporâneo de novos enfoques de patrimonialização.

dupla função: “obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”. Essa crítica faz coro com outros estudos que apontam “as ruínas da patrimonialização”²⁸ no mundo contemporâneo. Esse é, portanto, um campo sujeito a equívocos e disfunções e, portanto, inspira cuidados tanto na ausência de políticas e efeitos danosos do abandono, quanto nas ações que possam ser adotadas em prol da conservação e contribuam para desorganizar os vínculos de pertencimento com o lugar²⁹.

Entendemos que a transição nos usos das fortificações é um exemplo de *locus* de observação institucional privilegiado das demandas, desafios e possibilidades de inovações em curso. Na interseção dessas análises – tanto a da trajetória da diretoria, quanto da abertura das fortificações – foram examinados fatores que vêm configurando o campo cultural no Exército.

Este é, sobretudo, um trabalho sobre instituições. Seu objetivo mais geral foi o de estudar como o Exército Brasileiro desenvolveu, a partir dos anos 1980, novas institucionalidades no campo da cultura para realizar e atualizar-se diante das demandas crescentes relacionadas à preservação e gestão do patrimônio cultural de origem militar, campo esse historicamente influenciado pela produção de subjetividades, disputas de significados e exercício de poder. Não se trata, pois, de uma pesquisa no campo dos clássicos estudos de militares, como os realizados por algumas abordagens das ciências sociais e políticas mais tradicionais (de visão marxista) nos estudos militares, que, conforme aponta Celso Castro³⁰, já traziam uma visão consolidada dos militares como “o braço armado da burguesia”. E, que, segundo esse pesquisador, afastava todo o interesse de se estudarem os aspectos internos, organizacionais etc. (entre os estudos de autores clássicos brasileiros de militares, que abordam o Exército Brasileiro, estão os de Edmundo Campos Coelho e José Murilo de Carvalho). O estudo tampouco é uma abordagem organizacional, da área da administração. Embora se reconheçam contribuições desse campo a serem observadas e trazidas de maneira complementar à análise. Há abordagens no âmbito da administração que compreendem as organizações

²⁸ Nome de um seminário realizado no Rio de Janeiro, em 2014, e em Paris, organizado por laboratórios e grupos de pesquisa vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB, da UFRJ, entre outros parceiros, e que debateu, entre outros aspectos, os reverses dos processos de patrimonialização.

²⁹ Para aprofundamento nessa abordagem, ver obra de Hassan Zaoual (2003).

³⁰ Palestra realizada no III Colóquio de História Militar (AHEx), 2013.

como culturas, ou tendo suas culturas, e assim “tem por intuito descrever e interpretar a presença de especificidades” nesses ambientes (SCHMITT *et al.*, 2012). Os autores Schmitt *et al.* (2012) dedicam seus estudos, dentro dessa abordagem, ao entendimento da administração em ambientes militares. O artigo “Desvendando a administração em ambientes militares”, por exemplo, aponta vários aspectos peculiares da dinâmica militar, e do Exército, em particular, que colaboram para um aprofundamento do estudo em análise, mas não se confunde com este. Outras abordagens também com foco em estudos da cultura, que percorrem o *ethos* militar, aspectos e formas de “reprodução social”, que embora saibamos que coexistam no todo e sejam de expressivo valor no âmbito da instituição, percorrem caminhos que não serão abordados em profundidade. Essa abordagem estaria mais ligada a aspectos da antropologia, como estudos dos rituais, dos símbolos, da herança social transmitida para as novas gerações, por exemplo. Também não se trata de percorrer uma abordagem do domínio da historiografia, embora se tenha recorrido a um recuo temporal a fim de compreender características das diferentes ideias e noções que constituíram o campo dos assuntos culturais no Exército Brasileiro. Todas essas abordagens ou estudos que tenham como objeto a instituição militar, em particular o Exército Brasileiro, foram, no entanto, alvo de contemplação, em alguns casos, incorporadas de maneira enunciativa.

Assim, os objetivos específicos da pesquisa estão apresentados a seguir:

1. Levantar e analisar o processo de institucionalização da área cultural do Exército, a partir da observação da constituição e trajetória de uma diretoria técnica; de um sistema cultural; de uma política cultural.
2. Levantar e analisar o processo de abertura das fortificações sob jurisdição do Exército ao uso público, a partir do caso das fortificações pertencentes ao antigo sistema de defesa do litoral da cidade do Rio de Janeiro.
3. Refletir sobre as características e desafios que vêm conformando a trajetória da hoje denominada Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEX diante das novas leituras acerca da noção de patrimônio cultural, ampliação dos usos das fortificações e criação e manutenção de espaços de memória.

O desenvolvimento da pesquisa ao tratar dessas questões abriu um leque de desdobramentos que podem ser temas fecundos para aprofundamentos posteriores. Queremos aqui apresentar algumas dessas questões:

1. A necessidade de explicitar particularidades das organizações militares do Exército Brasileiro, que influenciam e determinam orientações, posturas e padrões organizacionais na interface com o campo da preservação e gestão do patrimônio histórico e cultural.
2. As novas tecnologias informacionais implicam radicais mudanças na organização da cultura que impõem reconfigurações nas atribuições e funções das forças armadas em nível global.
3. Um dos aspectos dessas reconfigurações é relativo às novas atribuições assumidas pelas forças armadas no campo da gestão do patrimônio histórico e cultural, com destaque para, no caso do Exército Brasileiro, a guarda de bens históricos culturais.
4. Pode ser identificado um processo em curso de institucionalização da atuação do Exército Brasileiro no campo da política e gestão do patrimônio histórico cultural de origem militar que aponta para um redesenho de seu posicionamento na organização da cultura.

1.2 Sobre meu percurso de formação e sua implicação na pesquisa

Este é um estudo realizado no Programa de Engenharia de Produção, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E, mais especificamente, no Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS, uma célula peculiar da COPPE, sob a orientação de Roberto Bartholo. Sim, é necessário *situar* e tecer algumas considerações sobre esse *lugar*.

Liberdade é uma palavra importante aqui. Um convite a experimentações e ousadias. Ousar com responsabilidade. Há que construírem limites para alçar outras maestrias no cuidado de si e do outro. O LTDS é local de encontros, de pluralidades, e catalisador, por excelência, de vínculos e singularidades. Um lugar de interação da

academia com o universo mais amplo de relações, pela via da extensão. E não foi diferente com esta tese.

Ao contrário do mestrado, realizado no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – CPDA (2004-2006), quando senti a necessidade de insistir na manutenção do projeto e do campo que havia percorrido na graduação, e que era: “estudar o modo de reprodução social dos habitantes de uma das comunidades da Ilha das Canárias, no Delta do Parnaíba, localidade entre o Piauí e o Maranhão – diante das estratégias de conservação ambiental e políticas para o incremento do turismo na região”³¹ – ao ingressar no doutorado, em 2012 me desfiz do projeto de pesquisa apresentado, quando do ingresso no Programa³². Essa mudança de postura foi acompanhada do sentimento de que estava ali para também me “revirar” e fazer dessa oportunidade um “percurso de formação”, como anunciava o professor Bartholo, sobre a razão de ser da vida acadêmica. Ao ingressar no laboratório passei a vislumbrar o contato com “algo” que pudesse ser ao mesmo tempo elã e desafio de pesquisa. E ainda, que pudesse ser vivido de maneira intensa, a partir de uma observação de um campo empírico, e que trouxesse questões vividas no presente.

Inusitadamente, o elo para a pesquisa, que se desenrolaria a partir daí, surgiu de um encontro de integrantes do LTDS com representantes do Exército Brasileiro, mais especificamente com militares de uma diretoria que trata da gestão do Sistema Cultural do Exército, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEx. Foi assim que nos tornamos “parceiros” em um projeto de extensão. Terreno instigante, embora também incerto, para esboçar o tal percurso. O projeto em questão, no qual me envolvi desde sua concepção foi o “Roteiros dos Fortes: circuitos turísticos em Fortes e Fortalezas da Baía de Guanabara”, desenvolvido de 2012 a 2014, financiado com recursos da FAPERJ. Esse projeto foi antecedido por outro, o “Palácios do Rio”³³, que envolvia a visitação à Fortaleza da Conceição, fortificação sob a guarda do Exército e que inaugurou a parceria e diálogo.

Minha atuação no projeto “Roteiros dos Fortes” foi etapa preliminar e fundamental da construção da proposta de pesquisa, a partir do qual fui tecendo

³¹ Esse tema e campo faziam sentido no percurso que havia vivido até ali e foram defendidos em 2006.

³² Entre o mestrado e o doutorado vivi um período de dedicação ao nascimento de meus dois filhos (Arthur, em 2007, e Olívia, em 2008), numa abdução consentida e constituinte de uma família.

³³ Edital FAPERJ – Prioridade Rio 2010, E-26/110.793/2010.

articulações com outros campos do saber (na história, nos estudos sobre militares, nos estudos sobre patrimônio etc.), construindo interlocuções com diferentes representantes institucionais no meio militar (na própria DPHCEX e nas diferentes organizações militares que tivemos que acessar), até vislumbrar, de fato, uma proposta de pesquisa enraizada com meu novo lugar.

Durante esse percurso a equipe da Seção de Patrimônio e Projetos Culturais da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEX foi a principal interlocutora³⁴ e facilitadora da pesquisa. Sem essa mediação, dificilmente teríamos acesso tão próximo e favorável ao campo durante a realização da pesquisa³⁵.

O 8º. Seminário de Cidades e Fortificações e 3º Encontro Técnico de Gestores de Fortificações, ocorrido em outubro de 2012, coordenado localmente pela DPHCEX na cidade do Rio de Janeiro, foi momento ímpar para o entrosamento da própria equipe do projeto “Roteiros dos Fortes” com o universo militar e os especialistas na temática das fortificações. A partir daí, o projeto seguiu seus rumos na interlocução com os gestores das fortificações da baía de Guanabara e na elaboração dos demais produtos previstos: a pesquisa com visitantes; a elaboração de um webdocumentário, que recebeu o nome de “Nós do Forte”; a elaboração de possíveis roteiros de visitação; a elaboração do Relatório Técnico, com recomendações à DPHCEX. Esses produtos serviram de insumo para a construção de um site, posteriormente transferido para a DPHCEX³⁶.

Devo mencionar que as referências militares sempre passaram ao largo das minhas vivências de primeira mão. Nunca tive exemplos familiares que me colocassem em contato com pessoas do circuito militar nem havia feito dessa questão um objeto de estudo. Assuntos como “organizações militares” ou mesmo a atuação do Exército Brasileiro na conjuntura política nacional não faziam parte de meu repertório, até que o Projeto “Roteiro dos Fortes” surgisse como uma instigante novidade. Passei a me aproximar do ambiente militar e a transitar pelos códigos, símbolos, hierarquias,

³⁴ Entre os membros da equipe encontram-se historiadores, museólogos, arquitetos, turismólogos, educadores e oficiais da linha bélica.

³⁵ A maneira com que a equipe do LTDS transitou pelas organizações militares nas diversas fases do projeto foi marcada pela hospitalidade e, por vezes, mediação dos códigos militares pela equipe da DPHCEX. Da mesma forma, o diálogo com o universo de pessoas (especialistas, gestores, representantes de instituições de patrimônio – nacionais e internacionais) afins à temática da preservação patrimonial e da gestão das fortificações, contatados na ocasião da pesquisa do Projeto Roteiros dos Fortes, foi igualmente favorecido e facilitado por esse elo de confiança estabelecido e configurado na “parceria”.

³⁶ O site elaborado no âmbito do Projeto Roteiros dos Fortes esteve disponível no site da DPHCEX até meados de 2017, quando uma mudança na plataforma do Exército retirou o site do projeto do ar.

histórias, doutrinas, tecendo novos rumos para a realização de uma pesquisa que terminaria por desembocar na presente tese.

Foi no V Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, promovido pela DPHCEX, ocorrido em Florianópolis, em março de 2013, minha primeira percepção “panorâmica” sobre a atuação da diretoria na dinamização do funcionamento do Sistema Cultural do Exército e a composição de seus representantes. Isso foi possível em razão da minha participação, como membro da equipe de pesquisadores do LTDS no evento. Particpei como observadora, dando os primeiros passos no campo. Então me deparei com diferentes abordagens da história e da cultura militar. Minha presença propiciou uma maior aproximação com os diferentes interlocutores da DPHCEX e permitiu conhecer de perto os desafios na consolidação e na capilarização do Sistema Cultural no território nacional e suas ações na atualidade.

Nesse processo o objeto de pesquisa dessa tese começou a ser vislumbrado, testado e amadurecido, convergindo em direção à temática da visitação em áreas de patrimônio e uso militar, a questões do uso público e da gestão das fortificações sob a jurisdição do Exército, a tensão entre os usos operacionais e culturais do patrimônio sob guarda militar, a relação com o entorno e a construção de circuitos integrados de visitação. Após encontros de orientação a perspectiva foi ganhando foco, tendo como horizonte o processo de institucionalização da área cultural do Exército no cenário contemporâneo.

Em agosto de 2013 participei do III Colóquio de História Militar: Acervos militares um mergulho na história e na cultura militar. Um momento marcante e significativo no decorrer da pesquisa. O Arquivo Histórico do Exército, organização promotora do encontro, pode ser entendido como a “instituição cultural” mais antiga do Exército, evidenciando a importância de vincular minha pesquisa com as “raízes culturais da instituição”. E também me dando conta da existência e da importância de uma categoria de “militares com diploma” pertencentes ao “Quadro Complementar de Oficiais”³⁷ para além dos “oficiais das armas”. Nesse dia dois encontros ficaram marcados em minha memória.

Um coronel da reserva me disse: “A área cultural ainda é uma área à margem da instituição” e destacou a importância da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do

³⁷ O Quadro Complementar de Oficiais foi criado por meio da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989.

Exército – DPHCEX para: “fazer a coisa tomar um vulto”. Quando lhe falei da possibilidade de vir a realizar um estudo sobre a institucionalização da área cultural do Exército Brasileiro, ele respondeu: “Sem dúvida, e creio que você pode ter o apoio do DECEX³⁸, sem ter que fazer uma tese chapa branca.

O historiador Frank MacCann, palestrante internacional do evento, autor do livro *Soldados da Pátria - história do Exército Brasileiro 1889-1937* quis saber de onde eu era e o que eu estudava quando lhe pedi uma dedicatória. Em desdobramento de nossa conversa ele me disse palavras que não consigo esquecer: “Muitos pesquisadores partem da teoria e tentam enquadrar seus estudos nela. Isso é um equívoco. Deve-se começar nos arquivos e no campo”. E também, “o pesquisador deve estar livre para abrir portas. Um oficial que apresenta outro é uma rede. Contatos e amizades pessoais são muito importantes”. Toda a sua fala foi sobre como conseguiu entrar na rede de relações interpessoais ao pesquisar sobre o Exército Brasileiro. Quando nos despedimos, eu lhe disse baixinho: “Também estou vendo como posso entrar”. Então ele me olhou e disse: “Você vai conseguir”.

Por fim, quero enfatizar que minha pesquisa não se iniciou como um teste de uma questão teórica. A teoria sobre instituições e as abordagens conceituais sobre cultura, patrimônio, e estudos militares desenvolveram-se em paralelo ao campo, tendo minha participação no projeto *Roteiros dos Fortes* como catalizador. Meu caminho foi assim uma aposta e um risco em desprendimento dos mais usuais moldes canônicos. A escuta, a observação, a anotação de um “diário de campo” foram minhas marcas fundamentais no percurso da pesquisa. Como bolsista da Capes, pude viver uma imersão prazerosa ao longo desse processo. Ainda que o diálogo entre os ambientes militar e acadêmico não seja isento de desencontros, posso hoje afirmar que seja campo fecundo para diversificadas e ricas possibilidades de interações e aprendizados mútuos. Minha tese é fruto disso.

A pesquisa se apoiou em referenciais trazidos das ciências sociais, a partir de métodos de pesquisa qualitativa, atentos às implicações do pesquisador na pesquisa, aos lugares de fala dos sujeitos, aos protocolos necessários à condução das entrevistas, às justificativas das escolhas e heurísticas, às “triangulações” dos dados, à necessidade de sistematizações, ao reconhecimento das distintas fontes e à capacidade de articulação

³⁸ Departamento de Educação e Cultura do Exército, órgão superior à DPHCEX, na hierarquia organizacional.

entre a teoria e os dados obtidos no campo. Para isso, pude me apoiar nos ensinamentos da disciplina dedicada aos “métodos de pesquisa qualitativa”, ofertada pelo professor Michel Thiollent, na área de gestão e inovação no PEP, em 2013. Quero registrar aqui minha dívida intelectual e meu agradecimento.

1.3 Sobre o ofício acadêmico e seus procedimentos

A pesquisa envolveu levantamentos secundários (consulta a sites, revistas, jornais), pesquisa documental (legislações/portarias/normas/política/diretrizes) e levantamentos primários, a partir de coleta de informações em registros históricos das organizações militares e da realização de conversas informais e entrevistas formais semiestruturadas. Todos os levantamentos tiveram o objetivo de contribuir na sistematização de informações para a caracterização do percurso de institucionalização da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, e de embasar o estudo sobre a abertura dos fortes. Ambos os percursos entendidos como *locus* privilegiado de análise desse processo de institucionalização da cultura.

A qualidade de pesquisadora-parceira do projeto de extensão universitária possibilitou interlocução aproximada com militares da Seção de Patrimônio e Projetos Culturais da DPHCEX, uma vez que sua condução era motivada por uma construção conjunta. Nesse percurso os interlocutores do projeto se tornaram informantes privilegiados do universo mais amplo e específico, que teria que acessar. Foram eles: o coronel de infantaria José Claudio dos Santos Junior, elo no contato entre o Laboratório de Desenvolvimento Social da UFRJ e a DPHCEX, em 2010, e que, desde então, incentivou a realização de pesquisa e projetos em parceria, permanecendo em diálogo mesmo após sua passagem para a reserva; o capitão Edgley Pereira de Paula, historiador e representante do quadro complementar de oficiais, que, além das trocas informais que permearam toda a vivência, participou como membro do exame de qualificação, na qualidade de especialista; e o tenente-coronel Raphael Laurino, historiador e representante do quadro complementar de oficiais, que, com sua larga experiência, sendo o representante mais antigo presente na diretoria na ocasião da pesquisa, foi um grande porta-voz do histórico da diretoria.

A partir desses primeiros interlocutores, pude identificar e acessar outras pessoas implicadas na trajetória da diretoria, representativas da diversidade de funções e dos distintos períodos, sem a pretensão de esgotar o número total de sujeitos.

A pesquisa privilegiou o contato com representantes em diferentes quadros hierárquicos, desde tenentes aos oficiais de alta patente, os generais, que ocupam cargos de diretoria. Alguns com passagem rápida pela diretoria e, outros, com largos horizontes. Todos com visões significativas do processo.

Um entrevistado da reserva que atuou dez anos na DAC (1995-2005) com uma extensa memória de acontecimentos da diretoria, também forneceu à pesquisa cópias de muitos arquivos de projetos, legislações, memórias de reuniões, ofícios, fotografias, que serviram de insumo para a caracterização institucional do período. Esse acervo documental representou um importante esteio para compor este estudo. Quatro ex-diretores (generais Sergio Roberto Dentino Morgado, Synésio Scofano Fernandes, Juarez Aparecido de Paula Cunha, Walter Nilton Pina Stoffel) e o diretor em exercício no período da pesquisa (general Severino de Ramos Bento da Paixão), foram procurados para participar da pesquisa e todos atenderam à solicitação³⁹. No âmbito dessa pesquisa não foi possível contemplar entrevistas com representantes que atuaram na direção do Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP (atual Departamento de Educação e Cultura – DECEX), como o general Paulo Cesar de Castro, com reconhecida implicação no tema da Educação⁴⁰.

Além do núcleo de interlocutores da diretoria, da Seção de Patrimônio e Projetos Culturais da DPHCEX⁴¹ e os entrevistados formais, foi possível percorrer um universo mais amplo de sujeitos ligados à área cultural do Exército nos muitos encontros realizados no âmbito do Sistema Cultural do Exército e vários outros eventos afins. Entre eles, os “Encontros dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército” (em 2013 – em Florianópolis – SC; 2014 – no Rio de Janeiro – RJ; 2015 – em Fortaleza – CE; 2016 – no Rio de Janeiro – RJ; e, em 2017- em Niterói – RJ); os Colóquios de História Militar. Os contatos e oportunidades de interação também ocorreram nas distintas

³⁹ Uma lista completa dos diretores que atuaram na DAED, DACHED, DAC e DPHCEX, com os respectivos períodos em exercício, encontra-se no Anexo 3.

⁴⁰ As inter-relações dos campos de Educação e Cultura, a partir dos olhares daqueles que conduziram o processo de modernização do ensino, merecem ser investigadas em estudos futuros.

⁴¹ Que incluiu também os tenentes do quadro temporário de oficiais - OTT (a museóloga Flávia Pereira, a arquiteta Lydia Frangella, a museóloga Fernanda Pontes, o historiador Israel Quintela, entre outros), além dos supracitados.

cerimônias militares, como passagens de comando, aniversários da DPHCEX, cerimônia do primeiro tiro da Força Expedicionária Brasileira, que passamos a frequentar. E, ainda, motivada por estabelecer uma maior interação com os conteúdos da história militar, participei do II Curso de Atualização em História Militar, Política e Biográfica, de 40 horas (realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército – CEPHIMEx, em parceria com o Centro de Estudos de Antiguidade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ), e também de palestras e encontros de historiadores militares, como o ocorrido em setembro de 2014, promovido pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB, no Museu Naval. Do mesmo modo busquei conhecer o trabalho realizado pela área de Comunicação Social do Exército, participando, em 2013, da Semana de Comunicação Social, organizado pelo Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias – CEP/FDC, cujo tema parecia bastante atraente: “Estratégias de Relações Públicas diante dos desafios da Contemporaneidade”. Em suma, circular pelos vários eventos promovidos no âmbito da diretoria e das organizações militares afins e buscar estabelecer um diálogo, no contato direto com os representantes da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, atuais e do passado, foi a maneira encontrada de acessar o universo militar.

As entrevistas realizadas com diferentes interlocutores militares e civis, que atuam no meio militar ou em interação com ele, concentraram-se formalmente, em dezessete pessoas, com atuação direta na vida da diretoria. Dentre essas entrevistas: doze foram realizadas com oficiais da linha bélica (da ativa, da reserva ou na função de Prestador de Tarefa por Tempo Certo): coronel Jayme Crespo, tenente-coronel José Claudio dos Santos Junior, coronel Eduardo Scalzilli Pantoja, coronel José Roberto Pinto Bastos, coronel Mario Jorge Bell de Campos, coronel Norton Luis Silva da Costa, tenente-coronel Lecínio Tavares, general Sergio Roberto Dentino Morgado, general Synésio Scofano Fernandes, general Juarez Aparecido de Paula Cunha, general Walter Nilton Pina Stoffel, general Severino de Ramos Bento da Paixão; duas com oficiais do quadro complementar de oficiais: major Raphael Laurino, capitão Edgley Pereira de Paula; uma com oficial do quadro temporário do período da DAC: tenente Gláucia Moura; duas com civis contratados: Elza Nascimento e Sueli Cordeiro. Além das entrevistas formais, a imersão no campo cobriu um espectro de múltiplos olhares, desde soldados a generais, num universo de cerca de 50 militares, enraizados em distintas vivências e contextos. Esse significativo universo de interlocutores foi acessado por

conversas informais, ou mesmo em entrevistas realizadas em outros contextos de pesquisa, como, por exemplo, as entrevistas realizadas com os coronéis Antônio Ferreira Sobrinho, Claudio Skôra Rosty, Elcio Secomandi, Joel Corrêa, entre outros militares e pesquisadores, durante a realização do projeto Roteiros dos Fortes e também do projeto Janelas Abertas para a República⁴².

A seleção dos entrevistados formais da pesquisa aconteceu de maneira gradativa, a partir dos três primeiros interlocutores que, de certa forma, incentivaram a realização da pesquisa. Uma entrevista inaugural, realizada antes mesmo da qualificação, e que teve como tema central a trajetória da DPHCEX, forneceu um panorama do caminho a ser percorrido. Com apoio do major Laurino, historiador do Quadro Complementar de Oficiais – QCO, integrante da diretoria desde 1999, pude começar a imaginar os outros tempos da Diretoria, quando ainda não tinha o formato atual e não se chamava DPHCEX (2008 – atual), e sim Diretoria de Assuntos Culturais – DAC (1991-2008), e antes mesmo, Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desporto – DACED (1980-90). O próprio major Laurino ocupou-se da história institucional da DPHCEX e propôs uma periodização da diretoria em suas principais fases, a saber: fase “desportiva” (anos 1980); fase “em busca de um objeto” (anos de 1990, até 2001); a partir de 2002, fase “sistêmica”. E conforme essa primeira história era narrada, as muitas lacunas fixaram os primeiros questionamentos. Muitos deles não diziam respeito ao objeto da pesquisa em si, mas a própria ambientação no meio militar. Entendimentos sobre hierarquia e antiguidade, a presença da mulher nas forças armadas, os diferentes quadros de oficiais, ou mesmo o próprio fluxo das relações interpessoais em um ambiente militar, permearam as minhas próprias indagações como pesquisadora externa, iniciando os primeiros contatos no universo militar.

A partir dali passei a me familiarizar com aspectos gerais da trajetória da diretoria e a identificar os possíveis entrevistados representativos de sua composição. Ao mesmo tempo, busquei acessar materiais, no acervo da própria diretoria, que pudessem servir de insumo ao levantamento, como, por exemplo, os registros históricos das organizações militares. Na própria seção não havia informação sobre estudos

⁴² O projeto “Janelas Abertas para a República” (ou Palácios do Rio II: Turismo cultural na Casa Histórica de Deodoro – nome oficial, inscrito na FAPERJ) ocorreu de 2014 a 2016, no âmbito da parceria entre o LTDS/PEP/COPPE/UFRJ, o curso de Turismo da UNIRIO e a DPHCEX. Seu principal objetivo foi a valorização da Casa História de Deodoro e do Campo de Santana, como sítios históricos de pertencimento da cidade.

acadêmicos que abordassem o Sistema Cultural do Exército. Nesta etapa da pesquisa a única referência a algum estudo do gênero foi a menção à monografia “O Exército e a Cultura Brasileira: espaço de fronteiras com a Sociedade Civil”, da tenente Iracema Andrade de Alencar Rosas, ex-integrante do quadro de oficiais temporários e com formação em história, sobre um estudo apresentado para o Curso de Especialização em História Militar Brasileira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, em 2007. Com o avanço da pesquisa outras referências foram sendo identificadas nos trabalhos monográficos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e em estudos acadêmicos com interface com o tema em outras áreas de atuação.

Para auxiliar o andamento das entrevistas e a sistematização de informações foi elaborado um roteiro semiestruturado com pontos a serem abordados. Entre eles:

1. A trajetória entre a carreira bélica e a inserção na área cultural.
2. A conceituação de cultura no universo militar.
3. O situar do período e da trajetória de atuação na diretoria;
4. A configuração da diretoria (equipe, seções, subordinações).
5. As principais demandas e questionamentos vividos durante o exercício da função.
6. Influências exteriores que contribuíram para dar maior relevância à experiência profissional e aos cuidados com o patrimônio cultural no âmbito do Exército.
7. As potencialidades e resistências internas.
8. O sistema cultural no rol das prioridades institucionais.
9. O contexto das normatizações;
10. O contexto da criação e atuação da Fundação Cultural Exército Brasileiro – FUNCEB (2000);
11. A relação da Diretoria de Assuntos Culturais – DAC (atual Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEX) com o Departamento de

Ensino e Pesquisa – DEP (atual Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEX) e demais organizações;

12. O contexto dos estudos para a formulação da Política Cultural e da Diretriz Estratégica do Sistema Cultural;

13. As transformações da diretoria e as alterações de subordinação;

14. Pessoas importantes para serem ouvidas nessa pesquisa.

Em realidade, as perguntas foram amadurecendo ao longo das sucessivas interações com os sujeitos da pesquisa e também a partir do acúmulo e decodificação das narrativas.

As entrevistas iniciavam com esclarecimentos prévios sobre a pesquisa: a apresentação do vínculo da pesquisadora com a DPHCEX, o percurso acadêmico e as características do LTDS, a motivação para a pesquisa e esclarecimentos sobre a metodologia utilizada e o pedido de gravação por meio de um termo de consentimento. As entrevistas aconteceram normalmente no próprio local de trabalho, no Palácio Duque de Caxias. Apenas em cinco situações foram realizadas fora, por se tratar de pessoas que não estavam mais vinculadas ao Exército: duas no atual local de trabalho dos entrevistados, uma na própria residência do entrevistado e uma em um hotel de trânsito do Exército. Uma única entrevista foi realizada por telefone. Todos os entrevistados se mostraram colaborativos com a pesquisa, indicando outros possíveis entrevistados, disponibilizando ou indicando material complementar de interesse, ampliando os laços por meio de convite para contato nas redes sociais, como o facebook. As entrevistas aconteceram em diferentes tempos da pesquisa, como pode ser observado no quadro de entrevistados.

Cada história narrada é uma peça de singularidade que faz também sua referência ao todo. Em muitas delas são manifestadas a própria vivência de transformação pessoal do sujeito ao longo do trabalho realizado no contato com a área cultural. Não raro, os depoimentos manifestaram a própria vivência de imersão na cultura militar. São histórias de pessoas que contam sobre a diretoria, sobre a vida na instituição e contam de si. E essa é a parte mais rica deste trabalho.

Após a realização das entrevistas formais, seguiu-se a etapa de sua transcrição, resultando em um material com cerca de 400 páginas. A partir dos relatos colhidos deu-se início à organização do material em temáticas de forma a compor entre si, e juntamente com as demais informações, caminhos de interpretação. De modo geral, procurou-se verificar o que os próprios entrevistados destacavam de mais significativo e como interpretavam, eles próprios, a dinâmica e os desafios do campo cultural e da diretoria ao longo dos anos, ou no período de atuação de cada entrevistado. A partir da análise individual e coletiva desses relatos, foi possível identificar valiosas “falas” que remetem a questões relevantes do percurso e da temática que se pretendeu abordar sobre a institucionalização do Sistema Cultural do Exército.

Não foram utilizados recursos informáticos ao longo da pesquisa. Privilegiou-se o trabalho intelectual artesanal nos moldes clássicos, por meio de uma atitude interpretativa apoiada na narrativa contada pelos entrevistados, amparada pelo referencial teórico apresentado sobre instituições e demais abordagens que acompanharam este estudo⁴³. Além das escolhas teóricas e referenciais que inspiram e orientam a tese, aqui já apresentadas, foram consultados outros trabalhos que dialogam com o tema em questão, com atenção para estudos de autores militares⁴⁴ que vêm sendo disponibilizados na base de dados da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército – Rede BIE. A fim de considerar um olhar do campo cultural em relação às transformações mais amplas por que passam as organizações militares, foram também consultados alguns estudos de defesa, com foco nas transformações dos exércitos na atualidade.

Os pontos abordados pela bibliografia e nos diálogos com os entrevistados buscaram responder a seguinte questão norteadora: nos últimos tempos o Exército Brasileiro vem tentando responder a uma crescente demanda na área cultural. A qualificação dos quadros, a estruturação de um sistema cultural e a própria

⁴³ A pesquisa seguiu orientação multidisciplinar, buscando interfaces nos estudos sobre as políticas de preservação do patrimônio no Brasil; em estudos sobre o Exército Brasileiro, em campos da história, ciências sociais e na própria engenharia de produção, tendo por inspiração os estudos sobre “institucionalização”, a partir da abordagem da antropologia filosófica gehleniana.

⁴⁴ Dentre esses destacamos os estudos sobre a área cultural do Exército: Morgado e Santos, 1990; Tavares, 2010; Tinoco, 2011; Oliveira, 1996; Murta, 2015; ECEME, vários anos; Estudo sobre o processo de modernização do ensino: Magalhães (2010) – o caráter autárquico das instituições militares; Apresentação sobre a institucionalização do sistema cultural da Marinha: Silva (2011; 2016); Estudo sobre reformas no ensino: Rodrigues (2008).

reconfiguração e nascimento da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército são indícios de um processo de institucionalização em curso nesse campo. Como isso vem ocorrendo? E os questionamentos, de fundo, eram: o tratamento dado ao campo cultural do Exército vem contribuindo para um reposicionamento na organização da cultura? Quais os valores implicados e as projeções em curso?

Para efeito de sistematização das informações, foram considerados os seguintes momentos:

- O período que coincide com os anos 1980 e a atuação da DACED, abarcando iniciativas isoladas e marcos precursores do processo de institucionalização do campo cultural, como a criação do Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana, os primórdios das pesquisas arqueológicas e ensaios de abertura a visitação dos fortes.
- Os anos de atuação da DAC (1990-2008). Este período pode ser subdividido em três momentos: i) de 1990 a 1995, quando a DAC é subordinada ao DEP; ii) de 1996 a 2000, quando a DAC passa a ser subordinada a Secretaria-Geral do Exército; e, iii) de 2000 a 2008, no retorno da subordinação da DAC ao DEP, até a sua transformação em DPHCEX.
- O período DPHCEX – a partir de 2008.

O presente estudo é em grande parte apoiado no esforço de reunir informações em fontes primárias que descrevem o ambiente institucional: apontamentos em registros históricos, depoimentos, arquivos pessoais, estudos monográficos produzidos por militares.

Reconheço a necessidade de buscar interlocuções em espaços consolidados de pesquisa em relação aos militares, em estudos que abordem as relações civil-militares, porém me limitei a uma primeira aproximação com o próprio campo empírico estudado: a vivência direta como interlocutora dos militares vinculados ao Sistema Cultural do Exército.

Admito também que para um estudo mais aprofundado do processo de institucionalização da cultura, seria oportuno compreender como esse campo é tratado nos diferentes níveis hierárquicos em questão: no Estado-Maior do Exército – EME (órgão de direção geral, onde são transmitidas as estratégias e políticas, a partir do alto

comando), no Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEEx (órgão de direção setorial), na Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural – DPHCEEx (órgão de apoio, que corresponde ao plano técnico-normativo), e também nas diferentes organizações militares que administram fortificações e demais espaços culturais, onde a política cultural encontra seu esteio “empírico”, circunscrita a uma esfera local. Esses diferentes níveis hierárquicos, naturais da estrutura do Exército, e os diferentes entendimentos acerca do “patrimônio cultural” coexistem e precisam ser analisados em sua particularidade e inter-relação. Todavia, na delimitação do escopo da pesquisa privilegiou-se focar a pesquisa na aproximação com a trajetória da atual Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército a partir da visão dos representantes diretamente implicados na DAC-DPHCEEx.

Capítulo 2 – Primórdios do Sistema Cultural no Exército Brasileiro

2.1 Dos Exércitos na contemporaneidade e dos sistemas de cultura

Ao longo da história da humanidade, as guerras sempre moveram um ímpeto constante de atualizações e adequações das capacidades e habilidades empregadas, de modo a acompanhar as transformações e avanços do mundo, e assim sobrepujar ou dissuadir as forças inimigas. Os avanços tecnológicos do século XX foram determinantes nesse sentido e influenciaram a intensidade e a variedade das guerras, impactando as Forças Armadas em vários setores de suas organizações, com, por exemplo, a sua doutrina, a logística, o material bélico empregado, a gestão dos recursos humanos, até a educação e cultura. No campo psicossocial é igualmente notório afirmar que o mundo onde a cultura está organizada via web, internet e realidade virtual é completamente diferente do mundo das Primeira e Segunda Guerras Mundiais, ou mesmo durante a vigência da acirrada disputa e divisão bipolar do mundo entre as forças capitalistas, lideradas pelos Estados Unidos e as advindas das forças socialistas, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Além das reconfigurações geopolíticas, desde o fim da guerra fria, a função dos Exércitos também vem se alterando e enfrentando processos de reconfiguração no cenário contemporâneo. Toda essa dinâmica de mudanças, seja no plano global ou nacional, implica uma série de questões para o Exército Brasileiro, que vem buscando implantar readequações e redesenhos em vários campos de atuação.

A função constitucional das Forças Armadas do Brasil é definida no artigo 142 da Constituição Federal como:

instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (Art. 142 da Constituição Federal do Brasil).

Como uma organização complexa do Estado, o Exército Brasileiro se destaca por seu tamanho, sendo em seu conjunto formado por mais de mil organizações

militares distribuídas pelo território nacional e por um contingente de aproximadamente duzentos e vinte mil militares⁴⁵. Sua estrutura organizacional é composta por órgãos de assistência direta e imediata ao comandante do Exército, um órgão de direção geral (o Estado-Maior do Exército – EME), órgãos de direção setorial (como o DECEX), órgãos de apoio (como a DPHCEX)⁴⁶. Encontra-se, ainda, organizado em oito Comandos Militares de Área (C Mil A) que coordenam as atividades de doze Regiões Militares⁴⁷. Desde 1999, com a criação do Ministério da Defesa, encontra-se subordinado a este, ao lado das demais Forças. Como missão e visão de futuro:

Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão. (Site institucional do Exército Brasileiro)⁴⁸

É preciso levar em conta que as organizações militares possuem regimentos e legislações próprios, distintos das organizações civis, embora também sigam a administração pública e sejam submetidos à Constituição Nacional, com viés para atender os interesses de Defesa Nacional (SCHMITT *et al.*, 2012)⁴⁹. E a administração militar se subdivide em atividades “finalísticas” e “subsidiárias”. (SCHMITT *et al.*, 2012).

Proença Junior (2011), em um artigo intitulado “Forças Armadas para quê? Para isso”, analisa as prescrições constitucionais e acordos internacionais, destacando as três circunstâncias para o uso das Forças Armadas brasileiras, quais sejam:

⁴⁵ A distribuição dos efetivos do Exército pode ser vista no Anexo 4.

⁴⁶ Para uma compreensão de seus múltiplos órgãos, suas disposições hierárquicas e vinculações, ver o organograma da organização no Anexo 5. Disponível também no site: <http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/organograma/organograma_exercito.php>. Acesso em 3 de janeiro de 2017.

⁴⁷ Região Militar constitui um comando das forças armadas de um país, encarregada da administração militar de uma das parcelas do seu território.

⁴⁸ Disponível em <<http://www.eb.mil.br/missao-e-visao-de-futuro>>. Acesso em 3 de janeiro de 2017.

⁴⁹ Esses autores chamam a atenção para a necessidade de se conhecerem as especificidades da administração em ambientes militares, como por exemplo, as “relações entre estratégia e estrutura”, a “transição burocrática para a perspectiva gerencial” e os “novos papéis e funções dos organismos de defesa frente aos desafios e mudanças do meio envolvente”, para que se possa avançar em estudos característicos desse meio.

i. a defesa do território brasileiro; ii. a participação em uma aliança internacional para usar a força contra outrem, missões de paz ou de guerra; iii. a atuação no interior do território brasileiro, como força policial ou de intervenção, utilizando-se em todos os casos de armamentos convencionais. (PROENÇA JUNIOR, 2011 p. 340)

Proença Junior (2011) observa que em meio a atividades “fins” e “meio”, as atividades “subsidiárias” presentes na realidade cotidiana das Forças Armadas “resultam de motivos históricos e decisões de toda a ordem”, que dependem de uma decisão política para sua existência. Todavia, adverte:

O hábito institucional, a visibilidade midiática ou o peso burocrático envolvidos não devem fazer com que se confundam tais atividades – amplas, demandantes, tradicionais, populares, importantes que sejam – com o que *para que* existem as Forças Armadas. (PROENÇA JUNIOR, 2011 p. 338)

E ainda:

O *para que* se tem Forças Armadas não pode ser trocado ou deixado de lado no afã da exploração de tais oportunidades, porque elas são adicionais. Só podem ser consideradas depois que se tenha atingido às tarefas estruturais. (PROENÇA JUNIOR, 2011 p. 347)

Dentre as ações complementares e adicionais destacam-se ações cívico-sociais, ações de cooperação civil-militar, e também ações na área da cultura. Cada órgão de direção setorial ou operacional possui uma estrutura organizacional própria, com processos e missões bem distintos. Assim, uma ampla diversidade de atividades concorre no “cálculo político” realizado dos governos e comandos no estabelecimento da conduta da política de defesa (PROENÇA JUNIOR, 2011).

Barbosa (2010) observou que o Exército Brasileiro, mesmo sendo possuidor de uma estrutura hierarquizada, que planeja e distribui diretrizes que devam ser seguidas pelos escalões subordinados, congrega múltiplas organizações que contribuem na diversificação de respostas ao que é postulado pelos superiores:

Cada unidade militar tem sua própria cultura e forma de gerir, que varia de acordo com seu segmento de atuação, estilo de gestão do comandante, diferenças regionais e culturais, situação de emprego, tipo de vínculo com os militares sob seu comando. (BARBOSA, 2010. p. 75).

Assim, a lógica hierárquica expressa no comando central se coaduna, na prática, com certo estilo autárquico que cada um dos comandos das organizações militares conserva em si. A percepção desse estilo é não apenas reconhecida tacitamente por seus integrantes, como também nos estudos que abordam sua cultura organizacional.

O Exército Brasileiro responde às tendências e necessidades de adequação e atualização de suas práticas (SCHMITT *et al.*, 2012), de um modo que lhe é próprio num contexto em que emergem debates sobre seus novos papéis, funções e posicionamentos no campo da cultura. No nível macroinstitucional, os processos deflagrados pela Estratégia Nacional de Defesa⁵⁰ e o atual “Processo de Transformação do Exército Brasileiro”⁵¹, iniciado em 2010, são os indutores por excelência dessa transição⁵². “Educação e Cultura” (EME, 2010)⁵³ tem destaque dentre os vetores do Processo de Transformação do Exército Brasileiro. Este vetor, chefiado pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEX, tem em sua diretriz traçada em 2010 o desafio de “tornar o sistema de educação e cultura o embrião e fomentador do processo de transformação” (EME, 2010). Conforme reconheceu o comandante do Exército, o general de exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas: “o mundo moderno orbita em torno do desenvolvimento científico e tecnológico” e o campo da educação e cultura, ao lado da ética militar, constituem alicerces nesse processo⁵⁴. E sendo assim, ele destaca:

⁵⁰ Cf. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Nesse documento reafirma-se a necessidade de se modernizarem as Forças Armadas.

⁵¹ Cf. Portaria nº 075-EME, de 10 de junho de 2010. Aprova Diretriz para Implantação do Processo de Transformação do Exército Brasileiro.

⁵² O conceito de transformação é definido nesse contexto como “o desenvolvimento de novas capacidades para cumprir novas missões ou desempenhar novas funções em combate, alterando as concepções e projetando a Força para o futuro”, conforme definido por Jaime Garcia Covarrubias, em artigo intitulado Os três pilares de uma transformação militar, referência utilizada pelo Exército Brasileiro.

⁵³ Os demais vetores são: doutrina; preparo e emprego; gestão de recursos humanos, gestão corrente e estratégica, ciência e tecnologia, e modernização do material (entrevista com o general João Camilo Pires de Campos, in: revista **Da Cultura**, edição 26, março de 2016).

⁵⁴ Cf. Entrevista com o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas. In: revista **Da Cultura**, FUNCEB, agosto, 2015.

O Sistema de Educação e cultura continuará sendo prioritário. Isso ocorre para que a capacitação dos militares esteja inserida, com eficácia, na Era do Conhecimento e para que seja adequada às novas gerações e às mudanças de mentalidade. (Villas Boas, in: revista *DaCultura*, agosto de 2015)

Subordinado ao atual Departamento de Educação e Cultura, que congrega o Sistema de Ensino do Exército, considerado um sistema de primeira ordem, encontra-se o subsistema Sistema Cultural do Exército. O foco dessa pesquisa recai, justamente, sobre o processo de criação deste subsistema, que se forjou nas últimas décadas. A Figura 1 mostra a configuração do SCEEx expressa em 2017:

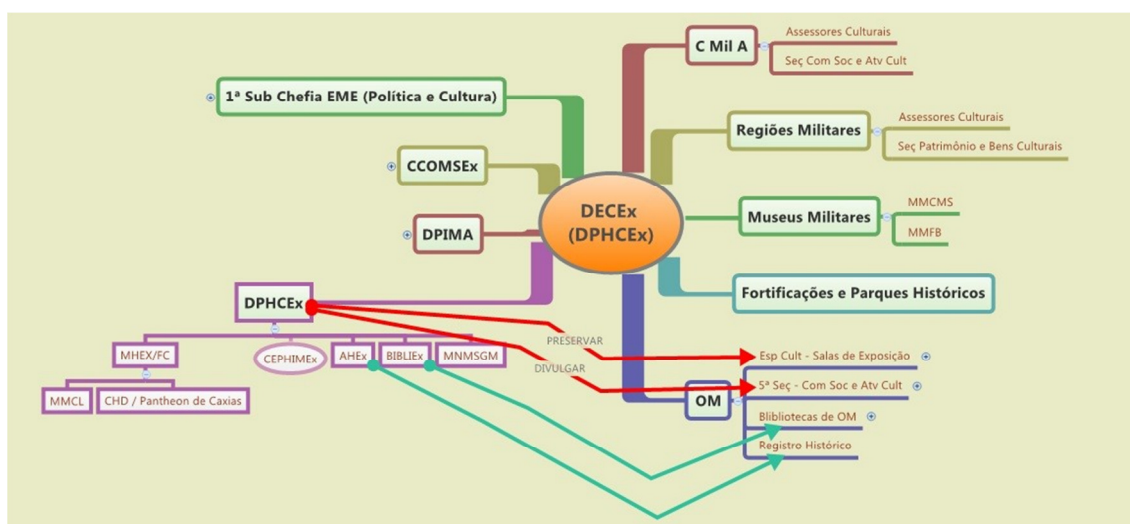


Figura 1: Organograma do Sistema Cultural do Exército – SCEEx (2017). Fonte: DPHCEEx, 2017.

O atual Sistema Cultural do Exército deve ser compreendido em um contexto mais amplo. A estruturação de políticas nacionais de cultura, com a criação, em 2005, do Sistema Federal de Cultura⁵⁵, foi um importante marco regulador e indutor do setor. Esse novo contexto das políticas públicas desencadeia ajustamentos análogos no âmbito das Forças Armadas.

O Exército e as demais Forças Armadas instituem sistemas de cultura visando otimizar a gestão organizacional e promover a articulação com órgãos e programas culturais federais. O reatamento da política nacional na dinâmica particular das Forças

⁵⁵ Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005.

Armadas foi comentado por Alcoforado (2015), que estuda o caso de criação do Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica – SIS CULT:

A decisão de instituir o Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica teve motivação na Constituição de 1988, com base nos artigos que determinam a ação do Estado na preservação do patrimônio cultural e na respectiva divulgação. Todavia, os esforços efetivos para a constituição do Sistema da Força Aérea Brasileira (FAB) ocorreram após a criação do Sistema Federal de Cultura. (ALCOFORADO, 2015.)

No caso da Aeronáutica o sistema veio a ser instituído em 2010⁵⁶, após estudos e diagnóstico realizados sobre a realidade cultural vivida no Comando da Aeronáutica – COMAer. Movimento semelhante pode ser verificado na Marinha, cujo órgão central foi reconfigurado em 2008, surgindo a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM. No Exército, embora a formação de um “sistema cultural” esteja na pauta desde meados dos anos 1990, e tenha se atualizado em 2002, com a instituição das Diretrizes do Sistema Cultural, a conformação estabelecida em nível nacional, em 2005, reafirma o valor do seu significado diante do reconhecimento de outros atores.

A caracterização de uma fase “sistêmica” para a gestão do patrimônio cultural produz um ambiente de estudos, avaliações, e, conseqüentemente, de ajustes, de maneira a potencializar a estratégia institucional para o campo. O estabelecimento de canais institucionais entre os diferentes elos do sistema formaliza e estabiliza interações que já ocorriam de maneira dispersa e intermitente.

⁵⁶ Portaria nº 119/GC3, de 26 de fevereiro de 2010.

2.2 Raízes da institucionalização da cultura no Exército Brasileiro

Percorrer as “raízes culturais” a partir do olhar para os lugares institucionais da “cultura” no Exército Brasileiro e identificar as organizações criadas em seu interior ao longo do tempo, como já visto, requer cuidados preliminares em relação às noções de cada época e também atenção aos vieses discursivos oficiais que tendem para homogeneizações e omissões de descontinuidades nos processos e percursos. O recurso, de retroceder a um lugar de origem, a um momento fundador, parece ser característica da maneira que muitos autores têm de estabelecer elos e continuidades com o passado, que acabam servindo à demanda de construção de uma história institucional idealizada da organização. Esse é um aspecto a ser observado no Exército também. Para fugir desse risco, torna-se relevante e necessário considerar os elementos conflitantes, as diferentes motivações e mudanças que marcam os percursos em análise.

Arquivo, museu, biblioteca e editora podem ser comumente identificados como dispositivos culturais de uma organização. Assim, o Real Arquivo Militar, de 1808; Museu do Exército, de 1865; a Biblioteca do Exército, de 1881; a **Revista do Exército Brasileiro**, de 1882; a Revista **A Defesa Nacional**, de 1913; e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, de 1934 vêm sendo identificados com as “raízes da cultura no Exército”, uma vez que essas organizações concentram elementos que podem ser interpretados como “lugares de salvaguarda da memória” ou “dispositivos de projeção do pensamento militar”. E, de certo modo, isso não pode ser negado. Todavia, ao se considerar a criação de mecanismos efetivos de conservação de acervos (bens sob a guarda do Exército) ou mesmo a propagação de um ideário cultural, nos termos de mecanismos de difusão da “cultura militar”, seriam necessários outros tempos e contextos, e explicações pormenorizadas dos percursos de cada uma dessas organizações.

E ainda é preciso considerar que, do ponto de vista da própria estrutura organizacional do Exército, essas organizações, nascidas nos séculos XIX e início do XX, caracterizadas como “raízes da cultura no Exército”, são também contemporâneas das próprias organizações de cunho nacional e possuem a característica de serem organizações “em si mesmas” – apoiadas no princípio da centralização da organização, estando ainda desarticuladas de uma noção de “sistema cultural”, que surgirá anos mais tarde, seguindo os reflexos das reformas administrativas do Estado brasileiro, nos anos 1980.

Berkowicz (2013) pesquisou os discursos oficiais sobre uma organização militar tradicional da cultura, a Biblioteca Militar – Bibliex, e comparou-os com outros discursos no próprio interior da instituição, que apontam descontinuidades e outras possibilidades de interpretação. Ao tomar como objeto a Biblioteca Militar a partir de sua análise histórica, a pesquisadora observou que, diferentemente da versão oficial, que sugere uma simples reformulação entre a “Biblioteca do Barão de Loreto”, criada em 1881, e a Biblioteca Militar Editora, “de Dutra”, criada em 1937 “para melhor atender ao público”, essa última seria parte de um processo de reordenamento institucional, através de uma “modernização conservadora”. Conforme Berkowicz (2013), a Biblioteca Militar Editora:

Faz parte desse movimento de formação de uma cultura militar cívica e corporativa, quando o Exército como instituição passa a se preocupar com a construção de uma memória histórica e quando se torna uma instituição mais coesa, corporativa. (BERKOWICZ, 2013. p. 8).

É, portanto, a partir dos anos de 1930 que “o Exército passa a se preocupar com a construção de uma memória e de uma imagem para si e para os outros, ou seja, a construção de uma identidade social” (BERKOWICZ, 2013). Esse movimento de projeção, para dentro e para fora da instituição, não ocorre dissociado da estruturação do Estado burocrático, que se afirmava em bases nacionalistas e que buscava incentivar o desenvolvimento do país.

Considerar os processos de transformações mais amplos, que emergem tanto da própria instituição quanto no ambiente externo - seja ele nacional ou internacional -, é parte do processo de entendimento de como se configuram as instituições. Nesse sentido, é preciso reconhecer que preocupações com história e memória atravessam as instituições, particularmente a partir do século XIX, como no caso do Exército Brasileiro. Além disso, a maneira institucional de tratar a questão vai variando ao longo do tempo, incluindo novas especialidades e abordagens, que imputam a esse processo a confrontação, inclusive, com novos conceitos e modos de ser e agir.

Durante o Estado Novo (1937-45), sob a liderança do presidente Getúlio Vargas, Ortiz (2013) lembra, por exemplo, o encapsulamento que a esfera da cultura no Brasil assume, de maneira geral, nesse período, com a orientação de um projeto político. Nas palavras do autor:

Durante o Estado Novo a esfera da cultura é um elemento vital de propaganda política, é preciso difundir uma versão de brasilidade que vincule os diferentes setores da sociedade em torno dos rumos da revolução de 30. A Educação e os meios de comunicação (cinema educativo e rádio) transformam-se em instrumentos de construção da nacionalidade. (ORTIZ, 2013 p. 619.)

É nesse contexto que Berkowicz (2013) observa o movimento institucional do Exército nesse período, na construção de uma realidade que se faz a partir de seleção de memórias que recriam um Exército de raízes sólidas e dotadas de unidade interna, no que diz respeito ao papel desempenhado pelo setor editorial da Biblioteca Militar, num período que até mesmo as grandes instituições culturais militares, como a biblioteca, agiam de maneira “descentralizada”, ou com relativa autonomia.

O estudo realizado por Maia (2012) sobre a atuação das instituições culturais militares durante o período de 1967 a 1975, quando o Conselho Federal de Cultura foi instituído como o principal órgão responsável pela orientação de políticas culturais no país, aponta para a capacidade do regime político de incorporar setores variados da sociedade brasileira no período autoritário.

O civismo e desporto são no Exército, desde as origens, associados ao campo das atividades culturais. Resgatando as raízes da relação entre o esporte e as Forças Armadas, Cancelli (2014), ao analisar o papel do esporte no âmbito das Forças Armadas durante a Primeira República, busca ressaltar as diferentes funções dessas práticas nos quartéis – como a melhoria do corpo, mas também associada a uma forma de aproximação com a sociedade civil e ao recrutamento militar (CANCELLI, 2014). Esse aspecto marca o domínio desse campo no tratamento dos assuntos culturais em seus primórdios.

No pós-Segunda Guerra Mundial, o Exército Brasileiro revisitou seus heróis e criou monumentos em memória de seus soldados mortos no confronto. Destacam-se a construção no Rio de Janeiro do Panteão Duque de Caxias⁵⁷, inaugurado em 1953, e do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, idealizado pelo comandante da Força Expedicionária Brasileira – FEB, marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, cujas obras iniciaram em 1957, sendo inaugurado em 1960.

⁵⁷ Localizado na Avenida Presidente Vargas, em frente ao Palácio Duque de Caxias, antigo Ministério da Guerra. Este monumento foi construído para abrigar os restos mortais de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, instituído patrono do Exército, em 1962 – e de sua esposa, Ana Luísa de Loreto Carneiro Viana, duquesa de Caxias.

Também merecem menção no meio militar os estudos históricos e parcerias em trabalhos arqueológicos associados ao resgate de memória, desenvolvidos a partir no final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, tais como: (i) os estudos sobre a moradia do marechal Osório, realizados por um grupo de militares, no município de Tramandaí, no Rio Grande do Sul, que desencadearam projeto de restauração, iniciado em 1969, com diversificados apoios, culminando com a criação do Parque Histórico Marechal Luís Osório, em 1970⁵⁸; (ii) a parceria com Gilberto Freyre em estudos histórico-arqueológicos sobre fortificações e sítios históricos. Comentando sobre os trabalhos realizados nessa época, o arqueólogo Marcos Albuquerque destaca a importância seminal dessa parceria:

Na década de setenta, ainda estávamos engatinhando. E nesse processo de engatinhamento, na década de 70, um coronel que tinha servido em Suez, que tinha muita tendência para a história, muita sensibilidade, nos chama. Ele assumiu o comando geral da Polícia Militar de Pernambuco. Coronel do Exército. Coronel Gabriel Duarte Ribeiro. Assumiu o comando da PM e perguntou o que podíamos fazer conjuntamente. E nessa oportunidade, montamos um esquema para trabalhar no Forte do Orange. Ele colocou aqui uma companhia à disposição e nós tocamos o trabalho que foi o pontapé inicial de grande repercussão. (Vídeo da inauguração do Laboratório Móvel de Arqueologia, 2003 – acervo pessoal de Marcos Albuquerque.)⁵⁹

Ganha realce aqui um perfil de militar cuja identidade se enraiza na memória e na história. Isso implica afirmar o valor da preservação como afirmação identitária. As relações dialogais entre tais militares e acadêmicos propiciam renovadas oportunidades de estudos em fortificações e sítios históricos do Brasil, com o citado Forte Orange, mas também em muitos outros sítios, sendo o Parque dos Guararapes talvez o de maior importância para o Exército Brasileiro⁶⁰.

Ainda durante os anos 1970, em pleno regime militar, as Olimpíadas do Exército ocuparam lugar de destaque no cenário desportivo e cultural. Além das inúmeras competições, nas diversas modalidades esportivas, os eventos reuniam grande público

⁵⁸ Uma síntese histórica sobre a criação do Parque Histórico Marechal Luís Osório, redigida pelo general de exército Edison Boscacci Guedes, que em 1969 integrou a Comissão para Reconstrução da Casa de Osório, encontra-se disponível em www.osorio.org.br. Acesso em 18 de abril de 2017.

⁵⁹ Enviado pelo arqueólogo Marcos Albuquerque para a autora por correio eletrônico.

⁶⁰ O tema sobre a obsolescência das fortificações e seus novos usos será tratado no capítulo a seguir.

em torno também das atrações musicais⁶¹. Importantes artistas do cenário nacional tiveram passagem nesse conagraçamento realizado no âmbito militar de cunho esportivo-cultural.

2.3 Um primeiro passo na institucionalização: nascem departamento, diretorias e centro

A Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos – DAED foi criada em 1973⁶², fruto de uma reorganização do Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP⁶³, que passou a congregar essa nova diretoria, tendo no cargo de diretor um general de brigada. No mesmo ano, a DAED passou a enquadrar a Escola de Educação Física do Exército, a Escola de Equitação do Exército e a Comissão de Desportos do Exército⁶⁴. Ganhou também o seu regulamento e passou a funcionar como “órgão de apoio do DEP, incumbido de atividades relativas à educação física, equitação, desportos e ao aperfeiçoamento cultural do pessoal do Exército”⁶⁵. Entre suas competências, cabia a essa diretoria orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas a Olimpíadas, competições e preparo de equipes do Exército destinadas ao desporto, como também os “assuntos especiais relacionados com a cultura do pessoal do Exército”⁶⁶. A Figura 2 apresenta sua configuração:

⁶¹ Cf. vídeo com imagens das Olimpíadas do Exército Brasileiro: Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=6bOcG-OKb38>>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

⁶² Pelo Decreto nº 71.823, de 07 de fevereiro de 1973.

⁶³ Em 1973 foi criada a DAED, que passa a integrar o Departamento de Ensino e Pesquisa, que vinha sofrendo alterações desde 1970, quando foi criado, por mudança de denominação (cf. Decreto 66.215, de 17 de fevereiro de 1970). O reordenamento do DEP nos anos 1970 necessita ser estudado em profundidade.

⁶⁴ Cf. Decreto nº 72.620, de 15 de agosto de 1973.

⁶⁵ Cf. Decreto nº 72.588, de 10 de agosto de 1973.

⁶⁶ Idem.

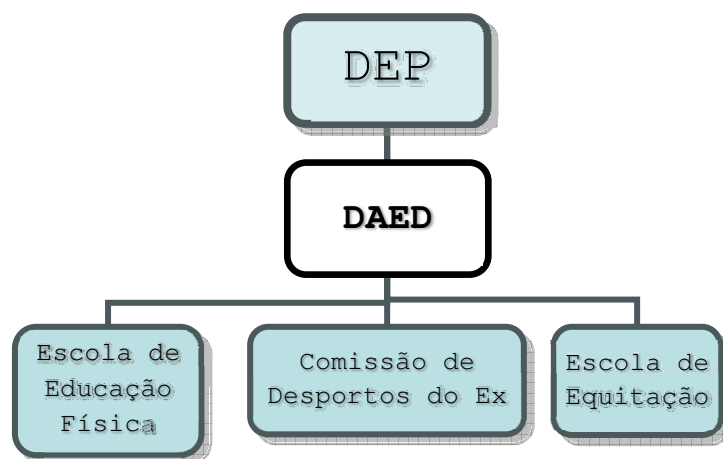


Figura 2: Organograma da Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos – DAED. Fonte: elaboração própria.

Concomitante a criação da DAED, com o empenho pelo aprimoramento das atividades físicas no âmbito de um “aperfeiçoamento cultural do pessoal do Exército”, o então presidente Emílio Garrastazu Médici criava também, no mesmo ano, o Centro de Documentação do Exército – CDocEx⁶⁷, subordinado à Secretaria-Geral do Exército, e encarregado de executar atividades referentes à “documentação, história e ao patrimônio histórico-cultural do Exército”⁶⁸, sob comando de um general de brigada combatente⁶⁹. Consta ainda no regulamento da Secretaria-Geral do Exército, aprovado por decreto, já no governo de Ernesto Geisel, em 1974, que entre as finalidades do Centro de Documentação do Exército – CDocEx está a de: “realizar o planejamento, a orientação e o controle das atividades relacionadas com a administração do Patrimônio do Exército em Brasília e a Documentação, História e Patrimônio Histórico-Cultural do Exército”⁷⁰. Essas duas organizações criadas nos anos 1970 (Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos – DAED e Centro de Documentação do Exército – CDocEx) podem ser compreendidas como tentativas de se agruparem temáticas que careciam de estruturas organizacionais ou funcionavam de maneira independente e isolada. Esses órgãos são predecessores das estruturas organizacionais que irão protagonizar de maneira sistêmica o campo da cultura nas décadas seguintes. Há uma possibilidade de interpretação que considera a criação da Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos – DAED a primeira experiência de se gerenciar

⁶⁷ Cf. Decreto nº 72.332, de 4 de junho de 1973.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Decreto nº 74.208, de 21 de junho de 1974.

o campo cultural, por meio de um órgão central em âmbito nacional. Como aponta o interlocutor militar:

Em 1973 foi criado um órgão chamado DAED, Diretoria de Assuntos Especiais e Educação Física. Essa diretoria foi uma primeira experiência de se lidar com a questão cultural, ela misturava um pouco da questão do esporte com a questão da cultura. Então eram assuntos especiais e educação física. Esse “especiais” era a parte cultural. Essa diretoria funcionou de 73 a 75 e foi extinta (...) são raízes remotas. (Major Raphael Laurino – entrevista.)

Na visão desse interlocutor a iniciativa é pioneira por se tratar da experiência de criação de um órgão central, em âmbito nacional. Nessa perspectiva a denominação “assuntos especiais” é vista como uma primeira tentativa de tentar considerar aquilo que despontava sendo da ordem do “cultural”, mas ainda não estava expresso como tal.

A DAED foi idealizada pelo general de brigada Sergio de Ary Pires, que, recém-chegado ao generalato, após ter sido chefe de gabinete do ministro do Exército, organizou e foi o seu primeiro diretor⁷¹. Em 1974 esteve à frente da V Olimpíada do Exército, que inaugurou o Estádio Mané Garrincha, em Brasília⁷². Nesse período o incentivo do Exército dado ao desporto foi favorecido pelos laços com o governo federal e repercutiu no convênio realizado pela DAED com o Departamento de Educação Física e Desportos, do então Ministério da Educação e Cultura, com repasse de recursos deste para serem aplicados pela Comissão de Desportos do Exército, presidida pelo general Sergio de Ary Pires⁷³. Embora possam ser identificados nessa diretoria do Exército aspectos da ordem cultural, sua ênfase estava nas atividades ligadas à educação física e desportos, imbuída em eventos de grande vulto nos anos que esteve atuante, sob a égide do fortalecimento do sentimento cívico.

Em setembro de 1974, assume a direção da Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos – DAED o general de brigada Gabriel Dannunzio Agostini, em substituição a seu pioneiro antecessor. Porém, em 1975, a DAED foi

⁷¹ Cf. matéria “Perda no Exército. Morre ministro aposentado do Superior Tribunal Militar, de 2 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-jan-02/morre-sergio-ary-pires-ministro-aposentado-superior-tribunal-militar>>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

⁷² Idem.

⁷³ Cf. Diário Oficial da União (DOU), de 15 de fevereiro de 1974. Página 113 da Seção 1.

extinta⁷⁴, tendo sua autonomia administrativa cassada no ano seguinte. Assim, durante praticamente todo o governo do presidente Geisel (1974-79) houve, desde então, um período de intervalo de atuação de uma diretoria supostamente relacionada à cultura que perdurou até 1980. Conforme menciona um interlocutor: “Nesse interregno [entre a extinção e a criação de outra diretoria], quem funcionava como diretoria era o Centro de Documentação do Exército”⁷⁵. Assim, em sua conformação inicial o Centro de Documentação do Exército – CDocEx passou a figurar como órgão central, diretamente ligado à Secretaria Geral do Exército – SGEEx, reunindo algumas organizações antes dispersas. Essa ligação à SGEEx, numa organização hierárquica, tende a ser reveladora devido a sua importância, num momento crítico do país em relação a manifestações e exercício dos direitos civis. Nessa ocasião, “o cargo de chefe do CDocEx era exercido por um general de brigada combatente, e o órgão enquadrava o Arquivo do Exército; a Imprensa do Exército; o Gabinete Fotocartográfico; o Museu do Exército; a Biblioteca do Exército – BIBLIEx e o Estabelecimento General Cordeiro de Farias – EGGCF”⁷⁶. A Figura 3, apresenta o organograma com a configuração que passou a existir com a criação do CDocEx:

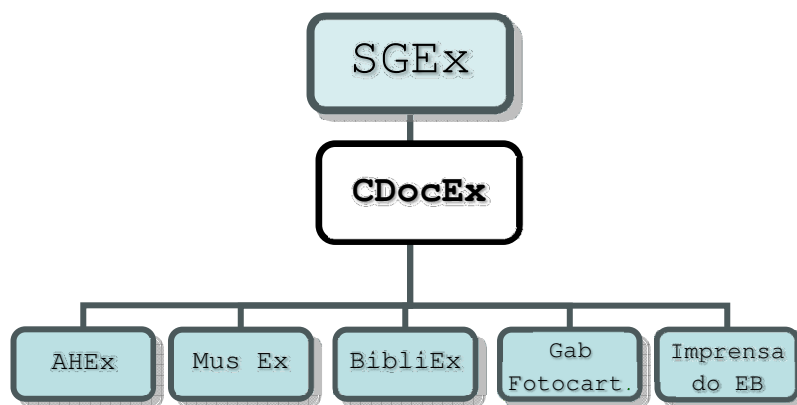


Figura 3: Organograma do Centro de Documentação do Exército – CDocEx (1973-80). Fonte: DPHCEEx, 2010.

Embora seja pertinente considerar o desporto no rol das dimensões relacionadas ao campo cultural presentes no Exército Brasileiro, é preciso reconhecer que a Diretoria

⁷⁴ Pelo Decreto nº 76.813, de 16 de dezembro de 1975.

⁷⁵ Cf. entrevista com major Raphael Laurino.

⁷⁶ Cf. Boletim do Exército nº 9, de 2 de março de 2012.

de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos – DAED, embora subordinada ao Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP, não ultrapassou sua temática na abordagem da cultura como tema transversal. Por outro lado, o Centro de Documentação do Exército – CDocEx, embora tenha agrupado algumas organizações tradicionais de cultura, como as de guarda, exibição de acervos e de produção editorial, tampouco se tornou um núcleo gerador de políticas culturais propositivas em sintonia com as transformações ao longo do tempo, conforme observam os interlocutores desta pesquisa. Alguns entrevistados mais atentos a esta temática percebem que o CDocEx foi perdendo sua razão de ser ao longo dos anos diante das atribuições crescentes que a diretoria ocupou⁷⁷.

O final dos anos 1970 é também um momento marcado por pressões oriundas dos órgãos federais de cultura e do patrimônio histórico e demais setores envolvidos na militância da conservação do patrimônio histórico e também ambiental, mobilizados contra possíveis ações do Ministério do Exército em relação à destinação patrimonial de bens. A reportagem do jornal **O Globo**, de 15 de março de 1975, cujo título é “MEC estuda tombamento do Forte de Copacabana” (**O Globo**, 1975)⁷⁸, mostra o quadro de intencionalidades divergentes entre o Ministério do Exército, na gestão do general Sylvio Couto Coelho da Frota, por um lado, e o Ministério da Educação e Cultura, sob gestão de Ney Braga e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujo diretor era Renato Soeiro, por outro – em relação à condução da destinação de imóveis, até então pertencentes ao Exército. A intenção de alienar imóveis “altamente valorizados”, conduzida pela égide mercadológica, vislumbrada no meio militar, teria colocado em discussão e evidência o valor histórico e cultural que muitos desses lugares possuíam para o país. No caso emblemático do Forte de Copacabana, localizado no “cartão-postal” da cidade do Rio de Janeiro, a pressão fomentada por aqueles que defendiam o valor inalienável de tais lugares incentivava a criação de processos de transferência da titularidade para o domínio da União, conforme tendência do governo Geisel, e de salvaguarda do patrimônio a partir de mecanismos de proteção como o tombamento (**O Globo**, 1975).

⁷⁷ Cf. entrevistas com o major Raphael Laurino e o general Sergio Morgado.

⁷⁸ Cf. *O Globo*, de 15 de março de 1975. Matutina, Rio de Janeiro, página 11.

Os anos 1970 e início dos anos 1980 ainda são incertos em relação a orientações afirmativas para o que pudesse ser compreendido como uma política cultural no Exército. O que começa a se esboçar para as organizações tradicionais de cultura do Exército no final dos anos 1970, principalmente em relação aos arquivos, alinha-se com a necessidade de se criarem regras que normatizem seu acesso, antes geridos sem regras claras ou restritos apenas aos militares. Um reflexo dos novos tempos. Um marco desse período é a criação das “Normas para a utilização dos arquivos, bibliotecas e museus do Exército por parte de historiadores e outros estudiosos”⁷⁹, possibilitando condições de acesso público mediante regras estabelecidas que consideram medidas de segurança “acima de quaisquer condições hierárquicas e facilidades funcionais, diplomáticas e outras semelhantes”⁸⁰. O texto dessa normativa parece apontar uma dupla função: ao mesmo tempo que legitima o acesso a historiadores e outros estudiosos, conceituados como “usuários” e garante a liberdade de anotações por parte desses, condiciona o acesso a um criterioso processo de obtenção de “credencial de segurança”, aproximando-se mais de um padrão de hostilidade do que de hospitalidade com o público externo. Essa atmosfera de desconfianças mútuas que rondava os arquivos do Exército foi registrada em estudos acadêmicos que apontam, ainda nos anos 1990, as dificuldades na interface pública almejada (SOUZA, 2009). Todavia, parte dessa dificuldade não estava apenas numa postura defensiva da instituição militar, mas na própria falta de habilidade técnica interna em lidar com um acervo histórico de tamanha relevância e extensão. Nesse mesmo artigo, a autora chama atenção para o estabelecimento de uma nova conduta que passou a vigorar nessa organização militar já nos anos 2000, com sua gradativa profissionalização. A autora aponta duas importantes iniciativas que passam a ocorrer: a política de alocar militares com formação acadêmica em história e ciências sociais no trabalho junto aos arquivos e ao público, e a abertura para parcerias para organizar o acervo do Arquivo Histórico do Exército (SOUZA, 2009). Essas transformações, observadas nesse contexto, são transversais às demais organizações tradicionais de cultura da instituição, sendo fruto de orientações mais amplas que passam a acontecer a partir dos anos 1980. Essas transformações, observadas em diversificados contextos organizacionais, reorganizam configurações de um campo em construção no Exército Brasileiro, que, paulatinamente, passa a afirmar

⁷⁹ Portaria Ministerial nº 2.449, de 27 de setembro de 1979.

⁸⁰ *Idem*.

seu legado institucional no cuidado com o “patrimônio histórico e cultural” sob a sua guarda.

Os anos 1980 marcam um período de transição do regime político: o fim do regime militar, iniciado em 1964 e o início de um novo período democrático, com a primeira sucessão presidencial civil e a nova Constituição Federal, promulgada em 1988. Nesse processo de redesenhos institucionais do Brasil democrático, diversas instituições sofrem alterações em seus procedimentos administrativos. Emerge uma “nova face do patrimônio” (OLIVEIRA, 2008) com destaque para a ampliação do conceito de patrimônio cultural (CHUVA, 2011). É assim que, além dos assuntos de defesa, o Exército Brasileiro, que tem sob sua guarda vasto patrimônio histórico e cultural, passa a responder a novas demandas de entendimento e atuação.

Em 1980, no governo do presidente João Figueiredo, uma nova organização militar é criada no âmbito do Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP: a Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos – DACED, com sede no Rio de Janeiro⁸¹. Teve como seu primeiro diretor o general de brigada Mário Vital Guadalupe Montezuma, cuja gestão perdurou até fevereiro de 1984. Nessa nova conjuntura, surge na estrutura da DACED uma seção específica para tratar de “assuntos culturais e históricos”. Concomitantemente, ocorre um esvaziamento do Centro de Documentação do Exército, que até então congregava as instituições culturais tradicionais do Exército. Conforme nota em um Boletim do Exército no ano de 2012, numa leitura retrospectiva do ano de 1980:

Em 1980, com a criação da Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (DACED), cuja 2ª Seção cuidava dos Assuntos Culturais e Históricos, o CDocEx perdeu para a nova diretoria, a BIBLIEx e o Museu do Exército, e, para a Secretaria-Geral do Exército (SGEx), o Arquivo do Exército e o EGGCF, além da supressão do cargo privativo de general de brigada para a sua Chefia. (Boletim do Exército nº 9, de 2 de março de 2012).

Com a migração da subordinação⁸² das organizações tradicionais de cultura do Exército, do Centro de Documentação do Exército – CDocEx para a Diretoria de

⁸¹ Pelo Decreto nº 84.608, de 31 de março de 1980.

⁸² Pelo Decreto nº 84.951, de 23 de julho de 1980.

Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos – DACED, o CDocEx passa a ser definido como o “órgão incumbido de realizar as atividades referentes à Informática, Heráldica e Histórico de Organização Militares e Microfilmagem do Exército”, permanecendo vinculado à Secretaria-Geral do Exército. Já a Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos – DACED, subordinada ao Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP, passa a enquadrar as seguintes organizações militares: Escola de Equitação do Exército – EsEqEx, Escola de Educação Física do Exército – EsEFEx, a Biblioteca do Exército – BibliEx e o Museu do Exército – MusEx. A Figura 4 ilustra a configuração e subordinações dessa nova diretoria:

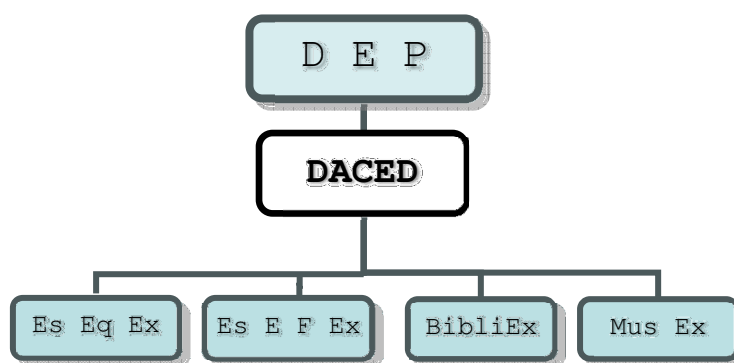


Figura 4: Organograma da Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos – DACED Fonte: Apresentação dos 30 anos da DPHCEX – Major Raphael Laurino – DPHCEX, 2010.

Se, por um lado, na recém-criada diretoria, os assuntos de história militar ganhavam lugar em uma seção, no todo, as atribuições da diretoria representavam mais um somatório de distintas atividades (de educação física, equitação, museologia e editoração) sem uma conexão entre as partes. Essa configuração organizacional parece apontar uma visão ainda disfuncional no tratamento da área cultural. Conforme aponta um interlocutor:

E essas diretorias todas foram organizadas sem saberem. [O pensamento era o seguinte]: “vamos juntar esporte com BIBLIEx”. BIBLIEx, o quê que era? Era uma biblioteca editora que existia ali, que já tinha cento e tantos anos. [o pensamento era o seguinte]: “Onde é que vai ficar? Então fica na DACED. Vamos juntar o esporte dentro do museu da equitação”. Quer dizer, é uma junção de coisas que não pode ficar em lugar nenhum, não tem nenhum fio que costure isso aí. É claro que isso aqui [escola de equitação] é cultura. Você pode ter uma visão cultural, mas não nesse sentido aqui de juntar tudo. (General Synésio – entrevista)

O general Synésio percebe que os esforços de configurações iniciais da diretoria foram realizados sem reflexões acerca do que se poderia esperar para uma visão mais filosófica do campo cultural. Ele observa que um pensamento mais próximo de uma abordagem reflexiva do campo cultural deve ser buscado em outros “nichos” do Exército, para tentar caracterizar suas características precursoras⁸³.

Não havia nessa diretoria atribuições de mediação técnica para assuntos de preservação do patrimônio, nem mesmo em edificações sob sua guarda tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Cada organização militar que se enquadrasse nessa condição prestava contas diretamente ao IPHAN, quando necessário, por meio do comando das respectivas organizações militares, que geriam, ao seu modo, seus próprios espaços de memória. A imensa maioria das atividades da Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos – DACED giravam em torno da convocação dos atletas para treinamento e seleção da equipe do Exército para as disputas de campeonatos, e toda sorte de eventos relacionados às atividades desportivas conforme constam nos Registros Históricos – RH da DACED. Junto ao rol desses assuntos, aparecem nesses documentos, no campo de “registros das ocorrências”, outros assuntos que destoavam, em seu conteúdo, dos demais, e diziam respeito às “atividades culturais” realizadas pela diretoria. Percorrer tais registros nos aproxima da dimensão do que estava sendo tratado como tal, no olhar dessa diretoria. Algumas dessas ocorrências são menções a eventos em datas comemorativas, como o Dia da Bandeira, realizado em 1980, “no mesmo dia, hora e local, que o marechal Deodoro da Fonseca, há 91 anos, assinou decreto instituindo a atual Bandeira Nacional” (RH da DACED, 1985) e outras cerimônias como a inauguração e incorporação da Casa

⁸³ Estudos que venham situar o pensamento do Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP e demais Centros de Estudos, como o Centro de Estudos e Pessoal – CEP, em relação à área cultural do Exército nos anos 1980-90 são oportunos.

de Osório (localizada à rua do Riachuelo, nº 302, na cidade do Rio de Janeiro) ao Museu do Exército, presidida pelo ministro do Exército, general de exército Valter Pires de Carvalho e Albuquerque, em 1983. Aquisições de acervos como a espada que pertenceu ao marechal Osório e foi entregue ao Museu do Exército também ocupam os registros da época (RH da DAED, 1985).

Em fevereiro de 1984 ocorre a passagem de comando, do general Montezuma, para o general de divisão Antenor de Santa Cruz Abreu, que dirigiu a DACED até dezembro de 1985. Em sua gestão um dos registros das “atividades culturais” foi a criação do grupo de trabalho do Solar Duque de Caxias, e a publicação dos estudos realizados que coincidem com o “início dos trabalhos de levantamento do acervo patrimonial, histórico e artístico do Exército” (RH da DAED, 1985). Mais uma vez, a questão do levantamento do acervo do patrimônio histórico e cultural se coloca como necessidade premente não equacionada, sendo recolocada em pauta.

Entre os registros, merece destaque o campo editorial, com publicações da Bibliex, de livros e de revistas, como a **Military Review**; a **A Defesa Nacional**; a **Revista do Exército Brasileiro**; a **Revista Militar de Ciência e Tecnologia**. Neste campo, os registros são recorrentes e perduram durante todo tempo de atuação da DACED. A relação de doações ao Museu do Exército (de canhões, cartas, retratos, peças da vida de personalidades, como as de Agostinho Ribeiro da Fonseca, quadros históricos, tela a óleo, imagem de santa, moedas raras etc.), também aparece no quadro de registros de atividades culturais da diretoria. Um repertório ainda modesto de atividades, porém significativo de seus primeiros anos de vida, que coincidem com aquilo que se pode considerar um campo em construção.

Ao contrário do que se costuma ressaltar nos discursos institucionais que normalmente reforçam uma conduta naturalmente preservacionista do patrimônio cultural por parte das organizações militares, um documento de memória da DAC reconhece a situação de baixa prioridade institucional da área de cultura no Exército vivida até então, a saber:

A cultura nunca foi alvo das preocupações maiores do Exército, particularmente para a preservação da memória da Força Terrestre. Isto explica fatos como, por exemplo, a interrupção, por vários

anos, das atividades da Biblioteca do Exército, as intervenções danosas em prédios de valor histórico e arquitetônico, que desfiguraram e mutilaram magníficos exemplares da arquitetura militar luso-brasileira, e, em épocas passadas, o descaso com as condições de funcionamento do Arquivo Histórico do Exército. A partir de 1986, com a criação do Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana, esse quadro começa a se modificar radicalmente. (Acervo documental da DAC – Memória nº01/D2 – DAC, de 11 de fevereiro de 2005.)

No ano de 1985 a DACED, além dos eventos ordinários da diretoria⁸⁴, também passou a intermediar mecanismos para operacionalizar novos rumos para o Museu do Exército. Um convênio realizado entre o Ministério do Exército e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, por intermédio da DACED, viabilizou o Projeto Apoio ao Museu do Exército, que tinha como objetivo proporcionar uma melhor organização e promover a manutenção adequada do acervo do museu (RH da DACED, 1985). No âmbito da 2ª. Seção da DACED dava-se prosseguimento aos trabalhos de coleta, classificação e montagem de fichas de Patrimônio Histórico e Artístico, visando o “levantamento de todo o acervo histórico e artístico relativo à Força Militar Terrestre” (RH da DACED, 1985). Esse trabalho contou com a colaboração de uma museóloga do Programa Nacional de Museus, do Museu Histórico Nacional. No final de 1985 a DACED se vê envolvida na “Elaboração de bases para a criação de Diretrizes Culturais do Exército” (RH da DACED, 1985).

A preservação da memória do Exército estava em pauta com o fim do regime militar. Foi quando o então general Leônidas Pires Gonçalves, no cargo de ministro de Exército (1985-90) determinou a extinção do Museu do Exército, que funcionava na Casa Histórica de Deodoro, situado na Praça da República, no Centro do Rio de Janeiro, e encaminhou a transferência deste e demais acervos para que fosse criado o Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana, nas dependências do Forte de Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro⁸⁵. O advento de um “novo” museu nas instalações de um sítio fortificado ícone da artilharia de costa, até então estritamente operacional e fechado

⁸⁴ Desportos (convocação de atletas para treinamento e seleção); Escolas de Equitação e de Educação Física do Exército (cerimônia de abertura e encerramento dos campeonatos); Bibliex (publicações).

⁸⁵ Cf. Portaria nº 61, de 19 de dezembro de 1986.

ao público, é um acontecimento marcante na vida da instituição que revela nova fase para a instituição militar⁸⁶.

A escolha do novo endereço para a instalação de um museu histórico possui relação com embates, tensões e disputas que se arrastaram ao longo dos anos de 1970 e 1980, quando os interesses para a ocupação daquela área se intensificam e múltiplos projetos surgem para esse requisitado lugar de Copacabana. Tais tensões encontram ecos em posicionamentos internos ao Exército – desde aqueles afeitos a uma visão utilitarista do patrimônio, que consideravam, por exemplo, a venda de imóveis localizados em zonas urbanas valorizadas, entre eles, áreas pertencentes ao Forte de Copacabana, para auferir recursos para, por exemplo, investirem em novos quartéis, como também aqueles que consideravam e defendiam o valor histórico e inalienável do lugar, dentro de uma perspectiva de salvaguarda, mesmo que da posição estratégica. Do ponto de vista externo (sejam eles movimentos associativos de bairro, a visão do próprio órgão de preservação do patrimônio nacional, o SPHAN, à época, e outros afins), também se confrontavam visões entre perspectivas “preservacionistas do patrimônio” e outras de caráter notadamente mercadológico. O desfecho desse cenário de disputas, com a solução pela via da preservação, manteve não apenas o “patrimônio histórico e cultural” representado pelo último exemplar fortificado construído na baía de Guanabara para a defesa da costa do Rio de Janeiro, como também estabeleceu a permanência do domínio do Exército Brasileiro no lugar. Tratou-se de uma inovadora missão, assumida pelo coronel de artilharia Romeu Antônio Ferreira, seu primeiro diretor⁸⁷.

Em janeiro de 1986 o general de divisão Anápio Gomes Filho assume a direção da DACED (permanecendo no cargo até abril de 1988). Em seu primeiro ano de gestão a diretoria transcorre com a habitual convocação dos atletas para treinamento e seleção destinada às competições. Porém ocorre uma reformulação na configuração organizacional da diretoria: a alteração da subordinação do Museu do Exército, do âmbito da DACED, para a Secretaria-Geral do Exército, por decisão do ministro do

⁸⁶ O tema sobre a obsolescência, patrimonialização e abertura das fortificações ao uso público será tratado ao longo deste estudo, particularmente no caso do Rio de Janeiro. Cabe observar, porém, que nessa mesma época existem outros exemplos significativos dessa transição de usos, em outras localidades do Brasil, como os trabalhos arqueológicos no Forte do Bum, em Pernambuco, que culminaram com a abertura à visitação e criação de um museu, inaugurado em 1987, sob administração militar.

⁸⁷ Cf. Revista **Da Cultura**, ano XV, nº 27 – Novembro de 2016.

Exército Leônidas Pires Gonçalves⁸⁸, que passou a vigorar em 1 de janeiro de 1987. O empreendimento de grande vulto, que envolvia a transformação de uma fortificação em atração cultural da cidade, com a instalação de um museu militar, atraiu a condução das ações para a cúpula do comando do Exército. Com isso, o ano de 1987 para a DACED parece ter passado em branco, pelo menos no que se refere ao preenchimento dos acontecimentos notáveis no livro de registros históricos dessa diretoria. Um dos poucos registros é o de que a Comissão Regional de Obras, a CRO/1, deu por encerrada a segunda fase de restauração do Solar de Duque de Caxias, em Barão de Juparanã, município de Valença – RJ (RH da DACED, 1987). Os anos subsequentes seguiram com pouco dinamismo, com a exceção de uma participação da diretoria na campanha internacional “Para que vivam as crianças, vamos mudar o mundo”, em 1988, patrocinada, pela Cruz Vermelha Brasileira e destinada a angariar fundos para beneficiar crianças carentes (RH da DACED, 1988). Para uma diretoria com atividades, entre o “desporto” e demais ações para a “preservação do patrimônio histórico e cultural”, essa missão parece destoar de suas atribuições, se vista no campo da ação social. Todavia, foi também o ano que o país estava voltado para o processo constituinte iniciado no ano anterior, e que culminou com a criação da nova Constituição do país. A DACED, nesse período, parece enfrentar uma crise de objeto e objetivos. De maio de 1988 a abril de 1990, a DACED é dirigida pelo general de divisão Arnaldo Serafim, sendo esse substituído, na ocasião, pelo general de brigada João Edie Kraemer, que permaneceu no cargo até abril de 1991, tornando-se o último diretor da DACED.

Em 1990, os então coronéis Newton Bonumá dos Santos e Sergio Dentino Morgado⁸⁹ elaboraram uma monografia durante o Curso de Política, Estratégia e Alta administração do Exército – CPEAEx da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME sobre a cultura no Exército Brasileiro⁹⁰. Este estudo propunha que o assunto fosse “tratado de maneira integrada e dentro de uma visão sistêmica”, proposta essa que já vinha sendo amadurecida na instituição, que apontava para uma reorganização, num contexto de modernização do Exército. Nessa visão sistêmica

⁸⁸ Portaria Ministerial nº 064-Res. de 23 de dez. de 1986.

⁸⁹ Este coronel mais tarde chegaria ao generalato e ocuparia, em 1997, o cargo de diretor da ainda embrionária Diretoria de Assuntos Culturais.

⁹⁰ Cf. O estudo tem como título: “Reflexões sobre a Cultura no Exército Brasileiro – suas dimensões, objetivos, estrutura, instrumentos e propostas”, CPEAEx, ECEME, 1990. Encontra-se disponível na Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior – ECEME.

previa-se a reunião das grandes instituições da cultura do Exército. Conforme mencionam:

Sabemos que a nova Organização Básica do Exército (OBE) pronta para ser implantada prevê a criação de uma Fundação Cultural⁹¹, que reunirá a Biblioteca do Exército, o Arquivo Histórico, o Museu Histórico do Exército, o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, e cuidará das Festas Cívicas, dos Parques e Monumentos, dos Sítios Históricos e de Centros Culturais. A direção da Fundação terá a seu dispor uma Assessoria e suas atividades básicas serão a preservação da memória e a divulgação da cultura. (SANTOS; MORGADO, 1990).

Os autores vão além e provocam o leitor, ao indagar:

Mas não seria o caso de se ampliar um pouco mais essa ação da cultura? Se ela é o insumo básico para mudar a mentalidade – nosso problema maior, não seria acanhado um projeto que se importasse apenas com memória e divulgação? (SANTOS; MORGADO, 1990).

Os autores ainda refletem sobre as propostas geradas pela reorganização em curso e questionam: “não seria o Sistema Cultural previsto pela Organização Básica do Exército muito tímido para as atribuições que lhe competem?”. E assim lançam um pensamento: “criar capacidade de previsão não dependeria da atribuição de outras atividades à Fundação Cultural, envolvendo estudos e pesquisas?” (SANTOS; MORGADO, 1990).

⁹¹ O que é nomeado de Fundação Cultural pelos autores é o que veio a se constituir como uma diretoria.

Capítulo 3: A institucionalização em marcha: a projeção do Exército na cultura

3.1 A Diretoria de Assuntos Culturais – DAC e a delimitação do campo cultural

O fim do ano de 1990 é marcado por uma transformação da Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desporto – DACED, durante o governo do então presidente Fernando Collor de Mello⁹². A publicação de um boletim especial resume sua trajetória e aponta as motivações para sua transformação:

Durante mais de 10 (dez) anos de existência a DACED coordenou e planejou as atividades de ensino da Escola de Educação Física do Exército e da Escola de Equitação do Exército; organizou, coordenou e participou de vários eventos desportivos não somente no âmbito do Exército, mas também das Forças Armadas, através da Comissão de Desportos do Exército, do Centro Hípico do Exército e das próprias escolas de Educação Física do Exército e da Escola de Equitação do Exército; participou e organizou inúmeros eventos culturais, principalmente quando ainda a si subordinado o Museu do Exército. Da análise do seu histórico constata-se que ao encerrar suas atividades a DACED atingira os objetivos de sua criação, mas, a reestruturação do Exército exigiu a sua transformação. (Boletim Especial/DACED nº 14, de 31 de dezembro de 1990. Coronel Fernando Barbosa Monteiro Gonçalves – cel. Resp. p/Direção da DAC.)

Diferente do ocorrido nos anos de 1970, quando a DAED (1973-75) foi extinta, a Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desporto – DACED sofreu outro tipo de transcurso organizacional: o de transformação em outra organização militar, perpetuando seu histórico. Por essa razão a data de aniversário da diretoria continuou sendo a data de criação da DACED, 31 de março de 1980.

A reestruturação fez surgir a Diretoria de Assuntos Culturais – DAC⁹³, órgão de apoio, subordinada ao Departamento de Ensino e Pesquisa, órgão de direção setorial, com sede no Rio de Janeiro. Suas atividades iniciaram em janeiro de 1991, com sua

⁹² Cabe aqui ressaltar a conjuntura neoliberal vivida no período e a “destruição promovida nas instituições federais responsáveis pelo patrimônio histórico e artístico nacional” (BOTELHO, 2001) do governo Collor.

⁹³ Pelo Decreto nº 99.735, de 27 de novembro de 1990.

autonomia administrativa e exclusivamente voltada para os “assuntos culturais”. O coronel Pantoja resume de forma sintética e oportuna essa transição DAED-DAC:

Antes quando ela foi criada como “assuntos culturais e educação física” ela cuidava, além da parte cultural, da educação física, que tem uma parte cultural, mas é uma área específica. Depois ela foi transformada em uma “diretoria de assuntos culturais”, ela antecede a DPHCEX, mas já com as características somente para ter responsabilidade sobre assuntos culturais, mas era uma instituição nova, se criando, tanto os seus quadros como os seus diretores, ainda aprendendo muito e olhando muito regionalmente sem pensar muito num sistema cultural. (Coronel Pantoja – entrevista)

O advento da DAC concentrou sob sua responsabilidade algumas funções do CDocEx e da antiga diretoria, nas atividades relacionadas à história e ao patrimônio histórico-cultural do Exército. Nesse remanejamento, restou ao CDocEX atividades referentes ao histórico de organizações militares e as áreas de musicologia e heráldica⁹⁴. Nesse novo formato, a diretoria recuperou para seu domínio o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, que desde o final de 1986 estava sob o comando da Secretaria-Geral do Exército, continuou com a BibliEx e incorporou o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial – MNM2^aGM e o Arquivo Histórico do Exército – AHEx (antes subordinado ao CDocEx e posteriormente à Secretaria-Geral do Exército). A Figura 5, com o organograma da DAC, apresenta a sua composição:

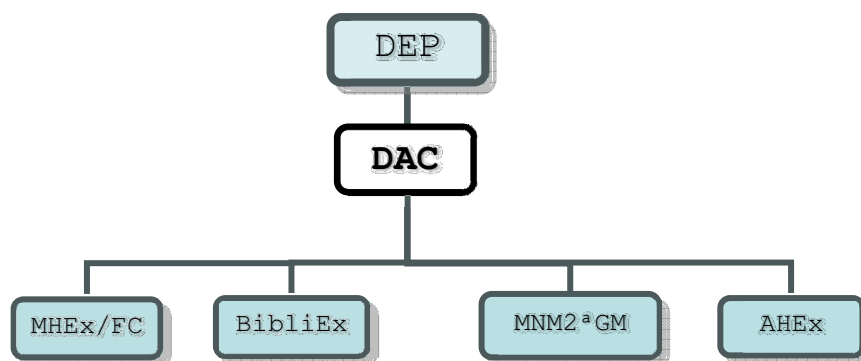


Figura 5: Organograma da DAC (1991-95). Fonte: Apresentação dos 30 anos da DPHCEX – Major Raphael Laurino – DPHCEX, 2010.

⁹⁴ Cf. Boletim do Exército nº 9, de 2 de março de 2012.

A nova diretoria passou a ser representada por outra insígnia sem os elementos desportivos que pertenciam à DACED. Sua criação representou um significativo redesenho institucional com a proposta de sistematização e formulação de diretrizes normativas para o setor cultural do Exército Brasileiro, ainda que, na prática, como ressaltou o interlocutor militar, tenha estabelecido uma ação muito regionalizada, notadamente com foco de atuação no Rio de Janeiro.

Até meados dos anos de 1990, não existia ainda uma “política cultural” como diretriz institucional, embora, desde os anos de 1970, as atividades relacionadas com “a documentação, a história e o patrimônio histórico cultural do Exército” fossem da competência do Centro de Documentação do Exército, ligado à Secretaria Geral do Exército⁹⁵. O diretor da transição DACED-DAC foi o general de brigada João Edie Kraemer, tendo passado para a reserva remunerada e transmitido o cargo em março de 1991, para o general de divisão Sergio Ruschel Bergamaschi (RH da DAC, 1991), sendo designado representante do Ministério do Exército na Comissão para Levantamento e Estudo de Projetos passíveis de serem desenvolvidos em conjunto com a Secretaria de Cultura da Presidência da República, com a interveniência do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural visando à implantação do Protocolo de intenções⁹⁶ (RH da DAC, 1991). Cabe notar que esse Protocolo de Intenções acontece em um contexto de transição política e de significativas modificações estruturais no setor cultural do país com o início do governo do presidente Fernando Collor de Mello. No ano seguinte, o Protocolo de Intenções se desdobrou nas Diretrizes para o Projeto de Fortificações Históricas⁹⁷.

Confirmando a tendência de articulações vigentes no período, em meados de 1991 o chefe interino do Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP, general de divisão Clovis Jacy Burmann, acompanhado de três oficiais de Estado-Maior, visitou a DAC para tomar conhecimento das instalações, acompanhamento das atividades culturais e fazer contato pessoal com integrantes da diretoria (RH da DAC, 1991)⁹⁸, num momento em que se percebe também um grande interesse do governo federal em aproximar-se das forças armadas. Foi quando, nesse mesmo ano, a DAC colaborou com a 1ª Brigada

⁹⁵ Cf. Decreto nº 74.208, de 21 de junho de 1974.

⁹⁶ Protocolo nº 001/91-SEc/PR.

⁹⁷ Cf. Portaria nº 402, de 2 de julho de 1992. Diário Oficial, 6 de julho de 1992. Seção 1.

⁹⁸ Cabe aqui ressaltar a necessidade de um aprofundamento sobre como ocorriam as relações entre o DEP e a DAC nesse período.

de Artilharia Antiaérea, para a realização da visita do então Presidente Collor à Fortaleza de Santa Cruz, localizada em Niterói. Ficou registrado no histórico da DAC o agradecimento do general de brigada Francisco Stuart Campbell Pamplona, então comandante e gestor da fortaleza, que ressaltou “o apoio, a boa vontade, o interesse e a dedicação demonstrados, na oportunidade, pelo efetivo dessa diretoria que lá compareceu, contribuindo decisivamente para o êxito que se revestiu o evento” (RH da DAC, 1991.)⁹⁹.

No plano institucional mais amplo, um depoimento do general Gleuber Vieira sobre esse período traz à tona os enfrentamentos vividos pelo Estado-Maior do Exército e algumas estratégias adotadas para fortalecer interações entre militares e civis. Conforme relatou em pesquisa realizada pelo CPDOC/FGV:

Durante o tempo em que estive no Estado-Maior do Exército, começamos a desenvolver, e eu fui o coordenador, um programa de intercâmbio com a sociedade – começamos em meados de 1991, mas o desencadeamento efetivo se deu a partir de 1992. Entendíamos que estávamos vivendo novos tempos, que precisávamos conhecer a sociedade e nos fazermos melhor conhecidos por ela. Muitas das nossas experiências demonstravam que pior do que a desinformação era a má informação a nosso respeito. Estabelecemos então um programa setorizado de painéis, seminários e workshops. Fizemos encontros com jornalistas, publicitários, setores da área acadêmica, políticos, empresários, sindicalistas, levando oficiais do Exército cuja função tinha alguma pertinência com os temas que iam ser discutidos. Foi extremamente proveitoso e nos animou, depois, a partir para outras iniciativas, aí já com auditórios mistos. Passamos também não só a aceitar como a fazer questão de participar de eventos fora do Exército, seja comparecendo à Comissão de Defesa da Câmara, seja participando de seminários em universidades e institutos de estudos estratégicos. Mais uma vez, provou-se que foi um passo acertado porque acredito que abriu, para ambas as partes, uma série de ricos canais de intercâmbio. Para mim pessoalmente, foi uma excelente oportunidade de conhecer outros segmentos da sociedade e de proporcionar às outras subchefias do Estado-Maior do Exército subsídios muito bons para desenvolverem seus planejamentos. Fizemos isso porque não podíamos continuar o tempo todo contra a parede, nem queríamos sair por aí trocando farpas. (Depoimento do

⁹⁹ As motivações e pormenores dessa visita e demais acordos realizados com esse governo e o Exército carecem de levantamentos mais aprofundados.

general Gleuber Vieira. In: SOARES, G. A.; D'ARAUJO, M.C. e CASTRO, C. (orgs.), 1995.)

No plano da diretoria, como forma de incentivo ao aprimoramento técnico-cultural, membros da DAC passaram a participar de viagem de intercâmbio em outros países, como o ocorrido em 1992, quando o general Bergamaschi e o coronel José Fernando de Maya Pedro estiveram em Washington D.C., por designação do ministro do Exército Carlos Tinoco, para o Intercâmbio de História Militar entre os Exércitos brasileiro e americano.

No alto comando do Exército, assume o general Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena (1992-99) como ministro do Exército, a convite do presidente Itamar Franco (CASTRO; D'ARAUJO, 2001). O ministro Zenildo é muito lembrado como importante figura que impulsionou a projeção no Exército na cultura, como atestam os depoimentos dos mais antigos, ligados aos quadros de alta patente. Conforme relata o coronel Crespo:

O Ministro Zenildo foi um grande incentivador da área cultural. Ele é que é responsável pelo museu Forte de Copacabana, o museu Conde de Linhares. Ele realmente foi o grande... Foi um marco (...) É antes e depois do Zenildo a cultura no Exército. (Coronel Crespo – entrevista.)

O empenho pela guarda da memória e pela transformação das antigas fortificações em dispositivos culturais de acesso público é reconhecido no meio militar. Conforme o general Morgado destaca:

O General Zenildo é o grande responsável por isso daí. De certa forma o Museu Histórico do Exército deve muito a ele. Embora eu ache até que a ideia é um pouco anterior a ele, da época do general Leônidas (...) mas o grande elemento, o grande responsável por isso é o general Zenildo (...) nós continuamos o trabalho de edificação do Museu dentro da linha traçada pelo general Zenildo. E eu cheguei lá com essa visão: que tinha que abrir aquilo ali para aproveitar o lazer, para mostrar o conhecimento, a história, essas coisas. O forte é uma peça que informasse o que realmente o Exército é. O forte e todas as outras instituições militares. Aí

começa a brotar a ideia: porque não fazer um circuito? Por que não ir pra lá, porque não aproveita, aí começa a sonhar, sonhar não custa nada, problema é transformar o sonho em realidade. (General Morgado – entrevista.)

Os depoimentos destacam como o ministro Zenildo foi figura importante para uma nova fase da cultura no Exército. O general Synésio tenta ir além, ao refletir sobre as motivações do ministro Zenildo na projeção cultural do Exército:

A questão dos museus. É um movimento que começou mais ou menos com o Zenildo como Ministro (...) eu não sei realmente por que que o Zenildo se importava com isso, (...) eu acho que ele achava bonito ou achava que aquilo ia guardar a memória do Exército ou tinha visto isso em algum país. (General Synésio – entrevista.)

Seu posicionamento parece refletir a existência de uma intuição política na condução do campo cultural, mais do que um processo amplo de reflexão institucional do sentido de patrimônio. Podendo sua conduta ser motivada para perpetuar a permanência das organizações militares em locais carregados de sentidos e pertença, e também como uma oportunidade de compartilhar uma imagem da instituição com a sociedade. O próprio general Zenildo, em resposta à indagação: “na gestão de V. Ex^a foi enfatizada a área cultural do Exército Brasileiro. Poderia citar as principais motivações que o levaram a adotar essa postura?”¹⁰⁰, declarou à Revista **Da Cultura** (2010) :

O despertar do meu interesse pela cultura devo muito ao período de minha infância e da adolescência. Fui criado num ambiente em que se cultuava a história de Pernambuco e do próprio Brasil. Viviam em torno de acervos preciosos e patrimônios históricos, legado de nossos antepassados, que respondiam e complementavam as indagações e os ensinamentos recebidos na escola. Os museus, as igrejas, os campos de Guararapes: foi em torno deles que nasci e cresci. Acredito que esse cenário tenha influenciado na postura que tive na área cultural. (Entrevista com o general Zenildo – Revista **Da Cultura** – Ano IX / Nº 16).

¹⁰⁰ Cf. Entrevista com o general Zenildo – revista **Da Cultura** – Ano IX / Nº 16 (p. 3-6).

O ministro Zenildo, ao longo de sua gestão, promoveu uma série de medidas na área cultural, incluindo investimentos e uma série de alterações organizacionais a fim de proporcionar uma melhor gestão dos espaços de memória. Foi o que ocorreu em relação ao Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, que passou da subordinação da primeira Região Militar para a Diretoria de Assuntos Culturais – DAC em novembro de 1992 (RH da DAC, 1992), entre outras, apresentadas a seguir.

Intercâmbios começam a surgir no âmbito da DAC, seja em eventos internacionais, como o de História Militar, ocorrido na Itália em 1993 (RH, DAC, 1993), ou nacionais, como a participação de seus representantes em palestra sobre “Museus: História e Missão”, realizada no Instituto de Geografia e História Militar, proferida pela museóloga Claudia Porto (RH da DAC, 1993). Consta que na ocasião dessa palestra o então presidente daquele Instituto, o general de Exército Jonas de Moraes Correia Neto, anfitrião do evento, enfatizou a importância da discussão, como uma forma de estimular a cultura do Exército, que, conforme foi registrado, “despertou grande interesse nos presentes e marcou o início do programa para a formação de militares e civis, no desenvolvimento e execução das atividades culturais” (RH da DAC, 1993). Fruto desse ambiente, foi lançado o primeiro número informativo “Museus do Exército”, com a finalidade de coordenar, supervisionar e incentivar o Sistema de Museus do Exército (RH da DAC, 1993).

Em agosto de 1993 a DAC conhece o seu segundo diretor, o general de brigada Álvaro Henrique Vianna Moraes. Como de praxe, o novo general visitou as organizações militares diretamente subordinadas – OMDS, e também alguns patrimônios históricos e culturais, como a Fortaleza de Santa Cruz e Fortes Rio Branco, São Luiz e Imbuí, em Niterói, e as Casas Históricas de Marechal Deodoro, na Praça da República e do General Osório, na rua Riachuelo, no Rio de Janeiro (RH da DAC, 1993). No fim do ano de 1993 foi realizada uma palestra sobre “Patrimônio Cultural”, pela professora Teresinha de Moraes Sarmiento, ex-diretora da Escola de Museologia e ex-presidente da Associação Brasileira de Museologia para um grupo de diretores e comandantes de organizações diretamente subordinadas e seus oficiais e servidores civis da DAC (RH da DAC, 1993) e também aconteceu o “encerramento do ano cultural”,

realizado no “Salão da Cultura”, com palavras do diretor da DAC, o general Álvaro, anunciando as principais realizações culturais do ano.

Em 1994, por iniciativa do ministro Zenildo, foi criado o Dia do Exército, em referência à data da primeira Batalha dos Guararapes, ocorrida em 19 de abril de 1648, e que marcou o processo de expulsão das tropas holandesas da região de Pernambuco (CASTRO, 2002)¹⁰¹. Nesse mesmo ano, o ministro Zenildo resolveu abrir o Palacete Laguna às atividades culturais do Exército, chamando-a de Casa de Cultura do Exército (RH da DAC, 1994). E a primeira atividade foi o lançamento de um livro – Ciclo Revolucionário Brasileiro, de autoria de Odylio Denys (cuja arrecadação foi doada pela família do autor ao projeto Rio-Criança Cidadã, caracterizando o acontecimento como de cunho sociocultural-filantrópico) (RH da DAC, 1994).

Aos poucos a pauta sobre “patrimônio cultural” vai crescendo e novos acontecimentos vão renovando a visibilidade dos “lugares de memória” criados no âmbito militar. Nesse mesmo ano a Diretoria de Assuntos Culturais recebeu ordem do Comando Militar do Leste – CML para realizar o traslado das lápides que cobriram os túmulos do marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, e sua esposa, Ana Luisa Carneiro Vianna, do Cemitério do Catumbi – RJ para o Pantheon de Caxias, onde já se encontravam os restos mortais do “Patrono do Exército” e sua esposa (RH da DAC)¹⁰². E ali foi inaugurada uma exposição sobre o marechal. O projeto e a montagem da exposição foram executados pelo Museu Histórico do Exército – MHEx, por determinação do general de exército Rubens Bayma Denys, quando esteve no Comando Militar do Leste. Nessa ocasião, o general Álvaro, ainda no cargo de diretor da DAC, fez discurso ressaltando a importância da integração do Pantheon no roteiro cultural do projeto que comemorou os 50 anos da criação da avenida Presidente Vargas (RH da DAC, 1994). Nesse mesmo período, rondava na diretoria a ideia de uma “política de criação do Sistema de Museus do Exército” e a necessidade de um “cadastro de acervo histórico e artístico no Exército Brasileiro” (RH da DAC, 1994), sempre em pauta.

¹⁰¹ Sobre a adoção dessa data como marco simbólico na constituição do Exército, ver CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

¹⁰² A exumação dos restos mortais de Duque de Caxias e sua esposa ocorreu no ano de 1949, no cemitério São Francisco de Paula (Catumbi), quando foram transportados para exposição solene na Igreja de Santa Cruz dos Militares, e depositados no Pantheon criado para esse finalidade, na Avenida Presidente Vargas, em frente ao atual Palácio Duque de Caxias, no Centro do Rio de Janeiro.

O final do ano de 1994 é marcado pela passagem de comando, e a chegada do terceiro diretor da DAC, o general de divisão Carlos Patrício Freitas Pereira (RH da DAC, 1994), o general Freitas, que coincide com os primórdios do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O general Freitas, quando foi para a DAC, convidou alguns coronéis da reserva para compor com ele a diretoria, atuando como Prestadores de Tarefa por Tempo Certo – PTTC. Entre eles estava o coronel Crespo, da arma de infantaria, formado em engenharia, ex-adido militar na Inglaterra, entre outras tantas experiências ao longo de sua carreira militar. Conforme suas lembranças:

Quando eu cheguei lá na diretoria eu peguei o general Freitas, depois eu peguei o general Morgado. O Morgado era um grande historiador. O Freitas foi importante na consolidação da diretoria na parte de museus. Ele era um conhecedor profundo de história militar, entusiasmado. (Coronel Crespo – entrevista.)

Um panorama sobre o contexto vivido na DAC em meados dos anos 1990 é narrado por um dos entrevistados:

Eu cheguei em 95. Foi o ano que começou a informatizar a diretoria. Na época, a diretoria estava muito perdida ainda, não tinha ainda um foco. A maioria era pessoal de carreira. Na época era um chefe de gabinete, que era o coronel Ronaldo Figueiredo e o diretor era o general Freitas. E nessa época, eu me lembro, não tinha essa preocupação tanto com a cultura. Cada um exercia a sua função lá, e eu fui trabalhar na seção chamada de fortes e fortalezas. Eram seções de gabinete: SG1, SG2, SG3 (...) Nós não tínhamos ainda acesso aos computadores. (Elza Nascimento – funcionária civil – entrevista.)

Corroborando essa ideia, o coronel Crespo chegou a afirmar: “Porque quando eu cheguei lá [em 1995], aquilo lá era um deserto de ideias” (Coronel Crespo – entrevista). Todavia, a diretoria sofreu alterações. Em fevereiro de 1995 foi aprovada uma nova estrutura organizacional para a DAC (OLIVEIRA, 1996)¹⁰³. Nesse mesmo ano, ocorreu

¹⁰³ O estudo monográfico de Oliveira (1996) traz em seu anexo o organograma da DAC nessa ocasião, composta pelas seguintes seções: 1. Museologia e Monumentos; 2. Sítios Históricos, Fortes e Fortalezas; 3. Planejamento e Coordenação de Atividades Culturais, Ensino e Instrução; 4. Logística e Contabilidade, Financeira; 5. Comunicação Social, Promoção, Difusão Cultural e Musicografia; e 6. Arquivologia, História Militar, Geografia, Biblioteca e outras atividades.

a transferência¹⁰⁴ de subordinação da DAC, até então vinculada ao Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP¹⁰⁵, para a Secretaria-Geral do Exército, sediada em Brasília. Esse novo enquadramento da DAC atraiu para a sua subordinação o antigo CDocEx, que se distanciou da relação direta com a Secretaria-Geral do Exército. A Figura 6, com o organograma da DAC, representa a nova configuração a partir de 1995:

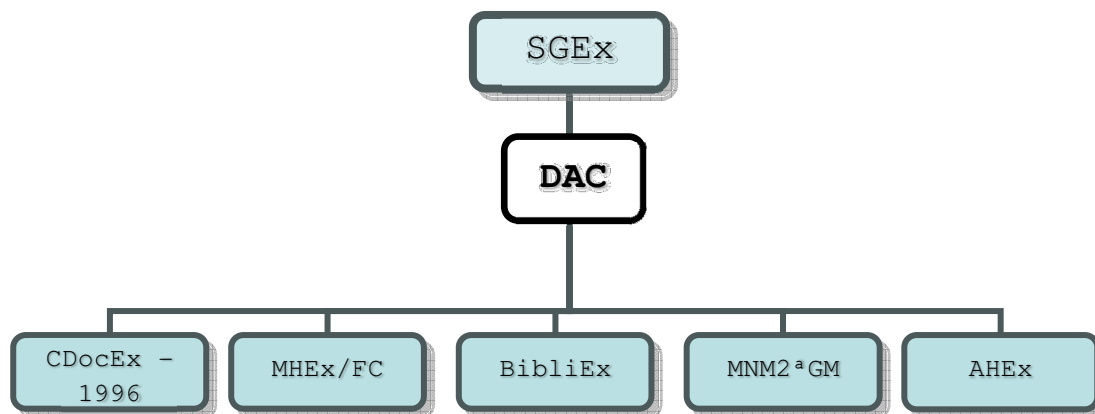


Figura 6 – Organograma da DAC (1995-99) Fonte: Apresentação dos 30 anos da DPHCEx – Major Raphael Laurino – DPHCEx, 2010.

A vinculação da DAC à Secretaria-Geral do Exército não ocorreu por acaso. Nesse momento havia rumores e questionamentos sobre a importância da Diretoria de Assuntos Culturais para a instituição, estando, inclusive, fadada à possibilidade de extinção, conforme relatos colhidos entre os entrevistados (coronel Crespo – entrevista). Vincular a DAC à Secretaria-Geral do Exército, na interpretação desse entrevistado, pode ser compreendido não apenas como uma iniciativa de ganho de poder, por considerar uma maior proximidade à cúpula da instituição, mas uma decisão tomada como forma de garantir a própria sobrevivência da diretoria. Por outro lado, a ligação direta também teve suas dificuldades de operacionalização, como atestam alguns interlocutores que viveram à época esse período. A ligação direta da DAC à Secretaria-Geral do Exército durou até o ano 2000, quando uma nova mudança de subordinação ocorre na vida da diretoria, retornando o vínculo com o Departamento de Ensino e Pesquisa - DEP.

¹⁰⁴ Cf. Decreto nº 1.595, de 17 de agosto de 1995.

¹⁰⁵ Nessa ocasião ocorre a alteração de sede do DEP, de Brasília para o Rio de Janeiro. Cf. Decreto nº 1.553, de 13 de julho de 1995.

A partir de 1995, o Exército passa a viver um período caracterizado pelo “processo de modernização do ensino”, desencadeado pelo Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP, com a formação do Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino – GTEME, coordenado pelo então coronel Paulo Cesar de Castro (MAGALHÃES, 2010). O general Stoffel relembra essa época passada, quando como chefe da Seção de Mísseis, da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, foi entrevistado pelo GTEME.

Ali por 1994, 1993 teve esse trabalho do CPEAEx [Curso de Política Estratégia e Alta Administração do Exército] e criou-se, implantou-se um grupo de trabalho. E o general Castro (na época era coronel), general Lannes (na época era coronel também) faziam parte desse grupo. E eles foram lá e fui entrevistado pelo general Castro. Foi meu primeiro contato com o general Castro. E ele foi lá, conversou com cada chefe de sessão. (General Stoffel – entrevista.)

A trajetória do militar Paulo Cesar de Castro é expressiva nas reflexões, avaliações e redesenhos no campo da educação e na valorização da cultura.

Na chefia do DEP, o general Gleuber Vieira liderou o processo de modernização do ensino. E como reconhece o general Stoffel, sobre a figura de Gleuber Vieira:

Uma pessoa que eu considero que foi um homem que, durante a sua gestão, esteve à frente do seu tempo, pela sua capacidade de verificar demandas e necessidades futuras. Ele teve essa visão bem antecipada de que o novo século ia trazer desafios diferenciados, que já estavam começando a se fazer sentir. E para isso precisava ser feito um grande trabalho de diagnóstico, de análise, para ver o que precisaria ser feito (...) o General Gleuber, mesmo conhecendo essa característica de constante evolução, percebeu que... no contexto de uma mudança maior do ambiente, a própria virada do século, avanços tecnológicos, mas principalmente no avanço, uma mudança determinada pelo comando ou pelo Ministério do Exército que era a FT 90 [Força Terrestre 90]. [Ele se indagou] Podemos continuar simplesmente assim? O que que a gente precisa de novo? O que que está surgindo aí que a gente ainda não implementou? E aí foi objeto de um trabalho ao longo do ano, dessas cabeças pensantes lá do CPEAEx. (General Stoffel – entrevista.)

Alguns integrantes da DAC, porém, parecem ter passado ao largo dessas discussões nesse período. O retorno da DAC ao DEP coincide com as orientações finais do estudo do GTEME para área da Educação. Conforme esclarecimentos do coronel Pinto Bastos:

O GTEME já existia, já estava trabalhando. Estava quase concluindo. No finalzinho do GTEME, da modernização do ensino, é que a diretoria passou para o Ensino. Como resultado, inclusive. É que ela [a DAC] foi para a área de ensino. No finalzinho, porque a subordinação era ao gabinete, em Brasília (...). Porque em 1999, 98, 98, o Castro, Mario Jorge, o GTEME, já estava assim, com praticamente toda a sua proposta feita no final dos anos 90, 98, por aí. Aí você vê que muda a subordinação... (Coronel Pinto Bastos – entrevista.)

Conforme consta em um registro documental da DAC “até janeiro de 1996, o Exército não dispunha de uma política cultural escrita nem de uma diretriz estratégica para a consecução dos objetivos por ela definidos” (Acervo documental da DAC, 2000)¹⁰⁶. Esse documento ainda acrescenta que “em janeiro de 1996, o Ministério do Exército deu um grande passo no sentido de perenizar as ações culturais no seio da Força ao baixar duas portarias, estabelecendo a Política Cultural do Exército e a Diretriz Estratégica” (Acervo documental da DAC, 2000). Tais objetivos eram os de “preservar a memória, as tradições e os valores morais, culturais e históricos” (Acervo documental da DAC, 2000).

Além das mudanças organizacionais da DAC, a aproximação do alto comando do Exército e a expedição da política e da diretriz, em 1996, propiciaram uma redistribuição das responsabilidades pelo patrimônio histórico e cultura por toda a instituição, uma vez que:

A partir da expedição dessa Diretriz, o controle e a gestão dos bens integrantes do patrimônio histórico e artístico do Exército passou a ser responsabilidade das Seções de Patrimônio dos Comandos das 12 Regiões Militares em que está dividido o território nacional, sob

¹⁰⁶ Cf. registro sobre a Apresentação da DAC na Mesa-Redonda “Planejamento Estratégico para a Gestão” do I Congresso do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

orientação central da Diretoria de Assuntos Culturais. (Acervo documental da DAC, 2000)¹⁰⁷.

Igualmente, “graças à visão do ministro do Exército Zenildo”, conforme consta no documento, em 1996, foi criado o Museu Militar Conde de Linhares, no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro (Acervo documental da DAC, 2001)¹⁰⁸. Para a implantação do museu foram alocados recursos destinados às obras de restauração e adaptação do antigo prédio do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva – CPOR, sendo inaugurado em 12 de outubro de 1998 (Acervo documental da DAC, 2001).

Nessa mesma época o diretor da DAC, o general Freitas, sob a designação do ministro do Exército Zenildo, passou a ser o representante desse Ministério junto ao Comando Nacional de Arquivos, no intuito de compor a Comissão Luso-brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (RH da DAC, 1996). No mesmo ano, o Ministério do Exército, de acordo com o que propunha a Secretaria-Geral do Exército, e também ouvindo o Estado-Maior do Exército, resolveu criar o Conselho de História do Exército, subordinado à Diretoria de Assuntos Culturais (RH da DAC 1996)¹⁰⁹. Esse conselho tinha como objetivo “assessorar os sistemas culturais do Exército no desenvolvimento na História do Exército Brasileiro em suas dimensões ou virtudes” (RH da DAC 1996)¹¹⁰.

O coronel Crespo relembra uma experiência marcante que viveu na DAC nessa ocasião: a participação no XIV Congresso da International Association of Museums of Arms and Military History – IAMAM, realizado em Amsterdam e Bruxelas. Conforme comenta:

Naquela época nós recebemos um convite de uma associação internacional de museus militares para participar de um congresso em Bruxelas e Amsterdam. E o [general] Freitas conseguiu que o Ministro desse apoio a isso. (...) Mas o Freitas chegou pra mim e

¹⁰⁷ Como se trata de um registro de memória, é preciso verificar na legislação interna de 1996, de fato, essa informação. A política e diretriz estratégica do sistema cultural do Exército disponibilizada é a de 2002.

¹⁰⁸ Cf. discurso de abertura da cerimônia de apresentação da Banda de Concerto da Fundação Educacional de Volta Redonda e do Coro Infantojuvenil de Volta Redonda, ocorrido no Museu Conde de Linhares, em 2001.

¹⁰⁹ Cf. conforme transcrito do BE nº 29, de 19 de julho de 1996, p. 9.

¹¹⁰ Idem.

disse: “o general topou e tudo, mas eu não entendo participar de um congresso sem apresentar um trabalho, não faz sentido, se não vou fazer turismo lá”. (Coronel Crespo – entrevista.)

Diante dessa indagação, o general sugeriu ao coronel acompanhá-lo na viagem e apresentar o trabalho que o próprio coronel vinha realizando sobre “orientações para os espaços culturais do Exército”, e também o projeto desenvolvido pela museóloga Solange Coelho Calvano para o Museu Histórico do Exército. Como lembra o coronel Crespo, o seu trabalho era, em suas palavras, um “livrinho fininho”, que surgiu diante da seguinte dificuldade:

Ele [o general Freitas] visitava os quartéis, e na maioria dos quartéis tinha pequenas salinhas, “museus”, tal. Tudo mal conservado e mal exposto. E ele vivia se queixando disso. Então eu virei pra ele e falei: “Fique frio aí, que eu vou resolver o seu problema”. E sentei e peguei um livro que no meu entender é a maior obra sobre museus no Brasil. Peguei aquele livro, peguei umas fotografias e fiz um trabalho, com 100 exemplares. E foi distribuído para aqueles... [quartéis].. (Coronel Crespo – entrevista.)

Apresentar o estudo que havia feito para servir de orientação para os quartéis brasileiros em um encontro de especialistas foi assumido com certo desconforto pelo coronel, por ele próprio considerar o seu trabalho algo bem singelo. Ao fim, o enfrentamento da “missão”, com a apresentação internacional, gerou gratas surpresas. Conforme suas lembranças:

Eu fui muito receoso, porque eu não via nenhuma importância naquilo que eu estava fazendo. Achei que estava tão “ruinzinho”, tão fraquinho, puxa vida. Aí quando o cara [o general Freitas] disse que eu ia apresentar, aí é que eu fiquei mais preocupado. Mas qual foi a minha surpresa? Por que eles aceitaram o trabalho? Porque o trabalho era uma novidade! Porque lá, eles [os estrangeiros] não têm esse problema. Não existem esses “museuzinhos” em quartéis. Eles têm aqueles museus maiores, onde tem estrutura de museólogo, de não sei o quê. Então o que eles disseram? Foi uma solução que esse pessoal [militares brasileiros] adotou para resolver um problema. Foi onde eu me centrei. (Coronel Crespo – entrevista.)

A percepção do valor e sentido do seu próprio trabalho, pela visão da singularidade do contexto do Exército Brasileiro nesse tema, veio à tona e o estimulou a prosseguir em mais pesquisas e revisões desse pioneiro trabalho dedicado a qualificar os espaços culturais dos quartéis militares.

Embora os quadros da DAC não contassem nesse momento com técnicos especialistas, particularmente nas áreas de museologia e arquitetura, esses perfis profissionais, oriundos do meio civil, já circulavam em meio militar auxiliando a montagem do Museu Histórico do Exército, e em interlocuções com militares da DAC, quando requeridos. Todavia, o relacionamento entre militares e especialistas não acontecia sem estranhamentos. O relato do coronel Crespo, que nos anos 1990 buscou assessoria junto aos especialistas da museologia, alocados no MHEX/FC, revela algumas resistências existentes ainda na delimitação de fronteiras de saberes entre especialistas e militares que atuavam na área cultural. Como comenta esse oficial militar do quadro bélico:

Mas havia sempre uma rivalidade delas [as museólogas que atuavam no MHEX/FC] conosco, pois eu não sou museólogo, eu sou um curioso. (...) O primeiro documento que eu fiz, elas bloquearam...o [general] Freitas levou para elas e elas não quiseram dar colaboração. Aí o Freitas era um camarada meio duro, virou pra elas e disse: “Olha, esse negócio vai sair vocês queiram ajudar...[ou não]”. E acabou saindo. (Coronel Crespo – entrevista.)

Como forma de deixar clara a importância do especialista, o coronel Crespo ressaltou: “Tive a preocupação de mostrar que eu não estava querendo usurpar a competência e da capacidade deles” (Coronel Crespo – entrevista). Assim, na apresentação de seu livro revisado, o coronel Crespo expressou a intenção da obra e reafirmou a necessidade da assistência prestada pelos profissionais da área. Conforme escreveu:

Esse trabalho foi elaborado para atender às necessidades do grande número de museus existentes nas organizações militares do Exército e que, por várias razões, não podem contar com a assistência técnica de profissionais das áreas de museologia,

iluminação, restauração e outras (...). A presente edição (...) vem, também responder os inúmeros pedidos que têm chegado à Diretoria de Assuntos Culturais (...) agora, revisto e ampliado, acredita a Diretoria, que esse trabalho poderá ser de grande utilidade àqueles que, trabalhando anonimamente nos nossos museus, empenham-se na grandiosa tarefa de preservar a memória do Exército. Embora mormente voltado para essa finalidade, pode ser útil aos museus civis que, como os nossos, tenham as mesmas carências e dificuldades. É, contudo, importante ressaltar que as informações apresentadas estão focadas na realidade dos espaços culturais da Força Terrestre e que os conhecimentos aqui contidos não excluem a necessidade da assistência dos profissionais já mencionados. (Coronel de infantaria e Estado-Maior - MINISTÉRIO DA DEFESA, 2005).¹¹¹

A publicação desse livro foi uma tentativa de “dar resposta” a uma situação de desamparo das diversas iniciativas orgânicas de criação de espaços culturais em meio militar. Por outro lado, deixou em suspenso a real interface que esses teriam com profissionais da área que também almejavam legitimar seu campo de atuação no ambiente militar. A qualidade e ineditismo desse estudo foram reconhecidos entre militares e civis, e foi adotado como norma do Exército anos mais tarde¹¹².

Até o ano de 1994 os quadros da própria Diretoria de Assuntos Culturais – DAC eram compostos por militares da linha do ensino bélico¹¹³, por oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais – QAO¹¹⁴ (RH da DAC, vários anos) e, ainda, por alguns civis de nível médio contratados na área administrativa. Outra configuração surge quando uma nova política de pessoal do Exército, criada em 1989, que inaugura o Quadro Complementar de Oficiais – QCO (SILVA, 2006), chega à DAC em 1995. Samuel Xavier dos Santos e Wagner Alcides de Souza, ambos no posto de primeiro-tenente, são os primeiros integrantes do QCO que aparecem no rol de oficiais da diretoria, durante a gestão do general Freitas (RH da DAC, 1995). A entrada do QCO marcou o início de uma qualificação diferenciada na diretoria, com a chegada de profissionais com

¹¹¹ Publicação: Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Departamento de Ensino e Pesquisa. Normas para a Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural do Exército Brasileiro. 1ª edição, 2005.

¹¹² Esse estudo se tornou, em 2004, uma normativa do DEP, entrando em vigor pela Portaria nº 114, de 24 de novembro de 2004: “Normas para a preservação e difusão do patrimônio cultural do Exército Brasileiro” (DEP, 2005).

¹¹³ As diferentes armas são: infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia e comunicações. Juntamente com o serviço de intendência e o quadro de material bélico, compõem a linha do ensino militar bélico.

¹¹⁴ O Quadro Auxiliar de Oficiais foi criado pelo Decreto Presidencial nº 84.333, de 20 de dezembro de 1979. Trata-se de uma categoria formada por militares que atingiram o oficialato após uma carreira como sargentos e subtenentes. Cf. Noticiário do Exército. Centro de Comunicação do Exército, Brasília, 2014.

formação superior em áreas de interesse da cultura (particularmente os com formação em história), admitidos por meio de concurso. Em 1998, foi a vez da chegada do Oficial-Técnico Temporário – OTT¹¹⁵ na DAC, entre eles, oficiais do sexo feminino. Ao contrário do QCO, que é um oficial de carreira, o OTT pode permanecer na organização até oito anos, sendo seu contrato renovado a cada ano. Esse perfil de admissão possibilita a inclusão de áreas antes não imaginadas como pertencentes ao quadro das forças armadas, por serem desvinculadas da sua “atividade fim”, mas demandadas por “atividades meio”. Essa política de gestão de pessoal resguarda a instituição de um ônus massivo em zonas consideradas de pouca aderência aos seus propósitos maiores, ao mesmo tempo permite o ingresso de profissionais “civis”, com formação superior, que em meio militar passam a desempenhar suas funções sob a égide das doutrinas e hierarquia militar.

Uma das primeiras oficiais do quadro de OTT, a então tenente Glaucia Moura, lembra que quando ela e outra companheira do quadro técnico temporário ingressaram no Exército, encontraram em andamento os trabalhos finais para a inauguração do Museu Conde de Linhares. Conforme seu depoimento:

Quando eu cheguei lá, eles estavam pra inaugurar o [museu] Conde de Linhares. Eu cheguei lá e me mandaram para o Conde de Linhares. E quando eu cheguei me apresentei à Marilda. Era a Marilda que comandava a montagem. Chamavam ela de general Marilda. Então era eu, Wania Edith, uma outra museóloga e a Marcia, que é a Botelho, que era arquiteta. Então nós fomos todas pra trabalhar sob as ordens da “general” Marilda. (Tenente Glaucia Moura – entrevista.)

A valorização da chegada e atuação desses profissionais dos quadros complementares e técnico temporário é destacada em muitos depoimentos, como segue:

Lá na diretoria, só passou a ter realmente um grupo quando começou a chegar essas pessoas. Chegou uma arquiteta, chegou uma museóloga, chegou o historiador. (...) A vinda deles para a diretoria foi muito importante. Lá nos museus, eles estavam com os trabalhos deles, mas às vezes, por exemplo, como aconteceu, um

¹¹⁵ O oficial técnico temporário possui formação universitária e incorpora na organização com a patente de tenente e pode exercer o cargo até o prazo de oito anos.

dia: a aviação do Exército queria fazer um museu lá em São José dos Campos, aí pediu assistência da diretoria. Então eu fui com essa mocinha lá, fizemos um projeto de museu pra eles. Tudo com o pessoal da própria diretoria. A parte de história, com esses historiadores. (Coronel Crespo – entrevista.)

Como comenta esse interlocutor, a entrada do quadro técnico possibilitou à diretora não apenas não mais depender de técnicos alocados em outras unidades, notadamente nos museus, mas também iniciar um trabalho de assessoria às demais unidades. Na visão da funcionária civil Sueli:

Com a entrada do QCO muita coisa mudou. Porque o Exército começou a ter outras visões, começou a ampliar mais o universo do Exército. Antes era só voltado para essa coisa assim... E o Exército passou a se voltar para o povo, a cultura, a sociedade. (Sueli – funcionária civil – entrevista.)

Sobre a mudança de postura, que acompanha a entrada dos quadros de oficiais técnicos nos quadros de pessoal da DAC, Elza Nascimento também acrescenta:

Os historiadores ficavam só nos colégios militares. E agora temos historiadores aqui dentro do quadro da diretoria (...) Com a chegada dos temporários, então eles começaram a trazer uma visão diferente. Porque não adianta você só aplicar aqui dentro. Nós temos que mostrar ao público lá fora o que é o Exército. (...) No caso de preservação de patrimônio, é feito um estudo, eles fazem um levantamento, um parecer em cima daquilo, tem que ser algo realmente técnico, para alguma coisa que tem projeção do Exército, que vai ser boa pro Exército e para a comunidade. (Elza Nascimento – funcionária civil – entrevista.)

Essa interlocutora também observou certos estranhamentos, em função das diferenças entre técnicos e militares. Conforme sua percepção:

Então eles [oficiais do quadro técnico] chegaram aqui desenvolvendo um trabalho diferente. E na verdade, eles não foram muito bem aceitos, porque eles não são [...] eles vêm de fora e

entram no Exército. Não é aquele que está desde garoto no Exército. Então eles têm um pensamento todo diferente. E no início existe uma certa resistência. (Elza Nascimento – funcionária civil – entrevista).

Sobre esse aspecto o coronel José Claudio destacou a influência das formações diferenciadas entre o QCO e os militares do quadro bélico no processo educacional. Ele observa que:

Antigamente os professores dos colégios militares eram os coronéis de carreira, os capitães que davam aula. Hoje é o QCO. O QCO está formando a cabeça dos guris de colégio militar. É uma outra linguagem, outra perspectiva. Eu tive dois filhos em colégio militar e a forma que eles aprenderam é muito diferente da que eu aprendi. A primeira influência dos QCOs aconteceu nos colégios, e a segunda está sendo nos órgãos técnicos. Se fizer um mapeamento e uma análise de onde estão os QCOs, nos órgãos de topo, nos Departamentos e Diretorias, você vai ver que é a galera que está dando assessoramento para os chefes. (Coronel José Claudio – entrevista.)

O reconhecimento da importância do quadro técnico não excluiu críticas dos militares do quadro bélico diante das expectativas de atuação dos novos profissionais. Por outro lado, o técnico subordinado ao militar do quadro bélico, orientando sobre assuntos que podem fugir ao conhecimento do superior, pode gerar constrangimentos e obstáculos de difícil transposição. Um militar do quadro bélico, porém, orienta sobre a postura que ele considera correta:

O QCO e OTT eles não estão ali pra concordar, muito pelo contrário. Ele tem uma opinião no nível técnico e os chefes têm a decisão no nível institucional e político. O OTT é renovado a cada ano. Se o chefe achar que ele não está bom, é execrado. Mas quando o chefe começar a olhar o cara como o papa naquele tema. É algo que precisa acontecer. Talvez agora os QCOs coronéis possam fazer isso. (Coronel José Claudio – entrevista.)

Com uma visão retrospectiva da entrada do quadro técnico em meio aos oficiais do quadro bélico, o coronel Pantoja ressalta o processo de amadurecimento institucional. Em suas palavras:

No final dos anos 90, o que acontece? A diretoria passa a ganhar um corpo maior, uma densidade maior, a ter mais historiadores, a ter museólogos, a ter uma equipe multidisciplinar, para poder tratar dos projetos históricos de forma bastante competente. Uma visão do historiador, uma visão do museólogo, uma visão do arquiteto, do técnico em projeto e essas equipes tiveram um rendimento muito maior, uma estrutura mais bem montada, pela maturação da instituição nessa área cultural. (Coronel Pantoja – entrevista.)

Olhando para a atualidade, a funcionária civil Elza Nascimento chama atenção para a fragilidade do vínculo existente nos quadros de pessoal do Exército no ingresso dos museólogos no QCO, como oficiais de carreira. E aponta o que seria uma expectativa:

Não existe ainda no quadro do Exército QCO de museólogo. É uma deficiência. E isso é uma necessidade. Porque o Exército tem muitos museus. E como você tem museu e não tem museólogo? Tem biblioteca? Tem que ter bibliotecário. E o museólogo ainda não está fazendo parte do QCO. (Elza Nascimento – funcionária civil – entrevista).

Os primórdios do trabalho do OTT na diretoria, em especialidades como museologia e arquitetura, também não aconteceram sem descompassos. A falta de valorização e reconhecimento destes profissionais recém-chegados na diretoria em meados dos anos 1990 é percepção corrente entre alguns deles. Muitos se sentiram aproveitados de maneira pontual por algumas organizações militares que ainda desconheciam seu potencial ou mesmo a finalidade de seu trabalho. As demandas chegavam como tarefas a serem cumpridas e não se apoiavam em uma visão de planejamento da própria diretoria.

Uma breve observação quantitativa do número e quadros de oficiais na DAC nos anos 1990 permite observar um aumento progressivo tanto de efetivos na diretoria como a progressiva entrada do QCO: em 1989 haviam 13 oficiais envolvidos (nenhum QCO); em 1993, eram 18 oficiais (nenhum QCO); em 1995, 21 oficiais (dois do QCO); em 1997, o número subiu para 25 oficiais (dois do QCO); em 1999, eram 26 oficiais (cinco

do QCO)¹¹⁶. Uma breve observação quantitativa do número de oficiais pertencentes à DAC-DPHCEX nos anos 2000 permite observar um aumento progressivo tanto de efetivos na diretoria como a entrada do OTT e uma redução do número do QCO: em 2003, haviam 28 oficiais envolvidos (sete do QCO e cinco OTT); em 2006, eram 29 oficiais (oito do QCO e seis OTT); em 2013, 40 oficiais (quatro do QCO e 11 OTT).

A entrada dos técnicos dinamizou as assessorias prestadas aos comandos das organizações militares, que ocorriam em função do interesse de alguns comandos. Conforme comentado pelo oficial militar do quadro técnico:

Normalmente, a organização militar mandava um documento solicitando uma visita técnica por conta de um acervo que tinha ou queria fazer um museu, uma sala de memória. (Tenente Glaucia Moura – entrevista.)

Essas solicitações, no entanto, eram movidas por interesses peculiares, que variavam em função do gosto pessoal do comandante. “O comandante chega, gosta daquilo, acha bacana, e então solicitava a visita” (tenente Glaucia Moura – entrevista). A dinâmica da assessoria era ir até o local, estudar a situação e elaborar um parecer sobre as condições e possibilidades para se criar ou melhorar um espaço cultural da organização militar. Caso o parecer fosse favorável e a proposta precisasse de auxílio para ser viabilizada, “tinha que captar verba, porque, na época, a diretoria só dava parecer, não tinha recursos pra investir em projetos” (tenente Glaucia – entrevista). Além disso, “o chefe ficava em Brasília”, uma vez que a DAC ainda era subordinada à Secretaria-Geral, o que se tornava um dificultador da dinâmica operacional, conforme observou.

Com o passar dos anos os quadros técnicos temporários vêm sendo substituídos, enquanto alguns QCOs permanecem por mais tempo até irem para a reserva. Novas dinâmicas de assessoria passam a existir na diretoria em anos mais recentes, como será apresentado mais adiante.

¹¹⁶ Esses dados foram compilados da lista nominal de Oficiais da Diretoria dos Registros Históricos, disponibilizados na DPHCEX, que abrangem a totalidade de oficiais que passaram na diretoria por ano, incluindo os recém-chegados e os que se desligaram. Trata-se de uma estimativa aproximada.

A passagem do coronel Norton na DPHCEX, entre os anos 2008 e 2009, não foi longa, mas o suficiente para sintetizar importantes considerações sobre o papel desempenhado pelos profissionais do quadro técnico na condução da diretoria. Conforme suas palavras:

Eu destaco o trabalho dos museólogos e dos historiadores, que são as pessoas que realmente levam a DPHCEX nas costas. Eles analisavam o projeto e diziam: “Coronel, isso dá pra fazer. Isso aqui tem que mudar pra isso, isso e isso (...) pessoas fora de série, excelentes profissionais. De carreira e, no caso dos museólogos, temporários, mas com uma capacidade profissional expressiva (...). O trabalho deles me ajudou profundamente. Sem aqueles profissionais eu não teria implementado muita coisa. (Coronel Norton – entrevista.)

No ano de 1996, duas monografias¹¹⁷, produzidas por militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME trouxeram como assunto central a necessidade de se pensar em uma Política Cultural no âmbito da Força Terrestre. O diagnóstico da ocasião era de que “inexiste uma estrutura projetada de forma sistêmica para o trato do assunto” (OLIVEIRA, 1996). Ao justificarem a importância do tema, os autores trazem à tona elementos que caracterizam o cenário de reflexões vivido na instituição em meados da década de 1990. Oliveira (1996) percebe que o tema estava entrando para o rol de destaque entre a alta cúpula do Exército. Conforme seu estudo:

O fato da alta administração do Exército estar empenhada em repensar a Educação e a Cultura (e a inclusão desse tema, pela ECEME, entre os assuntos previstos pela monografia, corrobora essa disposição), a criação da DAC como órgão específico para o trato das atividades culturais e a existência de uma proposta de sistematização das mesmas, são indícios que sinalizam para uma compreensão mais adequada do problema. (OLIVEIRA, 1996.)

¹¹⁷ Os títulos das monografias são: “Política Cultural do Exército: necessidades e perspectivas”, de Joaquim Silvano de Oliveira, e “Política Cultural do Exército: contribuições para o Fortalecimento da Força Terrestre”, de Marcelo Muniz Costa.

Se por um lado o tema ganhava projeção, por outro lado, esse mesmo pesquisador militar também apontou o descrédito da cultura no rol das políticas educacionais do Exército. Conforme menciona:

O que se pode observar, nas últimas décadas, é que nas políticas educacionais do Exército, a cultura só tem recebido fatias marginais do tempo e dos recursos financeiros da organização. (OLIVEIRA, 1996.)

Esse pesquisador militar comenta sobre a existência de estudos para a criação de um Sistema Cultural realizados tanto pela DAC quanto pela Assessoria Especial de Ensino e Modernização, do Estado-Maior do Exército. Conforme seu relato:

Como já é de nosso conhecimento, existem estudos em andamento, embrionários da recém-criada Diretoria de Assuntos Culturais e em fase de conclusão na Assessoria Especial de Ensino e Modernização, do Estado-Maior do Exército, onde se propõe uma estrutura organizacional sistêmica para o trato dos assuntos culturais. (OLIVEIRA, 1996.)

E ainda:

Quando do início deste trabalho, partimos do pressuposto da inexistência de uma política cultural, no âmbito da Força Terrestre. Ao procurarmos a DAC (Diretoria de Assuntos Culturais), na busca de subsídios para o desenvolvimento do tema, tomamos conhecimento da existência de estudos em andamento sobre o assunto. Posteriormente tivemos acesso à proposta da Diretoria. (OLIVEIRA, 1996.)

Esses estudos realizados em cada uma das organizações podem se interpretados, em certa medida, como uma falta de integração entre os vários escalões, que atuavam independentemente na tentativa de resolução das questões prementes.

Já o estudo realizado por Costa (1996), pesquisador militar da ECEME, no tópico sobre o “gerenciamento da política cultural do Exército” resgata o histórico ocorrido quando da transformação da DACED em DAC. Esse pesquisador comenta o quanto, na sua percepção:

O Exército **vem elegendo o campo cultural como área prioritária de atuação**, que influi decisivamente na educação e treinamento de seus quadros e contribui para a recuperação dos valores nacionais, caminho seguro para o fortalecimento da Instituição Militar. (COSTA, 1996, p. 6 – grifo nosso).

E ainda considera que o investimento em cultura pode ter alcance na aproximação do Exército com a sociedade. Conforme postula:

Pode-se inferir com segurança, que a ação do Exército no campo cultural é também uma “ferramenta” eficaz de atuação junto às elites e alguns segmentos da sociedade, no sentido de desfazerem-se estereótipos altamente desfavoráveis à Instituição e que, sistematicamente, dificultam a integração da Força Terrestre com a Nação. (COSTA, 1996.)

Entre outros panoramas, Costa (1996) apresenta o documento de Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército – SIPLEX-3, que normatiza a condução da Política Cultural no que diz respeito à preservação das tradições, memória, valores morais, culturais e históricos do Exército. Conforme mencionado em seu estudo, de acordo com o SIPLEX-3:

Preservar a Instituição Militar significa: resguardar os princípios basilares da hierarquia e da disciplina; acatar e valorizar os princípios democráticos rejeitando as ideologias e regimes autocráticos; **preservar o Patrimônio Histórico e Cultural do Exército**; desenvolver justo e crescente sentimento de orgulho nacional pelo Exército; reverenciar os heróis e símbolos nacionais, cultivar as tradições morais, culturais e históricas que orientam a conduta do soldado brasileiro. (Política Militar Terrestre – SIPLEX-3 *apud* Costa, 1996 – grifo nosso).

Além do SIPLEX, a Diretriz Geral de Atividades Culturais do Exército¹¹⁸, prevista para o quinquênio 1986-90, servia de referência para a operacionalização de atividades culturais no Exército Brasileiro (Costa, 1996). Como diretrizes da Política Cultural do Exército, eram propostas as seguintes orientações, pela DAC:

¹¹⁸ Portaria Ministerial nº 1.130, de 26 de novembro de 1985.

(1) A fim de participar do desenvolvimento cultural do país, as atividades culturais no âmbito do Ministério **devem ser direcionadas para a consecução da atividade fim**, tendo sempre presente que o desaparecimento do acervo cultural ou o desinteresse pela contínua acumulação de cultura representarão indiscutível risco para a preservação da personalidade do país e do Exército e, portanto, para a segurança nacional; (2) Para o cumprimento de sua missão constitucional, o Exército necessita estar equipado, adestrado, motivado e coeso; portanto, as ações culturais devem ser conduzidas para incidir favoravelmente sobre a motivação e a coesão dos quadros e para consolidar a **boa imagem da Instituição junto à população**; (3) Fomentar sem impor, o desenvolvimento cultural no âmbito do Ministério do Exército, atuando em quatro direções principais: **eleva o nível cultural dos quadros; recuperar e preservar a memória cultural, o patrimônio histórico e artístico do Exército; apoiar a criação e a difusão das manifestações e dos bens culturais; firmar convênios para obter recursos destinados aos projetos culturais.** (Diretrizes da Política Cultural *apud* Costa, 1996 – grifos nossos).

Percebe-se que, ao lado de outros assuntos pertinentes ao novo momento político vivido nos anos 1990, a preservação do patrimônio histórico e cultural vai ganhando expressão em assuntos estratégicos e influenciando a criação de orientações para esse setor. Conforme apresentado por Costa (1996), entre as ações estratégicas:

Cadastrar os bens culturais nas diversas OM; Conservar e restaurar os bens culturais; **Estabelecer normas para a condução das atividades culturais**; Dinamizar a leitura e a produção literária no público interno; Ampliar e melhorar os serviços bibliotecários, em particular da BIBLIEx; Modernizar e integrar as atividades do Arquivo Histórico e do Centro de Documentação do Exército; Implantar, com prioridade, o Museu Histórico do Exército, no Rio de Janeiro; **Determinar estudos para a criação do Centro Cultural do Exército (CCEEx), como órgão central, diretamente subordinado ao Ministro do Exército**; Estimular a pesquisa, a publicação e a difusão de livros sobre história militar; Apoiar a editoração de livros didáticos para os estabelecimentos de ensino militar; **Apoiar a preservação das fortificações, a criação e preservação de monumentos e parques históricos**, com prioridade para o Parque Histórico Nacional dos Guararapes; **Estimular o turismo cultural nos sítios históricos em parceria com a iniciativa privada**; Intensificar a divulgação do acervo cultural do Exército; **Incentivar a participação da iniciativa privada nos projetos culturais de interesse do Exército**; **Buscar a integração de esforços com os órgãos oficiais de cultura**; **Incentivar a aproximação com os órgãos culturais de outras nações, para estimular a atividade criadora**; **Formar e**

aperfeiçoar profissionais para a área de cultura, com prioridade para historiadores e museólogos; Adotar medidas, em particular na área do Departamento de Ensino e Pesquisa, **para criação de mentalidade capaz de zelar pelo acervo cultural sob responsabilidade do Exército;** Informatizar os órgãos do sistema de atividades culturais; Estimular também atividades culturais nos campos da musicografia e museologia, da numismática e sigilografia, da historiografia, da iconografia, da indumentária militar, da armaria, da cartografia e da heráldica; Estimular iniciativas que visem a difusão do ensino de línguas, para facilitar o acesso a publicações culturais estrangeiras; **Estimular a criação em cada Comando de Área de um espaço cultural aberto à integração com a comunidade.** (COSTA, 1996 – grifos nossos).

Conforme observado por Costa (1996), essas ações estratégicas elaboradas no âmbito do Ministério do Exército, eram consonantes às indicativas do Congresso Nacional, anunciadas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, embora não houvesse documentação reguladora de uma Política Cultural Nacional. Tais diretrizes e ações estratégicas orientaram, como horizontes, os rumos que a diretoria buscava percorrer. Em março de 1997, uma nova mudança na direção da DAC acontece: assume o general de brigada Sergio Dentino Morgado, em substituição ao general Freitas.

Nesse período a visão do campo da cultura foi expressa pelo general Morgado, que contou sua trajetória e chegada à DAC, destacando sua abordagem. Em suas palavras:

Quando eu fui promovido a general, eu iniciei minhas funções no generalato em São Paulo, na chefia do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste. E estando em função, fui uma vez informado que iria sair da função, que iriam me mudar, e por gentileza do general do Exército, na época, ele me perguntou para onde eu queria ir. Ora, seria natural que eu pudesse aspirar o comando de, por exemplo, de uma escola, a própria Escola de Comando e Estado-Maior, onde eu passei a grande parte da minha vida, mas não foi por isso que optei. Eu disse: “se estiver vago, eu gostaria de dirigir a Diretoria de Assuntos Culturais”. Por quê? Porque para mim o desafio era esse. Se o grande desafio para mim era a cultura, eu quero trabalhar com a cultura, em termos de emprego de poder. Porque eu aprendi e tenho absoluta consciência de que cultura é poder. A cultura mais do que lazer é poder. (General Morgado – entrevista).

O general Morgado é reconhecido no meio militar por seu gosto pelo estudo de história. Em sua carreira militar, sua maior dedicação foi direcionada para a área da educação:

Meu tempo de tenente eu fui um oficial combatente, voltado para atividade básica de um militar, e como capitão (...) eu tive a oportunidade de ser ajudante de ordens, que é uma espécie de secretário de oficial general e vi uma vida diferente, do que aquela vida do quartel rotineira (...) mas quando concluí essa parte da minha função eu ingressei na linha do ensino do Exército, fui ser professor, instrutor, e a partir daí, a minha vida se direcionou para essa área que é uma área mais voltada para o aprendizado, para o estudo do que para a área da execução da atividade militar fim. (General Morgado – entrevista).

E no curso de sua trajetória, o general Morgado ressalta uma experiência que o marcou de sobremaneira: o Curso de Política, Estratégia, e Alta Administração do Exército¹¹⁹ – CPEAEx, que é de onde tira algumas de suas principais lições. Como conta:

Eu tive dentro da Escola de Estado-Maior uma experiência também muito interessante. Porque eu fiz um curso que eu acho que modificou muito a vida da instituição, a preparação da instituição para os postos superiores. Foi a criação do Curso de Política, Estratégia, e Alta Administração do Exército, que é o curso que prepara o assessor de mais alto nível dos escalões de comando da Força. Eu participei desse curso e fui também professor, instrutor, coordenador do curso, dirigi o curso até. E foi exatamente nessa época que eu aprendi uma coisa: estratégia é emprego de poder. (General Morgado – entrevista.)

No CPEAEx, o general Morgado destacou o contato com o universo civil. Em suas palavras:

¹¹⁹ Durante os anos de 1985 e 1986, o general Zenildo foi comandante da ECEME. Conforme sua declaração em uma entrevista ao CPDOC: “Começamos a criar o curso de Política Estratégica e Alta Administração. É um curso que tem algo a mais, que não fica só no campo operacional” (LUCENA, 1999, in: Castro e D’Araujo, 2001, p. 205). O CPEAEx foi inaugurado em 1989. Em 1990, quando ainda era coronel, o general Morgado realizou, em coautoria com o coronel Newton Bonumá dos Santos, a monografia “Reflexões sobre a cultura no Exército Brasileiro – suas dimensões, objetivos, estrutura, instrumentos e propostas”, no CPEAEx da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME.

E a gente recebia, a escola recebia, e acho que continua recebendo (acredito que sim) muitas pessoas fora da instituição, de alto nível, professores, diplomatas, pessoal da área de cultura, da área de ciências (...) a gente fazia muito intercâmbio com a USP, com as Universidades, troca de... levava os alunos, os estagiários para convênios, essa coisa toda. E ali você via que a questão cultural era uma questão recorrente sempre, nas decisões e nos empecilhos. E isso me atraiu muito (...) nós começamos a ter discussão, contato com os sindicatos, com as diversas entidades representativas da sociedade, trocando ideia, interagindo. E fomos criticados por isso na época. Começamos a levar pessoas para discutir lá na escola, nesse nível, e que não eram pessoas que eram bem-vistas no Exército, tipo Marcio Moreira Alves, um jornalista (...) porque você só pode combater a ideia quando você conhece a ideia. Você não pode submeter a ideia do outro. Se você não discute, qual é a capacidade que você tem de mostrar para o outro, um outro lado da questão? Então a própria Escola de Estado-Maior nesse nível de assessoramento começa a trilhar esse caminho. (General Morgado – entrevista.)

O general Morgado comenta sobre sua intenção, quando era diretor da DAC, diante do contexto político daquele momento.

Quando eu optei para escolher “se for possível eu gostaria de dirigir a Diretoria de Assuntos Culturais” foi com essa visão de projetar a visão do Exército para fora, com certeza. Veja bem, isso é 1997, quando eu fui para a diretoria. (...) Quando é que isso ocorre dentro do quadro político brasileiro? Nós tínhamos passado por um período de regime militar até 85. Depois veio a Nova República. De 85 a 95, são 10 anos. E você tem o Exército afastado da questão política e voltado para as atividades fins. Mas em função da própria questão ideológica, um Exército pintado com uma imagem daquilo que ele não era, de quem não o conhece, de quem não estudou a história do Exército, por que nós somos imediatistas. Nós somos como sociedade, uma sociedade muito caracterizada pelo analfabetismo funcional. (General Morgado – entrevista.)

Diante desse quadro, e da compreensão da cultura como instrumento de poder, tornava-se imperativo sua expressão para além da caserna, conforme apontado pelo general Morgado:

Mostrar o Exército como ele é (...) como é que essa trajetória se faz. Você não pode ter a visão daquele momento, você tem que entender por que chegou ali. E outra questão também que sempre me impulsionou muito: qual é a função do Exército? Para quê que ele foi criado? Ele é parte da sociedade? Ele não é um ente fora da sociedade. É formada por pessoas que vieram da sociedade. Eu olhava para mim. Eu saio do meio civil para o meio militar, não tinha nada com isso, não sou fruto de casta nem coisa nenhuma. (...) Então, se você pergunta “Voltado para fora?” Sim, voltado para fora, para mostrar para a sociedade o papel da instituição, o que se pode esperar dela e como a própria sociedade deve cooperar para que essa instituição cumpra o seu papel. (General Morgado – entrevista).

As ponderações aqui apresentadas convergem com uma observação feita pelo major Raphael Laurino, sobre esse período. Conforme analisou:

Naquela época [anos 1990] se pensava mais na divulgação externa, pra o público externo, do que contar história pra o soldado, que entrava no quartel, por exemplo. (Major Raphael Laurino – entrevista.)

Mais tarde, outras orientações em relação à cultura, que incluem também uma sensibilização para o ensino de história nos “corpos de tropa”, passam a influenciar os rumos da instituição, com a percepção da necessidade de também se reposicionar perante seus próprios integrantes.

Além da dinamização de museus e espaços culturais, a abertura das fortificações sob jurisdição do Exército ao uso público ganhou atenção privilegiada na gestão do ministro de Exército Zenildo. Foi ele quem autorizou a abertura de algumas fortificações ainda fechadas ao público nos anos 1990 (**O Globo**, 1993, a)¹²⁰, o que desencadeou uma reorganização nas diferentes organizações militares atuantes nesses espaços fortificados, de maneira a adequar e atender essa orientação superior. Esse tema será abordado no próximo capítulo.

De modo geral, as experiências de intercâmbio no exterior, sejam elas pontuais, ou por períodos maiores, como o vivido por adidos militares, sempre foram relatadas pelos interlocutores como oportunidades de especial aprendizado, que, por paralelismos,

¹²⁰ Cf. Acervo **O Globo**, 6 de outubro de 1993. Matutina, Rio, p. 11.

inspiravam e dinamizavam o imaginário sobre as potencialidades a serem desenvolvidas no Brasil. Em outubro de 1997, o Sítio Histórico da Batalha de Gettysburg, na Pennsylvania, o Centro de História Militar, em Washington, e o Museu de História de West Point, em Nova York, foram lugares visitados por representantes da DAC, entre eles, o general Morgado, com o apoio do ministro Zenildo (RH da DAC, 1997). E como relatou o general Morgado os sonhos eram muitos para a dinamização da área cultural do Exército Brasileiro. Uma reportagem do **Jornal do Brasil** de 1998, realizada com ele, o “carioca do bairro do Riachuelo” (**Jornal do Brasil**, 1998a), durante a sua gestão na DAC, comentou sua percepção sobre a vocação do Rio de Janeiro para o turismo cultural, e seu empenho em abrir fortalezas e prédios históricos da cidade ao uso público, integrando o carioca com a cidade. Conforme menciona na reportagem: “A Política Cultural do Exército é a preservação da memória, da herança, dos valores. Essa preservação se faz pelo conhecimento, pela divulgação” (**Jornal do Brasil**, 1998a), diz o general Morgado. O general mencionou também nessa reportagem alguns projetos pensados na ocasião, como a ideia de construção de um museu sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro, e a ideia de abertura das fortificações de Niterói, no projeto Portas Abertas do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com visitação gratuita para a população. E, ainda, a ideia de projeção do Museu Conde de Linhares, localizado em São Cristóvão, num espaço cultural integrado ao Corredor Cultural Imperial. A matéria, que traz no título a manchete “o general que abriu as velhas fortalezas”, comenta a abordagem em que se baseava o general Morgado. Em suas palavras: “A minha crença é que a grande diferença se faz pela cultura. Não a cultura como erudição, mas a cultura como atitude” (**Jornal do Brasil**, 1998b). A reportagem destaca as reformas e abertura das fortificações ao público como um “trabalho que promove inteligentemente a integração do carioca com a cidade e aproxima o cidadão das forças armadas” (**Jornal do Brasil**, 1998b). E, como veremos, é esse o mote que as forças armadas buscavam consolidar.

O general Morgado esclareceu que a reportagem acaba sendo tendenciosa ao colocá-lo como figura central na tal abertura. Conforme esclareceu, tratava-se de uma política maior, do alto comando, que, de fato, desempenhou com convicção e entusiasmo¹²¹. A relação da Diretoria de Assuntos Culturais – DAC com o Estado-Maior do Exército seguia, nesse sentido, as orientações hierárquicas, que incluía a

¹²¹ Cf. Entrevista com o general Morgado.

participação da diretoria em assuntos conduzidos pelo alto escalão, como por exemplo, a participação do general Morgado em palestra sobre a criação de um Instituto [Fundação] Cultural do Exército no Estado-Maior do Exército (RH, DAC, 1998).

Conforme mencionou, sua passagem pela DAC foi momento de projetar ideias, sonhos que tinha dentro dessa visão de mostrar a instituição em perspectiva com a história do Brasil. Algumas delas entraram em execução, outras permaneceram no plano das ideias, como, por exemplo, incorporar a casa onde Caxias morreu, localizada em uma antiga fazenda de café, ao circuito turístico do Vale do Café, no município de Valença – RJ. Todavia, as ações empreendidas pela DAC ganhavam visibilidade e reconhecimento de outros setores da sociedade para além do âmbito militar. Em 1998 a DAC foi parabenizada pelo Conselho Estadual de Cultura, pela inauguração do salão da República, nas dependências do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana no Rio de Janeiro (RH da DAC, 1998). No mesmo ano, a Prefeitura de Niterói, por intermédio de seu secretário de Cultura, agradeceu ao general Morgado, diretor da DAC, e aos que viabilizaram a abertura dos Fortes de São Luiz e do Pico à visitação pública, o que, segundo o secretário, significava “um marco na história de Niterói que caminha para sua vocação natural que é o turismo” (RH, DAC, 1998).

Uma reportagem no **Jornal do Brasil**, de 27 de março de 1999, fez menção às realizações do general Morgado como diretor da DAC, entre elas: a reforma do Forte Copacabana, seu empenho em criar um museu sobre a cidade do Rio de Janeiro e as parcerias estabelecidas com universidades. Mas a nota trazia também a notícia do adiamento do projeto de abrir as fortificações à visitação pública, com atividades como peças, shows e exposições, conforme idealizado em conjunto com universidades e o IPHAN – o “Dia de portas abertas: fortalezas”. O motivo anunciado foi a súbita transferência do general, da DAC, para o setor de moto-mecânica do Exército, com sede em Brasília. A reportagem finaliza em tom irônico: “os militares puseram um homem de cultura para mexer com graxa. Ainda bem que o Brasil não costuma se meter em guerras” (**Jornal do Brasil**, 1999). Para além da crítica à instituição, que oscilava em relação ao acesso e uso público de bens sob a sua guarda, reconhece os esforços empreendidos por aqueles militares que tentavam construir pontes de diálogos, parcerias e projetos conjuntos.

Em abril 1999, como anunciado pela reportagem do **Jornal do Brasil**, sai o general Morgado e entra o quinto diretor da DAC, o general Paulo Roberto Brum de Moraes para o cargo de diretor de Assuntos Culturais (RH da DAC, 1999). No Comando do Exército quem assume é o general de Exército Gleuber Vieira (1999-2002), substituindo Zenildo de Lucena, no cargo de ministro do Exército, desde 1992.

Já na direção da DAC, em 1999, uma característica da gestão do diretor, o general Roberto, parece ter sido o estabelecimento de contatos e interlocuções com os diversos Comandos Militares de Área, “visando implantação da Política Cultural do Exército”. Em setembro de 1999, ele e o coronel Luís Cesar Silveira da Fonseca viajaram para as cidades de Porto Alegre – RS e Curitiba – PR, para estabelecer contatos com o Comando Militar do Sul e os comandos da 3ª. e 5ª. Regiões Militares. Em novembro, o diretor, acompanhado do coronel Jaime Moreira Crespo Filho e do tenente-coronel Virgílio da Veiga Junior, viajaram para Recife – PE e Salvador – BA, com o objetivo de estabelecer contatos com os comandos da 6ª e 7ª. Regiões Militares (RH, DAC, 1999). Assim como a criação do Museu Histórico do Exército/Forte Copacabana, no Rio de Janeiro, a criação do Museu do Comando Militar do Sul, com sede em Porto Alegre – RS, torna-se importante exemplo dos esforços por parte do Exército, e particularmente da DAC, em criar e expandir espaços culturais para o grande público. Um relato do histórico de criação desse museu, proferido na ocasião de um de seus aniversários, caracteriza a atuação da diretoria e alguns dos trâmites internos até sua completa implementação. Mostra também as interfaces civil-militar e a influência do novo ator que passou a figurar em toda a instituição: o oficial do Quadro Complementar, o QCO. Conforme a matéria realizada sobre o novo Museu:

Em novembro de 1997, um oficial R2 e dois civis, entusiastas e colecionadores de artigos militares, orientados por uma oficial QCO, encaminharam ao CMS um projeto de desenvolvimento de um espaço cultural apropriado para visitação, pesquisa e lazer, e que fizesse parte do roteiro turístico de Porto Alegre. O Comandante Militar do Sul na época, General de Exército Ney da Silva Oliveira, levou o projeto para a Reunião de Alto Comando, em Brasília. Em dezembro do mesmo ano, oficiais da então Diretoria de Assuntos Culturais – DAC do Exército vieram a Porto Alegre para saber detalhes do projeto para que, com base em um relatório confeccionado pelo Coronel R1 Jayme Moreira Crespo Filho, a pedido do General Dutra, Chefe do Estado-Maior do CMS, fosse emitido o parecer sobre a criação do Museu. Aos dois dias de

junho de 1998, em ofício Nr 082, da Secretaria-Geral do Exército, foi encaminhado expediente ao Sr. Chefe do Gabinete do Ministro do Exército, contendo o parecer da Diretoria de Assuntos Culturais, o qual foi concluído nos seguintes termos: A iniciativa do CMS de criar um museu militar em Porto Alegre deve ser apoiada, pois o projeto, além de bem elaborado, preenche uma grande lacuna num Comando com grandes tradições militares. Além disso, esse museu será o centro irradiador de todas as ações destinadas a preservar a memória, as tradições e os valores da Força Terrestre nos Estados do sul do Brasil. No dia 24 de maio de 1999, o então Comandante Militar do Sul, General de Exército Francisco Pinto dos Santos Filho, sensibilizado com a necessidade de preservar o patrimônio material e imaterial do Exército Brasileiro na área do Comando Militar do Sul, lançou as bases para a criação do MMCMS, o qual, após organização do seu quadro de pessoal e de reunião de acervo, passou a ocupar, no ano de 2001, as atuais instalações. (Defesanet¹²².)

O final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 é um período marcado por iniciativas na elaboração de normatizações e legislações, voltadas para a área de assuntos culturais, próprias da administração pública, diante da crescente demanda por estruturação de um Sistema Cultural no âmbito do Exército. Para atender o instrumental legal necessário, a DAC iniciou estudos que abrangeram aspectos tais como: procedimentos de natureza técnica para o levantamento, registro, preservação e difusão do patrimônio; planejamento; administração de sítios, monumentos e áreas de interesse histórico-cultural; fomento, supervisão e controle de atividades culturais (Acervo documental da DAC, 2000).

3.2 A Diretoria de Assuntos Culturais – DAC e a normatização do campo cultural

O ano 2000 foi marcado pela alteração da subordinação da Diretoria de Assuntos Culturais – DAC, que saiu da Secretaria-Geral do Exército e retornou para o Departamento de Ensino e Pesquisa¹²³. Essa alteração foi desencadeada por uma

¹²² Defesanet. Matéria de 3 de junho de 2015, sobre o 16º Aniversário do Museu do CMS. Disponível em < <http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/19322/16%C2%B0-Aniversario-do-Museu-Militar-do-CMS/> >. Acesso em 23/08/2016.

¹²³ Por meio do Decreto nº 3.387, de 17 de março de 2000, transcrito no Diário Oficial da União nº 54, de 20 de março de 2000, expedido pelo presidente da República. Cf. Boletim Interno da DAC 025, de 30 de março de 2000.

reorganização do Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP¹²⁴, que passou a ter a seguinte constituição: Chefia; Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento; Diretoria de Especialização e Extensão; Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial; Diretoria de Assuntos Culturais. Sob a nova subordinação, a DAC também sofreu reorganização,¹²⁵ passando a englobar o Arquivo Histórico do Exército; a Biblioteca do Exército; o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial; e o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana – MHEx/FC¹²⁶. Nesse mesmo ano o Centro de Documentação do Exército – CDocEx também sofreu alteração em sua subordinação passando da Diretoria de Assuntos Culturais – DAC para a Secretaria-Geral do Exército – SGEx¹²⁷. A Figura 7 apresenta a nova configuração hierárquica da diretoria:

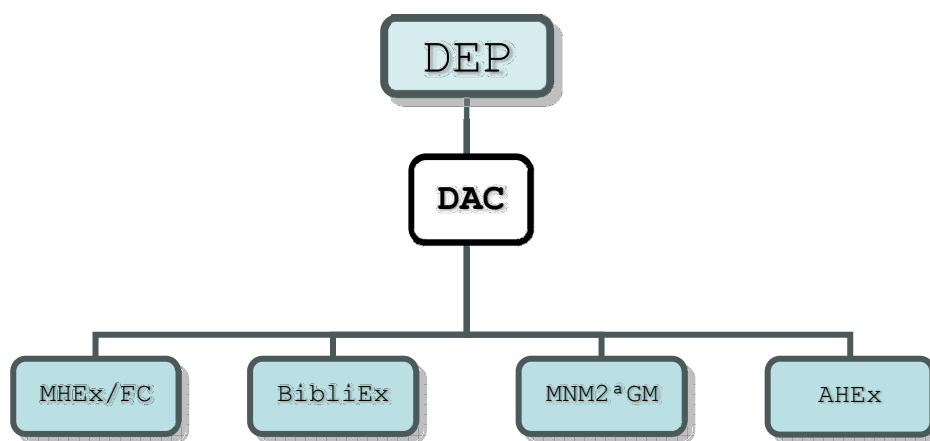


Figura 7: Organograma da DAC (2000-08). Fonte: Apresentação dos 30 anos da DPHCEx - Major Raphael Laurino – DPHCEx, 2010.

Uma nova mudança de direção acontece na Diretoria de Assuntos Culturais – DAC com a saída do general Roberto, e a chegada do general de divisão Synésio Scofano Fernandes, reconhecido entre os militares por sua destacada trajetória militar e intelectual. Na ocasião, a chefia do DEP era exercida pelo general de exército Frederico

¹²⁴ Por meio da Portaria nº 134 – Comandante do Exército, de 17 de março de 2000. Cf. Boletim Interno da DAC 031, de 25 de abril de 2000.

¹²⁵ Por meio da Portaria nº 135 – Comandante do Exército, de 17 de março de 2000.

¹²⁶ Cf. Boletim Interno da DAC 025, de 30 de março de 2000.

¹²⁷ Por meio da Portaria nº 136-Cmt Ex, de 17 de março de 2000. Cf. Boletim Interno da DAC 025, de 30 de março de 2000.

Faria Sodré de Castro e a Secretaria- Geral do Exército estava a cargo do então general de divisão Francisco Roberto de Albuquerque.

O general Synésio recorda a abordagem que prevalecia no entendimento sobre cultura na diretoria, nessa ocasião:

Quando eu chefei a DAC [Diretoria de Assuntos Culturais], cultura era vista mais como a cultura da história subjetiva, daqueles escritores militares, vários, Tasso Fragoso e outros mais, que escreveram sobre a história vivida por eles. Ela é uma história voltada pra as ações bélicas que o Exército tinha participado, Guerra do Paraguai, as nossas revoluções republicanas, pela questão do patrimônio material dos fortes. (General Synésio – entrevista.)

O aspecto material do patrimônio e a história contada pelos próprios militares, com foco nas ações bélicas, influenciavam a perspectiva do campo cultural, conforme observa.

Na DAC a chegada do novo diretor também promoveu uma série de alterações na estrutura administrativa interna. O general Synésio, entre outras medidas, reuniu em um mesmo ambiente os quatro oficiais da reserva que trabalhavam na diretoria como Prestadores de Tarefa por Tempo Certo – PTTC, enquanto antes, cada um desses chefiava uma determinada seção¹²⁸. Esses rearranjos nas interações hierárquicas nem sempre aconteciam sem constrangimentos. Buscava-se também nesse período estabelecer caminhos para a centralização dos acervos documentais do Exército no Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Entendia-se que:

A reunião, no Arquivo do Exército, de todo o acervo documental que se encontra espalhado por várias organizações militares é medida de altíssimo interesse para a preservação, conservação e divulgação de documentos de grande valor histórico e material. A permanência nas unidades põe em risco esse acervo e muitos dos documentos, particularmente mapas, já se perderam por força da deterioração causada por agentes ambientais e biológicos. (Acervo Documental da DAC – Ofício – Diretriz para a Centralização do Acervo Documental do Exército, 2001).

¹²⁸ Cf. Entrevista com o coronel Jayme Crespo.

Os argumentos que embasavam a demanda de centralização se apoiavam nos recursos gerenciais que o AHEx teria para melhor cuidar do acervo, além de facilitar o acesso a pesquisadores. O que dependia também da obtenção de recursos para a modernização das técnicas de arquivamento e acesso¹²⁹. Esse intento, todavia, esbarrava em certa resistência das próprias organizações militares em abrirem mão de seu acervo, o que pode ser visto também como um indicativo das múltiplas intencionalidades que regem os rumos da instituição.

A direção do general Synésio foi um momento frutífero que coincide com importantes iniciativas na estruturação da área cultural do Exército em moldes nacionais, com criação de importantes organizações e padronização de procedimentos para o fortalecimento do Sistema Cultural. Inúmeras normas foram formuladas com intuito de regular e fortalecer as atividades relacionadas com a gestão da área cultural. Uma etapa necessária para o estabelecimento de novos horizontes. E paralelamente à estruturação da própria DAC, uma nova organização passou a ser vislumbrada fora da esfera militar, mas intimamente a ela relacionada: a criação de uma fundação.

A criação da FUNCEB

Havia um óbice entre o empenho da DAC em atuar em projetos de preservação do patrimônio e sua real possibilidade de viabilizá-los, obtendo recursos para tal: “esbarrávamos sempre em dificuldades administrativas para o recebimento de contribuições”¹³⁰. Diante desse quadro, surgiu uma grande expectativa em torno da criação de uma organização que motivasse a cooperação entre organizações civis e o Exército Brasileiro e viabilizasse a captação de recursos financeiros para apoio a projetos de interesse do Exército. Na Secretaria-Geral do Exército, estudos foram realizados nesse sentido, buscando modelos e formatos de organização que pudessem melhor traduzir os anseios e necessidades da instituição. Conforme o relato do coronel Pinto Bastos:

¹²⁹ Cabe aqui considerar o alto custo que envolve medidas de preservação e conservação de acervos históricos e artísticos em geral. E, também, as antigas formas de acondicionamento e a escassez de recursos que o Exército enfrentou na manutenção de seus acervos, conforme mencionado no estudo de Marcello Augusto Lauria Murta, sobre “A Experiência do Arquivo Histórico do Exército na captação de recursos do fundo de defesa de direitos difusos do Ministério da Justiça: um estudo de caso”, FGV, 2015.

¹³⁰ Cf. Acervo documental da DAC, 2000 – I Congresso do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (CD-ROM).

Existia na Política Cultural do Exército, que é feita pelo Estado-Maior do Exército, uma ideia de ser constituída, uma associação, uma fundação, um órgão qualquer, que pudesse apoiar o Exército Brasileiro nas iniciativas culturais. E lá na Secretaria-Geral [do Exército] foi montado um grupo de trabalho para prosseguir no estudo que vinha sendo feito pela antiga Diretoria de Assuntos Culturais do Exército. (...) Então se pegou tudo que existia aqui [na DAC] e se levou para Brasília (...) eu era o chefe do grupo de trabalho até o momento que se discutiram vantagens e desvantagens de cada uma [das possibilidades] e o Exército decidiu por criar uma. Na verdade criar não, mas fomentar a criação de uma Fundação Cultural. Mas nas seguintes condições: uma entidade pública de direito privado e aí foi o início dessa Fundação. (Coronel Pinto Bastos – entrevista.)

Entre os critérios para a escolha da natureza jurídica, elegeu-se uma que pudesse absorver também a outorga para a criação de uma rádio, outra demanda latente¹³¹. Conforme o depoimento:

O general Synésio, assumiu os trabalhos da Fundação, e a partir daí começou a divulgar e buscar parceiros na iniciativa privada, apresentar essa intenção do Exército e conceber o estatuto da fundação. (Coronel Pinto Bastos – entrevista.)

Em 1º de março de 2000 nascia a Fundação Cultural Exército Brasileiro – FUNCEB¹³². O general Synésio teve importante participação na criação dessa fundação. Ele é lembrado não só por interlocutores, mas também pelo comandante do Exército de 2003 a 2007, o general Francisco Roberto de Albuquerque, que ao contar sobre a FUNCEB, em uma entrevista para a revista **Da Cultura**, ressaltou: “por dever de justiça, quero ressaltar a participação do general Synésio (...) na criação e posterior atuação da FUNCEB”¹³³. Ambos os generais, Synésio e Gleuber, motivaram importantes lideranças do meio empresarial, que entraram com capital para formação da

¹³¹ Mais tarde veio a se tornar a Rádio Verde Oliva.

¹³² Uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, dispendo de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

¹³³ Cf. revista **Da Cultura**, Ano IV/nº 6. (Entrevista com o general Albuquerque – comandante do Exército, 2004, p. 5-9).

fundação¹³⁴. Como diretor da DAC na mesma ocasião, o general Synésio deu início a um período de difusão das atividades da DAC e da fundação para os comandos das Regiões Militares e demais lideranças culturais e empresariais em âmbito nacional¹³⁵. Assim, a criação da Fundação Cultural Exército Brasileiro – a FUNCEB representou uma abertura de novos horizontes de realizações no campo cultural do Exército.

A FUNCEB nasceu com a pretensão de atuar em diversos campos, incluindo não só a preservação do patrimônio cultural, mas também projetos de preservação ambiental, comunicação e assistência social, viabilizando parcerias com a iniciativa privada, num contexto das leis de incentivo à cultura. As finalidades para as quais foi criada constam em seu Estatuto:

Atender as atividades de natureza cultural, educacional, de comunicação social, de preservação do meio ambiente e de assistência social desenvolvidas pelo Exército Brasileiro; Recuperar e preservar o patrimônio histórico e artístico do Exército Brasileiro; divulgar a história, o patrimônio artístico militar e outros aspectos da cultura militar brasileira; Incentivar o enaltecimento aos grandes vultos da vida nacional e seus feitos; Promover atitudes favoráveis à conservação do meio ambiente e ao aprimoramento da qualidade de vida; Desenvolver e apoiar iniciativas relacionadas à assistência social. (Estatuto da FUNCEB)¹³⁶.

Ao longo de sua atuação a FUNCEB fez convênios com importantes instituições, como as realizadas com o UNIBANCO, o BNDES, entre outros, e viabilizou importantes projetos de restauração e revitalização na área patrimonial, como a restauração da Fortaleza de Santa Cruz, concluída em 2004¹³⁷, a restauração da Igreja do Bom Jesus da Coluna¹³⁸, e a primeira fase do Plano de Revitalização do Parque

¹³⁴ Uma lista completa de organizações instituidoras e parceiras encontra-se disponível no site da Fundação. Cf. <http://www.funceb.org.br/instituidoreseparceiros.asp>

¹³⁵ Uma característica da composição da fundação foi a integração de civis e militares. Entre estes, o primeiro presidente, o jornalista e empresário, Flávio Antônio Corrêa, e o primeiro diretor de planejamento, o general Morgado, ex-diretor da DAC.

¹³⁶ O estatuto da Fundação Cultural Exército Brasileiro – FUNCEB. Disponível em <http://www.funceb.org.br/Estatuto_da%20FUNCEB_1_Re_Conj2005.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

¹³⁷ FUNCEB e BNDES fortalecendo a cultura do país (p. 3). Cf. Informativo FUNCEB. Edição 04, março de 2004. Disponível em <http://www.funceb.org.br/images/informativo/6_8t5w.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

¹³⁸ A trajetória da FUNCEB (p. 01). Cf. Informativo FUNCEB. Edição 7, ano 3. Disponível em <http://www.funceb.org.br/images/informativo/9_6t4w.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

Histórico Nacional dos Guararapes, em Recife – PE¹³⁹. Viabilizou a criação da Banda Sinfônica do Exército e desenvolveu ainda um projeto para melhorar a gestão do acervo documental do Arquivo Histórico do Exército e demais unidades militares¹⁴⁰. Na área de publicação, investiu na editoração da revista **Da Cultura**¹⁴¹ e no incentivo a publicações, como a coletânea “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro”. E também atua em projetos de cunho social.

A revista **Da Cultura** nasceu com o objetivo de “ocupar um espaço importante na divulgação de temas e estudos relacionados às atividades culturais do Exército Brasileiro”¹⁴². Em seu editorial do primeiro volume, o general Synésio anunciou a pretensão da revista: fazer com que a sociedade tivesse uma ampla dimensão dos trabalhos realizados pelo Exército na área cultural, sendo também “um veículo de difusão de estudos sobre a gestão do patrimônio cultural”¹⁴³. Sua intenção era ampliar o debate sobre esse assunto, muitas vezes desconhecido, afirmava. E chamar atenção para “adoção de novas técnicas e de formas de gestão, que permitam alcançar níveis mais elevados de eficiência na administração desse imenso patrimônio”, anunciava o general Synésio, em 2001. E tudo isso dependia em grande parte dos recursos financeiros e humanos que a recém-criada FUNCEB poderia gerenciar.

Ao longo dos anos o papel e atuação exercidos pela FUNCEB foram questões recorrentes no editorial da Revista **Da Cultura** e muitas vezes essa indagação foi direcionada aos entrevistados militares da revista que manifestaram suas percepções. Numa entrevista realizada à revista **Da Cultura**, o general Gleuber Vieira, que viveu a transição, em 1999, de ministro para comandante do Exército, elucidou as premissas orientadoras dos objetivos da FUNCEB desenvolvidas durante sua gestão no comando do Exército. Em seu entendimento:

As premissas giravam em torno das condições então vividas e das necessidades cuja satisfação era inadiável, a saber: disponibilidade de extenso e rico patrimônio cultural – tangível e intangível – em poder do Exército; perspectiva favorável para estabelecimento de

¹³⁹ Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Cf. Informativo FUNCEB. Edição 8, ano 3. Disponível em <http://www.funceb.org.br/images/informativo/5_4p2s.pdf> . Acesso em 10 de agosto de 2016.

¹⁴⁰ Projeto Acervo Documental (p. 04). Cf. Informativo FUNCEB. Edição 3, outubro de 2003. Disponível em <<http://www.funceb.org.br/informativo.asp?pag=2&texto=>> . Acesso em 10 de agosto de 2016.

¹⁴¹ Revista fundada em 2001, no âmbito da FUNCEB, de periodicidade semestral.

¹⁴² Revista **Da Cultura**. Edição 1, janeiro/junho de 2001.

¹⁴³ Idem.

parcerias – com instituições e pessoas, públicas e privadas – dispostas a se associarem ao empreendimento; aproveitamento do ambiente propício no relacionamento do EB com o segmento civil da sociedade brasileira; oportunidade para difusão e consolidação de valores culturais cultivados no Exército, que permeiam a educação e a preparação de seus recursos humanos. (General Gleuber. In: revista **Da Cultura**, 2005, p. 6).

O general Gleuber fez também uma breve avaliação sobre os cinco anos de atuação da FUNCEB, e expressou: “a Fundação caminha a passos lentos, mas seguros. Dificuldades persistem e persistirão, mas os horizontes se abrem aos poucos”¹⁴⁴. Em entrevista à revista **Da Cultura**, o general Renato Cesar Tibau da Costa mencionou o papel fundamental da fundação. Conforme suas palavras:

Por intermédio dos projetos culturais, da revista **Da Cultura** e de diversas parcerias, a FUNCEB tem apoiado a Força terrestre na preservação das sedes históricas, na criação de novos espaços culturais dentro de unidades militares, na educação de seus quadros e na divulgação, junto ao público interno e à sociedade em geral, do trabalho que nossa instituição vem desenvolvendo. A grande preocupação do Exército com a preservação do patrimônio e dos bens materiais e imateriais da nação brasileira sob sua responsabilidade não se traduziria nas atuais realizações sem o mencionado apoio (General Tibau. In: revista **Da Cultura**, 2006, p. 23).

Em 2007, o general Paulo Cesar de Castro, ao ser entrevistado pela revista **Da Cultura**, mencionou o apoio que a FUNCEB poderia dar às atividades do DEP:

A FUNCEB e o DEP têm área comum de atuação, o vasto e fascinante campo da cultura militar. São, pois, parceiros natos. A FUNCEB pode divulgar e apoiar atividades de ensino e cultura, tais como: seminários, encontros, cursos, estágios, conferências e viagens desportivas e de ensino (...) insere-se ainda o apoio à preservação do patrimônio histórico e cultural pelas Organizações Militares do Exército. (General Castro. In: revista **Da Cultura**, dezembro, 2007, p. 8).

¹⁴⁴ Cf. Entrevista do general Gleuber Vieira. In: revista **Da Cultura**, 2005, p. 7.

Tanto a revista, como veículo de comunicação, quanto a própria fundação, como promotora de projetos de interesse do Exército reforçaram ao longo dos anos os votos como importantes aliadas, como mencionado nos depoimentos dos renomados generais do Exército, entrevistados no âmbito da revista. No rol de realizações da fundação, conforme lembrou o coronel Pinto Bastos, está a reativação do Projeto Rondon, que, no entanto, passou posteriormente para o Ministério da Defesa. E ainda a criação do projeto Soldado Cidadão¹⁴⁵, que posteriormente se tornou um programa de governo, saindo da gestão da FUNCEB. Em 2009, o então presidente da FUNCEB, Roberto Duailibi, escreveu carta em que resumiu a atuação dos nove anos da fundação e a dimensão do trabalho por ela executado: 61 projetos, envolvendo recursos financeiros da ordem de 54 milhões de reais, oriundos de diversas fontes. E mencionou que “dos projetos que tiveram a participação da FUNCEB em algum nível, 29 foram originados em portarias do então Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP”¹⁴⁶. Como lembrou o coronel Pinto Bastos, “foi uma época que a fundação teve aqui o seu auge”. (Coronel Pinto Bastos – entrevista.) Na atualidade, porém o ritmo desacelerou. Conforme ele comenta:

[Hoje] a Fundação, se eu disser que ela está bem... já esteve melhor. Não estou dizendo em termos econômicos, de questões financeiras, estou falando em termos de desenvolver projetos (...). Hoje em dia nós estamos colocando um projeto no MINC [Ministério da Cultura], lá em São Paulo, de uma restauração. Porque a Fundação desacelerou. Esse braço, pela Lei Rouanet, pela dificuldade de captação. Nós chegamos a ter numa época mais de 10 projetos. E a captação é difícil. Como eu disse, particularmente desses 10, eu acho que oito seriam voltados para área patrimonial, projetos caríssimos. (Coronel Pinto Bastos – entrevista.)

O papel da FUNCEB em ampliar os laços do Exército com segmentos representativos da sociedade vem inspirando estudos na área das relações civis militares, como o realizado por Luís Fernando Gonçalves, “O relacionamento do Exército com segmentos civis da sociedade Brasileira, no contexto das relações civil-militares e o papel da FUNCEB”, publicado em 2006, pela ECEME.

¹⁴⁵ Inicialmente viabilizado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, numa proposta piloto. Cf. coronel Pinto Bastos – entrevista.

¹⁴⁶ Aniversário da FUNCEB. Cf. revista **DaCultura**, edição 15, junho de 2009.

Cabe mencionar que a opção pelo modelo de organização adotado com a FUNCEB descartou outras ideias de formatos de organização em curso na época de sua criação, inclusive a de transformar a própria DAC em uma fundação, ou “algo do gênero”, ideia que vinha sendo amadurecida por alguns PTTCs atuantes da diretoria. Como lembra o coronel Crespo:

E aí se resolveu criar a Fundação Cultural Exército Brasileiro – a FUNCEB. E quando se criou a FUNCEB a ideia DAC – Fundação morreu (...) essa ideia foi soterrada, ninguém mais tocou no assunto. E eu não sei por quê... (Coronel Crespo – entrevista.)

Na leitura desse interlocutor a proposta DAC – Fundação, embora não tão simples no plano jurídico, tinha também como principal intenção introduzir na direção da DAC um general da reserva com afinidade com a área cultural, e com isso reduzir a rotatividade característica das forças armadas nesse importante cargo. A ideia abrangia também o aproveitamento de outros oficiais da reserva, que, no entanto, conforme mencionou, tivessem “pendor” para a área cultural. O fato é que os rumos, traçados a partir do alto comando, em Brasília, resultaram no advento da FUNCEB. E na DAC se perpetuou a mesma dinâmica nos cargos de direção.

Sobre a rotatividade dos cargos e o “pendor” para a área cultural

Uma questão recorrente entre os próprios militares, bélicos e do quadro técnico é a de que muitos oficiais assumem cargos na diretoria sem conhecimento ou afinidade que o tema exige. Além disso, a alta rotatividade dos quadros prejudicava o enraizamento das ações. O drama da situação foi mencionado por alguns entrevistados. Conforme conta a oficial Glaucia Moura:

Entrava um que sabia, entrava um que não sabia nada. Levava um ano pra aprender. No ano seguinte começava a ter uma ideia. No outro ano ele ia embora. Então, caminhava-se muito pouco. (Tenente Glaucia Moura – entrevista.)

Do mesmo modo, o oficial Crespo lamenta a rotatividade nos cargos e também a falta de perfil, conforme seu depoimento:

Você às vezes pega um general que não tem nenhuma relação com a cultura, não está ligado com aquilo, não conhece história nem nada, e pegam ele e colocam ele lá [na diretoria]. Esse lado da questão parece insignificante, mas é fundamental. (Coronel Crespo – entrevista.)

E ainda:

[Qual a grande dificuldade da diretoria?] Troca sucessiva de direções. Em 10 anos, tive seis diretores, não emplacaram dois anos. Você precisa achar um militar com pendor pra aquilo lá, que goste de história, de museu, essas coisas. E vou dizer com toda a franqueza, não é fácil de você encontrar isso no Exército. É mais fácil agora, com pessoas como o Laurino¹⁴⁷. O Laurino chegou e eu estava lá. Chegaram três e o único que ficou foi o Laurino, chegou tenente e era o melhor deles. (Coronel Crespo – entrevista.)

Em anos mais recentes, o coronel Pantoja observa a mesma dinâmica de rotatividade nos cargos e uma relativa falta de aderência dos perfis nos quadros nos altos cargos da DAC, porém esse oficial ressalta a natureza intrínseca à cultura institucional. Conforme abordado por ele:

Para você ter ideia eu fiquei de 2010 até 2013, eu fiquei aí cerca de três anos na diretoria e peguei por ali o general Juarez, como primeiro diretor, o general Eduardo Barbosa, como segundo diretor e o general Marcio como terceiro diretor, e depois eu saí. Do mesmo modo que os diretores foram rotativos, foram transitórios, o nosso pessoal também o foi. Nós tivemos especialistas também que infelizmente foram embora. Nós tivemos o coronel que era o chefe da seção de projetos, o José Claudio. Hoje está fora do Exército. A diretoria ela é mais rotativa na sua direção – o seu diretor oscila mais, o seu subdiretor também, mas o seu corpo técnico – historiadores, museólogos, arquitetos, e eles permanecem um tempo maior, que permite que eles desenvolvam um trabalho com mais continuidade, de toda forma isso é uma característica do Exército (...) Há alguns diretores que são mais propícios à área cultural, que conseguem desenvolver um trabalho mais intenso, outros menos, mais isso é característico do meio militar essa transição de chefia, de direção. E eu da mesma forma, nos três anos

¹⁴⁷ Oficial do quadro complementar com formação convergente com a área.

que fiquei por lá, pude aprender, pude desenvolver... (Coronel Pantoja – entrevista.)

Como observado por esse interlocutor a questão da rotatividade dos cargos dos militares diz respeito à dinâmica vigente na própria instituição militar, onde os oficiais da ativa circulam por diferentes organizações. O general Juarez também comenta a questão da rotatividade e da falta de aderência do sujeito à área, no entanto, sugere que se trata de uma problemática transversal e não um problema específico da área cultural. Em suas palavras:

Há uma movimentação nossa, ela acontece, esse giro. Às vezes o cara chega ali e não conhece e também não quer conhecer. Ele quer passar aquele tempo ali, e então a coisa realmente atrapalha. Mas isso não é só na área cultural. Acontece em qualquer área. Às vezes o elemento é designado pra uma tarefa ali, é competente e não sei o quê, aí manda ele pra uma área de logística, ele já não gosta. Ele não gosta e fica ali. Quer dizer, não vai produzir como deveria. Mas isso é um problema de pessoas. Então [essa questão] existe? Existe. Mas não só na área cultural, em todas as áreas. (General Juarez – entrevista.)

Por outro lado, para aqueles empenhados em fortalecer a institucionalização do campo cultural na organização militar, a rotatividade dos cargos e a dissonância nos perfis parecem dificultar os trabalhos e refletir condutas pouco comprometidas com seu desenvolvimento. Ainda sobre a falta de perfil dos integrantes que ocupam cargos de direção da diretoria, a interlocutora civil acrescenta:

Porque quem vem pra cá não conhece. Esse é o maior problema. Não veio uma pessoa da cultura. Porque o que ocorre é que quando vem algum general pra cá, é combatente. Tem uma cabeça diferente. (...) Falta assim um critério de pontuação. Eu não acho isso bom. Para a diretoria isso não é bom. (Elza Nascimento – funcionária civil – entrevista).

Em meio a visões que percebem a questão da rotatividade como algo prejudicial à dinâmica da área cultural ou como sendo uma característica inerente à organização

militar, o general Paixão conseguiu extrair um lado positivo da questão. Conforme abordou:

Nós temos ali o espaço de dois, três anos, quatro generais, certo? Mas por ser general da ativa nós temos um general da brigada paraquedista, que é uma brigada operacional, e antes, ele era diretor de assuntos culturais, e está levando para a brigada de pronto emprego nosso pensamento cultural, com certeza. Nós temos na segunda subchefia do Estado-Maior do Exército o general Marcio, o homem que pensa o futuro do Exército, levando a sua experiência cultural aqui. Então onde se vê um prejuízo, uma desvantagem há também uma vantagem. (General Paixão – entrevista.)

O general Paixão observa que numa instituição como o Exército Brasileiro, as ideias levam tempo para serem transmitidas e para serem compartilhadas com o mesmo entendimento. A rotatividade nos cargos de direção da DPHCEX permitiria assim um mecanismo de difusão dos valores da diretoria, desde o alto escalão, em múltiplos lugares aonde a trajetória pessoal dos sujeitos, que por ali passaram, os levasse. Para ele essa suposta dificuldade seria amenizada por dispositivos de memória institucional, escritos e arquivados, que pudessem ser acessados pelos novos diretores.

Essa visão, embora seja plausível, contrasta com a real situação da diretoria em termos de construção de acervo de memória institucional, fortalecendo as visões que apontam tanto a rotatividade como a falta de aderência à área cultural, de muitos que passam pela DPHCEX, um complicador para uma forte institucionalização do campo.

O início dos anos 2000 é marcado por uma intensa produção de mecanismos internos para viabilizar uma promissora fase da área cultural. As atividades referentes à “catalogação, ao controle e à difusão do acervo cultural da Força terrestre” (RH da DAC, 2000) estavam em pauta, assim como alguns eventos internacionais de estudos também ocupam as atividades da diretoria, como o Simpósio sobre os “500 anos de história militar luso-brasileira”, ocorrido em Portugal (RH da DAC, 2000). A tenente Glaucia Moura recorda o início dessa catalogação.

Eu lembro que eu comecei a separar. Quantos museus o Exército tinha? Saía naqueles noticiários e comecei a anotar o nome. Um dia eu falei assim: “Coronel, tem esses museus todos no Exército e a gente não sabe, a gente não tem uma ficha.” Em cima disso, a

gente começou também a criar um sistema de catalogação do acervo. Foi na época o que me coube. Foi criar um catálogo do acervo museológico militar. Cadastrar todo o acervo tanto aqui, quanto o acervo que tinha fora, pra que se você precisasse: “Ah, eu quero fazer uma exposição sobre o Caxias”, aí a gente saberia o acervo do Brasil inteiro. (...) mas dentro desse sistema cultural a ideia era se ter um controle desses museus que o Exército tinha. (Tenente Glaucia Moura – entrevista.)

Nesse período a DAC passa a ser responsável pelo Palacete Laguna¹⁴⁸, sediado no Rio de Janeiro, antes subordinado ao gabinete do comandante (RH da DAC, 2000). A gestão das atividades culturais era tida como “assunto de prioridade máxima” na DAC, conforme os registros de uma das reuniões nomeadas de Reunião de Integração Sistêmica da diretoria (Acervo documental da DAC, 2000.)¹⁴⁹ No entanto, esse intento não era uma tarefa fácil. Alguns dos principais entraves ao cumprimento integral dessa “missão”, no jargão militar, foram apontados durante as memórias das reuniões (Acervo documental da DAC, 2000), que passaram a ocorrer visando uma coordenação de ações. Entre os principais entraves observados pelos seus representantes constavam:

1. O desconhecimento da legislação que estabelece a Política Cultural e fixa a Diretriz Estratégica do Sistema Cultural do Exército e o Plano de Atividades Culturais;
2. A inexistência de um instrumento legal que atribua competência e desenvolva procedimentos para o levantamento, a identificação, a catalogação e o controle dos bens culturais do Exército;
3. A falta da caracterização precisa do que seja uma atividade cultural;
4. A baixa prioridade dada à atividade cultural;
5. A pouca importância atribuída à cultura como instrumento de poder;
6. A indefinição dos limites entre as atividades culturais e as de comunicação social;
7. A ausência de ligação efetiva entre os comandos responsáveis pela supervisão das atividades culturais em determinadas áreas e o órgão central do sistema. (Acervo documental da DAC, 2000.)

Outras reflexões e expectativas dos próprios representantes institucionais em relação à atuação da diretoria servem de panorama do período. Conforme os registros:

¹⁴⁸ Este imóvel serviu de residência de Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, no século XIX. Posteriormente serviu de residência de ministros de Estado. Em 1953, recebeu a atual denominação, como forma de homenagear os brasileiros mortos na Retirada da Laguna, operação militar durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-70). Para mais informações, ver revista **Da Cultura** Ano III / N°4, p. 32-37.

¹⁴⁹ Cf. reunião de Integração Sistêmica – DAC, 2000. (CD-ROM)

Decorridos pouco mais de quatro anos da expedição dos documentos legais que normatizam as atividades culturais no Exército¹⁵⁰, é possível constatar que os resultados alcançados estão muito aquém das expectativas. As atividades culturais, desenvolvidas sistematicamente, se concentram, basicamente, na área do Rio de Janeiro, onde a DAC pode atuar mais eficazmente, por meio de suas organizações diretamente subordinadas, enquanto no resto do País, se limitam a iniciativas isoladas, sem um maior planejamento e continuidade. A quase totalidade dos eventos considerados de natureza cultural, fora da área do Rio de Janeiro, ocorrem sem supervisão e sem o conhecimento do órgão central do Sistema Cultural, a DAC. (Acervo documental da DAC, 2000.)

A reflexão realizada pelos próprios representantes institucionais traz testemunhos das dificuldades vividas à época na operacionalização da Política Cultural do Exército. Conforme os registros:

No que tange ao levantamento, cadastramento e controle do acervo cultural, tais procedimentos ainda não foram sequer implementados pelos órgãos encarregados. Em consequência, não há organicidade de ações nessa área, tendo em vista a consecução dos objetivos estabelecidos na Política Cultural do Exército. (Acervo documental da DAC, 2000.)

Entre as principais causas das dificuldades encontradas para uma efetiva gestão da área cultural foram citados na ocasião:

1. O desconhecimento, por parte das 5ª Seções dos Comandos Militares de Área e das Seções de Patrimônio das Regiões Militares, das novas atribuições a elas cometidas pelas portarias já citadas;
2. A pouca objetividade das ações da DAC junto às seções acima referidas;
3. A inexistência da preocupação, em muitos segmentos da Força Terrestre, da importância da cultura como instrumento de poder;
4. A falta de coordenação entre os órgãos do Sistema Cultural e os do Sistema de Comunicação Social;
5. A inexistência de um instrumento legal que permita às Regiões Militares exercer um controle sobre os bens culturais do Exército;

¹⁵⁰ Refere-se às Portarias Ministeriais nº 068 e 069, de 31 de janeiro de 1996, e a Portaria Ministerial nº 569, de 2 setembro de 1996, que aprovaram, respectivamente, a Política Cultural do Exército, a Diretriz Estratégica do Sistema Cultural e o Plano de Atividades Culturais, criando o Sistema Cultural do Exército, do qual a Diretoria de Assuntos Culturais figura como órgão central, e estabeleceram as obrigações de cada um dos seus integrantes.

6. A impossibilidade da atuação efetiva da DAC em toda a estrutura organizacional do Exército. (Acervo documental da DAC, 2000.)

O que se ponderava era que embora a DAC tivesse passado por uma reestruturação interna, ainda enfrentava dificuldades para poder cumprir de maneira satisfatória as missões que lhes eram pertinentes como órgão de coordenação central do sistema. Uma das hipóteses levantada por alguns dos representantes institucionais para as dificuldades enfrentadas pela diretoria estava no fato de ser atribuído às atividades de comunicação social um maior grau de prioridade e importância em detrimento de uma efetiva perspectiva estratégica da área cultural na abertura de espaços de diálogo, de valorização e engajamento técnico em áreas afins à cultura. A carência de uma formação profissional qualificada para a gestão cultural, percebida pelos próprios militares em seus quadros de pessoal, era angústia vivida na diretoria por aqueles que lutavam por ampliar o reconhecimento e as estruturas institucionais desse campo. Por outro lado, a mudança de subordinação da DAC, o advento da Fundação Cultural do Exército e a aprovação da Portaria 30 (Normas para Elaboração, Aprovação e Execução de Projetos Culturais)¹⁵¹ eram vistas como avanços do campo cultural, podendo ser interpretados como importantes marcos nos rumos da institucionalização do campo.

Militares militantes do “sistema cultural”

No início dos anos 2000, os integrantes da DAC, que perseguiram a estruturação de um “sistema cultural” do Exército, encontravam ainda muitas dificuldades internas. Conforme consta nos registros documentais da diretoria, nem mesmo os diversos comandos das organizações militares possuíam uma compreensão uniforme sobre o que seria uma “atividade cultural”. Assim, os esforços da diretoria iam desde discussões de delimitação conceitual e de disseminação de tais concepções por todo o Exército, até outras que exigiam uma compreensão mais acurada, como a crescente demanda por lidar com a dimensão imaterial do patrimônio. As reflexões identificavam algumas tendências vividas até então e apontam a necessidade de se perceber e trabalhar novas dimensões:

¹⁵¹ Aprovada pela Portaria nº 30 – DEP, de 5 de junho de 2000.

Sempre estivemos voltados mais para os aspectos materiais da cultura do que para os imateriais. Quando tratamos da preservação do patrimônio, por exemplo, nos vem, de imediato, a ideia de cuidar dos documentos, dos objetos, das construções, isto é, dos bens físicos. Entretanto, é importante lembrar que existe um patrimônio imaterial que é igualmente importante preservar, preservação essa que se enquadra perfeitamente nos objetivos da Política Cultural do Exército: “Preservar as tradições, a memória e os valores morais, culturais e históricos”. (Acervo documental da DAC, reunião de integração sistêmica, 2000.)

Essa constatação reflete o momento pelo qual as políticas culturais em âmbito nacional evidenciavam a possibilidade de registro dos bens culturais de natureza imaterial do Brasil, a partir do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que regula o Artigo 216 da Constituição Federal, que estabelece que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Incorporar as categorias conforme o avanço da legislação nacional, buscando reconhecer o patrimônio imaterial no seio militar passou a fazer parte também do repertório de demandas e interesses em meio militar na DAC. Embora também fosse reconhecida a dificuldade que essa dinâmica contém. Conforme os próprios registros da DAC:

Às vezes na ânsia de modernizar a atividade militar nos esquecemos que tão importante como caminhar para o futuro é não esquecer o passado. Todos nós sabemos que algumas tradições da nossa força têm sido colocadas de lado, em nome da modernidade. Entretanto, isto talvez seja fácil de dizer mas difícil de realizar, até mesmo pela dificuldade de delimitar o campo do patrimônio imaterial (Acervo documental da DAC, reunião de integração sistêmica, 2000.)

Os militares militantes do sistema cultural atuantes na DAC entendiam que a preservação das tradições e dos valores vinha sendo realizada aquém das possibilidades e precisava ser atualizada diante das novas perspectivas da legislação nacional. Entendiam também que se tratava de um campo que demandava empenho para que

pudesse ser desenvolvido alinhado à educação. Conforme mencionado nos registros de uma Reunião de Integração Sistêmica da DAC, no ano 2000:

A gestão da atividade cultural é intensamente influenciada pela importância que cada um de nós a ela dedica. Nem sempre as medidas adotadas ou as providências sugeridas resultam em algo de concreto, em face da falta de interesse pelos assuntos culturais. Este comportamento só será modificado por meio da educação. (Acervo documental da DAC, reunião de integração sistêmica, 2000.)

A gestão da atividade cultural realizada pela DAC nesse período está intimamente vinculada ao processo de educação, entendido como veículo de transformação e valorização das ações culturais. Nesse sentido a decisão do Comando do Exército em reorientar a DAC para o domínio do DEP foi vista pelos próprios representantes institucionais da diretoria como medida acertada:

Foi, em boa hora, e reconhecendo essa ligação estreita, que o Comando do Exército decidiu fazer a DAC voltar ao seio do DEP. Cultura é comportamento e comportamento só se modifica pela educação. (Acervo documental da DAC, 2000.)

Esse pensamento da cultura era acompanhado de outro que dizia:

É claro que isto não vai acontecer da noite para o dia. Trabalhando, desde já, as gerações mais novas, certamente teremos, no futuro, uma visão diferente da cultura, por parte dos nossos quadros. (Acervo documental da DAC, 2000.)

Nessa ocasião, como é mencionado nos registros institucionais da diretoria, a DAC possuía limitada estrutura e ainda não tinha condições de atuar em todo o território nacional. Agia, na maior parte, de forma localizada, no Rio de Janeiro, por meio das suas organizações militares diretamente subordinadas – OMDS ali sediadas (Acervo documental da DAC, 2000). Na reflexão interna da diretoria, considerava-se ainda que apenas a BIBLIEx, pela natureza das suas atividades, conseguia chegar a todos os quartéis (Acervo documental da DAC, 2000). Por outro lado, considerava-se

que tanto as “5^{as} Seções” dos Comandos Militares de Área quanto as Seções de Patrimônio das Regiões Militares cresciam em importância, passando a ser identificadas como Seção de Comunicação Social e Atividades Culturais e Seção do Patrimônio e Bens Culturais, respectivamente (Acervo documental da DAC, 2000). Conforme explicações:

À 5^a Seção dos Comandos Militares de Área cabe coordenar e controlar todas as atividades culturais na área de cada Comando. Eu diria mais: cabe, principalmente, estimular, em todas as OM, o desenvolvimento de atividades culturais, cuidadosamente planejadas. À Seção de Patrimônio cabe a responsabilidade pela preservação, conservação e controle do patrimônio cultural material existente nas OM da sua área. (Acervo documental da DAC, 2000.)

Entretanto, embora a capilaridade do sistema tivesse sido estabelecida por meio dessas seções existentes “na ponta”, o que se diagnosticava, à época, era que os próprios oficiais que chefiavam essas seções, de modo geral, desconheciam os novos encargos e não dispunham dos necessários instrumentos legais para sua atuação, até mesmo no que tangia ao patrimônio material (Acervo documental da DAC, 2000). A DAC, ciente dessa realidade, gerou várias propostas de ações e normatizações que foram encaminhadas ao DEP para viabilizar os meios necessários para a implementação e funcionamento das novas seções. Vivia-se, assim, o ímpeto de se criarem mecanismos internos à organização que viabilizassem a própria estruturação da área cultural. A Portaria 30, elaborada no âmbito da diretoria e aprovada pelo DEP, instituiu as Normas para Elaboração de Programas e Projetos Culturais¹⁵², em 2000. Com ela surgiu uma linguagem projetual até então incipiente na área cultural do Exército, fortalecendo a capacidade executora da organização nessa frente de ação. Conforme os relatos da época:

A mais importante de todas foram as Normas para Elaboração de Programas e Projetos Culturais (...) Esse documento possibilita, a qualquer organização militar, elaborar um projeto cultural do seu interesse (...) Aprovado, esse projeto voltará à DAC, para que ela

¹⁵² Aprovada pela Portaria nº 30 – DEP, de 5 de junho de 2000.

faça as ligações necessárias com a Fundação Cultural Exército Brasileiro, importante instrumento criado recentemente, para apoiar as atividades culturais do Exército que, de certo, possibilitará a captação de recursos financeiros no terceiro setor, bem como ensinará a cooperação de instituições e organizações civis voltadas para a área cultural. (Acervo documental da DAC, 2000.)

Essa foi uma norma seminal para o funcionamento do nascente “Sistema”, assim como as Instruções Gerais para a Criação, Organização, Funcionamento e Extinção de Espaços Culturais¹⁵³, que ao ser instituída regularizou a existência de museus, salas de exposição, memoriais, sítios históricos e estabeleceu condições para a criação de novos espaços. Essa normativa veio disciplinar as ações dos diversos comandos das organizações militares em relação aos “espaços culturais”. Como lembra a tenente Glaucia Moura:

Porque pra criar e “descriar” um museu bastava um comandante querer. [Ele dizia]; “agora essa sala não vai ser museu não, tá? Vai ser um paiol. Então pega as coisas do museu e põe para decorar aqui e ali. (Tenente Glaucia Moura – entrevista.)

Do mesmo modo, a criação das Normas para a Abertura das Fortificações à Visitação Pública¹⁵⁴ (2000) teve por objetivo regular este assunto que vinha sendo conduzido, igualmente, de forma pouco uniforme. Todas essas normas criadas nesse período inauguram novos padrões e possibilidades que contribuem para a institucionalização do Sistema Cultural.

Em 2001, no segundo e último ano de direção do general Synésio, foi comemorado o 21º aniversário da diretoria¹⁵⁵. A celebração, realizada no Palácio Duque de Caxias, no Centro do Rio de Janeiro, contou com a presença de representantes civis, como o presidente FUNCEB, Flávio Antônio Artur Oscar Alcides Corrêa, e militares, da ativa e da reserva, das diferentes organizações vinculadas com a área cultural do Exército (RH da DAC, 2001). Nesse ano, uma das medidas tomadas foi a desvinculação

¹⁵³ Que veio a dar origem às Instruções Reguladoras – IR para a Criação, Organização, Funcionamento e Extinção de Espaços Culturais, com a Portaria do DEP nº 17, de 28 de fevereiro de 2003. Esta IR foi revogada pela Portaria nº 76 do DECEX, de 29 de maio de 2014, que aprovou as Instruções Reguladoras, com novos trâmites internos, para melhorar o controle.

¹⁵⁴ Portaria nº 615, de 13 de novembro de 2000.

¹⁵⁵ Somando-se os 10 anos da DACHED com os 11 anos da DAC.

experimental do Museu Conde de Linhares, do MHEX/FC para o âmbito da DAC (RH da DAC, 2001). A restauração do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial – MNMSGM também integrava a pauta das realizações da diretoria¹⁵⁶, inaugurando uma das primeiras ações conjuntas da DAC com a FUNCEB¹⁵⁷. Nesse mesmo ano, algumas viagens marcaram a dinâmica da diretoria, como a realizada pelo general Synésio e o coronel Ivanhoé, em Corumbá – MT, na visita a uma fortificação histórica, o Forte de Coimbra¹⁵⁸, e outras para manter contatos com a FUNCEB (RH da DAC, 2001).

No último ano do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e também do comandante do Exército Gleuber Vieira, em março de 2002, o general de brigada Antonio Gabriel Esper assumiu a direção da DAC no lugar do general Synésio. A agenda de compromissos e viagens pelo Brasil que o general Esper adotou logo no início de sua gestão parece indicar o início de uma movimentação nacional¹⁵⁹.

Em 2002 entram em cena dois documentos que tentam atualizar e divulgar a legislação cultural do Exército Brasileiro até então pouco expressiva. São eles: a Política Cultural do Exército¹⁶⁰ e a Diretriz Estratégica do Sistema Cultural do Exército¹⁶¹, ressaltando os compromissos neles expostos¹⁶². Merece destaque, na orientação geral dessa Política, o entendimento do Sistema Cultural como “canal perene e fértil de comunicação do Exército com outros setores da Sociedade Brasileiro”; o reforço ao “patriotismo e ao orgulho pela nacionalidade” e a integração dessa política às

¹⁵⁶ Cf. Palestra realizada nos 30 anos da DPHCEX. Fonte: PowerPoint da apresentação (Acervo documental da DPHCEX).

¹⁵⁷ O projeto de restauração do MNM2^oGM foi gerenciado pela FUNCEB e contou com apoio financeiro do Fundo Nacional de Cultura do Ministério da Cultura, da Petrobras S.A., da BR Distribuidora, do Banco Itaú, da Phillips do Brasil SA, FIRJAN e da Prefeitura do Rio, com recursos estimados em três milhões de reais. Cf. Informativo da FUNCEB, nº 1, ano I, 2003. Disponível em <http://www.funceb.org.br/images/informativo/622_1y8d.pdf>. Acessado em 10 de agosto de 2016.

¹⁵⁸ O Forte de Coimbra (ou Forte Novo de Coimbra) fica localizado na margem do rio Paraguai, cerca de 100 km ao sul de Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul. Foi tombado como patrimônio histórico nacional em 1974. Para mais informações, consultar o Banco de Dados Fortalezas.org.

¹⁵⁹ Nesse mesmo ano o general Esper, diretor da DAC, vai a Brasília para a inauguração da Rádio Verde Oliva FM, viaja para São Paulo e para as cidades mineiras de Belo Horizonte e Ipatinga, para participar de atividades culturais e da reunião do conselho de curadores da FUNCEB. Viajou também para participar do Conselho Especial de Justiça e para realizar visita técnica aos fortes e fortalezas históricas de Salvador – BA (RH da DAC, 2001).

¹⁶⁰ Portaria do Comandante do Exército nº 614, de 29 de outubro de 2002. Teve por finalidade estabelecer os objetivos da Política Cultural do Exército e orientar sua implementação.

¹⁶¹ Portaria do Comandante do Exército nº 615, de 29 de outubro de 2002. Teve por finalidade orientar o planejamento das atividades inerentes ao Sistema Cultural do Exército visando atingir os objetivos fixados na Política Cultural.

¹⁶² Ambos encontram-se nos Anexos 6 e 7, respectivamente.

demais políticas do Exército. Entre os objetivos gerais da Política, o Exército se vê como partícipe do Sistema Cultural Nacional e se pauta em ampliar laços culturais no país e exterior, projetar a imagem do Exército, divulgar as realizações, maximizar “sentimentos de nacionalidade, patriotismo, amor fraterno e mútua compreensão social”, e ainda, “promover a preservação do patrimônio imaterial de interesse para o Exército”. Dentre os objetivos particulares destaca-se o estímulo do estudo e divulgação da história militar, a necessidade de “conscientizar o segmento militar da importância da preservação, da conservação e da difusão do patrimônio histórico, artístico e cultural do Exército”. E ainda, “celebrar convênios com a FUNCEB, para viabilizar o apoio aos projetos e às atividades culturais da Força”. Tais proposições evidenciam orientações comprometidas e orientadas para o interior da organização – com a necessidade de conscientizar o público interno tanto para as questões de cuidado com o patrimônio cultural, quanto sua articulação para fora da organização. Já a Diretriz Estratégica do Sistema Cultural de 2002 apoia-se em quatro premissas básicas que orientam as atividades culturais, são elas:

a. ser conduzidas para incidir, positivamente, na motivação e na **coesão** dos Quadros e para manter a **boa imagem** da Instituição, junto à população brasileira; b. ser direcionadas para facilitar o cumprimento da missão constitucional do Exército e consentâneas com as características próprias da **atividade-fim** da Força Terrestre; c. estimular os públicos externo e interno a conhecer e valorizar os **feitos da nossa História Militar**, incentivando o **culto aos símbolos da Pátria** e aos **heróis nacionais**; e d. fomentar o desenvolvimento cultural no âmbito do Exército brasileiro (...) (Diretriz Estratégica do Sistema Cultural – Portaria nº 615 – Gab Cmt Ex, de 29 de outubro de 2002 – grifos nossos)

Para além dos aspectos mencionados, convém destacar três indicativos dessa diretriz: 1. preservar a memória e o patrimônio histórico, artístico e cultural do Exército; 2. firmar convênios para a obtenção de recursos destinados a projetos culturais; 3. integrar os militares do Exército com as demais forças armadas e com a sociedade em geral, por meio do estreitamento dos laços culturais. Em suas orientações gerais, a diretriz preza a harmonia entre militares e civis e inclui na definição da atividade cultural não apenas aspectos do passado, mas também aspectos do comportamento humano. E ainda orienta que:

O Sistema deverá prever, em simultaneidade com as ações de preservação do patrimônio, pesquisa histórica e divulgação, **mecanismos de influência intelectual sobre os públicos interno e externo**, num processo contínuo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de mentalidade coerentes com a realidade social do país e com a evolução da humanidade. (Diretriz Estratégica do Sistema Cultural – Portaria nº 615 – Gab Cmt Ex, de 29 de outubro de 2002 – grifo nosso).

A diretriz estabeleceu as principais atribuições de cada nível hierárquico integrante do Sistema Cultural – desde o Estado-Maior do Exército, o Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP, a Diretoria de Assuntos Culturais – DAC, o Centro de Comunicação Social do Exército – CCOMSEx, a 5ª Seção de Comunicação Social e Atividades Culturais dos Comandos Militares de Área, a Seção de Patrimônio e Bens Culturais das Regiões Militares e demais órgãos. Coube à DAC, entre outros aspectos, estimular a elaboração de projetos e programas, propor normas, apreciar e emitir parecer sobre novos projetos culturais, propor convênios com a finalidade de melhor aproveitamento, conservação, funcionamento dos museus, bibliotecas, casas, parques e sítios históricos sob jurisdição do Exército, interagir com a FUNCEB.

Compondo esses dois pilares essenciais para a estruturação de um Sistema Cultural, a política e a diretriz, a criação de um sistema de cadastramento do patrimônio cultural do Exército era também um importante passo para a construção de uma efetiva gestão. Afinal, conhecer o próprio acervo de bens culturais é um requisito primordial. E como constatavam os próprios representantes institucionais da DAC, “nós não sabemos o que o pessoal [as organizações militares] tem de acervo”¹⁶³. Essa dificuldade, contudo, não ocorre apenas nas organizações militares do Brasil, embora a descentralização em múltiplos comandos, entre outros aspectos, caracterize uma faceta peculiar do universo militar que acaba tornando a tarefa um trabalho ainda mais árduo. Além da própria dificuldade que a criação de um cadastro comporta em termos tecnológicos e de segurança e competência gerencial das informações, percebia-se que esse intento esbarrava também no próprio acesso às informações nas diversas organizações militares. Uma das suposições ventiladas para isso seria existir um receio das próprias organizações militares de sofrerem ingerência por parte de um órgão

¹⁶³ Cf. Anotações de campo – conversa com interlocutor militar.

central ou superior. Outra possibilidade é a de esse enquadramento ao Sistema Cultural ser percebido como mais um encargo, dentre tantos outros. Conforme explica o coronel José Claudio:

Muitas vezes as organizações militares ficam de “saco cheio”, porque é mais um sistema que eles têm que gerenciar. Na tropa tem pouca gente para os trâmites administrativos e um monte de tarefas para diretorias e comandos diferentes. Cada coisa que surge como encargo é mal recebido, a não ser que gere dinheiro diretamente. (Coronel José Claudio – entrevista.)

Tais esforços, de maneira geral, perpassam as instituições públicas de cultura nos reconhecimentos, inventários e produção de conhecimento sobre os bens culturais, sejam eles classificados de materiais ou imateriais.

Na edição nº 3 da revista **Da Cultura** (2002)¹⁶⁴, o general Esper apresenta o editorial e comenta:

Nenhuma instituição permanece imune ao tempo, e a sua ação lenta, mas permanente. Adequar-se a esse processo requer um também permanente trabalho de preservação, restauração e atualização, seja do patrimônio físico ou material da instituição, seja de sua estrutura anímica ou imaterial. Nesse quadro, a área cultural cresce e se posiciona como instrumento de vanguarda, catalizador dos demais elementos que o Exército dispõe, para não perder a sua marca institucional. (General Antônio Gabriel Esper – Editorial – Revista *DaCultura*).

A mensagem do general esclarece o lugar que a área cultural passa a ocupar, em sua visão, na instituição. O papel central da DAC fica evidente nesse contexto conforme expresso no regulamento elaborado para a diretoria nessa ocasião¹⁶⁵.

Ao longo dos anos a revista **Da Cultura** fortaleceu a visibilidade do campo cultural. Capas e artigos sobre fortificações, reportagens sobre espaços culturais e personalidades, artigos reunindo diferentes vozes, entre militares e especialistas do campo da cultura (representantes das universidades, dos órgãos de patrimônio, dos institutos de pesquisa, do empresariado) passam a figurar no intercâmbio de ideias e

¹⁶⁴ A revista **Da Cultura** é uma publicação da Fundação Cultural Exército Brasileiro – FUNCEB, lançada em 2001.

¹⁶⁵ O Regulamento da Diretoria de Assuntos Culturais desse período encontra-se no Anexo 8.

contribuem com a visibilidade do campo. Nessa edição nº 3, por exemplo, ao lado da entrevista realizada com o general Figueiredo, na ocasião Chefe do DEP, que apresenta seu posicionamento sobre a Política Cultural do Exército, um artigo da professora Nelly Aleotti Maia abordava as relações entre cultura e educação¹⁶⁶, e a representante do ICOMOS e conselheira do IPHAN, Suzanna Sampaio, refletia sobre a preservação do patrimônio cultural¹⁶⁷. Assim, assuntos dessa natureza passaram a ser difundidos em maior escala na instituição, traduzindo os múltiplos campos que a FUNCEB veio movimentar na interface civil-militar.

Em março de 2003, o general Esper se tornou general de divisão e no ano seguinte deixou a DAC para assumir a chefia do Centro de Comunicação Social do Exército (RH da DAC, 2003). Algumas missões da DAC ainda em sua gestão foram: o planejamento das comemorações ao bicentenário de Duque de Caxias, previsto para ocorrer em âmbito nacional; visitas a diversas capitais¹⁶⁸ do Brasil com o intuito de tratar de assuntos referentes à Política Cultural do Exército e ao Sistema Cultural do Exército, bem como para acompanhar atividades culturais e outros planejamentos de comemorações, como os “350 anos da Restauração Pernambucana”; e ainda; a participação no “Encontro de Itaipava”, com o chefe do DEP, o então general de exército Sergio Ernesto Alves Conforto (RH da DAC, 2003). Sua agenda em 2004 incluiu ainda visita a Fortaleza – CE, com a finalidade de acompanhar o lançamento do projeto Acervo Artístico do Exército (RH da DAC, 2003).

Com a saída do general Esper da diretoria, assume como diretor interino o coronel de engenharia Marcos de Oliveira, cuja gestão durou de junho de 2004 a janeiro de 2005. Em sua curta gestão, o coronel Marcos de Oliveira tratou de assuntos referentes ao projeto Centro de Convenções no Forte Copacabana em reunião com o comandante do Exército, o general Francisco Roberto de Albuquerque. Ainda em sua gestão o livro com orientações para a preservação do patrimônio Cultural, elaborado no âmbito da DAC em anos anteriores, foi aprovado pelo chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP, o general de Exército Ivan de Mendonça Bastos, como “Normas para

¹⁶⁶ No artigo “Educação e Cultura – sinônimos ou sistemas em integração?” (p. 46-51). In: revista **Da Cultura**, edição nº 3, jan.-jun. de 2002.

¹⁶⁷ No artigo “Reflexões sobre a Preservação do Patrimônio Cultural”. In: revista **Da Cultura**, edição nº 3, jan.-jun. de 2002.

¹⁶⁸ Porto Alegre – SC, São Paulo - SP, Recife – PE, Belo Horizonte – MG.

a Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural do Exército”¹⁶⁹. Embora, via de regra, uma norma não possua autoria, essa, ao menos, não passou despercebida para os que viveram o período de sua elaboração na DAC, desde os primeiros rascunhos em meados dos anos 1990 a partir do trabalho produzido pelo coronel Crespo. O interlocutor ressalta o valor desse estudo produzido em meio militar e a projeção em meio civil:

Isso aqui era uma orientação para a preservação do Patrimônio. Virou uma norma, que todo mundo tem que seguir. Então se alguém, qualquer organização militar quiser fazer um espaço cultural, ele tem que seguir o que está aqui. E isso aqui é tão legal que a gente fez uma versão para civil (...). Isso aqui demonstra o grau de profissionalismo que a coisa tomou e o grau sistêmico. (Major Laurino – entrevista.)

Em janeiro de 2005 assume a diretoria o general de divisão Roberto Viana Maciel dos Santos, em substituição ao interino. Nesse mesmo ano, o coronel Crespo deixa a diretoria e vai definitivamente para a reserva após dez anos ininterruptos de trabalhos dedicados à estruturação da área cultural do Exército. No âmbito do Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP foi criado nessa época o Grupo de Estudo Diagnóstico do Ensino Militar – GEDEM, subordinado à chefia desse departamento, “a fim de proceder estudos visando à análise crítica das metas alcançadas pelo processo de modernização do ensino e a consecução dos objetivos de atualização e gestão estratégica do ensino militar”¹⁷⁰. Um tema vivido de maneira intensa pelos participantes da área da educação do Exército. No campo da museologia no Brasil os debates da época incluíram também o segmento militar. Nesse mesmo ano aconteceu em Porto Alegre o 1º Encontro de Museus Militares, que contou com a participação do novo diretor da DAC (RH da DAC, 2005). Em 2005 a diretoria estava mobilizada nas diversas atividades preparativas para as comemorações dos 60 anos da Força Expedicionária Brasileira – FEB¹⁷¹. Nesse contexto o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial foi contemplado com um projeto multimídia, gerido pela

¹⁶⁹ Portaria do DEP nº 114, de 24 de novembro de 2004.

¹⁷⁰ Cf. Portaria 64-DEP, de 13 de junho de 2005 – BE 31/05.

¹⁷¹ Entre elas: reunião de trabalho realizada juntamente com órgãos de imprensa, no Centro de Comunicação do Exército, relativo ao Seminário 60 anos da FEB; reunião na Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, para realização de parceria na montagem de exposições sobre Monte Castelo; reuniões para tratar do painel Olhares sobre 45; além de visitas a espaços culturais do Exército, como a ocorrida em Salvador – BA.

FUNCEB, com apoio financeiro de pessoas físicas e de uma empresa do setor siderúrgico, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – USIMINAS¹⁷².

Conforme lembra um dos interlocutores, interfaces de diálogo não são inovações contemporâneas em meio militar. Desde a década de 1970, os cursos do Centro de Estudos de Pessoal – CEP¹⁷³ eram compostos por professores de reconhecidos centros de excelência¹⁷⁴:

Setenta e três, então, os cursos estavam sendo criados lá [no CEP], e com os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eu tive como professores pessoas fantásticas. Grandes, grandes professores, grandes nomes do pensamento (...). Porque lá tinha um departamento de pesquisa na área educacional e psicológica, e eu fui pra esse departamento e comecei a me envolver com a questão do pensamento educacional brasileiro, com a questão da psicologia aplicada a diversas áreas do conhecimento. (General Synésio – entrevista.)

Por outro lado, o novo contexto instaura renovadas buscas de interação com o meio civil. Representantes da DAC que desde os anos 1990 já participavam de encontros e fóruns de intercâmbio internacionais, particularmente os relacionados a museus, passaram também a estabelecer interlocuções com a Associação Brasileira de Museologia e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, órgão do Ministério da Cultura, num movimento de aproximação interinstitucional, conforme preconizado na política cultural. Além disso, encontros com as demais forças armadas: a Marinha do Brasil, por meio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM e a FAB, por meio do Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica – INCAER, principalmente relacionados à temática de “museus de cultura militar”.

Ao longo dos anos, a área de ensino do Exército foi permeada por interfaces com o universo acadêmico – em certa medida, para desenvolver os seus próprios centros de excelência na formação militar ou permitir a formação de seus integrantes em outras instituições. Essas interfaces, portanto, vêm sendo tecidas em várias frentes e possuem

¹⁷² Cf. Informativo FUNCEB, edição 09, ano 3. Multimídia chega ao Monumento dos Pracinhas. Disponível em http://www.funceb.org.br/images/informativo/_9u6g.pdf. Acessado em 10 de agosto de 2016.

¹⁷³ Localizado no bairro do Leme, no Rio de Janeiro, na área conhecida como “quartel de paz” do Forte Duque de Caxias.

¹⁷⁴ Essa valorização das relações entre o Exército e as instituições acadêmicas não é de modo algum uma exceção durante o período do regime autoritário, como expressa o livro de Rodrigo de Patta Sá Motta, **As universidades e o regime militar**, 2014.

suas trajetórias em diferentes campos. No âmbito das reflexões e ações relacionadas ao patrimônio cultural, próprias da Diretoria de Assuntos Culturais ou aquelas vinculadas ao CDocEx, a construção de relações com centros de pesquisa, embora existentes, aparecem de forma pontual até então¹⁷⁵. Em 2006, há um registro histórico significativo nesse contexto: a aula inaugural realizada pelo general Maciel na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, por motivo do convênio assinado entre o Exército e aquela universidade, com vistas a ofertar cursos de graduação à distância para militares e seus dependentes¹⁷⁶.

No âmbito da preservação do acervo documental, há também alguns exemplos de parceria firmada com instituição acadêmica visando à preservação e à divulgação do patrimônio histórico e cultural, como o convênio realizado entre o Arquivo Histórico do Exército e a Universidade Estácio de Sá, na restauração dos Códices do Período Joanino (RH da DAC, 2006).

A diretriz geral emitida pelo novo comandante do Exército em 2007, o general Enzo Peri (2007-15), definiu a importância da cultura e o seu papel fundamental na consecução dos objetivos da força ao estabelecer que:

O valioso patrimônio histórico e cultural sob a guarda do Exército continuará a ser preservado e, cada vez mais, deverá ser utilizado para divulgar as tradições e os valores herdados ao longo de mais de três séculos de existência e reforçar a visibilidade da Instituição perante a sociedade. A pesquisa e a divulgação da História Militar do Brasil serão objetivos prioritários das atividades culturais, para que sejam ressaltados os valores cívicos, mantidas as tradições, estimuladas as atitudes positivas perante a Força e o Brasil, e

¹⁷⁵ Nesta ocasião, profissionais ligados a universidades eram solicitados pelo Exército para realizar trabalhos como identificação de símbolos, estudos para a confecção de medalhas, como aconteceu no seu caso (conforme conversa informal, realizada em outubro de 2016, com a museóloga Regina Bibiani, que atuou em assessoria ao Exército nos anos 1980). Com a criação do Museu Histórico do Exército, os préstimos se estenderam à identificação e organização de acervos e restaurações. Ao longo dos anos 1990 observa-se também a participação de civis em ações pontuais da diretoria no campo cultural concomitante a formação do quadro técnico próprio da diretoria. A partir de 2002 torna-se uma orientação crescente a busca por uma maior integração ao meio acadêmico, embora nem sempre se tenham concretizado parcerias de maneira recorrente. Um estudo sobre as interações entre pesquisadores, universidades e o universo militar na área de cultura poderia ser alvo de futuros estudos.

¹⁷⁶ O general Rui Monarca da Silveira comenta sobre esse convênio, no contexto de proporcionar educação à distância: “A partir de 2005 estabelecemos convênio com a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), para que militares e seus dependentes (hoje mais de três mil alunos em 25 cursos) pudessem realizar cursos de graduação, no Brasil e no Exterior (...) “Se mudar de cidade, o curso vai junto”, é a proposta da UNISUL”. (Entrevista com o general Rui, in: revista **Da Cultura**, edição 18, maio de 2011).

afirmada a identidade do soldado brasileiro. A nossa gente, composta de civis e militares da ativa e da reserva, identifica-se com a sociedade e empresta credibilidade à Força, em função do profissionalismo e dos valores que cultua. Essa nossa gente é e continuará a ser o nosso maior patrimônio. Somos continuadores do Exército de Caxias: conservadores nas tradições, ousados nas ideias e criteriosos na aplicação de recursos. As tradições castrenses – consolidação dos exemplos, dos princípios éticos, dos valores e das virtudes militares – são o suporte moral para superarmos os obstáculos. (Diretriz Geral de 9 de maio de 2007.)

A Política Cultural do Exército, estabelecida em 2002 (Port 614) foi revogada quando da edição da Política Militar Terrestre (SIPLEx 3) de 2008. A Política Militar Terrestre (SIPLEx 3) de 2008, por sua vez, estabeleceu como objetivos do Exército Brasileiro: “preservar os valores, as tradições e a memória da Instituição”, bem como “contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da consciência da defesa nacional em todos os segmentos da sociedade brasileira.”¹⁷⁷

3.3 Nasce a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural – DPHCEX

Em abril de 2008 o general Juarez Aparecido de Paula Cunha assume na direção da DAC, num importante momento de novas reestruturações na área de educação. O Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP, atuante desde 1970, se transforma em Departamento de Educação e Cultura – DECEX, gerando alterações nas organizações militares diretamente subordinadas. Assim, a Diretoria de Assuntos Culturais – DAC passou a ser denominada de Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural – DPHCEX¹⁷⁸. Sobre essa modificação, um militar da área cultural do Exército alertou uma vez:

É preciso atentar que essas mudanças de nomes não são uma mera “sopa de letrinhas”, como dizem por aí. Elas envolvem processos antigos, que vêm sendo amadurecidos em alguns setores do Exército e que envolvem uma revisão mais ampla, vivida no campo da Educação. Para compreender o que ocorre no nível da

¹⁷⁷ Cf. Proposta de Diretriz EME-DECEX – quadro comparativo – Acervo documental DPHCEX.

¹⁷⁸ Por meio do Decreto Presidencial nº 6710, de 23 de dezembro de 2008.

diretoria é preciso compreender também o que ocorre no nível do departamento. (Coronel Fernando Velôzo, num encontro informal na ECEME, 2015.)

Essa observação foi oportuna para vislumbrar a influência de processos mais amplos nas reconfigurações organizacionais em curso e indagar sobre as estratégias vigentes e seus rebatimentos na própria DPHCEX. A mudança na designação pode (e deve) também ser compreendida como um reflexo do processo vivenciado internamente desde o GTEME, que ampliou o debate sobre o papel da educação e da cultura no ambiente militar, reacendendo as reflexões sobre sua inter-relação.

A transformação do departamento foi assunto da pauta da entrevista da revista **Da Cultura**, realizada com o então chefe do Estado-Maior do Exército, general Darke Nunes de Figueiredo. A revista trouxe a seguinte indagação: “Podemos entender essa mudança como uma forma de valorizar a Cultura do Exército, ou simplesmente considerar uma diferenciação entre o Sistema de Ensino e o Sistema Cultural do Exército?”¹⁷⁹. O general Darke elucidou a questão da seguinte maneira:

Em nossa estrutura organizacional, o Sistema de Cultura do Exército é um subsistema do Sistema de Ensino do Exército. A importância da Cultura, até então claramente expressa na nomenclatura atribuída ao Departamento, podia ser constatada pela própria existência da Diretoria de Assuntos Culturais, subordinada ao DEP. A alteração na designação militar do DEP deixará mais explícita a interação e a importância dos dois sistemas e aproximará o Exército da terminologia consagrada por órgão e instituições dedicados a atividades de natureza similar no país. (Darke, In: revista **Da Cultura**, junho, 2009, p. 6).

A resposta aponta a diferenciação dos sistemas, a busca por um alinhamento às terminologias vigentes no país e a valorização da cultura, evidenciada pela existência da própria diretoria. O conceito de “educação” foi então considerado mais representativo e abrangente dos aspectos a serem trabalhados do que a noção de “ensino”, até então utilizada. O novo nome do departamento suscitou expectativas de valorização do campo cultural, embora este tenha mantido a subordinação e permanecido como um “subsistema”.

¹⁷⁹ Cf. revista **Da Cultura**, edição 15, junho de 2009.

O coronel Norton relembra sua chegada à antiga DAC nesse momento de transição da diretoria e traz um panorama de uma problemática vivida na ocasião. Em suas palavras:

Existia uma dicotomia muito grande entre cultura e patrimônio (...) embora elas andassem atreladas. Junto com a minha chegada, logo depois, houve a troca de comando, e assumiu a diretoria o então general de brigada Juarez. E o general Juarez estava vindo de Belo Horizonte, estudou nos Estados Unidos e implementou um choque de gestão na DPHCEX. (Coronel Norton – entrevista.)

O coronel José Claudio, contemporâneo do coronel Norton na recém criada DPHCEX, também fez considerações sobre esse momento de transição da diretoria. Conforme abordou:

Vejo esse período como um momento de reflexão e redefinições do papel da diretoria. De se pensar o Exército, pensar todo Exército e, sobretudo, o futuro. Um momento de estruturar a diretoria para existir e para influenciar, de espalhar tentáculos, mobilizar as forças nessa direção. De se perceber a diretoria como algo útil para o Exército, em suas funções principais. E não ser apenas um depósito de saudades, mas sim, um motor de significados. E alçar, enfim, a alma do soldado, por meio de ações pragmáticas, embora complexas. (Coronel José Claudio – entrevista.)

A chegada do general Juarez à diretoria reconfigurou algumas dinâmicas. O emprego de recursos financeiros foi uma delas, conforme explicou o coronel Norton, então chefe de planejamento e controle. Percebeu-se, logo de início, que não havia ainda implantado mecanismos de redistribuição equitativa entre as diferentes unidades militares. Como lembra o coronel Norton:

Como eu tinha vindo de Brasília, eu já tinha trabalhado com projetos. E [naquela ocasião] toda a diretoria era sem projetos. Então, pegava o telefone e o dinheiro ia. Não havia projeto para desembolso, explicando o que iria ser feito, como ia ser empregado, assim por diante (...). Então, a primeira coisa que nós sentimos a necessidade de fazer: um curso de gestão e de criação de projetos. (Coronel Norton – entrevista.)

Como observado pelo coronel Norton, “o Exército não retira da atividade meio nem da atividade fim recursos para empregar em cultura”. Os recursos, conforme lembrou, vinham do Ministério da Cultura. Diante desse contexto, o coronel Norton vislumbrou a promoção de um curso para oficiais do Exército, com foco em elaboração de projetos no setor cultural, notadamente para a solicitação de recursos financeiros para o setor público. Esta proposta aconteceu a partir de um contato com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, de Brasília. Conforme lembrou:

A Escola Nacional de Administração Pública tem curso dessa natureza de excelente qualidade. Entrei em contato. Fizemos um documento e a ENAP me forneceu professor. Se eu não me engano foram 10 dias (...) Foi o primeiro passo que a gente deu para poder homogeneizar e criar o sistemático. (Coronel Norton – entrevista.)

A gestão do general Juarez e dos militares envolvidos nas chefias das divisões da diretoria assumiram esforços para reconfigurar a própria cultura organizacional instalada na diretoria e que nos anos anteriores à transformação da DPHCEX orbitava, na visão dos novos chefes, em torno de “estudos de história militar” e de “realização de eventos”. Como lembrado pelo coronel Norton, a constatação feita pelo general Juarez ao chegar à diretoria era de que havia um Sistema Cultural, mas que este não funcionava como “sistema”. Pensar na consolidação do Sistema Cultural envolvia considerar a necessidade de um alinhamento estratégico (elaboração de diretrizes estratégicas), que requereria, por conseguinte, o fortalecimento de uma articulação entre diferentes órgãos do próprio Exército, um mecanismo de capilaridade nacional e também uma projeção para fora da instituição. Certamente um desejo antigo de muitos militantes da área cultural, mas de difícil operacionalização diante das inúmeras carências institucionais e de um ambiente que amadurecia mais pelo empenho individual de seus integrantes, num rol de prioridades subsidiárias da organização como um todo.

Esse mesmo diagnóstico da situação foi mencionado pelo general Juarez, na ocasião de uma palestra proferida no CEPHIMEX, em 2016, quando relembrou sua chegada à diretoria: “Fui para ficar três meses e acabei ficando 3 anos”¹⁸⁰. E comentou que num ambiente marcado notadamente “por aqueles diretamente envolvidos com seus

¹⁸⁰ Registros a partir da palestra proferida pelo general Juarez, durante a Jornada de História Militar, realizada em 5 de maio de 2016, no CEPHIMEX.

objetos de estudo em história, que se debruçam sobre os aspectos do passado”, era preciso olhar, sobretudo, o presente e o futuro¹⁸¹. E acrescentou, em sua entrevista:

Quando eu cheguei lá, a diretoria tinha muitas palestras. Um foco muito forte na história militar. Eu falei: Não, não pode ser assim. Então eu comecei a insistir com o pessoal na criação do Sistema Cultural do Exército com a participação não só aqui no Rio de Janeiro, mas do Exército como um todo. Porque o nosso patrimônio histórico do Exército é muito grande, e nós temos no país todo um patrimônio enorme. Isso falando de patrimônio histórico material, fortes fortalezas, sítios históricos, é muita coisa que nós tínhamos que controlar isso tudo. Aí começamos a trabalhar dentro da diretoria, com esse enfoque sistêmico. (General Juarez – entrevista.)

Naquele momento, era necessário ultrapassar alguns desafios básicos para estruturar o Sistema Cultural. E o pensamento do general Juarez seguia a seguinte lógica:

Nós temos que ter uma rede que fale. Nós temos que ter representantes culturais em cada área. O pessoal precisa entender isso, que todos fazem parte desse sistema (...) os Comandos Militares de Área têm que ter atuação sobre as suas organizações subordinadas e as informações têm que fluir por tal caminho. E isso não tinha nada. (General Juarez – entrevista.)

Como forma de propiciar a capilaridade do Sistema Cultural foi sendo esboçada pela Seção de Patrimônio e Projetos Culturais a ideia de se criar uma estrutura qualificada em assuntos culturais associada aos diversos Comandos Militares de Área, que pudesse dar suporte à atuação dos espaços culturais: os Centros Regionais de Cultura Militar. Um interlocutor situa os primórdios dessa ideia e seu tempo de maturação e implementação:

Os Centros Regionais de Cultura... Isso é uma ideia que surgiu em 2008. Quando a gente começou a pensar: “A gente podia fazer

¹⁸¹ Idem.

Centros Regionais”. E depois conseguimos formalizar, colocar isso aos poucos. (Major Laurino – entrevista.)¹⁸²

Além de estruturar o sistema, o general Juarez insistiu em ampliar o foco da abordagem de patrimônio, que até então, segundo sua percepção, estava ainda muito arraigada numa leitura material do patrimônio, com foco, por exemplo, na conservação de fortificações. O general Juarez afirma esse reposicionamento: “Mudamos o enfoque que era dado à cultura”¹⁸³. E acrescenta:

Até então o foco era em cima do patrimônio histórico material. Então nossa preocupação, até então, era a manutenção, a conservação dos fortes. Quando entrou o enfoque em termos de educação, nós evoluímos do ensino para a educação, o ensino continuou, mas acrescentando uma dose maior em termos de preservação dos nossos valores, preservação das nossas crenças, das nossas tradições. Com isso fizemos uma integração maior com a área de ensino, trazendo o aspecto cultural desses valores todos, e isso nós colocamos nas nossas escolas e teve um resultado excepcional. Então o enfoque deixou de ser somente o material e passou a ser também o lado imaterial. (General Juarez – entrevista.)

Em suma:

Ali, naquele momento, aconteceu que nós saímos do ensino pra a educação, então ficou bem caracterizada a importância que nós tínhamos que dar a esses aspectos culturais, dos valores e tudo mais. (General Juarez – entrevista.)

A ampliação do entendimento do campo da educação fez com que os aspectos do campo da cultura militar, incluindo aí os valores militares (interpretados, no novo contexto, como a face imaterial do patrimônio militar), fossem explicitamente considerados e inseridos na dinâmica educacional, particularmente dirigida ao público

¹⁸² Ao longo dos anos subsequentes a concepção dos Centros Regionais de Cultura Militar passa a ser amadurecida e testada em algumas regiões, como possibilidade de se buscar maior capilaridade ao sistema e permitir maior agilidade em relação aos apoios técnicos prestados às organizações militares na ponta. Passa também a figurar o cargo de assessor cultural, para atender a essa demanda.

¹⁸³ Idem.

interno. Como desdobramento dessa intencionalidade expande-se a valorização dos chamados “espaços culturais”. Conforme esclarece o general Juarez:

Essa era uma preocupação que nós tínhamos na época, que esses espaços culturais têm que ser abertos, a gente não pode deixar isso aí fechado. E isso acontece não só em grandes fortes de fortalezas, mas mesmo nos quartéis aí pelo Brasil afora. A orientação que foi dada é pra que isso aí seja aberto. [a orientação] daqui da diretoria, quando nós criamos, era uma das orientações, de abertura dos espaços, então a pessoa vai ao quartel por qualquer motivo, pega ele já leva no espaço cultural, já mostra ali essa unidade, participou disso e daquilo, veio não sei da onde, fez isso, importantíssimo. (General Juarez – entrevista.)

Foi na posição de estrategista que o general Juarez, juntamente com a equipe da DPHCEX, conduziu a diretoria em múltiplas frentes de ação – desde a criação de seções internas com novas dinâmicas, qualificação de pessoal, até mecanismos de integração nacional, de atualização tecnológica, e de criação de novas organizações que abarcassem demandas específicas, como as do campo da história militar.

Uma constatação dos primórdios da DPHCEX feita pelos representantes entrevistados desse período foi em relação à carência de diretrizes mais elaboradas para a condução dos trabalhos nos diferentes escalões. Conforme comentou o Coronel Norton:

O Sistema Cultural Patrimonial, dividido pelos Comandos de Área, estavam mais ou menos soltos. E não havia uma diretriz de funcionamento, uma diretriz de planejamento. Não havia uma diretriz. Porque a diretriz emanada pelo comando do Exército, por intermédio do EME, é uma diretriz genérica. Então nós fizemos no sentido inverso (...) Coronel Mario Jorge, foi quem deu esse passo: ao invés da gente receber a diretriz de cima para baixo. A gente bolar ela de baixo pra cima. Então montamos a diretriz, entregamos ao DECEX, o DECEX encaminhou ao EME e o EME homologou. Então a partir daí tivemos uma bíblia a seguir, um norte geográfico para poder trabalhar. (Coronel Norton – entrevista.)

Já a atualização da Política Cultural seguiu outros rumos. Como lembra o general Juarez:

Nós íamos atualizar a Política [Cultural]. Chegamos até a escrever alguma coisa. Mas, depois, o Exército mudou e “política” passou a ser só do Órgão de Direção Geral (...) Então, política só do Estado-Maior do Exército. Quem faz política no Exército é só o Estado-Maior do Exército. Por isso é que não saiu essa política. Mas nós, digamos, tínhamos a ideia daquilo que nós queríamos como política e passamos a atuar daquela forma. Mas por isso é que não saiu uma outra política. (General Juarez – entrevista.)

Diante da expectativa de uma efetiva projeção nacional da área cultural surgiu a iniciativa de se elaborarem e implementarem novos processos para a gestão de projetos culturais do Exército, entre eles, a adoção de um Sistema de Gestão de Portfólio de Projetos (permitindo a análise, a aprovação e o acompanhamento dos programas e projetos). Este intento ficou a cargo do então tenente-coronel José Claudio dos Santos Junior, assim como a própria implantação desse ambiente de gerenciamento de projetos culturais. Assim nascia a Divisão de Patrimônio e Projetos na DPHCEX, posteriormente denominada Seção de Patrimônio e Projetos. A criação dessa seção agrupou as seções de patrimônio material e de patrimônio imaterial, que, segundo comenta o interlocutor José Claudio, “eram separadas e não se falavam”. Além disso, a reunião dos técnicos em um mesmo ambiente permitiu uma maior integração da equipe multidisciplinar, formada por oficiais do quadro complementar e temporários, na dinâmica nos projetos. Além do próprio “gerenciamento dos projetos culturais do Exército”, no âmbito da diretoria, criava-se com esse sistema uma ferramenta de suporte aos gerentes dos projetos culturais nas diferentes organizações militares localizados na “ponta” do sistema¹⁸⁴. Cabiam também nas atribuições dessa seção da diretoria: planejar e conduzir ações de preservação do “patrimônio cultural”; interagir com instituições da área

¹⁸⁴ No plano operacional a dinamização do Sistema Cultural do Exército foi desencadeada e conduzida pelo trabalho desenvolvido pela Seção de Patrimônio e Projetos da DPHCEX, composta por militares do quadro complementar e temporário, sob a coordenação do coronel José Claudio, desde a gestão do general Juarez. Com a adoção de uma perspectiva de gerenciamento de projetos e de uma abordagem multidisciplinar, a Seção de Patrimônio e Projetos da DPHCEX se estruturou a partir das seguintes dimensões: Normatização; Projetos Culturais; Espaços Culturais; Estudos e Pesquisas; Apoio Técnico; Capacitação; Parcerias; Relações Institucionais.

cultural; e coordenar o apoio técnico em gestão cultural e elaboração de projetos culturais¹⁸⁵.

A Seção de Patrimônio e Projetos da DPHCEX também ficou responsável pela elaboração e gerenciamento do projeto de implantação de um programa de captação de recursos de pessoas físicas e jurídicas para projetos culturais de interesse do Exército Brasileiro, que veio a ser batizado de Programa Mecenaz. E por organizar aquilo que dinamizaria e materializaria o conjunto da obra: os Encontros dos Integrantes do Sistema Cultural.

Dinâmicas, aprendizados e interlocuções civil-militares em curso

A nova dinâmica da diretoria foi marcada por uma série de aprendizados. O percurso vivido pelo tenente-coronel José Claudio, um militar do quadro bélico, desde a sua chegada à diretoria nessa fase de transição para a DPHCEX, é exemplo disso. Conforme comentou, sua experiência sempre foi na instrução militar, treinando os sujeitos para empregarem a “força”. No decorrer de sua trajetória militar algumas experiências formativas, como a de psicopedagogia, na área de educação do Exército e aprendizados vividos no curso de ciências sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, também o influenciaram e o fizeram compreender, já num primeiro momento, que a área cultural era mais ampla que o domínio da história. Foi assim que buscou uma aproximação com a diretoria que tratava de “cultura”, todavia, como conta, ao chegar na diretoria “não fazia a menor ideia” (Cf. José Claudio – entrevista) sobre aquele campo que estava se constituindo em relação ao “patrimônio cultural”. Conforme relatou esse interlocutor:

Quando eu cheguei na diretoria, patrimônio era pra mim a mesma coisa que era para a grande partes dos militares, que é aquele patrimônio de colocar na ficha o que existe de concreto e pertencente à instituição, patrimônio “mesa” (...) a visão de patrimônio foi se construindo, e hoje em dia é que esse conceito de “patrimônio” [cultural] está mais arraigado...mais compreendido, mais discutido, mais pensado, embora ainda em construção... (Coronel José Claudio – entrevista.)

¹⁸⁵ Cf. entrevista do coronel José Claudio dos Santos Junior ao Instituto Virtual de Turismo – IVT, 2011. Disponível em <http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=11773&cat=%C2%A0&ws=0>. Acesso em 14 de julho de 2016.

Esse interlocutor lembra que seu primeiro aprendizado ocorreu já na primeira missão que recebera: visitar um casarão antigo que ficava dentro do campo de instrução em Juiz de Fora – MG e pensá-lo como “patrimônio”. Conforme relata:

Foi o meu primeiro contato mesmo, de pegar e pensar... projeto... o que vou fazer com isso? conhecer...e tinha que convencer qual o valor daquilo para o Exército, pois era um casarão antigo ali na Zona da Mata, mas não se viam grandes ligações com a vida militar ...o pessoal via mais aquilo como algo aporrinhando o saco de todo mundo... que era caro, era complicado e que o Ministério Público vivia colocando na justiça o Exército para cuidar daquilo. Esse era o quadro. (Coronel José Claudio – entrevista.)

Nessa ocasião, os contatos e trocas com experientes arquitetos locais, envolvidos com esse projeto o fizeram compreender as dimensões e a complexidade que envolvia a recuperação de bens, desde a atribuição de valor até os meios necessários para se acessar financiamento, de forma a viabilizar a proposta¹⁸⁶. Em seu percurso de aprendizado percebeu também o quanto a missão para a qual a diretoria se dirigia possuía resistências no próprio meio militar.

Um significativo momento ocorreu em Ouro Preto – MG, em 2009, na ocasião do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Nesta ocasião, o tenente-coronel José Claudio e a equipe técnica da DPHCEX¹⁸⁷ que o acompanhava fizeram a apresentação do Programa Mecenas – uma experiência institucional de captação de recursos de pessoas físicas para projetos culturais (IPHAN, 2012). O evento, que reuniu os principais representantes do país na área de patrimônio cultural, serviu de arena de reflexão em nível nacional e internacional. As apresentações desse evento, como: Desafios e estratégias para uma nova gestão do patrimônio cultural, proferida por Luiz Fernando de Almeida¹⁸⁸, “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”, por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses¹⁸⁹, BNDES, a economia da cultura e o apoio ao

¹⁸⁶ Foi a partir dessa demanda que foi estudar a Lei Rouanet.

¹⁸⁷ Entre eles: Capitão Edgley Pereira de Paula (historiador), tenente Iracema Alencar Rosas (historiadora), tenente Roberto Tibau M. da Costa (museólogo), tenente Grazielly Sipaúba (advogada) e tenente Geórgia de Souza Silva (informática). Cf. entrevista com o coronel José Claudio.

¹⁸⁸ Presidente do IPHAN.

¹⁸⁹ Professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP – Conselheiro do Conselho Consultivo de Patrimônio Cultural.

patrimônio histórico sob a ótica do desenvolvimento integrado, por Luciane Gorgulho¹⁹⁰, O patrimônio cultural brasileiro e o contexto internacional, por Marcelo Brito¹⁹¹, entre muitas outras, suscitaram um riquíssimo ambiente de debates que a equipe da DPHCEX teve a oportunidade de vivenciar, iniciando, desde então, o fortalecimento de uma série de diálogos interinstitucionais.

Um terceiro acontecimento do rol de aprendizados que marcam a memória do tenente-coronel José Claudio em seu primeiro ano na diretoria foi a sua própria condução do I Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, que pela primeira vez reuniu representantes de diversas organizações militares num momento disseminador dos novos valores¹⁹². Como relata esse interlocutor, todas essas experiências vividas no ano de 2009 foram fundamentais para sua aterrissagem no tema: desde o próprio entendimento sobre “patrimônio cultural” às dinâmicas organizacionais, técnicas e de relacionamentos “para dentro” e “para fora” da instituição que o campo demandava. Esse aprendizado contou em grande medida com três *inputs*: 1. a sinergia que estabeleceu com os militares do quadro técnico, que conseguiu reunir em uma mesma seção; 2. a incorporação das projeções que o general Juarez almejava para o funcionamento do “sistema” e que nortearam sua conduta e; 3. a sua própria inserção num campo relacional para fora da organização.

No ano de 2009 o Exército Brasileiro recebeu a incumbência do Ministério da Defesa¹⁹³ de organizar o II Encontro de Arquivos Militares e o I Encontro de Bibliotecas, recaindo tal missão para a DPHCEX. O general Juarez relembra o contexto vivido na época:

Nós recebemos uma atribuição para organizar o Encontro de Bibliotecas. Biblioteca não era muito o nosso forte não. E, depois, recebemos outra atribuição para um evento sobre arquivos. No mesmo ano, dois eventos solicitados pelo Ministério da Defesa. Falei: “Caramba! Então vamos fazer um grande evento! Um evento cultural envolvendo a Marinha e a Força Aérea”. E criamos uma

¹⁹⁰ Chefe de Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

¹⁹¹ Assessor de relações internacionais do IPHAN.

¹⁹² A realização do encontro servia assim ao propósito da conscientização do próprio público interno sobre a importância da preservação, conservação e difusão do patrimônio cultural do Exército Brasileiro.

¹⁹³ Por intermédio de um civil do Ministério da Defesa, de sobrenome Lessa. (Cf. entrevista com o general Juarez).

Semana do Patrimônio Histórico (...) e foi muito interessante.
(General Juarez – entrevista.)

Durante a I Semana do Patrimônio Histórico e Cultural Militar, além dos encontros de Bibliotecas e Arquivos Militares, organizados pelo Arquivo Histórico do Exército – AHEx (com apoio da BibliEx e demais organizações congêneres da Marinha e da Aeronáutica), foram realizados também o IV Encontro de Museus de Cultura Militar, organizado pela Seção de Patrimônio Material da DPHCEX (com o apoio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM e do Museu Aeroespacial – Musal) e um Seminário de História Militar, organizado pela Seção do Patrimônio Imaterial da DPHCEX, com a participação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO¹⁹⁴. Além da racionalização de esforços e recursos, a I Semana do Patrimônio Histórico e Cultural Militar proporcionou:

1. Maior interesse na divulgação pela mídia, em face do maior número de eventos; 2. Possibilidade de execução de diversas atividades culturais, além das previstas, com participação do público civil e militar; 3. Oportunidade de integração dos órgãos culturais militares e civis.¹⁹⁵

A I Semana do Patrimônio Histórico e Cultural Militar de 2009 articulada pela DPHCEX ensejou uma maior visibilidade do campo do patrimônio cultural militar ressaltando a necessária e desejável integração civil-militar. Em 2012 essa articulação teve continuidade com o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – INCAer sediando a II Semana do Patrimônio do Histórico e Cultural Militar, promovida pelo Ministério da Defesa¹⁹⁶. Para além das ações específicas de cada força armada, esses e outros

¹⁹⁴ Cf. Relatório de Registro de Atividades Culturais desenvolvidas por ocasião da I Semana do Patrimônio Histórico e Cultural Militar (2009). In: Acervo documental da DPHCEX.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Esse evento (primeira etapa: 2 a 6 de junho de 2012 – encontro das áreas de arquivos e bibliotecas militares; e segunda etapa: 24 a 28 de setembro de 2012 – encontro de museus de cultura militar) reuniu profissionais militares e civis das áreas afins, com o objetivo de buscar a melhoria na gestão de processos nas áreas de arquivologia, biblioteconomia e museologia e estimular o intercâmbio entre as instituições culturais das Forças Armadas. Disponível em <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/12815/EVENTO---INCAER-encerra-a-II-Semana-do-Patrim%C3%B4nio-Hist%C3%B3rico-e-Cultural-Militar-no-Rio-de-Janeiro>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

eventos, tais como: o I Simpósio do Patrimônio Histórico e Militar¹⁹⁷, ocorrido em 2014, vem sendo realizados de maneira a estimular e fortalecer as convergências temáticas do campo.

O Programa Mecenaz

Em 2009, a DPHCEX recebeu uma missão do gabinete do Comandante Enzo Peri: idealizar um programa de recolhimento de incentivos fiscais para a área da cultura. O programa, que em sua face operacional envolveu a criação de um complexo sistema gerencial, veio a ser denominado de Programa Mecenaz e foi lançado em 17 de novembro de 2009. Com este programa passou a ser possível destinar parte do imposto de renda devido à União para projetos culturais de interesse do Exército, nos termos da Lei Rouanet¹⁹⁸ (SANTOS JUNIOR, 2012). O programa foi concebido com a parceria da Fundação Habitacional do Exército – FHE, da Fundação Cultural Exército Brasileiro – FUNCEB e da Fundação Roberto Trompowsky Leitão de Almeida e foi idealizado dentro de uma perspectiva de gerar participação e envolvimento do público interno: militares da ativa e da reserva, bem como seus familiares (SANTOS JUNIOR, 2012). Ao longo dos anos o Programa Mecenaz foi sendo divulgado prioritariamente no meio militar, obtendo um número ainda muito modesto de adesões, se comparado ao quantitativo do seu público potencial e à expectativa de seus idealizadores. O Programa Mecenaz pode ser um instrumento de grande potencial para a mobilização, aprovação e execução de projetos culturais de interesse do Exército, ao lado de outras formas de captação de recursos. No entanto, os dados dos primeiros cinco anos revelam que esse potencial permanece subexplorado¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Este Simpósio, promovido pelo Ministério da Defesa e realizado na Escola de Guerra Naval – EGN, teve como tema principal o Acesso e Uso da informação – parceria governo-sociedade. Congregou o IV Encontro de Gestão de Arquivos Militares Brasileiros e o II Encontro de profissionais de Bibliotecas Militares Brasileiras. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/14338-simposio-debate-importancia-da-gestao-do-patrimonio-historico-e-cultural-militar>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

¹⁹⁸ A Lei nº 8.313, de 23 de novembro de 1991, é intitulada Lei Rouanet de Incentivo à Cultura e dispõe sobre a utilização de incentivos fiscais para patrocínio de projetos culturais e socioeducativos. Por meio dessa lei de incentivo, pessoas físicas podem orientar a destinação de parte do imposto de renda devido para esse fim.

¹⁹⁹ Nos primeiros cinco anos de atuação do Programa Mecenaz o número de participantes seguiu uma curva descendente, iniciando em 2010 com 193 participantes (pessoa física) e em 2015 registrando 91 participantes (pessoa física). Nos primeiros três anos houve doação de pessoa jurídica. O total de arrecadação de recursos em 2010 foi de R\$1.834.313, e em 2015 foi de R\$ 79.172,67. Esses dados foram

Os Encontros dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército

Fruto do ideário para o fortalecimento de um Sistema Cultural do Exército, surgiu a iniciativa para a reunião de diversos representantes militares em um grande encontro nacional para tratar dos assuntos culturais. O I Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército²⁰⁰ aconteceu entre os dias 18 e 22 de maio de 2009, nas instalações do Museu Histórico do Exército. Cabe registrar os objetivos declarados que marcaram tal encontro, conforme constam nos registros históricos da DPHCEX:

- a) Divulgar a Diretriz Estratégica Cultural do Exército; b) Apresentar a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército como órgão gestor do Sistema Cultural do Exército Brasileiro; c) Fortalecer o Sistema Cultural do Exército; d) Apresentar o Sistema de Cadastramento do patrimônio Cultural do Exército (SisCPCEX) e a legislação cultural em vigor; e) Integrar e apresentar as atividades culturais diretamente ligadas à área de Comunicação Social; e f) Estabelecer diretrizes e padronizar procedimentos a serem adotados na área cultural. (RH da DPHCEX, 2009.)

A partir daí, encontros anuais se sucederam com vistas à coesão do Sistema Cultural do Exército. O segundo e o terceiro Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército ocorreram também no Rio de Janeiro. O II Encontro, realizado em 2010, nas dependências do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana – MHEx/FC, teve como objetivos declarados:

- a) Divulgar a **proposta** da Diretriz Estratégica do Sistema de Educação e Cultura do Exército; b) Fortalecer o Sistema Cultural do Exército; c) **Apresentar as formas de apoio técnico da DPHCEX às organizações militares do Exército**; d) Apresentar o Sistema de Cadastramento do Patrimônio Cultural do Exército e a legislação Cultural em vigor; e) Integrar as atividades culturais à área de Comunicação Social; e f) Estabelecer diretrizes e padronizar procedimentos a serem adotados na área cultural. (RH, DPHCEX, 2010 – grifos nossos).

apresentados pelo atual gerente do programa, o coronel Edson Silva de Oliveira, durante o IX Seminário dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

²⁰⁰ Em 2009, no I Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, participaram noventa e seis militares responsáveis pela área de Comunicação Social dos Comandos Militares de Área, Divisão de Exército, Brigadas, Regiões Militares, unidades isoladas, DECEX, EME, Escolas de formação, aperfeiçoamento e especialização, e representantes do CComSEx e das OMDS da DPHCEX (RH da DPHCEX, 2009).

Participaram do encontro representantes do Departamento de Educação e Cultura – DECEX e suas diretorias, os chefes das 5^{as} Seções dos comandos militares de área e das grandes unidades militares subordinadas, gestores dos espaços culturais das organizações militares localizadas nas sedes dos governos estaduais e representantes do Ministério da Cultura: o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (RH, DPHCEX, 2010). Conforme noticiado, no “Exército Notícias 34”²⁰¹:

O evento representou uma rara oportunidade de debater temas que vão desde a integração do ensino com a cultura à divulgação do Exército para a sociedade por meio de seu patrimônio histórico e cultural (“Exército Notícias 34”, 2010)

Uma publicação da revista **Verde-Oliva** foi dedicada ao tema “O Exército Brasileiro e a cultura”, em 2010, divulga e reforça os principais objetivos da DPHCEX, nos seguintes termos:

1. Preservação e divulgação do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército; 2. Gestão do Sistema de Cultura do Exército; 3. Coordenação das Atividades Culturais do Exército, e 4. Incentivo ao estudo e à pesquisa em História. (Revista VERDE-OLIVA, Ano XXXVIII – nº 208 – Out/Nov/Dez, 2010, p. 11).

O encontro contou com a palestra do general Carlos Alberto Neiva Barcellos, então chefe do CComSex sobre o tema “Divulgação do Exército Brasileiro para a sociedade, por meio do seu patrimônio histórico-cultural”. A sessão temática “Educação e patrimônio histórico e cultural militar: reflexos para a formação do soldado” foi dedicada a convidados externos, tendo como participantes a professora emérita da ECEME, Nelly Aleotti Maia, o presidente do IBRAM, José do Nascimento Junior, e o presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida. O general Juarez conduziu a palestra sobre o “Sistema de Educação e Cultura do Exército” e em seguida foi a vez do coronel Mario Jorge Bell de Campos apresentar a Diretriz estratégica do Sistema de Educação e Cultura. O tema da preservação do patrimônio histórico e cultural foi o destaque da

²⁰¹ Cf. “Exército Notícias 34”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IVWkH-Sb-fE>. Acesso em 23/08/2016.

segunda sessão temática, que contou com a participação de Roberto Duailibi, então conselheiro da FUNCEB. Os representantes dos Comandos Militares de Área – C Mil A também fizeram suas exposições contemplando três aspectos: 1. atividades culturais realizadas no ano de 2009 e planejadas para 2010; 2. indicadores de desempenho da gestão do Sistema Cultural do Exército; 3. Projetos Culturais realizados na área do C Mil A no ano 2009/2010. Do mesmo modo, representantes da própria diretoria e das organizações militares diretamente subordinadas – OMDS²⁰² a ela fizeram suas apresentações envolvendo seus campos de atuação, encerrando o evento nesse ano.

A terceira edição do Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, ocorrida em abril de 2011, no Centro de Convenções do Forte Imbuí, no 21º Grupo de Artilharia de Campanha, em Niterói – RJ, consolidou a ideia de torná-lo um evento anual, conforme expresso no meio militar.

Participaram do evento representantes do DECEX e suas diretorias subordinadas, oficiais de comunicação social dos comandos militares de área e das grandes unidades subordinadas, gestores de espaços culturais de organizações militares, a Fundação Cultural Exército Brasileiro – FUNCEB e representantes do Ministério da Cultura: o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e também do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ²⁰³. Entre os palestrantes, Mauro Domingues, coordenador de preservação do acervo do Arquivo Nacional, proferiu palestra sobre O patrimônio cultural e a construção da identidade nacional (RH da DPHCEX, 2011).

Concomitantemente às trocas de experiências institucionais propiciadas pelos encontros anuais, a conduta assumida pela Seção de Patrimônio e Projetos da DPHCEX, na nova fase de estruturação do Sistema Cultural, possibilitava uma maior visibilidade interna da potencialidade dos espaços culturais como difusores de valores e ferramenta aliada ao trabalho educativo visando o fortalecimento do sentimento de pertencimento militar. Como forma de expandir essa visão pelas múltiplas organizações, tornar os

²⁰² As OMDS à DPHCEX são: o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana; o Arquivo Histórico do Exército; a Biblioteca do Exército e o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.

²⁰³ O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/conselho>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

encontros anuais um evento itinerante era desejo da equipe da DPHCEX e tinha como motivação fortalecer elos com os diferentes comandos militares de área, além de proporcionar aos participantes uma ampla vivência nacional de cunho técnico-cultural. Em 2012 o IV Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército foi realizado em Salvador – BA, inaugurando essa proposta. Os objetivos expressos para esse encontro foram:

a) Fortalecer o Sistema Cultural do Exército; b) Incrementar a estruturação do SCEX nos comandos Militares de área; c) Divulgar e discutir experiências locais de gestão cultural; d) Estimular a reprodução de ações positivas e casos de sucesso nos comandos militares de área; e) Proporcionar uma vivência nacional de cunho técnico-cultural aos gestores do sistema cultural do Exército; f) Integrar o SCEX às instituições culturais nacionais; g) Apresentar as formas de apoio técnico da diretoria do patrimônio histórico e cultural do Exército junto às organizações militares; h) Discutir a legislação cultural em vigor; e i) Padronizar procedimentos a serem adotados no Sistema Cultural do Exército. (Roteiro de Abertura do IV Encontro dos integrantes do SCEX, 2012 – acervo DPHCEX.)

O formato do encontro passou a incluir, além das sessões temáticas, com presença de palestrantes, oficinas técnicas e visitas técnico-culturais. A sessão temática “casos de sucesso” foi composta por variadas experiências envolvendo o patrimônio histórico militar no âmbito do Exército, narradas pelos representantes militares envolvidos²⁰⁴. Uma sessão temática sobre Ações integradas de preservação de patrimônio cultural reuniu representantes externos, de universidades federais do Brasil e do órgão federal de patrimônio, o IPHAN²⁰⁵. Cada um desses falou a partir de suas experiências, seja na gestão do patrimônio histórico-cultural, nas pesquisas que realizam nas áreas de arqueologia e história, ou ainda nas experiências em projetos de parceria com a DPHCEX.

²⁰⁴ Casos de sucesso apresentados: A administração do Forte do Brum, em Pernambuco, que abriga um museu inaugurado em 1987; O projeto Orquestra Violões no Forte, realizado nas instalações do Forte de Copacabana em parceria com o Instituto Rudá; o Estágio Raízes, Valores e Tradições, realizado pelo Comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, Brigada Silva Paes, para acolher e compartilhar aspectos da história local com os oficiais e graduados recém-movimentados para a guarnição; a organização do III Encontro Internacional de História Militar, realizado em 2011, conciliando aspectos teóricos e visitas aos sítios estudados; a participação do 15º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado nas comemorações cívico-militares anuais do episódio histórico Cerco da Lapa.

²⁰⁵ Participaram dessa mesa: Andrey Rosenthal, do IPHAN, e os professores Roberto Bartholo, da UFRJ, Marcos Albuquerque, da UFPE, e Mario Mendonça, da UFBA.

Entre os demais temas tratados no encontro: Apresentação do CEPHIMEx; A divulgação do Patrimônio Cultural e a Rede do SCEEx; solicitação de recursos no SCEEx; o Programa Mecenaz; atividades da FUNCEB. Entre as temáticas das oficinas técnicas: elaboração de Projetos culturais; preservação de acervos museológicos e arquivísticos; solicitação de recursos; criação e regularização de espaços culturais.

Uma leitura atenta da avaliação do encontro realizada pela equipe da diretoria junto aos participantes²⁰⁶ pode revelar questões latentes do encontro e as principais lições aprendidas por estes. Uma das questões respondidas pelos participantes foi em relação a futuras ações a serem implementadas (ou mudanças de atitude) em função da participação no encontro. As três respostas mais mencionadas para essa questão foram: 1. Que iriam “divulgar/incentivar o Programa Mecenaz”; 2. Que iriam tomar “medidas de conservação dos acervos/arquivos”; 3. Que iriam atentar para a “Regularização dos espaços culturais”²⁰⁷. Outras respostas foram: “Criar espaço cultural”; “Inserir no contexto de planejamento a importância da participação de integrantes de outras seções nas atividades culturais”; “Ampliar o contato com as instituições locais/busca de parcerias”²⁰⁸. Entre as sugestões para o fortalecimento do Sistema Cultural, observa-se uma variada gama de respostas: aprofundar laços entre os integrantes do sistema, sob coordenação da DPHCEEx; ampliar a interação da DPHCEEx com os Comandos Militares de Área; intensificar a comunicação técnica com os espaços culturais; desburocratização dos canais técnicos e orientações diretas da DPHCEEx; elaborar plano de ação de divulgação cultural; definir critério de prioridade dos projetos culturais do EB em A-1; manter os encontros e ampliar a participação; criar estágio para alguns integrantes das Organizações Militares para que se tornem assessores culturais; utilizar mídias e redes sociais; monitorar e estabelecer estratégia no Programa Mecenaz; articular a DPHCEEx com o CComSEEx; tratar o SCEEx de maneira focada, como uma matéria nas escolas de formação²⁰⁹. Nos comentários gerais, outras recomendações apontaram a necessidade de uma discussão mais ampla sobre a criação dos Centros Regionais de Cultura Militar

²⁰⁶ A avaliação foi realizada pela equipe da Divisão de Patrimônio e Projetos da DPHCEEx, por meio de preenchimento de questionário, como instrumento para melhoria dos encontros anuais. Cf. Pesquisa de Avaliação do IV Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército – Acervo documental da DPHCEEx, 2012.

²⁰⁷ Cf. Pesquisa de Avaliação do IV Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército – Acervo documental da DPHCEEx, 2012.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Idem.

e a necessidade de participação de representantes da Secretaria-Geral do Exército nos encontros²¹⁰.

Com o leque de *feedbacks* oriundo da avaliação desse encontro, a equipe da Divisão/Seção de Patrimônio e Projetos da DPHCEX prosseguiu nos trabalhos, que incluíam a organização do V Encontro. Segundo os interlocutores, havia a intenção de aumentar o “peso político” dos encontros, aproximando cada vez mais a alta cúpula do Exército dos trabalhos realizados por essa diretoria. Assim, em 2013 o V Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército ocorreu em Florianópolis – SC, com a participação de representantes dos órgãos setoriais e demais militares de diferentes comandos, regiões militares, gestores e equipe técnica do Exército, além de variados interlocutores externos: do Programa de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, do núcleo gestor das fortalezas da Universidade de Santa Catarina – UFSC, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e da Fundação Cultural Exército Brasileiro – FUNCEB. Na oportunidade foram realizadas visitas técnicas às fortificações administradas pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e a demais pontos culturais nos arredores da cidade, que reforçaram o valor da vivência local de variados exemplos de patrimônio cultural no território.

O sexto encontro, em 2014, retornou para o Rio de Janeiro. Restrições orçamentárias impediram o aprofundamento da proposta de um caráter itinerante para o evento. Tema de destaque foi a indicativa de estudo para criação de cursos para formação de assessores e gestores do Patrimônio Histórico e Cultural no âmbito do Exército. Essa proposta já vinha sendo almejada e discutida pelos integrantes da DPHCEX há alguns anos e nesse encontro figurou mais uma vez como proposta de “inovações para o Sistema Cultural do Exército”²¹¹. Entre os efeitos almejados dessa proposta:

- a. Normatização das práticas das atividades culturais em conjunto com os Centros Regionais de Cultura Militar; b. Maior capacitação e melhor alocação dos recursos humanos; c. Atualizações e

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Palestra Possibilidades de Inovação para o Sistema Cultural do Exército proferida pelo tenente-coronel Lecínio Tavares, da Seção de planejamento e coordenação da DPHCEX, durante o Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, 2014.

melhoria do processo gerencial e executante; d. Melhor preservação e maior difusão do patrimônio histórico e cultural material e imaterial; e, e. Otimização do emprego dos recursos financeiros.²¹²

Este encontro também contou com a distribuição de panfletos informativos, elaborados pela equipe da DPHCEX, sobre as seguintes temáticas: 1. “Preservação de bens do patrimônio histórico e cultural no âmbito do Exército Brasileiro”, contendo conceitos, legislações e orientações básicas sobre preservação de bens; 2. “Espaços Culturais no Exército: criação, organização e funcionamento”, apresentando as distintas definições de espaços culturais e demais informações sobre sua existência; 3. Elaboração de Projetos Culturais no Exército – orientações gerais, com o processo de aprovação dos projetos, captação de recursos, e o apoio da assessoria técnica da própria diretoria; e 4. “Como trabalhar a cultura na formação militar e na tropa”, ressaltando a importância da compreensão da história militar, do entendimento de que “as atividades culturais no Exército Brasileiro devem ser direcionadas para dar suporte para a atividade fim” e a introdução da temática cultural na instrução militar. Os informativos em formato sintético e demais ações promovidas pela DPHCEX ajudavam a consolidar a imagem da diretoria como órgão técnico normativo do Sistema Cultural, difundindo seu papel e atuação entre os representantes militares.

Em 2014 uma conquista para o corpo técnico da DPHCEX veio com a aprovação do Programa de Instrução militar²¹³ daquele ano. A portaria que aprova o programa, além de considerar, textualmente, a importância da cultura militar na promoção das crenças, tradições e valores morais, culturais e históricos do Exército, estipulou que as organizações militares deveriam ministrar sessões de instrução de cultura militar a todos os militares. O estímulo ao estudo e a pesquisa da História Militar foram valorizados nesse contexto da vida militar, reforçando o papel do especialista. Ao passo que estabeleceu condutas específicas para ampliar a responsabilidade dos comandos nas ações de preservação e divulgação da cultura militar, na perspectiva integrada com a cultura brasileira²¹⁴.

²¹² Idem.

²¹³ Portaria nº 019 – Coter, de 03 de dezembro de 2013 – aprova o Programa de Instrução militar (EB 70-11.001) para o ano de 2014.

²¹⁴ Ao comandante caberia a participação direta na seleção de temas dos assuntos ligados à Cultura Geral e Cultura Militar, englobando fatos e personalidades que reforcem a coesão e a motivação da tropa.

A realização dos Encontros dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército veio a se consolidar como “o evento mais importante do calendário da diretoria”, conforme fala do general Stoffel, na abertura do VII Encontro, ocorrido em Fortaleza, em 2015²¹⁵. A atuação das assessorias culturais do Exército deveria estar, numa perspectiva estratégica, ligada à realização de parcerias num ambiente de trocas, interlocuções, e capacitação dos seus integrantes. Nas palavras do general Stoffel:

É fundamental que na ponta da linha existam parcerias. Parcerias com escritórios de arquitetura, parcerias com instituições governamentais, com a FUNCEB, com instituições de pesquisa (universidades) locais (colocar no circuito o pessoal da área acadêmica). Então é importante que eles sintam aquilo como um projeto deles também e por isso se progride melhor; com empresas, que muitas vezes querem o seu nome associado à área cultural. (General Stoffel – palestra durante o VII Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, 2015.)

Na ocasião foram apresentados “casos de sucesso” em palestras proferidas pelos próprios assessores culturais. Dois exemplos de parcerias podem merecer destaque nesse contexto. O coronel Freitas, há um ano e meio na função de assessor cultural do Comando Militar do Oeste – CMO, contou sobre as ações da Jornada Cultural realizada por esse comando²¹⁶. O coronel Freitas destacou o poder de atração e mobilização dessas jornadas junto a instituições parceiras e à população local. Outro “caso de sucesso” foi apresentado pelo assessor cultural da 6ª Região Militar, responsável por quatro fortificações em Salvador – BA²¹⁷. Nesse caso a parceria estabelecida com a Prefeitura de Salvador para revitalização dos fortes de Santa Maria e São Diogo, sob jurisdição do Exército, e a importância do vínculo técnico com a DPHCEX foram pontos de destaque da exposição. O projeto de revitalização e uso do espaço dos fortes incluiu negociações mediadas pela Controladoria Geral da União – CGU até chegarem a bom termo nas garantias de ambos nos contratos assinados. Por um lado, havia o interesse

²¹⁵ Anotações de campo.

²¹⁶ Conforme explicado por esse assessor cultural, na localidade já existia o evento Marcha da Retirada da Laguna, que passou a ser apoiada pelo Comando Militar do Oeste. Porém esclareceu que os outros eventos citados foram desenvolvidos pela Jornada Cultural, a partir de uma abordagem metodológica que orientou os aspectos históricos a serem desenvolvidos. Cf. palestra do assessor cultural do CMO – Seminário dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército – 2015 – anotações.

²¹⁷ Conforme proferido por esse assessor cultural da 6ª Região Militar, o Forte de São Pedro é sede de duas organizações militares e os outros três fortes, Forte Monte Serrat, Santa Maria e São Diogo, são tombados e considerados patrimônio cultural da cidade (Anotações da Palestra – no Seminário dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército – 2015).

geral da prefeitura em incrementar os circuitos turísticos da cidade e ter a garantia do uso do espaço a longo prazo, por outro, o interesse da organização militar em revitalizar o lugar garantindo a sua jurisdição. Conforme expressou o representante da 6ª Região Militar:

Uma ideia-força desde o início, desde as primeiras discussões é manter nos espaços (...) o vínculo com a história militar para preservação de suas identidades. Isso foi fundamental. Foi negociado, nós colocamos para com o secretário. O Forte vai “abrigar” espaços culturais. Ele não vai mudar de dono. (Palestra do assessor cultural da 6ª Região Militar – Seminário dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército – 2015.)

A criação do cargo de assessor cultural nas Regiões Militares e grandes comandos era para a equipe da DPHCEX uma conquista há tempos almejada e motivo de satisfação. Antes dessa criação formal as interlocuções em diversas áreas já aconteciam, mas mais por uma questão de afinidades entre os interlocutores e não como um canal técnico formal e ativo de disseminação das orientações para a área cultural.

No Exército, a percepção da necessidade de estabelecimento de vínculos internos e de parcerias externas é recorrente na instituição, e se aplica às demandas do campo cultural, em tese, desde os anos 1990. Para os membros da equipe técnica da DPHCEX era claro que o fortalecimento do Sistema Cultural do Exército incluía um trabalho de articulação, tanto para o público interno, com organizações militares e demais áreas e diretorias afins, quanto o estabelecimento de vínculos externos, com universidades, com a gestão pública (incluindo instituições de referência do campo do patrimônio cultural), iniciativa privada e população em geral. Em tese a busca de relacionamento institucional do Sistema Cultural deveria ser facilitada pela interface e orientação advindas do Sistema de Comunicação Social do Exército, que na atualidade reflete abordagens de relações públicas, que vão muito além da “assessoria de imprensa”, conforme abordado na Semana de Comunicação Social - Tendências para a comunicação no século XXI, promovidas pelo Centro de Estudos de Pessoal – CEP (2012). Por outro lado, a função do assessor cultural requer conhecimentos específicos de sua área de inserção e um enraizamento na trajetória institucional, técnica e política, deste campo.

O encontro de 2016 aconteceu no Rio de Janeiro depois de muitas incertezas em relação a sua realização em função de novos cortes no orçamento. Por outro lado, a presença de uma representante da recém-criada Seção de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, oriunda da 1ª Subchefia do Estado-Maior do Exército no Encontro deu provas de como a questão do patrimônio histórico-cultural se inseriu na estrutura organizacional do alto escalão. A proximidade da interface de interlocução com o Estado-Maior do Exército - EME atendia a uma expectativa da própria DPHCEX no fortalecimento dos laços do sistema cultural nessa vertente da cadeia de comando.

Na intermediação entre a DPHCEX e o Alto Comando, o DECEX também cumpria o seu papel de fomentador do Sistema Cultural. Nesta ocasião, o então chefe do DECEX, o general João Camilo Pires de Campos fez menção a relevância do tema, tanto do ponto de vista da atenção necessária ao conhecimento da dimensão econômica dos bens culturais, quanto do ponto de vista da sua representação simbólica. E afirmou o quanto o patrimônio imaterial da instituição ainda é um rico campo a ser identificado e estudado.

Entre os representantes externos que proferiram palestra no encontro, é possível destacar a participação da representante do IPHAN, Lia Motta, conforme mencionado na apresentação, a do professor Bartholo, do Programa de Engenharia de Produção da UFRJ, que apresentou os resultados do terceiro projeto em parceria com a DPHCEX, o Janelas Abertas para a República²¹⁸, a da professora Ana Célia Rodrigues, do Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação da UFF, sobre Gestão de documentos e memória institucional: diálogos e desafios.

Na visão institucional, conforme apresentado no próprio *site* da DPHCEX, os Encontros do Sistema Cultural têm gerado resultados efetivos, como o:

incremento da criação e regularização de espaços culturais; a otimização da utilização dos recursos destinados à cultura; a implantação do gerenciamento de projetos culturais com foco na captação externa de recursos; o desenvolvimento de metodologia

²¹⁸ Na ocasião foi apresentado o projeto conceitual “A Casa Estendida”, de autoria do arquiteto e orientando do professor Bartholo, Ado Azevedo. Esse projeto foi idealizado no âmbito do projeto Janelas Abertas para a República e prevê e o repensar da relação da Casa Histórica de Deodoro no contexto cultural da cidade, a partir da ampliação de seus usos, com intervenções e um melhor aproveitamento da casa e seu entorno.

própria na realização de visitas técnicas multidisciplinares; a inclusão de temas culturais na formação do oficial e na instrução da tropa; entre outras relevantes ações. (*Site da DPHCEX, 2017.*)

Em agosto de 2017 foi realizado o IX Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército nas instalações do 21º Grupo de Artilharia de Campanha – GAC, em Niterói. Este encontro trouxe como tema central “As fortificações sob administração do Exército na lista indicativa a Patrimônio da Humanidade”. O tema é pertinente, uma vez que oito das 19 fortificações que compõem a lista indicativa da candidatura das fortificações brasileiras ao título de patrimônio mundial, conferido pela UNESCO, estão sob a administração do Exército Brasileiro.

O encontro também afirma-se como importante oportunidade para relações dialogais com representantes institucionais diversos, o que se expressa na presença de um leque amplo de palestrantes externos ao Exército nos eventos. Além das representações militares²¹⁹, participaram do encontro: o coordenador geral de Difusão e Projetos, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN de Brasília, Sérgio Paz Magalhães; a superintendente do IPHAN/RJ, Mônica da Costa; o representante do ICOFORT, mestrando da COPPE/UFRJ e ex-chefe da Seção de Patrimônio e Projetos, coronel José Cláudio dos Santos Júnior; o representante do Projeto Fortalezas.org, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Roberto Tонера; o professor do Programa de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Roberto Bartholo; o vice-coordenador do Núcleo de Projetos da Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense – UFF, Eduardo Antônio Pacheco Vilela; a representante Regional do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, Vera Mangas; o diretor do Grupo de Preservação da História da Força Expedicionária Brasileira – FEB, Artemio Bueno Rosa Júnior; e a autora deste estudo.

Ponto central do IX Encontro foi a convergência de olhares dos desafios que envolvem a construção interinstitucional da candidatura das fortificações brasileiras a patrimônio mundial, tarefa coordenada pelo IPHAN. Foram apresentados pelo coordenador geral de Difusão e Projetos do IPHAN alguns modelos de gestão que

²¹⁹ Entre os representantes militares: o diretor da DPHCEX e representantes do DECEX, do Gabinete do Comandante do Exército, do Estado-Maior do Exército, de Espaços Culturais e demais Organizações Militares.

balizam os estudos realizados pelo IPHAN e que devem inspirar os trabalhos em andamento, no qual o Exército, por meio do Ministério da Defesa, é um dos partícipes. Além dos palestrantes externos, e os próprios representantes dos Comandos Militares e Centros Regionais de Cultura Militar, representantes do gabinete do Comandante e do Estado-Maior do Exército, completaram os olhares sobre o tema a partir de seus lugares de inserção, o que tornou o encontro um rico ambiente de aprofundamentos interinstitucionais a serem trabalhados. O diretor da DPHCEX, general Paixão, conduziu as sínteses das apresentações destacando a necessidade de criação da rede e inter-relacionamento entre os participantes e a importância da criação dos Centros Regionais de Cultura Militar, como elos do Sistema Cultural do Exército. Conforme disse:

O objetivo do Encontro é justamente esse. Fazer com que essa diversidade de soluções seja conhecida por todos. E que essas soluções sejam levadas para o Comando Militar do Nordeste, para Cruz Alta, ou seja, para as demais regiões do país. E com isso dinamizar os nossos museus com o enfoque militar no âmbito do Brasil. Acredito que a representante do EME, o representante do Gabinete do Comando do Exército, o representante do CComSEX estão tendo uma compreensão cada vez maior da amplitude e do trabalho da DPHCEX. A nossa diretoria trabalha com praticamente as 600 organizações militares do Brasil, mas para que esse trabalho seja mais efetivo, eficiente e eficaz é importante que haja uma ordenação e uma hierarquia na realização dessas atividades. Ordenação vem com hierarquia e a hierarquia que nós pretendemos é a criação dos Centros Regionais de Cultura Militar. Esses Centros Regionais de Cultura Militar estarão ligados diretamente à DPHCEX e serão os principais assessores aos Comandos Militares de Área para que se priorizem os objetivos culturais em cada CMA. (General Paixão – IX Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, 2017.)

Na ocasião do IX Encontro parte da equipe técnica da Seção de Patrimônio e Projetos Culturais da DPHCEX, representada pelo capitão Edgley Pereira de Paula (historiador) e as tenentes Lydia Frangella (arquiteta) e Fernanda Pontes (museóloga), apresentou o trabalho realizado por eles em apoio aos Espaços Culturais. A equipe destacou alguns aspectos da abordagem metodológica desenvolvida, dando como exemplo a elaboração de uma exposição em um quartel de tropa. Alguns dos aspectos mencionados foram: 1. O entendimento de que a construção da narrativa é uma escolha; 2. A necessidade de reflexão para que não se reproduzam regionalismos exacerbados (descontextualizados da história nacional) e personificações (criação de signos que não

tenham uma comunidade de sentido) nos produtos elaborados; 3. A importância da elaboração conjunta do projeto, ouvindo os sujeitos situados, no intuito de acolher elementos significativos do universo pesquisado; 4. A humildade de se perceber que o lugar é muito maior do que a exposição, em consequência disso, a tendência de “musealizar” com a mínima intervenção; 5. A necessidade de se elaborar uma política de aquisição de acervos.

Interessante observar o quanto esse trabalho vem contribuindo para o conhecimento e visibilidade da diversidade do patrimônio imaterial da Força Terrestre. Traduzindo o trabalho desenvolvido pela equipe da Seção de Patrimônio e Projetos da DPHCEEx, o general Paixão fez a seguinte reflexão:

A partir do momento que tudo é processo, que tudo está em estado de transformação, surge aquela pergunta interior que toda civilização faz: Quem és? Quem sois? Então essa resposta do “quem és?” É a busca da identidade. E nós da DPHCEEx, através dessas pessoas e das demais que trabalham na minha diretoria, elas trabalham justamente nisso, na busca da identidade, na concretização de uma identidade. E no reconhecimento dessa identidade nós nos posicionamos de forma concreta perante o mundo. E com isso é possível de atender aquela ideia que está contida na Constituição Federal, a de instituição permanente. (General Paixão – IX Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, 2017.)

Em uníssono, os representantes institucionais da DPHCEEx, militares e civis, destacam o quanto os encontros vêm contribuindo para a projeção do SCEEx e servindo como um ambiente de trocas e aprendizados entre seus integrantes e também para alçar interlocuções para fora do Exército. Isso pode ser atestado nas pesquisas de avaliação realizadas nos encontros e também nos depoimentos daqueles que acompanham o processo. Conforme declaração dos entrevistados:

Eu acho que um momento marcante foi a criação e a realização dos Encontros, dos Seminários (...) porque a partir daí a diretoria começou a ter uma projeção muito maior. (Elza, funcionária civil da DPHCEEx – entrevista.)

E ainda:

Destaco o contato com universidades, com pesquisadores, com historiadores, em função dos Encontros dos Integrantes do Sistema cultural. Também o IPHAN, o IBRAM, ou seja, isso tudo trouxe especialistas de fora da força. Há uma integração e uma inserção, tanto internamente, quanto externamente. (Coronel Pantoja, ex-subdiretor da DPHCEX – entrevista.)

O coronel José Claudio, que atuou do primeiro ao quinto Encontro como membro da DPHCEX, esteve presente ao IX Encontro (2017), como representante do ICOFORT e manifestou suas impressões ao reencontrar antigos companheiros:

É impressionante ver o amadurecimento e engajamento dos gestores culturais, militares do quadro bélico, muitos deles, antes, ainda pouco familiarizados com a dinâmica da área. É também muito gratificante ver como a equipe técnica se apropriou dos conceitos e desenvolveu de forma integrada o trabalho, como vislumbramos ao montar a seção. (Coronel José Claudio, ex-chefe da Seção de Patrimônio e Projetos Culturais da DPHCEX – entrevista.)

Em resumo, o breve histórico da trajetória dos Encontros anuais dos Integrantes do Sistema Cultural permite observar o quão significativo e constituinte vem sendo esse dispositivo como importante ferramenta no processo de institucionalização do Sistema Cultural do Exército, contribuindo para: (i) construção da identidade dos seus integrantes do Sistema Cultural do Exército; (ii) troca de experiências e aprendizados mútuos sobre funcionamento do Sistema Cultural; (iii) reflexão e disseminação de boas práticas de gestão cultural; (iv) estabelecimento de alianças externas (com colaboradores do Sistema Cultural – universidades, instituições de cultura, demais forças armadas) – visando estabelecer parcerias e trabalhos conjuntos; (v) alinhamentos estratégicos aos objetivos da força terrestre; (vi) visibilidade do trabalho desempenhado pela equipe técnica da DPHCEX e OMDS.

Nasce o Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar – CEPHIMEx

Ao longo de décadas o campo dos estudos militares no interior do Exército Brasileiro não foi movido por forte investimento institucional e sim por iniciativas pessoais de militares estudiosos da história. Instituições exteriores ao Exército, como o

Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB, cumpriram importante função na sedimentação do campo ao estabelecerem redes colaborativas entre os estudiosos, particularmente no âmbito da história militar. A partir dos anos 1990 podem ser observadas transformações quantitativas e qualitativas nessa rede. Ela não apenas se apoia sobre arquivos modernizados como o acesso à informação, também se amplia e aprofunda. Entra em cena o historiador com formação e titulação acadêmicas. Essas tendências são apoiadas na organização de encontros, cursos, ciclo de palestras que nutrem as atividades tanto em meio militar quanto civil²²⁰. Nas últimas décadas, essa projeção passou a ser acompanhada da busca de parcerias em meio a pesquisadores e instituições civis, num contexto de experimentações de novas abordagens de pesquisa, aquecendo e renovando os debates na historiografia na atualidade²²¹.

Assim, em 2010, é criado o Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército – CEPHiMEx, “com a missão de desenvolver estudos e pesquisas no campo da história militar de interesse do Exército Brasileiro”²²². O centro está sediado no Espaço Cultural Laguna, antiga residência dos ministros do Exército, no Rio de Janeiro²²³.

Os objetivos do centro: Estudar e pesquisar os objetivos da arte da guerra; Contribuir para a valorização da doutrina e dos valores do Exército Brasileiro e a memória institucional da força terrestre, a história faz parte dessa história institucional. Promover o intercâmbio entre as instituições, estudantes que se dedicam ao estudo e à pesquisa da história militar.²²⁴

A criação do CEPHiMEx representou um novo passo na institucionalização do campo dos estudos militares. O centro passou a funcionar com um corpo de pesquisadores associados civis e militares, brasileiros e estrangeiros, além dos fixos, efetivos (em sua maioria militares da reserva, dirigidos por um general, também da

²²⁰ Curso de História Militar Presencial em parceria com a UNIRIO (2001); Curso de História Militar à Distância, em parceria com a UNISUL (2009); Ciclos de palestras de História Militar (2009), para citar algumas iniciativas.

²²¹ O livro **Uma tragédia americana**: a Guerra do Paraguai sob novos olhares, organizado por Fernando da Silva Rodrigues e Fernando Velôzo Gomes Pedrosa e publicado em 2015, pela Editora Prismas, é um exemplo dessa renovação dos estudos em história militar.

²²² Anotações da palestra realizada pelo coronel Ferreira, durante o Seminário dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, em 2014, no Forte Copacabana.

²²³ Localizado na rua General Canabarro, no bairro do Maracanã.

²²⁴ Idem.

reserva) e tem entre seus objetivos contribuir para a valorização da doutrina e dos valores do Exército Brasileiro e da memória institucional, ao mesmo tempo que busca formar seus próprios pesquisadores militares. Suas atividades estão voltadas tanto ao público interno quanto externo. Dentro desse espaço há um encontro entre reflexões oriundas de civis acadêmicos, associadas ao ofício do historiador, e estudos e vivências de militares no campo da história militar, bem como a presença de personalidades híbridas, ou seja, que tanto apresentam formação acadêmica como militar.

Assim, como um exemplo dos fecundos diálogos que uma instituição desse tipo pode propiciar, faço referência aqui à fala da professora da UERJ, Claudia Patrícia de Oliveira Costa em curso ali ministrado²²⁵, em que a relação entre “Memória e História” na historiografia, e a metodologia da “história oral”, por exemplo, foram temas abordados:

Em meados do século XX, as memórias tomaram fôlego no campo da historiografia (e surgem as críticas às análises excessivamente centradas nas grandes estruturas sociais e econômicas). Nascem as contribuições da micro-história (da visão que venha “de baixo” (...)). Beatriz Sarlo (2007) nomeia essa recuperação do sujeito na história e a revalorização das narrativas, como “guinada subjetiva”, enquanto outros autores vão nomear esse movimento de novas narrativas de ‘giro linguístico’. Assim, em meados do século XX, ampliam-se os métodos e abordagens historiográficas. Ampliam-se os debates com outras disciplinas, como a literatura e a antropologia. Elizabethe Jelin (2002) observa que momentos de crise (ex. pós-guerras) são momentos em que pode haver uma volta reflexiva ao passado com reinterpretações e revisionismos (que sempre implicam também em questionar e redefinir a própria identidade grupal). (...) A virada do século XX, no contexto da Guerra Fria, são anos que se caracterizam claramente como contextos de crise. Em meados do século XX (décadas de 1970 e 1980), num contexto de ampliação dos movimentos sociais (negro, indígena, direitos das mulheres, etc.) os esforços de pesquisa tinham foco nesses sujeitos e as preocupações estavam em ouvir a memória desses grupos (que perante a memória oficial eram grupos excluídos). Os questionamentos eram “porque a história tem que ser a dos vencedores?”, e também: “quais os sujeitos que ainda não foi dada a oportunidade de falar?”. A febre de memória nesse período (meados do século XX) é a de fazer falar os grupos historicamente excluídos.²²⁶

²²⁵ II Curso de Atualização em História Militar, Política e Biográfica, organizado pelo CEPHiMEx em parceria com a UNIRIO, do qual fui aluna.

²²⁶ Anotações realizadas pela autora, durante as aulas do II Curso de Atualização em História Militar, Política e Biográfica (2014).

Como outro exemplo o capitão e historiador do quadro complementar de oficiais e membro da DPHCEX, Edgley Pereira de Paula, professor no mesmo curso, questiona a reprodução de uma história estritamente “factual” do Exército²²⁷. A interlocução com a academia e a ampliação do entendimento do campo da historiografia vem contribuindo para que militares do quadro bélico também se inspirem ou de fato se insiram no universo acadêmico por meio de uma formação. O que antes era fruto de uma busca pessoal passou a encontrar caminhos fecundos de formação favorecido pelo próprio ambiente institucional. E tem sido almejada por muitos que buscam ampliar suas práticas ou mesmo legitimar os conhecimentos que já vêm acumulando ao longo dos muitos anos de atividade militar. É assim que no campo dos estudos de história militar intercâmbios vivenciados entre especialistas, como o Seminário da Guerra da Tríplice Aliança, organizado pela Associação Cultural Manduará, no Paraguai, entre outros, organizados no Brasil, vêm dinamizando novos olhares entre militares e uma busca de aprofundamento do conhecimento – entre a afirmação de visões pretéritas e o dinamismo de um campo em construção.

No aniversário de 30 anos da DPHCEX o general Juarez proferiu um discurso que transmite as múltiplas dimensões que a diretoria passou a projetar:

Assumindo um espaço de importância cada vez maior na instituição, a DPHCEX vem contribuindo para o desenvolvimento institucional e nacional e se engajando cada vez mais em parcerias com órgãos governamentais e particulares. Atuando assim, na otimização da cultura, na qualificação do seu pessoal, modernizando seus meios, colocando à disposição todos os acervos do Exército. Além disso, incentivando a cultura na Instituição ao restaurar bens patrimoniais e documentais, ao participar de eventos acadêmicos, ao ingressar em cursos de especialização, ao integrar projetos multidisciplinares e ao estar presente numa gama de outras atividades no âmbito cultural. (Discurso do general Juarez, 2010. Cf. RH da DPHCEX, 2010.)

Em maio de 2011 ocorreu a passagem de comando da direção da DPHCEX: do general Juarez para o general de brigada Eduardo José Barbosa. Conforme os registros históricos da diretoria, na ocasião, o general Juarez fez elogios a gestão do general Rui Monarca da Silveira, chefe do DECEX, e ressaltou a participação de outros órgãos de cultura na colaboração com o Exército:

²²⁷ A ementa completa do curso encontra-se no Anexo 9.

“Em consonância com as profundas modificações verificadas no âmbito da nossa Força, a gestão de Vossa Excelência à frente do Departamento está sendo extremamente profícua para os assuntos culturais, que passaram a ocupar posição relevante em todas as atividades do Exército.” E ainda: “sou muito grato aos amigos do IPHAN, do IBRAM, Museu Histórico Nacional e Arquivo Nacional, pela participação nos nossos eventos e colaboração que sempre nos dispensaram.” (Discurso do general Juarez, diretor da DPHCEX, 2011, In: RH da DPHCEX, 2011.)

Da reestruturação de 2012 à atualidade

Em 2012 o Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEX realizou uma reestruturação afetando algumas de suas organizações diretamente subordinadas. Na reorganização a DPHCEX passou a englobar o Centro de Estudo e Pesquisa de História Militar do Exército – CEPHIMEX²²⁸ e acolheu parte do acervo do CDocEX, que veio a ser desativado nessa ocasião²²⁹. A desativação do CDocEX teve o intuito de “racionalizar os procedimentos relacionados às atividades histórico-culturais do Exército Brasileiro, aumentando a eficácia do planejamento e da execução dessas atividades”²³⁰.

Nessa ocasião cabia à 1ª subchefia do Estado-Maior do Exército a responsabilidade pela elaboração de ações estratégicas que atendessem ao “objetivo 21 – Incrementar a difusão dos valores da História e das tradições do Exército e do Brasil”²³¹, do Plano Estratégico do Exército (2011-14), referido no Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário – SIGA²³². Cinco projetos figuravam para o atendimento da ação estratégica definida para o “desenvolvimento de um Programa de divulgação da cultura organizacional, voltado para a divulgação dos públicos internos e externos, com ênfase no fortalecimento de valores, da História

²²⁸ Composto na ocasião por: Direção; Secretaria; Seção de Memória Institucional; Subseção de História Oral; Subseção de Patrimônio Imaterial; Seção de Pesquisa; Biblioteca; Seção de Publicação e Divulgação; Seção de Heráldica e Medalhística; Seção de Musicologia; e Administração e Conservação.

²²⁹ Uma síntese dos rearranjos das subdivisões internas da DAC/DPHCEX de 1996 a 2014 encontra-se no Anexo 10.

²³⁰ Portaria nº 797-CmtEx, de 30 de dezembro de 2011 determina a desativação do CDocEX. Portaria nº 15-EME, de 24 de fevereiro de 2012 define as diretrizes para a desativação.

²³¹ Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário – Objetivo 21 – In: Acervo documental da DPHCEX.

²³² O SIGA é um sistema corporativo que tem a finalidade de racionalizar e otimizar a gestão dos recursos e contemplar a execução orçamentária do comandante do Exército para a produção de informações gerenciais de relevante importância.

Disponível em <http://www.sef.eb.mil.br/sef/publicacoes/156-siga.html> . Acesso em 20/08/2017.

Militar do Brasil, heróis e tradições nacionais”²³³, que se desdobrava em “incentivar a pesquisa e o intercâmbio de informações sobre a História Militar, por meio de acordos de cooperação com órgãos públicos e universidades e da realização de simpósios e seminários, entre outras atividades”. Essas atividades estavam sob a responsabilidade do DECEX, recaindo sua gestão no âmbito da DPHCEX. Os cinco projetos eram:

1. Desenvolver campanhas de divulgação e valorização da História militar do Brasil, para públicos interno e externo, embutindo também a transmissão de valores militares e tradições nacionais (...);
2. Facilitar e incentivar o acesso da sociedade aos espaços culturais das OM do EB, realizando estudos para inclui-los nos roteiros turísticos de Estados e Municípios (...);
3. Estabelecer parcerias com o meio empresarial para a manutenção e a exploração dos sítios históricos do EB (...);
4. Implantar o Programa Patronos, Heróis e Personalidades Militares (...);
5. Implantar um programa de Seminários anuais internacionais sobre Historiografia de Guerra, conduzido pela DPHCEX. (Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário – Objetivo 21 – In: Acervo documental da DPHCEX.)

Muitas dessas atividades, ainda em estágio inicial, referem-se a “estudos” e à “elaboração de diretrizes” vinculadas ao planejamento maior do Exército. Esse aspecto veio reforçar a configuração de uma institucionalidade do campo cultural a partir do alto comando.

Dois acontecimentos emblemáticos marcaram a atuação da DPHCEX no ano de 2012: 1. a participação no contexto da candidatura à titulação da cidade do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial da Humanidade, na categoria de paisagem cultural, pela UNESCO, e 2. a coordenação local do 8º Seminário Internacional de Cidades Fortificadas e 3º Encontro técnico de Gestores de Fortificações, ocorrido no Rio de Janeiro.

A participação do Exército por meio da DPHCEX na candidatura e no Comitê Gestor Rio Patrimônio Mundial, se deveu à inclusão de sítios fortificados sob jurisdição do Exército no sítio contemplado. Já o envolvimento no 8º Seminário de Cidades Fortificadas e 3º Encontro de Gestores de Fortificações ocorreu em grande medida devido a uma postura proativa da diretoria em acolher a coordenação local do evento, que já vinha de um histórico de edições no Brasil e no Uruguai, onde foi iniciado por

²³³ Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário – Objetivo 21 – In: Acervo documental da DPHCEX.

um movimento regional²³⁴. O desejo dos representantes da DPHCEx em ampliar as redes de relacionamento com experiências nacionais e internacionais e projetar o Exército nos debates de ponta sobre o tema foi a grande motivação para a iniciativa. Este gesto foi muito bem-visto pelos organizadores do Seminário e demais participantes, uma vez que, no caso brasileiro, grande parte das fortificações encontra-se sobre guarda do Exército. Na oportunidade houve um grande intercâmbio de estudiosos do tema e gestores brasileiros e de diversos países²³⁵ e de fato se aprofundaram os laços e a interação da DPHCEx com instituições de pesquisa e de gestão cultural do país e do exterior.

O engajamento da DPHCEx no 8º Seminário de Cidades Fortificadas desencadeou sua participação em diversos eventos internacionais dessa natureza. Foi assim que em 2013 a diretoria foi convidada para participar do Seminário As fortificações Americanas: pesquisa, preservação e gestão e na Reunião do Comitê Científico Internacional de Fortificações e Patrimônio Militar – ICOFORT, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, realizado em Havana – Cuba, e no evento promovido pelo ICOFORT/ICOMOS, ocorrido na Turquia, estreitando laços dessa diretoria em redes internacionais de patrimônio fortificado. Em fevereiro de 2013 o Exército Brasileiro foi convidado, por intermédio da DPHCEx, a integrar o ICOFORT, como membro institucional²³⁶.

Em 2013 ocorreu nova mudança de direção da DPHCEx, com a saída do general Eduardo José Barbosa e a chegada do general de brigada Marcio Roland Heise, envolvido em assuntos estratégicos de defesa antiaérea. Nesse mesmo ano o então coronel José Claudio, atuante na dinamização do Sistema Cultural desde 2009, também deixou a diretoria, indo para a reserva, por tempo de serviço. A saída do coronel José Claudio foi sentida como uma grande perda por representantes do Sistema Cultural, principalmente pela equipe com quem trabalhava diretamente na Seção de Patrimônio e Projetos. Após a sua saída, a chefia dessa seção foi assumida por outros militares do

²³⁴ Este Seminário tem como objetivo, entre outros, o de promover o intercâmbio internacional de informações entre pesquisadores e instituições ligadas ao estudo, conservação e gestão das fortificações históricas. O evento originou-se em 2005 no Uruguai, onde ocorreram as cinco primeiras edições (Montevideu, Colônia do Sacramento e Maldonado), sob a coordenação do Espacio Cultural Al Pie de la Muralla. Em 2010 a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC deu início à trajetória brasileira do seminário em Florianópolis e, em 2011, a Prefeitura de Bertioga foi anfitriã e organizadora do evento.

²³⁵ Na ocasião, foram apresentados trabalhos de especialistas palestrantes Açores, Brasil, Cuba, Chile, Itália, Holanda, México, Paraguai, Porto Rico, Portugal e Uruguai, além de ouvintes inscritos de outros cinco países.

²³⁶ Cf. Relatório de Missão no Exterior – elaborado pelo coronel José Claudio – acervo DPHCEx, 2013.

quadro bélico que tiveram o apoio da equipe para o prosseguimento das atividades. Todavia, nem todas as sementes plantadas floriram a contento entre os mais engajados²³⁷. Se a rotatividade no plano da direção é sentida como um dificultador do andamento dos processos vividos na diretoria, a função ocupada pelo chefe da Seção de Patrimônio e Projetos é também de fundamental importância e requer habilidades para a função.

Já no plano das normatizações, em 2013, os espaços culturais foram contemplados com as Instruções Gerais para a Criação, Denominação, Organização, Funcionamento, Preservação e Extinção de Espaços Culturais no âmbito do Exército Brasileiro, aprovada pelo comandante do Exército, representando mais uma conquista na institucionalização do Sistema Cultural.

A DPHCEX participou, em 2014, da Oficina Preservação do Patrimônio Público Histórico sob Administração Militar, promovida pela Escola Superior do Ministério Público da União, onde, além de representantes do Ministério Público e do IPHAN, participaram também a Marinha e a Aeronáutica, por meio de representantes da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM e do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – INCAer. O encontro teve como objetivo “debater as estratégias de atuação do Ministério Público Militar na preservação do patrimônio histórico”²³⁸. Nessa ocasião os representantes das forças armadas apresentaram o “estado da arte” sobre seus cuidados com o patrimônio cultural sob sua tutela e o Ministério Público refletiu sobre de que forma podia ter uma ação mais efetiva na preservação e controle do patrimônio cultural militar.

Ao longo dos últimos anos, a equipe técnica da DPHCEX, que ao lado dos Prestadores de Tarefa por Tempo Certo – PTTCs, são os que se mantêm por mais tempo nos cargos da diretoria e acabam detendo a memória da trajetória institucional, vêm apontando formas para o fortalecimento do Sistema Cultural ao buscarem meios de sensibilizar os demais escalões a adotarem diretrizes que orientem as ações a serem implementadas nesse sentido. Trata-se de movimentos que surgem muitas das vezes “de baixo pra cima”, melhor dizendo: do núcleo técnico para o alto escalão. Em 2014

²³⁷ Exemplos de alguns retrocessos ou estagnações vivenciadas na dinâmica da Seção de Patrimônio e Projetos em período posterior: descontinuidade nos diálogos da diretoria com o ICOFORT; reapresentações dos parceiros da universidade (gerando retrabalhos); e a tendência voltada para o cumprimento burocrático de tarefas sem a percepção dos enlaces e articulações mais amplas.

²³⁸ Cf. disponível em <http://www.mpm.mp.br/mpm-debate-a-preservacao-do-patrimonio-historico-sob-a-administracao-militar-em-oficina/>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

figuravam na pauta das diretrizes da DPHCEX dois importantes estudos, fruto de uma longa trajetória de reflexões e engajamento da equipe, a saber: a implantação dos Centros Regionais de Cultura Militar e a criação dos cursos de assessor cultural, para oficiais, e de gestor de espaços culturais, para subtenentes e sargentos aperfeiçoados²³⁹.

Do mesmo modo, o anseio pela criação de cursos de capacitação de recursos humanos, para assessoramento e gestão do patrimônio histórico e cultural, responde a uma carência, ainda existente, de qualificação de pessoal para exercer de maneira plena e uniforme tais funções como elos do Sistema. Os conhecimentos nesse campo ainda são restritos a um grupo seletivo de militares de carreira e temporários, que também precisam se atualizar e construir canais de interlocução e intercâmbio com órgãos externos, integrando-se ou mesmo construindo redes colaborativas com a sociedade. Embora essa demanda tenha sido identificada pela instituição e incluída no Plano Estratégico do Exército, ainda segue sem desdobramentos efetivos, sendo um entrave ao fortalecimento do Sistema Cultural.

Em dezembro de 2014, ocorreu nova passagem de comando da diretoria, com a saída de general Marcio e a chegada do general Walter Pina Stoffel à DPHCEX. No ano seguinte, a mudança acontece no Alto Comando do Exército, quando depois de oito anos no Comando do Exército, o general Enzo Martins Peri passa o cargo para o general Eduardo Dias Villas Bôas, atualmente em exercício. Nesse novo contexto foi aprovada a Diretriz de Educação e Cultura do Exército Brasileiro (2016-22)²⁴⁰, na qual foram manifestadas três condicionantes para a área de cultura, a saber:

- a. A Cultura, no âmbito do Exército, deverá continuar a difundir o civismo, valorizar a ética militar e cultivar as Raízes, os Valores e as Tradições da Instituição; b. Difusão da História Militar junto às novas gerações preservando a imagem da instituição perante a sociedade e, sobretudo, contribuindo para a internalização das atitudes que caracterizam os militares; c. Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural.²⁴¹

²³⁹ Cf. Seminário – Seção de Planejamento e Coordenação da DPHCEX – Lecínio Tavares, 2014. Disponível em <http://slideplayer.com.br/slide/1263980/>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

²⁴⁰ Cf. Portaria 341, de 17 de dezembro de 2015 (BE 06/15) – Republicação.

²⁴¹ Idem.

Nessa ocasião foi estruturado o Projeto Raízes, Valores e Tradições²⁴², de maneira a reafirmar os valores institucionais em meio às transformações contemporâneas. Este projeto encontra-se vigente e possui como concepção geral: estímulo e reforço das boas práticas que necessitam ser sistematizadas e disseminadas em toda a força por meio da integração de ações, da responsabilização do comandante (em todos os níveis e organizações militares), da valorização das características, cultos e tradições locais e específicas de arma e de cada guarnição. Almeja-se como resultado final: a internalização dos valores e das tradições no âmbito do Exército Brasileiro (público interno) e consolidar uma maior integração entre o Exército e a sociedade (públicos externos).

Nos últimos anos vêm sendo empreendidos esforços no sentido de agilizar o canal técnico e desburocratizar o Sistema, bem como para conduzir revisões e atualizações das Diretrizes do Sistema Cultural, conforme alinhamento com as Diretrizes do Comandante e o Plano Estratégico da Força Terrestre vigente²⁴³.

Em dezembro de 2015, o general Stoffel deixou a DPHCEX, indo para a reserva, em seguida assumindo novas responsabilidades junto ao DECEX. Na diretoria assume o general Kleber Nunes de Vasconcellos, que teve a oportunidade de celebrar, a 31 de março de 2016, o 36º aniversário da DPHCEX, onde apresentou as atividades realizadas pela diretoria no último ano e os principais projetos em curso²⁴⁴.

Em abril de 2016 foi criada a Seção do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, no âmbito da 1ª Subchefia do Estado-Maior do Exército. A interface do Estado-Maior do Exército com o campo cultural ganha um novo desenho institucional, num movimento que reforça a institucionalização do Sistema Cultural do Exército. Essa seção tem como missão síntese: “formular, propor e manter atualizadas as políticas e diretrizes estratégicas de Patrimônio histórico e cultural do Exército”²⁴⁵. E como visão de futuro: “ser reconhecida como a seção integradora responsável no nível de direção

²⁴² A Portaria nº 073-EME, de 7 de abril de 2015, aprovou a Diretriz para a Execução do Projeto sobre Raízes, Valores e Tradições. No ano seguinte, a Portaria nº 255-EME, de 4 de julho de 2016, aprovou a Diretriz de Implantação do Projeto Raízes e Valores no âmbito do Exército Brasileiro.

²⁴³ A Portaria nº 1.881, de 28 de dezembro de 2015, aprovou o Plano Estratégico 2016-2019/2ª edição, integrante da Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército.

²⁴⁴ O discurso proferido no 36º aniversário de criação da DPHCEX (2016) encontra-se no Anexo 11.

²⁴⁵ Cf. Palestra da tenente-coronel Jamires de Oliveira, no VIII Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, 2016.

geral, pela preservação do patrimônio histórico e cultural do Exército”²⁴⁶. Os principais processos dessa seção são: 1. criação e extinção de espaços culturais; e 2. elaboração e revisão de portarias, instruções gerais, normas, regulamentos, regimentos, planos²⁴⁷.

Alguns dados apresentados pela equipe técnica da DPHCEX durante o VIII Seminário dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército testemunham os avanços alcançados em função do trabalho da diretoria na projeção da área cultural. Nesse ano a DPHCEX contabilizava 99 espaços culturais regularizados em território nacional, distribuídos nas 12 Regiões Militares, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 - Espaços Culturais Regularizados

Espaços Culturais Regularizados	
Quantitativo por Região Militar	
1ª RM – Rio de Janeiro e Espírito Santo	24
2ª RM – São Paulo	6
3ª RM – Rio Grande do Sul	17
4ª RM – Minas Gerais	5
5ª RM – Paraná e Santa Catarina	7
6ª RM – Bahia e Sergipe	6
7ª RM – Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte	9
8ª RM – Pará e Amapá	1
9ª RM – Mato Grosso do Sul e Mato Grosso	9
10ª RM – Ceará, Piauí e Maranhão	5
11ª RM – Distrito Federal, Goiás e Tocantins	5
12ª RM – Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia	5
Total:	99

Fonte: VIII Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército – 2016.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Idem.

O quantitativo de visitas aos principais museus e fortificações sob a guarda do Exército é outro indicador que atesta a crescente dinamização e ampliação do acesso aos bens sobre a guarda do Exército, conforme a Tabela 2:

Tabela 2 - Número de visitas aos principais museus e fortificações vinculados à DPHCEx.

Organização Militar / Localização	Gestor	Número de Visitantes
Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana (Rio de Janeiro/RJ)	MHEx/FC	824.969
Museu Militar Conde de Linhares (Rio de Janeiro/RJ)	MHEx/FC e MMCI	69.635
Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (Rio de Janeiro/RJ)	MNMSGM	122.519
Sítio Histórico do Complexo de Fortes de Santa Cruz – (Niterói/RJ)	Cmdo AD/1 e 21º GAC	45.721
Sítio Histórico do Forte São Francisco Xavier (Vila Velha/ ES)	38º BI	1.882
Museu da Força Expedicionária Brasileira São João Del Rey (MG)	11º BIMth	2.864
Sala de Exposição Duque de Caxias (Três Corações/MG)	EsSA	3.121
Sítio Histórico do Forte de Monte Serrat (Salvador/BA)	Cmdo 6ª RM	10.288
Museu da Segunda Guerra Mundial (Maceió/Al)	20º CSM	386
Forte do Brum (Recife/PE)	Cmdo 7ª RM	46.665
Salão Histórico da Fortaleza de Nª Srª da Assunção (Fortaleza/CE)	Cmdo 10ª RM	14.451
Sala de Exposição Coronel Jorge Teixeira (Manaus/AM)	CIGS	35.457
Sítio Histórico Príncipe da Beira (Costa Marques/RO)	Cmdo 17ª Bda Inf SI	3.750
Sítio Histórico da Fortaleza de Itaipu (Praia Grande/SP)	2º GAA Ae	2.456
Parque Histórico Nacional dos Guararapes (Jaboatão dos Guararapes/PE)	Cmdo 7ª RM	7.575

Fonte: DPHCEx, 2016 (dados apresentados durante o VIII Seminário dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército – 2016).

Em um curto espaço de tempo o general Vasconcellos deixa o cargo, sendo substituído pelo general Severino de Ramos Bento da Paixão. O general Paixão teve a oportunidade de participar e dirigir dois Encontros do Sistema Cultural, em 2016, quando acabara de assumir o cargo e se familiarizava com a nova função, e em 2017, quando anunciou sua despedida da direção da DPHCEX. Embora também tenha permanecido doze meses na função, o general Paixão, no evento de 2017, expressou seu reconhecimento pela fecundidade das diversas ações e articulações desenvolvidas pelo Sistema Cultural do Exército, dando testemunho dos avanços no sentido de consolidação de sua institucionalidade. Em setembro de 2017, passou o cargo de diretor para o general Riyuzo Ikeda.

A reestruturação do DECEX e a elaboração de Planos, Diretrizes e Projetos, desde então, refletem uma construção em curso, dos horizontes institucionais do Exército contemporâneo. E os rebatimentos no campo da cultura acompanham tal tendência ao mesmo tempo que sofrem influências nas interfaces externas.

Capítulo 4 – A “Abertura dos Fortes”: aparato bélico e dispositivo cultural

4.1 Patrimônio cultural fortificado

Cada vez mais estudos que investigam os antigos e complexos sistemas defensivos dos territórios, compostos de fortes e fortalezas, trazem à tona e inspiram movimentos de valorização do patrimônio cultural fortificado por todo o mundo. Publicações recentes, que contabilizam as diferentes tipologias de fortificações (fortins, baterias, fortes, fortalezas etc.) indicam que no Brasil há mais de 1.000 sítios onde existem, ou já existiram, fortificações de origem militar (CASTRO 2009; 2013). Esse número pode surpreender, considerando-se que a maioria da população pouco sabe a respeito dessas construções e dos sistemas de defesa que se formaram ao longo da história brasileira.

O levantamento realizado pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro, que inclui os atuais territórios do Uruguai e da Guiana Francesa, além dos estados brasileiros, aponta 1.321 vestígios de fortificações²⁴⁸. Esse pesquisador afirma que 136 fortes ainda se mantêm edificadas (desse universo, 86 fortes possuem algum tipo de proteção legal - sendo 56 tombados individualmente e 30 tombados em conjunto - dois estão em fase de estudo para obtenção da proteção, enquanto os 42 restantes permanecem sem proteção federal). Do universo de fortificações ainda existentes, 24 estão em estado de ruínas.

No Brasil, a década de 1930 foi marcada pelos primórdios da institucionalização das políticas de patrimônio. A Constituição Federal do Brasil de 1934 configurou pela primeira vez em termos constitucionais a limitação ao direito de propriedade em função de um valor coletivo e social maior (CHUVA, 2012). Com a criação, no Estado Novo (1937-45) do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN), em 1937, foram instituídos os *tombamentos*, os primeiros instrumentos estatais de proteção ao patrimônio artístico e cultural da nação. Assim, uma política federal de preservação do

²⁴⁸ Conforme a seguinte distribuição geográfica: Acre, 12; Alagoas, 50; Amazonas, 17; Bahia, 226; Ceará, 33; Maranhão, 34; Pará, 50; Paraíba, 56; Pernambuco, 206; Piauí, 4; Rio de Janeiro, 124; Rio Grande do Norte, 27; Roraima, 5; Sergipe, 13; Espírito Santo, 25; Minas Gerais, 23; São Paulo, 88; Paraná, 28; Santa Catarina, 64; Rio Grande do Sul, 133; Guiana Francesa, 6; Rondônia, 8; Uruguai, 50; Mato Grosso, 3; e Mato Grosso do Sul, 24. Cf. Castro, A.H. In: Anais do Encontro Internacional de Fortificações e Patrimônio Militar – ICOFORT, Rio de Janeiro, em 2017 (no prelo).

patrimônio começa a estabelecer definições e critérios para priorizar a preservação de monumentos (as chamadas obras de “pedra e cal”). Essa valorização do aspecto estritamente material do patrimônio se associou a uma exaltação da nacionalidade e a um empenho pela afirmação de uma “identidade autêntica” (FONSECA, 2005). Alguns tipos de fortificações de origem militar foram, desde então, reconhecidos e incluídos nos processos de salvaguarda, entre os quais destacamos nesse estudo os bens tombados sob a guarda e gestão do Exército Brasileiro.

No plano internacional, desde o ano de 1931, com a Carta de Atenas, se instituiu um instrumento para se pensar na preservação e restauração dos monumentos. Todavia, nos anos de 1940 a lógica de defesa da costa brasileira foi vivida de maneira muito intensa do ponto de vista bélico devido à Segunda Guerra Mundial, e se sobrepunha em muitas situações a lógica nascente do campo do patrimônio, com suas implicações legais. Prevalencia no arcabouço legal um entendimento de que determinadas fortificações pudessem ser testemunhos históricos de um passado a ser preservado. Tais sítios, localizados em lugares militarmente estratégicos, ainda podiam ser investidos de alguma funcionalidade como aparatos de defesa (como o caso das fortificações da baía de Guanabara). Mas preponderava crescentemente a dimensão simbólico-identitária da memória cultural sobre a estrita funcionalidade bélica. As fortificações eram testemunho de uma época e os novos dispositivos bélicos da contemporaneidade ameaçavam transformá-las em anacronismos.

A constatação da crescente obsolescência e vulnerabilidade do dispositivo bélico empregado estimulou os militares brasileiros a elaborem, entre 1943 e 1944, um novo plano para a defesa do Rio de Janeiro, conhecido como Plano Pratti de Aguiar (CASTRO, 2009). Esse plano visava construir novas fortificações complementares, maximizando ainda mais a potência do sistema de defesa da costa (FORTES, 2001; CASTRO, 2009). A construção de novos fortes e a remodelação dos existentes previstas no amplo esforço de reforma e atualização do modelo de defesa fortificado proposto no plano não foram executadas, mas confirmam o reconhecimento de uma situação crítica.

No âmbito internacional, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), constituem-se esforços para se pensar em conjunto a questão da preservação do patrimônio, indo além das fronteiras nacionais e do patriotismo. No Brasil, a tensão

entre modernização e obsolescência das fortificações fica também evidente no Regulamento das Fortificações Costeiras²⁴⁹ instituído pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1949, e revogado pelo presidente Getúlio Vargas, em 1952²⁵⁰. Nesse regulamento as fortificações costeiras e unidades móveis de artilharia de costa podiam ser classificadas em três situações: em serviço; temporariamente fora de serviço; ou definitivamente fora de serviço. Neste último caso, enquadravam-se as fortificações consideradas obsoletas e não mais passíveis de modernização. Para estas, depois de retirado o material de guerra ainda considerado aproveitável, as fortificações deveriam ser “adaptadas a outras finalidades de interesse do Ministério da Guerra ou entregues ao Serviço do Patrimônio da União”²⁵¹.

A lógica da preservação patrimonial conviveu tanto com a modernização quanto com a obsolescência da defesa da costa. Obras defensivas não mais operacionalmente ativas passaram a compartilhar o mesmo sítio com novos dispositivos bélicos ainda com potencial de atuação, como no caso das Fortalezas de São João e de Santa Cruz, ambas situadas na entrada da barra da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Ao longo das décadas seguintes isso passou a ser uma difícil equação a ser resolvida: repensar usos e finalidades para “antigas” fortificações, sem descartar as tarefas estritamente militares e de combate ainda em operação nesses sítios. As unidades de Artilharia de Costa²⁵² foram sendo reorganizadas, desativadas e substituídas por outras organizações militares, num processo paulatino, prolongado por décadas:

Das unidades operacionais, o 1º Grupo de Artilharia de Costa, tradicional guarnição da Fortaleza de Santa Cruz, foi extinto em 1968; o 2º Grupo de Artilharia de Costa [Fortaleza de São João] teve sua extinção decretada em 1991 (...), o 3º Grupo de Artilharia de Costa [Forte de Copacabana], que foi o maior orgulho da Artilharia de Costa brasileira pelo poderio de suas cúpulas encouraçadas, foi extinto em 1986. (FORTES, 2001. p. 214.)

Prevaleceu uma profunda reorganização das estratégias de defesa, imposta pelas novas tecnologias bélicas, com profundas implicações para um caso tão exemplar como

²⁴⁹ Decreto nº 26.959, de 27 de julho de 1949.

²⁵⁰ Decreto nº 31.061, de 2 de julho de 1952.

²⁵¹ Decreto nº 26.959, de 27 de julho de 1949; Artigo 17, parágrafo único.

²⁵² Tipo de tropa que era encarregado de usar e manter as fortificações e a defesa costeira e fluvial (CASTRO, 2013).

o das fortificações da Baía de Guanabara como lugares de combate do sistema de defesa da cidade do Rio de Janeiro. Isto pode ser visualizado de modo drástico com uma referência histórica:

Os Estados Unidos desativaram suas defesas costeiras fixas em 1949 e a Inglaterra em 1956. O Brasil manteve algumas posições fixas ativas até 1974, mas a maior parte dos fortes foi desativada nas décadas de 50 e 60. (CASTRO, 2004. p. 36.)

No plano internacional, a famosa Carta de Veneza surge como marco para conservação e restauro de monumentos históricos e sítios, com vistas ao estabelecimento de uma associação de especialistas em conservação e restauro independente daqueles que já atuavam com museus.

As fortificações passam a enfrentar diferentes destinos em meio às pressões da turistificação e da patrimonialização. O universo das fortificações no território brasileiro abrange um amplo espectro de sítios históricos que vão desde os que sofreram intensa degradação (foram destruídos, perderam sua função original, se deterioraram por completo ou se transformaram em ruínas); os que sofreram intensas reformas modernizadoras, os que foram parcialmente conservados ou restaurados ou readaptados como bens patrimoniais. As fortificações remanescentes - sejam elas integralmente tombadas, parcialmente tombadas ou sem dispositivo de proteção, ainda que tenham se tornado bens da União, tiveram diversos destinos em termos de sua gestão. Algumas são geridas por instituições públicas como prefeituras e universidades, outras por organizações da sociedade civil e associações, e um significativo subgrupo permaneceu sob a guarda das forças armadas (cerca de 26 edificações fortificadas sob a guarda e gestão do Exército Brasileiro, sendo 10 delas localizadas na entrada da Baía de Guanabara)²⁵³.

Este processo de patrimonialização de fortificações ainda se desdobra até os dias de hoje. Há fortificações que não contam com medidas de proteção patrimonial. Outras tiveram seu processo de reconhecimento em anos recentes, seguindo outras tendências em curso nas políticas de patrimônio no Brasil. O alargamento do conceito de patrimônio é amplamente comentado. Essas tendências deslocam-se do aspecto

²⁵³ Cf. De Melo Ribeiro, M. In: Anais do Encontro Internacional de Fortificações e Patrimônio Militar – ICOFORT, Rio de Janeiro, em 2017 (no prelo).

estritamente monumental (material), para abranger outras abordagens e leituras do patrimônio fortificado, incorporando, sobretudo, conexões plurais que tais sítios estabelecem com o seu entorno, a cidade e seus visitantes (ZAOUAL, 2003).

Esse cenário é amplificado diante das tendências em curso na valorização do patrimônio cultural militar no cenário internacional, como apontado pelo ICOFORT e, no contexto nacional, a própria decisão do Estado brasileiro em indicar uma relação de fortificações para integrar a lista Indicativa Brasileira do Patrimônio Mundial e concorrer a essa titulação conferida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Dentre as 19 fortificações selecionadas para compor a candidatura, oito são administradas pelo Exército Brasileiro (Forte de Coimbra, em Corumbá (MS); Real Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques (RO); Forte São João Batista do Brum, em Pernambuco; Forte de São Diogo, Forte de Santa Maria e Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat, em Salvador (BA), Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Niterói (RJ), e Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro (RJ)). O processo da candidatura de fortificações do Brasil a patrimônio da humanidade vem sendo conduzido pelo IPHAN, que coordenou o Seminário Internacional de Fortificações Brasileiras – Patrimônio Mundial: estudos para análise de modelos de gestão e valorização turístico-cultural, em abril de 2017. Nessa ocasião foi lançada a Carta do Recife²⁵⁴, legitimada e assinada por representantes dos Ministérios da Cultura, do Turismo e da Defesa.

As tendências atuais apontam para a construção de interfaces institucionais desde o nível federal e buscam qualificar as iniciativas no campo da preservação, gestão e acesso ao patrimônio militar. O Exército Brasileiro é ator relevante nesse contexto, não apenas pelo quantitativo de fortificações que integram a candidatura, mas por sua própria identidade e também por sua peculiar trajetória no campo da preservação do patrimônio militar construída ao longo das últimas décadas.

²⁵⁴ A Carta do Recife encontra-se no Anexo 12.

4.2 O caso da Baía de Guanabara (até a criação do Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana)

A entrada da Baía de Guanabara, localizada entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, Brasil, com seus morros rochosos e ilhas, foi desde o século XVI lugar de conflitos pela posse e domínio do território. Ali foram erguidas fortificações que integraram antigos planos de defesa da costa, do porto e da cidade. Ao lado do Rio de Janeiro, outras importantes localidades do Brasil desenvolveram significativos sistemas defensivos ao longo dos séculos, como na Bahia, Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina. No caso do Rio de Janeiro, particularmente em relação às fortificações da entrada da Baía de Guanabara, destaca-se o adensamento de fortificações que permaneceram sob a guarda do Exército Brasileiro até os dias de hoje. Entre estas: a Fortaleza de São João, na Urca; o Forte Duque de Caxias, no Leme; o Forte de Copacabana, em Copacabana, o Forte da Laje, na baía; a Fortaleza de Santa Cruz; o Forte Barão do Rio Branco; os Fortes São Luiz e Pico; e o Forte do Imbuhy, em Jurujuba. Localizadas em pontos estratégicos, essas fortificações também sofreram diversas adaptações e reformas ao longo dos séculos em consonância com transformações na tecnologia bélica (CASTRO, 2009; FORTES, 2001). Desde então, novos usos militares e experiências de abertura desses espaços ao uso público compartilhado ocorrem num contexto de redemocratização do país e de ampliação do conceito de patrimônio cultural (FONSECA, 1996, 2005; CHOAY, 2001; CHUVA, 2011).

As décadas de 1920 e 1930 são emblemáticas no rol de iniciativas para tornar a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, destino turístico mundial. Numa linha temporal, são acontecimentos marcantes do período: a inauguração do Hotel Glória, em 1922, e do Hotel Copacabana Palace, em 1923; o lançamento da pedra fundamental do monumento do Cristo Redentor, em 1922, inaugurado em 1931; nesse mesmo ano, a criação da Sociedade Brasileira de Turismo, em 1923 (renomeada, em 1926, como Touring Club do Brasil); e em 1935, a inauguração do Cassino Atlântico. Mesmo com a presença bélica, com unidades militares de artilharia de costa em sítios fortificados, nos bairros litorâneos: Urca, Leme e Copacabana, o Rio de Janeiro seguiu o curso dos modismos da época, com a criação de cassinos e também a adoção de infraestrutura nas praias para atração dos banhistas. Estudos apontam que o caminho

para o desenvolvimento turístico do Rio de Janeiro foi lento (FREIRE-MEDEIROS E CASTRO, 2013), e as praias do litoral sul da cidade (Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon) demoraram a se constituir como atrativos (O'DONNELL, 2013, p.55). Contudo, não é possível desassociar a expansão urbana desse litoral das intenções em transformá-lo em um balneário cosmopolita, desde a primeira metade do século XX. Essas iniciativas atingiram nova dimensão a partir da década de 1960, quando uma ampla discussão internacional em torno do papel do turismo como propulsor das economias de países periféricos ganhou projeção (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013). A Conferência das Nações Unidas sobre viagens e turismo internacional, em 1963, acenou com essa possibilidade, dinamizando expectativas e despertando ações institucionalizadas (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013). É nesse clima que em 1966 o governo militar brasileiro criou a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, com o intuito tanto de promover uma execução coordenada de projetos para o setor turístico brasileiro como de promover o Brasil como destino turístico no exterior. Já em 1972 foi criada, na cidade do Rio de Janeiro, a Empresa de Turismo do Estado da Guanabara – Riotur. No plano das políticas federais de preservação do patrimônio, a década de 1960 é marcada por esforços de integrar o país aos parâmetros internacionais (FONSECA, 1996), notadamente ligados à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, e de associar ações de preservação do patrimônio às políticas econômicas nacionais (TELLES, 2012), prosseguindo aos esforços de industrialização do país iniciados na década de 1950. Na década de 1970, passa a figurar no contexto internacional o nascimento da Convenção do Patrimônio Mundial, criada pela UNESCO como estratégia global. Entre os anos de 1960 e 1970 momentos significativos de afirmação e reconstrução de identidades da cidade do Rio de Janeiro foram: a criação do estado da Guanabara, em 1960, com a transferência da capital do país, do Rio de Janeiro para Brasília; as comemorações do IV Centenário de Fundação da Cidade do Rio de Janeiro, em 1965, quando o então governador Carlos Lacerda exaltava o projeto de cidade como “vitrine da nação”; e, 10 anos depois, quando ocorre a transformação de status – de estado da Guanabara para capital do estado do Rio de Janeiro, em 1975, como representação regional (FERREIRA, 2015). Nesse período o imaginário turístico internacional da cidade do Rio de Janeiro já girava em torno de atrações consagradas como: “o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, a Baía de Guanabara – e os supostos elementos distintivos da cultura

brasileira – o futebol, o carnaval e as mulheres exuberantes” (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013).

As fortificações da Baía de Guanabara passaram a conviver com o ideário do desenvolvimento do turismo da cidade, se não na prática, pelo menos nas manchetes de jornais. Em 1968, uma matéria trouxe à tona a problemática da chamada Lei de Proteção dos Fortes, que regulava e estabelecia limites para o gabarito de edifícios próximos a esses estabelecimentos militares (**O Globo**, 1968)²⁵⁵. A reportagem anunciava a possibilidade de o governo federal, com a aquiescência das autoridades do Ministério do Exército, permitir uma revisão desses parâmetros. Isso abria um novo campo de possibilidades para projetos expansionistas do turismo em áreas cariocas tão cobiçadas pela especulação imobiliária como a praia de Copacabana. É o que de fato vai suceder na década seguinte, em 1975, quando o então presidente Ernesto Geisel revogou o Decreto-lei nº 8.624, de 1945, passando a vigorar apenas a legislação estadual para a regulação do assunto. A “excelente medida”, que flexibiliza a legislação, foi muito bem recebida por empresários do setor (**O Globo**, 1975b)²⁵⁶.

Mas não era só o entorno dos fortes da Guanabara que ganhava novas configurações. Em 1969, durante o regime militar, o jornal **O Globo** trazia as seguintes reportagens: “Fortaleza de São João abre suas portas aos turistas” (**O Globo**, 1969a)²⁵⁷ e “Fortaleza de São João: calam-se os canhões para a invasão turística” (**O Globo**, 1969b). Evidenciava-se assim a tendência a que os próprios fortes se constituíssem em atrativo turístico oficial da cidade. Na matéria são apresentadas informações históricas sobre essa fortificação: seu idealizador Estácio de Sá, sua inauguração em 1618, com destaque de ali ser marco histórico de fundação da cidade, e também sobre o quantitativo de seus equipamentos bélicos, à época, com quatro redutos e 30 bocas de fogo. Além disso, também é afirmado que “a Secretaria de Turismo da Guanabara pretende incluir a Fortaleza de São João no roteiro turístico do estado. E o comando da nova fortaleza acha a ideia excelente” (**O Globo**, 1969b). A matéria também apontava que a parte da fortaleza aberta à visitação (o Forte São José) já oferecia visitas diárias a escolares. Enquanto a abertura para a visitação turística dependia ainda do “devido entrosamento entre as empresas turísticas e os órgãos militares” (**O Globo**, 1969b). No

²⁵⁵ Cf. **O Globo**, 22 de agosto de 1968, Geral, página 3.

²⁵⁶ Cf. acervo **O Globo**, 4 de junho de 1975, matutina, Rio, p. 11.

²⁵⁷ Cf. **O Globo**, 30 de outubro de 1969, p. 3.

mesmo ano, o Forte da Laje, que, pela proximidade, era administrado pela mesma organização militar que ocupava a Fortaleza de São João, também ganha manchetes de jornal: “Os velhos canhões começam a ser desmontados e a Fortaleza não sabe qual o seu destino” (**O Globo**, 1969c). A indefinição quanto ao futuro suscitava especulações: “se o turismo quisesse, o Forte Laje teria uma nova missão”, e ainda: “a ideia de se instalar ali um restaurante não seria impossível” (**O Globo**, 1969c). Tais ideias ventiladas nos meios de comunicação permaneceram no ar. Interessante notar, em matéria desse período, a sobreposição entre estruturas e equipamentos considerados ultrapassados, no “velho forte”, convivendo com a presença de “modernos canhões do 2º Grupamento de Artilharia de Costa” (**O Globo**, 1969a), que também ocupavam a Fortaleza de São João em posições camufladas. Em 1970, uma nota da seção “Nos bastidores do turismo” comenta que durante a Semana do Exército ocorreria uma “confraternização cívica militar-turística” (**O Globo**, 1970), a ser realizada no Forte Barão do Rio Branco, em Niterói. A reportagem exalta o aspecto histórico e a beleza cênica do lugar e divulga o franqueamento à visitação pública dos Fortes Imbuhy, Barão do Rio Branco e do Pico. Tratava-se de um evento comemorativo, a ser realizado em um único dia: 25 de agosto, em homenagem ao patrono do Exército Brasileiro, o Duque de Caxias.

As fortificações da Baía de Guanabara passaram figurar no ideário do desenvolvimento do turismo da cidade. Em 1971, o economista Eugênio Gudín,²⁵⁸ em um artigo intitulado “A União, a Guanabara, os Palácios e o Arpoador” (**O Globo**, 1971a)²⁵⁹ analisava o esvaziamento político e econômico do estado da Guanabara com a perda da condição de capital do país e apontava a Praia do Arpoador como local privilegiado para desencadear, por meio do turismo, a revitalização da cidade. Gudín comenta, na reportagem, sobre um estudo realizado pelo Touring Club do Brasil (sob a orientação do seu diretor, o engenheiro Edgar Chagas Dória) com apoio de associações de classe da Guanabara a ser apresentado “ao governo federal, especialmente ao Ministério do Exército, o pedido de entrega dessa maravilhosa praia para a construção de hotéis e balneários” (**O Globo**, 1971a). Ele afirma: “Não é justo que um dos sítios mais preciosos da cidade seja utilizado para serviços auxiliares de um Grupo de Artilharia de Costa que o advento da aviação militar tornou evidentemente obsoleto” (**O**

²⁵⁸ Eugênio Gudín (1886-86) foi um importante economista liberal que exerceu o cargo de ministro da Fazenda no governo do presidente Café Filho em 1954.

²⁵⁹ Cf. acervo **O Globo**, 1º de outubro de 1971, Matutina, Geral, p. 2.

Globo, 1971a). Raul de Góes, então presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, em menos de uma semana, aproveita a seção “Carta dos Leitores” (**O Globo**, 1971b)²⁶⁰, do jornal, para comentar a matéria de Gudín e acrescentar o fato de que os estudos que fundamentam o memorial dirigido ao presidente Emílio Garrastazu Médici têm origem na declaração conjunta, realizada em 1954, de renomados arquitetos e urbanistas nacionais, entre eles Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Sergio Bernardes, Marcelo Roberto, Carlos Henrique Pôrto, Afonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Maurício Roberto e Rolf Werner Hilter, sobre o aproveitamento urbanístico e turístico das áreas ocupadas pelas instalações do antigo sistema de defesa costeira do Rio (Arpoador, Copacabana, Leme, e São João [Urca]) (**O Globo**, 1971b). Tais locais, conforme menciona Góes, “reúnem condições excepcionais para a criação de uma cadeia de centros turísticos” (**O Globo**, 1971b), que, segundo os especialistas, diz ele, seria “capaz de constituir elemento básico de infraestrutura turística nacional” (**O Globo**, 1971b). Gudín e Góes endossavam o pedido de um novo uso para locais, que incluíam os sítios fortificados sob a jurisdição do Exército, mas deixavam claro que em contrapartida “o Exército teria a sua presença imortalizada nesses espaços” (**O Globo**, 1971b), uma vez que tais estudos englobavam a criação de um museu histórico militar e outros museus e exposições de caráter de interesse nacional. O debate desse tema se estendeu. Merece aqui destaque a matéria do período, com o título “Projeto de nove grandes arquitetos e urbanistas em mãos do Presidente Médici – A beleza dos Fortes no roteiro do turismo” (**O Globo**, 1971c)²⁶¹. O detalhamento da proposta incluía remoções, demolições, transferência dos serviços existentes nos fortes, reflorestamento de áreas e sua transformação em parques silvestres, além da construção de infraestrutura hoteleira de classe internacional (**O Globo**, 1971c).

No governo do presidente Ernesto Geisel, o conflito de interesses em áreas militares valorizadas se intensifica, sendo apresentadas formas de salvaguarda do patrimônio, tais como exposto na matéria de 1975 sobre as intenções do Ministério de Educação e Cultura para o tombamento do Forte de Copacabana (**O Globo**, 1975)²⁶², mencionada no capítulo anterior. Durante o período prosseguem ações pontuais voltadas à visitação nas demais fortificações, promovidas pelas próprias organizações militares. Em 1976, a visitação pública dos fortes e fortalezas da orla marítima de Niterói teve

²⁶⁰ Cf. acervo **O Globo**, 6 de outubro de 1971, Geral, p. 2.

²⁶¹ Cf. acervo **O Globo**, 12 de outubro de 1971, Matutina, Geral, p. 3.

²⁶² Cf. acervo **O Globo**, 15 de março de 1975, Matutina, Rio de Janeiro, p. 11.

destaque nas comemorações da Semana do Exército: “Nas fortificações de Niterói, um pouco da história do Brasil” (**O Globo**, 1976). Um resumo de diversos aspectos históricos e curiosidades sobre a Fortaleza de Santa Cruz e os Fortes Imbuhy, Rio Branco, Gragoatá e Boa Viagem, embora sem referências de fontes de pesquisa, ilustra a reportagem e convida à visita durante a referida semana de 19 a 25 de agosto de 1976.

Cabe lembrar que as práticas e políticas de preservação do patrimônio da década de 1970 são marcadas por uma orientação alinhada às diretrizes para o desenvolvimento (Fonseca, 1996), vetor fortemente almejado no período, distinguindo-se, ou somando-se, à abordagem cujo foco principal era o de fortalecimento da identidade nacional. Nesse contexto, sobressai a perspectiva de rentabilizar a preservação e a restauração dos bens culturais. O turismo passa a ser valorizado como aliado dessa intenção, num contexto em que a preservação do patrimônio passa a ser almejada no estabelecimento de parcerias com estados e municípios (TELLES, 2012). Durante o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-79) também foi promulgada a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico, entre eles, os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; as manifestações culturais e locais a elas associados, e as paisagens notáveis. A execução dessa Lei envolvia diferentes órgãos, entre eles o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o Instituto Brasileiro Desenvolvimento Florestal – IBDF, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana – CNPU, e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, sendo a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR o órgão de destaque na articulação dos demais. Esta lei ilustra o empenho do estado, desde então, em salvaguardar áreas para fins turísticos, associado a uma tentativa de ampla articulação institucional.

Cabe notar que a aproximação e trânsito de civis pelos espaços militares sempre foram regulados por normas e restrições pertinentes à salvaguarda da defesa nacional. Mas é preciso considerar que, para além do processo de abertura das fortificações da Baía de Guanabara à visita turística, as áreas militares onde se situam os sítios históricos fortificados foram ao longo das décadas permeadas por outros dispositivos de integração civil-militar no uso compartilhado do sítio. As colônias de férias promovidas pelas organizações militares em alguns desses sítios possuem longa trajetória e

cumpriram por muitas décadas a função de difusão da cultura militar e aproximação da população da cidade com os sítios fortificados. Algumas matérias de jornal são ilustrativas desse tipo de relação estabelecida entre as forças armadas e a sociedade. Uma delas, talvez uma das mais antigas, seja a de 1936, que diz: “Inaugurada uma colônia de férias para filhos dos morros” (**O Globo**, 1936). Tratava-se de uma iniciativa da Escola de Educação Física do Exército, com apoio “da Associação Brasileira de Imprensa, da Liga de Defesa Nacional, da Sociedade de Educação do Distrito Federal, da Assistência Hospitalar Infantil da Fundação Osório e do Distrito de Artilharia de Costa” (**O Globo**, 1936) e estava destinada às “criancinhas dos morros do Pinto, Favella e Saúde” (**O Globo**, 1936). Nas décadas posteriores, alicerçados no espírito cívico e assistencial, alguns comandos perpetuaram a iniciativa dirigida ao público infantil, que envolvia articulações prévias com setores civis, governamentais e militares. A Fortaleza de São João, no bairro da Urca, e o Forte Duque de Caxias, no Leme, que em 2015 completou 50 anos organizando e sediando colônias de férias, são lembrados por muitos moradores da cidade por essa iniciativa. Todavia a proposta da colônia de férias não estava diretamente relacionada a um movimento de defesa do patrimônio, mas de uma aproximação com a juventude.

As fortificações da Baía de Guanabara, com suas respectivas unidades militares, de alguma forma, sempre interagiram com suas vizinhanças e com o universo da pesca existente na Baía de Guanabara. Em alguns casos, no decorrer dos anos, alguns espaços do próprio sítio foram regulamentados pelos comandos, para a realização dessa atividade, com medidas ora mais, ora menos restritivas. Essas relações sociais civil-militares acontecem também na esfera das festividades religiosas, como a tradicional Festa de São Pedro, organizada pela comunidade de pescadores do bairro de Juruuba, em Niterói, que em 1977 teve início com as “bandas do Forte Imbuí e do Presídio do Exército da Fortaleza de Santa Cruz” (**O Globo**, 1977). O convívio civil-militar no sítio fortificado e em seus arredores se desdobra num vasto espectro de elementos como as colônias de férias, as festividades, as atividades esportivas e as visitas²⁶³.

²⁶³ Mesmo no período em que a Fortaleza de Santa Cruz foi utilizada como presídio do Exército (1968-76) as visitas pontuais de representantes de Estado, militares, representantes consulares e demais representantes civis, dirigidas ao sítio histórico, não cessaram como atestam os Registros Históricos desta organização militar. Na Semana do Exército, além das festividades a fortaleza se abria a “visitações públicas” (RH do Presídio do Exército, 1973; 1975).

Em 1978, uma extensa matéria abordou “as belezas naturais de uma cidade que a maioria dos cariocas desconhece” (**O Globo**, 1978), referindo-se à cidade de Niterói. Nela, os variados pontos de possível interesse turístico são apresentados como incentivo ao lazer dos niteroienses. A Fortaleza de Santa Cruz e o Forte Gragoatá aparecem no rol de possibilidades de visitação, ao lado de outros lugares históricos e de referência cultural da cidade, como a Igreja de São Lourenço, os museus Antônio Parreiras e Histórico do Estado. Na ocasião, uma iniciativa da prefeitura havia criado duas atividades de incentivo às visitações na cidade: um roteiro de excursões turísticas, criado pela Funda o de Atividades Culturais – FAC e o “Domingo boa praça”, com manifesta es culturais. Uma dica acompanhava a descri o dos atrativos da Fortaleza de Santa Cruz: “O modo mais prático de se conhecer a importante edifica o   através das excursões da FAC, pois as visitas dependem de autoriza o prévia do comandante” (**O Globo**, 1978).

Em resumo,   possível afirmar que as visitações e uso público predominantes nos anos 1970 são direcionados às atividades e comemora es militares, em tempos e circunstâncias específicos. E, em regra geral, em eventos de curta dura o. A principal manchete diferente disso, no caso do Rio de Janeiro,   o anúncio da inten o de franqueamento da Fortaleza de São João   visita o anunciada nas reportagens de 1969 (**O Globo**, 1969a, 1969b, 1969c)²⁶⁴, não sendo identificadas outras matérias ou informa es que apontassem para desdobramentos de fato.

Cabe lembrar que durante o período dos governos militares (1964-85), particularmente após a cria o do Programa de Cidades Históricas, em 1973, coube ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN coordenar diversas restaura es que dinamizaram as políticas de preserva o patrimonial do país. A influência de Aloísio Magalh es²⁶⁵, na dire o do IPHAN no período de 1979 a 1982, ano de sua morte,   lembrada como figura central no processo de transforma o dos órgãos responsáveis por políticas culturais do governo federal, em supera o   influência de Rodrigo Melo de Franco de Andrade, que conduziu a institui o por 30 anos, desde a sua cria o em 1937, e valorizava a tradi o histórica (OLIVEIRA, 2008).

²⁶⁴ **O Globo**, 30 de outubro de 1969, p. 3; **O Globo**, 6 de novembro de 1969, Turismo, p. 8; **O Globo**, 1  de dezembro de 1969, Vespertina, Geral, p. 31.

²⁶⁵ Aloísio Magalhães (1928-82), nascido em Pernambuco, formou o grupo do Centro Nacional de Referência Cultural, em 1975, e dirigiu a nova Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Pr -Memória, criados em 1979.

É na gestão de Aloísio (1979-82) que o “uso turístico e a autossustentabilidade dos bens tombados” passaram a ser debatidos no contexto das cidades históricas (OLIVEIRA, 2008, p.127), seguindo a tendência de considerar o turismo atividade propulsora do desenvolvimento econômico.

A partir de meados dos anos de 1980, com a redemocratização do Brasil, a diversidade de expressões culturais é incorporada às novas leituras do patrimônio e o uso compartilhado de sítios históricos fortificados ganha importância como possibilidade de aprofundamento das relações dialogais entre civis e militares. No Rio de Janeiro, ao longo dos anos 1980, um padrão mais contínuo de visitas aos sítios fortificados da Baía de Guanabara passa a fazer parte da dinâmica de algumas organizações militares, iniciando um processo embrionário de gestão turístico-cultural dos sítios históricos fortificados. Em 1984 o Forte Duque de Caxias é exaltado como “a mais nova atração turística do Rio de Janeiro”. A reportagem oferece orientações quanto às visitas ao forte, que passaram a ser permitidas em horários estabelecidos (das 9h às 12h e das 14h às 17h), aos sábados, domingos e feriados (**O Globo**, 1984)²⁶⁶.

Em 1985, numa tentativa de dar visibilidade aos sítios fortificados da Guanabara, foi realizada uma exposição itinerante de fotografias, organizada por três pesquisadores ligados às áreas da museologia e arquitetura²⁶⁷, abordando aspectos da arquitetura e da história das fortificações do litoral do Rio de Janeiro e Niterói (**O Globo**, 1985)²⁶⁸. Essa iniciativa contou com o patrocínio da Caixa Econômica Federal - CEF e o apoio do Serviço Cinematográfico do Exército (que disponibilizou um acervo com cerca de 700 imagens, das quais foram escolhidas em torno de 100 para a montagem da exposição), e do Museu do Exército (então localizado na Casa de Deodoro, no Centro do Rio de Janeiro), onde foi inicialmente inaugurada (**O Globo**, 1985). As expectativas dos organizadores eram de “contribuir para a reavaliação, preservação e conservação das formas e soluções arquitetônicas das fortalezas e do meio que as circunda” (**O Globo**, 1985). Essa exposição talvez tenha sido um dos últimos eventos do Museu do Exército, antes de sua transferência de domicílio, quando veio a ocupar as instalações do Forte de Copacabana.

²⁶⁶ Cf. **O Globo**, 11 de outubro de 1984, Matutina, Turismo, p. 5.

²⁶⁷ A equipe técnica responsável pela exposição era formada pelo arquiteto João Amin Mallouk, a historiadora Mirian Nascimento Bretas – ambos estudantes de Museologia – e a arquiteta Andrea de Araujo Leite.

²⁶⁸ Cf. **O Globo**, 27 de fevereiro de 1985, Matutina, Segundo Caderno, p. 2.

A abertura à visitação pública do Forte de Copacabana, em 1987, é caso exemplar nesse contexto, após a instalação ali do Museu Histórico do Exército e a extinção do 3º Grupo de Artilharia de Costa (**O Globo**, 1988)²⁶⁹, por determinação do então ministro do Exército general Leônidas Pires Gonçalves. Essa decisão não foi, no entanto, fruto de uma trajetória linear desde seus primórdios e sim uma afirmação diante de conflitos de interesse e pressões de vários segmentos da sociedade. Nesse caso, a especulação imobiliária vivida na cidade encontrou uma tríplice resistência: i. do Estado, com a intenção do presidente Ernesto Geisel (1974-79) de configurar essas áreas como bens da União; ii. da apropriação cidadã dos sítios pelos moradores da cidade (e do entorno em particular); e iii. do Exército, com a adoção do uso compartilhado civil-militar e afirmação da finalidade cultural dos sítios para salvaguarda do patrimônio.

A institucionalização do Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana como sítio histórico de acesso público culmina com a sua transformação em um dos principais pontos de visitação do Rio de Janeiro na atualidade²⁷⁰. Uma publicação do Exército Brasileiro comenta os esforços dessa transformação:

A transformação de uma Unidade Operacional para um museu exigiu por parte dos militares e civis que trabalhavam no Museu Histórico do Exército um grande esforço para executar a difícil obra na sua estrutura arquitetônica, tanto para recuperar o velho Forte, como também para adequar os espaços para uma nova realidade. (MHEX/FC, 2009, p. 17/18.)

Um posicionamento proativo e irrestrito na condução das fortificações como espaços culturais de acesso público ainda estava por vir. Como afirma Santos Junior (2010), foi na década de 1990 que a revitalização e o uso turístico e cultural dos sítios históricos fortificados ganham crescente importância e atenção para o Exército Brasileiro.

²⁶⁹ Cf. acervo **O Globo**, 2 de maio de 1988, Jornais de Bairro, p. 14.

²⁷⁰ O gestor do Forte de Copacabana, coronel Edson Oliveira, em 2009, contou em reportagem que uma de suas estratégias para aumentar o número de visitantes foi atrair grandes eventos para o local associando-os a uma agenda cultural fixa (saraus, encontro de coral, música, teatro etc.). Além disso, tinha como meta “transformar o forte em uma referência no bairro”. Para tanto, passou a oferecer diversos cursos para diferentes públicos e franquear a visitação para escolas públicas (**O Globo**, 2009). Cf. Acervo **O Globo**, 24 de setembro de 2009, Matutina, Jornais de Bairro, p. 2.

4.3 O caso da Baía de Guanabara (desdobramentos da “Abertura dos Fortes”)

O início da década de 1990 é marcado por um convênio firmado entre o Ministério do Exército, sob o comando do general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes e a Secretaria de Cultura da Presidência da República, com a interveniência do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC (**O Globo**, 1991a)²⁷¹. O governo do presidente Fernando Collor de Melo pretendia promover assim parcerias com a iniciativa privada para a valorização do patrimônio, incluindo nessa política a visitação pública dos sítios históricos sob a guarda do Exército (**O Globo**, 1991a). Isto é destacado na reportagem: “Fortaleza de Santa Cruz pode ser alugada para festas” (**O Globo**, 1991a). Essa atitude refletia uma nova política cultural de preservação, associada a um discurso que propunha “dar função social a monumentos históricos” (**O Globo**, 1991b)²⁷², num contexto de minimização do papel econômico de Estado. A década de 1990 é lembrada como um período difícil, de restrições severas na área da cultura e a imposição de uma política governamental neoliberal (TELLES, 2012).

Em 1992 foi aprovada a Diretriz para o Projeto de Fortificações Históricas, pelo Ministério do Exército, destinada à restauração, preservação e utilização dos bens históricos que fossem do interesse da memória da defesa nacional (Portaria nº 402, de 2 de julho de 1992)²⁷³. Conforme esse documento, sua finalidade era:

Definir ações básicas que possibilitem preservar os referidos bens através da sua restauração, revitalização e reutilização, bem como dos seus entornos, protegendo-os permanentemente e integrando-os, ou reintegrando-os, às atividades normais ou turísticas das áreas onde se situam. (Portaria nº 402, de 2 de julho de 1992.)

Esta diretriz teve com referência um protocolo de intenções²⁷⁴, celebrado com o convênio do ano anterior. Nela passavam a ser acordadas as atribuições do referido projeto nos diferentes níveis de competência do Exército. Por essa diretriz, as autoridades militares do Exército deveriam tomar providências para a restauração e reutilização das fortificações sob sua jurisdição, além de estimularem e apoiarem a

²⁷¹ Cf. **O Globo**, 3 de fevereiro de 1991, Jornais de Bairro, p. 32.

²⁷² Cf. **O Globo**, 24 de janeiro de 1991, O País, p. 4.

²⁷³ Publicada no Diário Oficial, 6 de julho de 1992.

²⁷⁴ Protocolo de Intenções nº 001/91-SEC-PR.

implantação de atividades culturais e turísticas que beneficiassem os bens históricos. Os projetos de restauração dos bens tombados e os seus usos deveriam se enquadrar nas normas da instituição federal de preservação do patrimônio cultural, na ocasião chamada de Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, e se integrar aos planejamentos turísticos, culturais e urbanos dos estados e municípios.

Recomendava-se que os bens não tombados se adequassem do mesmo modo a essas normas. Competia ao Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército – DEP, por meio de sua Diretoria de Assuntos Culturais – DAC, constituir-se no órgão de assessoramento do ministro do Exército e Comandos Militares de Área e no órgão técnico de orientação das atividades a cargo das Regiões Militares e demais organizações militares. Ainda conforme um dos aspectos que constam na diretriz aprovada pelo Ministério do Exército:

A reutilização das fortificações deverá ser objeto de cuidados especiais das autoridades militares, objetivando usos compatíveis com as “vocações” dos imóveis e sítios históricos, inclusive através da realização de convênios com entidades públicas e privadas, que poderão ou deverão assumir, parte ou todos os encargos de restauração e posterior conservação dos bens, de acordo com os interesses envolvidos. (Portaria nº 402, de 2 de julho de 1992.)

Com o *impeachment* do presidente Collor, tais intenções e acordos foram conduzidos em novas frentes de ação. Em 1993, o então ministro do Exército general Zenildo, durante o governo do presidente Itamar Franco, autoriza “a abertura das fortalezas ao turismo” (**O Globo**, 1993a)²⁷⁵. Nesse mesmo ano ocorrem atividades comemorativas do 50º aniversário da criação do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (RH do 8ºGACosM, 1993), que passa a ocupar o complexo de fortificações de Niterói.

Uma entrevista com o general Zenildo publicada na revista **Da Cultura**, em 2010, mostra a influência que ele próprio teve no processo de projeção de espaços culturais associados ao turismo e à divulgação da cultura militar. Ao ser indagado sobre

²⁷⁵ Cf. **O Globo**, 6 de outubro de 1993, Matutina, Rio, p. 11.

os aspectos que ele poderia destacar em relação à modernização ocorrida no Museu Histórico do Exército situado no Forte Copacabana, o general Zenildo comenta:

Desde que assumi o Ministério do Exército percebi o potencial turístico que oferecia o Forte Copacabana. Era preciso uma transformação radical para que se transformasse em uma atração turística de destaque na Cidade do Rio de Janeiro. Seria também a projeção do Exército para os milhares de visitantes que iriam conhecer uma histórica fortificação militar (...). Investi recursos para que se pudesse executar o planejamento de um museu (...). A Fortaleza e os canhões foram restaurados, eventos sucederam-se aproveitando a beleza arquitetônica e paisagística local. Acompanhei as obras, visitando-as sempre que vinha ao Rio de Janeiro. (Revista **Da Cultura**, Ano IX, Nº16 p. 4.)

O investimento na expansão das atividades culturais do Exército passou a ser alvo das ações de sua gestão, expandindo-se também para outros sítios fortificados. A notícia de abertura do Forte São Luiz em integração à já visitada Fortaleza de Santa Cruz teve destaque no jornal (**O Globo**, 1993a). A responsabilidade de execução do projeto turístico estava a cargo da seção de relações públicas da Fortaleza, que contava com o transporte dos visitantes em jipes até o topo do morro onde está situado o forte (**O Globo**, 1993b)²⁷⁶. Ainda conforme a reportagem, o “pacote turístico” incluía caminhada ecológica na descida à Fortaleza de Santa Cruz ou a opção de retorno pelo mesmo caminho da subida, com direito a banho de mar na Praia do Forte Barão do Rio Branco (**O Globo**, 1993b). Em 1996, foi realizada a 3ª Caminhada Ecológica e Cultural Duque de Caxias – com saída do Forte Barão do Rio Branco, visita ao Forte São Luiz e chegada à Fortaleza de Santa Cruz (RH do 8º GACosM, 1996)²⁷⁷. Nesse mesmo ano o 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado – GACosM promoveu o 7º Salão de Artes: “que teve a finalidade de realizar a integração entre o público interno, a comunidade e o segmento artístico das cidades de Niterói e Rio de Janeiro e contou com a participação de 121 expositores” (RH do 8º GACosM, 1996). Esse evento foi repetido em anos posteriores, assim como a caminhada ecológica, como forma de dinamização sociocultural do lugar.

²⁷⁶ Cf. **O Globo**, 7 de novembro de 1993, Matutina, Jornais de Bairro, p. 17.

²⁷⁷ Este evento contou com a presença do general de Exército Abdias da Costa Ramos, comandante militar do Leste e cerca de 700 convidados (RH da FSCB, 1996).

Em 1997 as fortificações de Niterói receberam visitas do alto comando do Exército, como a do ministro Zenildo, o próprio diretor da DAC, general Sergio Dentino Morgado, e de autoridades internacionais, entre eles, o embaixador argentino Diego Raimundo Gular e o general Hendrick (inspetor geral de ensino do Exército de Angola) (RH do 8º GACosM, 1996). No aniversário da unidade militar, a orquestra típica La Salle e a banda de música da 2ª Brigada de Infantaria se apresentaram na ocasião das comemorações (RH do 8º GACosM, 1997). Eventos diversos também atraíam o grande público, como a comemoração da 2ª Festa Junina do 8º GACosM, nas dependências do Forte Barão do Rio Branco, com a presença de 7.000 pessoas da comunidade, em seus três dias de funcionamento (RH do 8º GACosM, 1997). No jornal, uma reportagem elogiou a parceria entre o comando da Fortaleza de Santa Cruz e a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Niterói, destacando um projeto de cooperação para preservação do trecho de mata nos arredores dos fortes (**O Globo**, 1997),²⁷⁸ embora também tenha existido conflito ambiental na área²⁷⁹.

Em 1998, a abertura do Forte São Luiz à visitação pública volta às manchetes de jornal em reportagem sobre a parceria com a prefeitura para reformar a estrada de acesso aos Fortes de São Luiz e do Pico, “praticamente abandonada nos últimos trinta anos” (**O Globo**, 1998a)²⁸⁰.

Pode ser ilustrativo da questão que tratamos aqui a experiência do coronel Antônio Ferreira Sobrinho²⁸¹, desde quando foi comandante do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado – GACosM, sediado no complexo de fortificações históricas da cidade de Niterói, entre 1997 e 2000. O coronel Ferreira contou sobre o reposicionamento institucional e o seu desafio de conciliar a sobreposição da gestão cultural em meio às atividades operacionais da organização militar. Conforme o seu relato:

²⁷⁸ Cf. **O Globo**, 2 de março de 1997, Matutina, Jornais de Bairro, p. 03.

²⁷⁹ O coronel Antônio Ferreira Sobrinho contou sobre suas “lições aprendidas” no campo da conservação ambiental após viver, durante seu comando do 8º GACosM, um litígio com o órgão ambiental por ter cortado parte da mata que dificultava a visibilidade do forte (cf. anotações do Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército, 2015). Este caso ilustra que a complexa tarefa de gestão de um sítio histórico envolve não apenas as prescrições do órgão de patrimônio, mas igualmente a observância da legislação ambiental vigente, que até então o comando daquela unidade militar de artilharia desconhecia. Na atualidade a gestão ambiental está incorporada como normativa interna na instituição.

²⁸⁰ Cf. **O Globo**, 25 de janeiro de 1998, Matutina, Rio, p. 32.

²⁸¹ Militar da linha bélica, comandou o 8º GACosM de 1997 a 2000. Foi chefe da seção de Patrimônio da DPHCEX e atualmente é pesquisador e historiador do CEPHIMEx.

Quando eu assumi o comando dessa Unidade, em 24 de janeiro de 1997 eu recebi uma missão do Ministro do Exército, na época, o general Zenildo, de abrir os fortes, porque ele extinguiu o meu material de artilharia, me deixou sem canhões. Eu fiquei até 98 sem canhões, quando recebi o material Astros, que era o material mais moderno que tinha. Durante esse período de janeiro de 97 a maio de 98, eu fiz isso que o senhor falou aí. Patrimônio e solidariedade. Eu comecei a cuidar das ruínas, do Forte São Luiz, da Fortaleza de Santa Cruz... aqui no Forte do Imbuí que estava fechado. E consegui nesse um ano e meio transformar aquilo em um parque temático. Introduzi recursos, dinheiro para reinvestir no próprio forte. Como? Abrindo os fortes para a sociedade, como o Ministro Zenildo mandou. Não deixei de ser quartel, não deixei de formar a minha artilharia, não deixei de atirar com o foguete, na época, previsto, e conseguimos colocar esses fortes no roteiro turístico do Brasil, do Rio de Janeiro. E quando eu comecei a contar a gente conseguiu colocar aqui, em 1 ano e meio, 154 mil visitantes. (Coronel Ferreira – depoimento em 1º de agosto de 2017, no IX Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército.)

Evidencia-se que, num processo gradual, os fortes vão se abrindo à visitação e à realização de eventos artísticos e culturais. Foi assim que, como parte das comemorações do evento Encontros com Portugal, promovido pela Prefeitura de Niterói, foi programada uma apresentação da Orquestra Sinfônica de Viana do Castelo em frente às ruínas históricas dessa fortificação (**O Globo**, 1998a). Nessa ocasião, o protagonismo militar na abertura das fortalezas da Baía de Guanabara foi mencionado: “a abertura lenta e gradual dos tesouros da caserna partiu dos próprios ministros militares em Brasília” (**O Globo**, 1998a).

A abertura das fortificações históricas da Baía de Guanabara à visitação pública exigiu não apenas o empenho das organizações militares no aprimoramento de uma função que lhes é subsidiária, mas impôs seu envolvimento com a complexa e onerosa dinâmica da conservação do patrimônio histórico e cultural, num contexto em que predominam fortes restrições orçamentárias. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso inaugurou um horizonte de expectativas apoiado em parcerias público-privadas. Foi assim que em 1999 os fortes da Guanabara ganharam destaque nas páginas do Caderno “Boa Chance”, do jornal **O Globo**, uma seção dedicada a oportunidades de empregos e negócios. Na manchete: “Empregos e negócios à beira da

Baía” (**O Globo**, 1999 b)²⁸². Tratava-se da apresentação de um novo projeto, o Rio Niterói Fortes, “criado numa parceria de entidades privadas e governamentais, coordenadas pelo 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada – GACosM (**O Globo**, 1999b). O projeto visava a exploração turística das cinco fortificações localizadas no bairro de Jurujuba (Fortaleza de Santa Cruz e Fortes Barão do Rio Branco, São Luiz, do Pico e Imbuhy), que ainda funcionavam integrados sob o comando daquela unidade militar. Nessa ocasião a ideia de recuperar parte da história oferecendo ao visitante a experiência de chegada ao sítio fortificado pela via marítima empenhou iniciativas do poder público local e do próprio comando da Fortaleza de Santa Cruz, como apresenta a reportagem “Fortaleza de portas abertas para a Baía” (**O Globo**, 1999a), que noticiou o “recém-inaugurado cais da Fortaleza de Santa Cruz” (**O Globo**, 1999a). O Rio Niterói Fortes é um dos grandiosos projetos que expressam o espírito dessa época, que estimava a criação de “1.500 postos de trabalho e 47 empreendimentos” com projeção de estabelecer um complexo turístico capaz de receber, até 2004, um milhão de visitantes ao ano (**O Globo**, 1999b). Essa projeção contrastava com dados de realidade, que merecem destaque: “mesmo sem estrutura turística de grande porte, as cinco fortificações de Niterói receberam cerca de 70 mil visitantes em 1998” (**O Globo**, 1998b), e ainda: em abril desse mesmo ano, quando os fortes São Luiz e do Pico foram abertos à visitação, receberam, em dois meses, um total de oito mil visitantes (**O Globo**, 1998b), o que caracteriza o poder de atração desses sítios. Grande parte das ideias previstas no projeto, principalmente aquelas que envolviam outras instâncias de decisões e investimentos em infraestrutura, como a criação de atracadouros e até mesmo de um teleférico (ligando o Forte do Pico à Fortaleza de Santa Cruz), ficaram em suspenso. Todavia os fortes e fortalezas do Rio de Janeiro e de Niterói (incluindo os Fortes Imbuhy e Gragoatá), ao lado de outros espaços culturais da Marinha e da Aeronáutica, permanecem de portas abertas à visitação, como é possível constatar na matéria do Caderno “Rio Show” do ano 2000 (**O Globo**, 2000)²⁸³.

O incentivo à abertura das fortificações de Niterói à visitação pública, realizado desde 1993 e mais efetivamente a partir de 1997, e o empenho para a realização do projeto turístico empreendido pelo comando da organização militar, à época, fez com que o lugar se tornasse “referência para moradores e visitantes” (**O Globo**, 2003a)²⁸⁴.

²⁸² Cf. **O Globo**, 4 de abril de 1999, “Boa Chance”, p. 1.

²⁸³ **O Globo**, 29 de setembro de 2000, Matutina, Rio Show, p. 28.

²⁸⁴ Cf. **O Globo**, 15 de julho de 2003, Matutina, Jornais de Bairro, p. 3.

Apesar de vários projetos não terem sido realizados, em 2003, o plano de ampliar a infraestrutura de atração turística nas fortificações de Jurujuba, como a criação do teleférico e a adaptação do cais, retorna às manchetes de jornal (**O Globo**, 2003a).

Nesse contexto, em observação à própria institucionalização da abertura das fortificações à visitação pública, podemos destacar: a publicação das Normas para Abertura das Fortificações à Visitação Pública (2000), além de considerar que com o advento da FUNCEB, nesse mesmo ano, abre-se um importante canal para viabilização de projetos de interesse do Exército, conforme abordado no capítulo anterior²⁸⁵.

O inventário das fortificações vem sendo realizado no Brasil há mais de 30 anos por alguns poucos especialistas²⁸⁶, nas áreas de arqueologia, arquitetura e história, dedicados a esse segmento²⁸⁷. Esse é um quadro em que pode ser identificada uma forte “demanda reprimida” no Exército, como afirmou em entrevista o coronel Pinto Bastos:

O Exército tem um patrimônio, particularmente material, muito grande. E o custo de manutenção desse patrimônio é altíssimo. (...) A falta de recursos orçamentários, essa é a realidade, norteou a criação de um instrumento que pudesse auxiliar, para resolver essa grande demanda reprimida que é a área patrimonial do Exército. (Coronel Pinto Bastos – entrevista.)

Em 2001 foi aprovado no âmbito do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército – DEP (atual Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEX), o projeto Fortificações da Baía de Guanabara (Acervo documental da DAC, 2000)²⁸⁸. Esse projeto envolvia as unidades militares sob a orientação da Diretoria de Assuntos Culturais e tinha como objetivos:

²⁸⁵ Nessa época, como conta o general Synésio, havia uma preocupação do órgão de preservação de patrimônio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em torno dos usos das fortificações. Conforme comentou: “Quando eu era da DAC, o IPHAN estava muito preocupado com um inventário dos fortes existentes no Brasil e com o uso que se daria aos fortes. Havia uma problemática em relação à pressão imobiliária. Aí vinha a questão da utilização do bem. E por causa disso eu fui chamado pelo IPHAN, sou conselheiro do IPHAN, sou do conselho consultivo do IPHAN, conselho nacional. E nós começamos um projeto do registro da história dos fortes brasileiros.” (General Synésio – entrevista).

²⁸⁶ No Brasil destacam-se os pesquisadores: Annibal Barretto, Cyro Lyra, Mario Mendonça, Marcos Albuquerque, Victor Hugo Mori, Roberto Toner, Adler Homero Fonseca de Castro.

²⁸⁷ Em 2009 foi publicado o primeiro volume da coletânea “Muralhas de pedra, canhões de bronze e homens de ferro – Fortificações do Brasil de 1504 a 2006”, sob a coordenação do historiador Adler Homero Fonseca de Castro, com o apoio do Exército e da FUNCEB, contemplando uma grande lacuna do conhecimento sobre as fortificações do Brasil. Essas publicações, em quatro grandes volumes, reúnem levantamentos de fortificações em todo o Brasil, que ultrapassam 1.000 registros.

²⁸⁸ As informações referentes a esse projeto foram colhidas em documentos do acervo institucional da DPHCEX.

- Proporcionar melhores condições para a abertura das fortificações localizadas na área da Baía da Guanabara à visitação pública;
- Obter recursos para a restauração e conservação dessas fortificações;
- Desenvolver projetos de educação e preservação ambiental;
- Realizar pesquisas voltadas para a evolução do sistema de defesa da baía, para a arquitetura e para a armaria das fortificações;
- Atrair setores da sociedade civil para a defesa da preservação do patrimônio histórico representado pela área dos fortes e fortalezas.

Os desafios para a consecução do projeto eram a inscrição e aprovação no Ministério da Cultura, para obtenção de benefícios da Lei Rouanet²⁸⁹, e, também, a captação de recursos de financiamento, junto a organizações como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Parte desse projeto foi contemplada com recursos desse banco, particularmente, para as necessidades de restaurações e conservação dos monumentos (**O Globo**, 2003b)²⁹⁰. O subprojeto turístico para a criação de um circuito marítimo que envolvia obras de revitalização dos cais, entretanto, não foi viabilizado. A partir do ano 2000 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES passou a investir na preservação patrimonial com fins turísticos, aportando recursos financeiros para reformas estruturais e restaurações, sob a supervisão do IPHAN, nas fortalezas de São João e de Santa Cruz (**O Globo**, 2003b). Nesse período, um projeto para implantação do Sítio Histórico da Fundação da Cidade estava sendo idealizado para a Fortaleza de São João e cogitava-se “preparar um grande roteiro turístico unindo as fortificações da Guanabara” (**O Globo**, 2003b).

Na Diretoria de Assuntos Culturais do Exército um reforço institucional é manifestado com duas atualizações da: Política Cultural (2002) e Diretriz Estratégica do Sistema Cultural (2002), conforme abordado no capítulo anterior. Seguindo as orientações de uma ampla abertura, os noventa anos do Forte de Copacabana mereceram matéria de capa do Caderno Rio Show: “Firmes e Fortes – não faltam opções de lazer nas construções militares erguidas para proteger a cidade” (**O Globo**,

²⁸⁹ Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991).

²⁹⁰ Cf. **O Globo**, 9 de novembro de 2003, Rio, p. 29.

2004)²⁹¹. A matéria discorre sobre os novos usos dos fortes do Rio e de Niterói, enfatizando o desconhecimento a respeito das fortificações da maioria das pessoas:

Muita gente não sabe que os inúmeros fortes militares do Rio e Niterói oferecem vistas de desarmar, ao alcance de quem quiser ver. Muita gente não sabe que neles repousa parte da história do país, que pode ser contada em visita guiada. Muita gente não sabe que, em tempos modernos, forte que é forte também tem passeios ecológicos, peça e restaurante charmoso. (**O Globo**, Rio Show, 1º/10/2004, p. 3.)

Uma contagem aproximada de visitantes é mencionada nessa reportagem de 2004. O Forte Duque de Caxias, aberto apenas aos finais de semana e feriados, recebia média de 300 visitantes por final de semana (numa estimativa de 1.200 por mês) (**O Globo**, 2004). Já na Fortaleza de Santa Cruz, aberta de terça a domingo, a estimativa era de dois mil visitantes ao mês e na Fortaleza de São João, aberta de segunda a quinta, com agendamento prévio, cerca de 400 visitantes por mês (**O Globo**, 2004). A reportagem não oferece dados sobre o número de visitantes dos fortes de São Luiz e do Pico, que podiam ser visitados aos sábados, domingos e feriados.

A visibilidade dos fortes e fortalezas da Guanabara, apoiada numa política dos comandos das unidades militares de promoção de visitas, formalizada após a normatização da abertura, em 2000, foi acompanhada por iniciativas de diversificação de seus usos, com concessões, autorizações e permissões de uso à iniciativa privada. Assim, a mesma matéria do Rio Show, em 2004, também trazia o anúncio dessa possibilidade e mencionava o Forte Duque de Caxias: “Esse espaço privilegiado, com segurança 24 horas por dia, pode ser alugado para eventos. Dá até, por exemplo, para casar lá” (**O Globo**, 2004). O mesmo já ocorria em outros comandos, como o 8º GACosM, do complexo Santa Cruz-Pico-São Luiz-Imbuhy e o comando do Museu Histórico/Forte de Copacabana. A iniciativa de cessão do espaço por meio de contrato de locação era também uma oportunidade de gerar receita própria para as melhorias necessárias para a dinamização cultural dos sítios (MAGDALENA, 2010).

²⁹¹ Cf. **O Globo**, 1º de outubro de 2004, Matutina, Rio Show, p. 26.

A abertura à visitação entre os anos de 1993 e 2007 foi marcada por erros, acertos, planos que vingaram e outros que não saíram do papel, como por exemplo, o teleférico e os “atracadouros” ou cais (**O Globo**, 2007a)²⁹². E, sobretudo, serviu como um laboratório de experiências num intenso aprendizado dos militares na gestão do patrimônio cultural. Em 2007 o anúncio de uma proposta, pela então ministra do Turismo Marta Suplicy, de “transformar a Fortaleza de Santa Cruz em um hotel de luxo, segundo modelos europeus” (**O Globo**, 2007b)²⁹³, causou grande polêmica na cidade de Niterói e no meio militar. Essa ideia foi vista de modo favorável pela Niterói Empresa de Lazer e Turismo – Neltur, e como descabida pelo Comando Militar do Leste (**O Globo**, 2007b). Ao fim, terminou não sendo levada adiante.

Conforme abordado no capítulo anterior, nesse período, a própria Diretoria de Assuntos Culturais – DAC é reformulada, nascendo a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEX, em 2008, num processo cumulativo de refinamentos conceituais e práticos na gestão organizacional. Nesta reformulação o patrimônio histórico cultural passou a ser visto tanto em seu aspecto material como imaterial, seguindo as tendências em curso no campo das políticas patrimoniais, e conforme abordado anteriormente, com rebatimento na valorização dos espaços culturais militares como lugares privilegiados de difusão do patrimônio cultural militar. Nessa ocasião, o Departamento de Ensino e Pesquisa – DEP, na figura de seu diretor, general Paulo Cesar de Castro, foi indagado pelo conselho editorial da revista **Da Cultura**, sobre o aproveitamento do potencial turístico dos fortes e fortalezas sob jurisdição do Exército para uma maior divulgação da instituição. O general Castro respondeu de maneira positiva, ressaltando a articulação com a pesquisa em História Militar tanto para o público militar quanto para o público em geral. E frisou o papel da Diretoria de Assuntos Culturais:

Já estão em curso diversas parcerias para explorar seu valioso acervo. Por meio da Diretoria de Assuntos Culturais, têm sido orientadas atividades de visitação, de pesquisa, de estudo e de lazer em todas as fortificações sob jurisdição do Exército. Como exemplos, posso mencionar, apenas no Rio de Janeiro: – visitas ao Forte de Copacabana, de onde se pode admirar incomparável vista panorâmica da praia mais famosa do mundo; – *réveillon* no mesmo

²⁹² Cf. **O Globo**, 5 de agosto de 2007, Matutina, Jornais de Bairro, p. 8.

²⁹³ Cf. **O Globo**, 14 de outubro de 2007, Matutina, Jornais de Bairro, p. 12.

Forte de Copacabana; - visitas ao Museu Histórico do Exército; - presença da Confeitaria Colombo, a mais famosa do Rio de Janeiro, que atrai um número elevado de turistas ao Forte de Copacabana; - exposições de trabalhos artísticos; - visitas ao Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial; - visitas ao Museu Militar Conde de Linhares; - inauguração, em breve, das obras de restauro do sítio histórico da Fortaleza de São João; - visitas aos Fortes de Santa Cruz, do Imbuí, Rio Branco e do Pico, em Niterói; - inauguração, em janeiro de 2008, da Roda Gigante dos Sonhos, no Campo de Marte, em Copacabana; e - passeios turísticos do Forte Duque de Caxias, no Leme. (Castro, In: Revista **Da Cultura**, dezembro, 2007 p. 6/7.)

Em 2009, foi a vez do então comandante do Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana, coronel Edson Oliveira, apresentar algumas de suas metas e estratégias que fizeram aumentar a visitação do forte de 40 mil para 700 mil visitantes por ano, em quatro anos (**O Globo**, 2009)²⁹⁴. Uma das inovações mencionadas foi atrair grandes eventos para o local, associando-os a uma agenda cultural fixa (saraus, encontro de corais, música, teatro etc.). Outra meta de sua gestão foi “transformar o forte em uma referência no bairro” (**O Globo**, 2009). Para tanto passou a oferecer cursos nas dependências do forte para públicos diversificados, entre eles, o da terceira idade e para crianças oriundas de famílias de baixa renda moradoras do entorno (**O Globo**, 2009). O franqueamento da visitação para escolas públicas foi também uma política adotada, tendo conseguido acolher 60 mil estudantes no ano. Até mesmo um concurso para o melhor pescador da colônia de pesca Z-13, vizinha ao forte, fez parte do repertório de ações daquela unidade militar (**O Globo**, 2009). Nesse mesmo ano o Forte de Copacabana foi o local para a instalação de uma roda-gigante, que auxiliou na campanha pela candidatura do Rio de Janeiro à sede das Olimpíadas 2016. A partir daí o sítio histórico e cultural onde se localiza o Forte de Copacabana consolidou-se como um ambiente multicultural e de serviços, com opções gastronômicas e atrações artísticas regulares, sendo local utilizado também para realização de exposições, congressos e grandes eventos.

A postura institucional em relação à qualificação da abertura dos espaços culturais passa a ser maciçamente difundidas em meio militar. Conforme matéria da revista **Verde Oliva** (2010):

²⁹⁴ Cf. **O Globo**, 24 de setembro de 2009, Matutina, Jornais de Bairro, p. 2.

Os museus, fortes, fortalezas e demais espaços culturais estão sendo orientados sobre a grande responsabilidade que têm para com a educação do visitante, civil ou militar, adulto ou criança, de modo que, com base na história do Exército e do Brasil, fortaleça o espírito cívico do cidadão brasileiro. (Revista **Verde Oliva** - Ano XXXVIII – nº 208 – Out/Nov/Dez 2010.)

Os sítios fortificados da Baía de Guanabara desde 2012, juntamente com outros territórios da cidade do Rio de Janeiro, passaram a compor a chamada “paisagem cultural” inscrita como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Uma síntese das principais características dessas fortificações pode ser vista na Tabela 3:

Tabela 3 – Informações gerais sobre os Fortes e Fortalezas sob Guarda do Exército Brasileiro

Informações gerais sobre os Fortes e Fortalezas sob Guarda do Exército Brasileiro - localizados nos arredores da entrada da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, Brasil					
Nome da Fortificação	Unidade Militar	Estado de conservação	Esfera de proteção patrimonial	Detalhes do Tombamento (e demais titulações)	Condições de visitação
Forte Gragoatá	2ª Circunscrição de Serviço Militar – 2ª CSM	Restaurado e bem conservado	Federal	Tombamento Integral em 1938	Fechado para visitação
Fortaleza de São João	Centro de Capacitação física do Exército - CCFEx	Restaurada e bem conservada	Federal	Tombamento parcial (Portão) em 1938 e; Sítio Paisagem Cultural (UNESCO), em 2012	Aberta a visitação
Fortaleza de Santa Cruz da Barra	Artilharia Divisionária – AD1	Restaurada e bem conservada	Federal	Tombamento Integral em 1939; e Sítio Paisagem Cultural (UNESCO), em 2012	Aberta a visitação
Forte Duque de Caxias	Centro de Estudos de Pessoal - CEP	Restaurado e bem conservado	Municipal	Tombamento Provisório em 1987; definitivo em 2015; e Sítio Paisagem Cultural (UNESCO), em 2012	Aberto a visitação
Forte de Copacabana	Museu Histórico do Exército – MHEX/FC - DPHCEX	Restaurado e bem conservado	Estadual	INEPAC Tombamento definitivo em 1990; e Sítio Paisagem Cultural (UNESCO), em 2012	Aberto a visitação
Forte Barão do Rio Branco	Grupamento de Artilharia de Campanha - 21º GAC	Restaurado e bem conservado	x	Sítio Paisagem Cultural (UNESCO), em 2012	Aberto a visitação
Forte São Luiz	Grupamento de Artilharia de Campanha - 21º GAC	Ruínas semi-conservadas	x	Sítio Paisagem Cultural (UNESCO), em 2012	Aberto a visitação
Forte do Pico	Grupamento de Artilharia de Campanha - 21º GAC	Restaurado e bem conservado	x	Sítio Paisagem Cultural (UNESCO), em 2012	Aberto a visitação
Forte Imbuhy	Centro de Instruções de Operações Especiais - CIOPEsp	Restaurado e bem conservado	x	Sítio Paisagem Cultural (UNESCO), em 2012	Fechado para visitação
Forte Laje	Centro de Capacitação física do Exército - CCFEx	Sem conservação	x	Sítio Paisagem Cultural (UNESCO), em 2012	Fechado para visitação

Fonte: Adaptado a partir das informações disponibilizadas pela DPHCEX, em 2014.

Em 2012, um conjunto de localidades das cidades do Rio de Janeiro e Niterói foram apontados pela UNESCO como patrimônio mundial na categoria “paisagem cultural”. A proposta da candidatura brasileira, que antecedeu o reconhecimento mundial, foi elaborada sob a coordenação do IPHAN. Alguns dos fortes e fortalezas que compõem o sistema de fortificações históricas da Baía de Guanabara foram incluídos como componentes relevantes da paisagem cultural juntamente com outras localidades da cidade há tempos cogitadas nessa candidatura (como o Parque Nacional da Tijuca – com o morro do Corcovado e a estátua do Cristo Redentor, e o monumento natural dos morros do Pão de Açúcar e Urca). A DPHCEX participou do processo e integra o Comitê Gestor da Paisagem do Rio de Janeiro²⁹⁵. Nesse contexto, cabe destacar que o Plano de Revitalização e Uso Turístico-Cultural dos Fortes Históricos da Baía de Guanabara (que reúne os Programas: de preservação patrimonial; histórico cultural; de uso turístico e social; e de educação ambiental) foi incorporado ao Plano de gestão do sítio – Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar, aprovado em 2015, pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. A inclusão das fortificações históricas foi percebida como relevante para a vitória da candidatura pela imprensa: “Fortes de Niterói ajudaram Rio a ser patrimônio” (**O Globo**, 2012a)²⁹⁶. Aproveitando a ocasião, a imprensa chamou atenção para a necessidade de preservação das fortificações históricas da Baía de Guanabara, colocando na berlinda o precário estado de conservação do Forte da Laje, na matéria: “Outrora fortes, hoje fracos” (**O Globo**, 2012b)²⁹⁷. Em 2013, os fortes e fortalezas da Guanabara foram noticiados como “programa bom, bonito e barato” (**O Globo**, 2013a)²⁹⁸. A reportagem, intitulada “Invasões agora só de estudantes – forte da Urca, de Copacabana e Leme oferecem passeios e vistas privilegiadas” (**O Globo**, 2013a) comenta que tais sítios são administrados pelo Exército e que estão em bom estado de conservação e que: “o Exército quer aumentar e diversificar a visitação” (**O Globo**, 2013a), confirmando a tendência de turistificação em curso. A matéria traz alguns números da época: o Forte Duque de Caxias com três mil visitas por mês, enquanto o Forte de Copacabana recebe mais de 20 mil visitantes (**O Globo**, 2013a).

²⁹⁵ Criado pela Portaria nº 464, de 29 de dezembro, de 2011, do IPHAN.

²⁹⁶ Cf. **O Globo**, 3 de julho de 2012, Matutina, Rio, p. 13.

²⁹⁷ Cf. **O Globo**, 15 de julho de 2012, Matutina, Rio, p. 17.

²⁹⁸ Cf. **O Globo**, 19 de janeiro de 2013, Matutina, Rio, p. 16.

Nesse mesmo ano a cessão de espaços para a iniciativa privada, em áreas que abrangem sítios fortificados, ganhou novamente destaque nas matérias de jornal. Dessa vez, em meio a uma polêmica: a forte rejeição social frente à instalação de um empreendimento comercial privado, ainda que temporário, em um trecho de praia do Forte de Copacabana (**O Globo**, 2013b)²⁹⁹, com críticas quanto à possibilidade de se comercializar “o acesso às praias que ficam em áreas militares” (**O Globo**, 2013c)³⁰⁰. Esse fato repercutiu internamente e foi mediado também pela Comunicação Social do Exército³⁰¹. Esse acontecimento fez surgir uma orientação sobre a necessidade de ser realizado um estudo de repercussão das propostas apresentadas, como forma de evitar transtornos desnecessários. O tema da permissão do uso de espaços dos sítios fortificados sob a jurisdição do Exército com fins públicos ou privados está na esfera de decisão de cada comando que administra o espaço e segue como um importante tema na gestão dos sítios fortificados administrados pelas organizações militares do Exército.

Na outra ponta de Copacabana, no Leme a proposta da empresa que administra o Caminho Aéreo Pão de Açúcar de expandir uma nova linha ligando o morro da Urca ao morro do Leme, também foi alvo de forte oposição dos ambientalistas e moradores do bairro. Tem destaque no conflito a dimensão ambiental, sendo privilegiadas medidas restritivas e reguladoras para preservação de importante área de mata atlântica em meio ao contexto urbanizado. Uma nova institucionalidade surgiu como resposta ao contraditório, a criação do Parque Natural Municipal Paisagem Carioca, pelo Decreto nº 37.231, de cinco de junho de 2013, como uma área de proteção integral, que “guarda ruínas de forte e revela ótimos mirantes” (**O Globo**, 2013d)³⁰². Em contraposição a um projeto associado ao turismo de massa, afirmava-se assim uma institucionalidade nova, associada a um projeto alternativo de turismo ecológico, a Trilha Transcarioca (que promove a abertura de vias pedestres em meio a áreas de Mata Atlântica, entre a Barra de Guaratiba e o Pão de Açúcar) (**O Globo**, 2013d). A criação do Parque Municipal se dá em sobreposição a áreas sob a guarda do Exército e inclui o sítio histórico do Forte Duque de Caxias, onde se encontram também as ruínas do Forte do Anel, datado do século XVIII (parte integrante do complexo fortificado do Leme). A criação desse Parque Municipal ofereceu novos termos de cooperação e uso

²⁹⁹ Cf. **O Globo**, 27 de fevereiro de 2013, Rio, p. 12.

³⁰⁰ Cf. **O Globo**, 28 de fevereiro de 2013, Rio, p. 12.

³⁰¹ Conforme mencionado no encontro anual Semana de Comunicação Social, promovido pelo CEP/FDC em 2013.

³⁰² Cf. **O Globo**, 15 de junho de 2013, Rio, p. 12.

compartilhado do espaço público, onde o Exército Brasileiro pode vir a ser partícipe em novos modelos de gestão participativa.

O aniversário de 100 anos do Forte Copacabana, em 2014, levou mais uma vez as fortificações da Baía de Guanabara à capa do Caderno “Rio Show” (**O Globo**, 2014)³⁰³. A matéria traz informações sobre o “roteiro pelos fortes e fortalezas do Rio e Niterói” (**O Globo**, 2014) lembrando que nem todos estão abertos à visitação (como o Gragoatá e Imbuý). Todavia o empenho por melhorias segue naquelas que já conquistaram tradição em receber visitantes. Em 2015, uma matéria sobre a Fortaleza de Santa Cruz informa o interesse da unidade militar em realizar reformas e buscar fontes de financiamento para restaurações de canhões da fortaleza (**O Globo**, 2015)³⁰⁴. O próprio comandante dessa unidade militar de artilharia, general Edson Diehl Ripoli, reconhece que o lugar é bastante conhecido dos moradores da cidade de Niterói e afirma querer receber bem também o público estrangeiro (**O Globo**, 2015).

Em termos quantitativos, o Forte de Copacabana é aquele onde as visitas atingem um patamar mais expressivo com uma média de mais de 600 mil visitantes ao ano, conforme os dados fornecidos pela Divisão Técnica do Museu Histórico do Exército/Forte Copacabana, em 27 de junho de 2016. Este sítio vem se afirmando como o terceiro ponto mais visitado do Rio de Janeiro, perdendo apenas para o Corcovado e o Pão de Açúcar. Tal fluxo de visitantes talvez só possa ser comparado com o da Fortaleza de Santa Cruz, que recebeu cerca de 100 mil visitantes em 2014, sendo o segundo lugar mais visitado de Niterói, perdendo apenas para o Museu de Arte Contemporânea – MAC (**O Globo**, 2015).

No entanto, em suas implicações práticas, a turistificação dos fortes e fortalezas da Baía de Guanabara não foi até hoje o vetor principal das transformações associadas à abertura dos fortes, e sim as visitas dos moradores da cidade e do entorno, com grande destaque para a recepção de escolares, como corroborado pelos relatos dos gestores e pelos resultados gerais do Projeto Roteiros dos Fortes: circuitos de visita em Fortes e Fortalezas da Baía de Guanabara³⁰⁵. O Forte de Copacabana é nesse contexto uma exceção, por incorporar o Museu Histórico do Exército e voltar-se exclusivamente para o atendimento das demandas culturais e de uso público.

³⁰³ Cf. **O Globo**, 19 de setembro de 2014. Rio Show, capa.

³⁰⁴ Cf. **O Globo**, 23 de outubro de 2015, Jornais de Bairro, p. 5.

³⁰⁵ Disponível para consulta no site: <http://www.dphcex.ensino.eb.br/roteiro-dos-fortes/> (em manutenção).

O caso das fortificações da Baía de Guanabara espelha uma realidade peculiar do Brasil, uma vez que o Rio de Janeiro é reconhecidamente lugar que logrou atenção como epicentro cosmopolita ao longo das décadas. Para uma visão do contexto brasileiro seria necessário analisar em perspectiva outros casos relevantes no Brasil, como as experiências de visitação às fortificações de Pernambuco, de Salvador, na Bahia, da baixada santista, em São Paulo, de Florianópolis, em Santa Catarina, e tantos outros espalhados em território nacional³⁰⁶.

Em resumo, pode-se afirmar que a expansão urbanística do litoral sul da cidade do Rio de Janeiro, associada ao ideário da turistificação como vetor de desenvolvimento, e o esvaziamento da função bélica de defesa da costa implicaram forte assédio em relação à destinação dos sítios fortificados da Baía de Guanabara. No imaginário do meio político-empresarial teve forte peso a formulação de cenários futuros apoiados na criação, nesses sítios, de hotéis de luxo, e na promoção, ali, de megaeventos massificados. Como guardião e gestor desses sítios, o Exército Brasileiro se viu diante de exigências de uma nova e complexa missão a ser desempenhada em meio a instabilidades e pressões impostas pela especulação imobiliária. Sua atuação fortaleceu a salvaguarda desses sítios como “lugares de memória” resilientes. Os redesenhos que se configuram nesse sentido não são imunes a tensões e conflitos de interesse entre a organização militar e as salvaguardas de patrimônio. Conforme mencionado pelo general Juarez:

Na área cultural uma coisa que a gente se preocupava era com o problema do tombamento. O tombamento é importante? É importante. Mas por outro lado, aquilo nos amarra muito. Porque, na realidade, uma fortaleza dessas é um patrimônio histórico, mas ela continua sendo uma instalação militar que tem uma tarefa, que tem uma missão, e precisa utilizar aquela instalação militar. Então, às vezes, nós ficávamos em dificuldades. E a partir do tombamento você começa a sofrer pressão disso, daquilo, porque não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Então, às vezes dificulta o nosso trabalho. (General Juarez – entrevista.)

³⁰⁶ No entanto a análise desses outros casos fugiu ao escopo desta pesquisa.

Contudo, inovações institucionais são concebidas e implementadas, prevalecendo a tendência de um uso público compartilhado desses sítios com crescente apropriação cidadã por parte da população de seus entornos e dos moradores da cidade em geral. Está também em curso um significativo aprendizado para os gestores militares ao longo desse processo marcado por redefinições jurídicas, desde a regulamentação patrimonial dos sítios como bens da União, os próprios tombamentos e também decisões do alto comando do Exército indicando, regulando e estabelecendo novas políticas, diretrizes culturais e normatizações para a abertura à visitação e o funcionamento compartilhado desses sítios com crescente papel estratégico para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército.

Capítulo 5 - Reflexões sobre a trajetória do Sistema Cultural do Exército Brasileiro

5.1 O Exército contemporâneo como sistema aberto e o campo cultural

Os Exércitos contemporâneos afirmam-se como sistemas abertos. A permeabilidade civil-militar emerge como característica inerente na constituição de suas organizações complexas. Tal permeabilidade, percebida em diferentes níveis, se faz presente em variados espaços organizacionais e o Sistema Cultural do Exército Brasileiro é um caso exemplar nesse contexto.

Na área educacional do Exército Brasileiro, há algumas décadas, as interfaces com o meio civil são reconhecidas como importantes vetores de atualizações institucionais. Parecem-nos significativas tanto a atuação do Centro de Estudos de Pessoal – CEP, ainda nos anos 1970, referida pelo general Synésio e comentada no capítulo 2, como também as reflexões dos generais Morgado e Stoffel sobre espaços de interlocução estabelecidos no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército – CPEAEx da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, desde a sua criação.

A partir do final dos anos 1980 a nova política de pessoal instituiu a contratação de pessoas com diferentes formações acadêmicas, visando uma ampliação dos quadros de pessoal “de farda” para além da formação bélica. A emergência desse novo sujeito propiciou o estabelecimento de novos elos e interfaces mais ampliadas com o meio civil com os quadros complementar e técnico temporário atuando como vetores da permeabilidade civil nos quadros da força³⁰⁷. Esse modelo demandou crescente número de profissionais especializados em assuntos atinentes à preservação/conservação do patrimônio cultural como suporte da expansão do campo cultural no Exército. Ao lado de militares da linha bélica (da ativa e da reserva, atuantes como PTTCs), os QCOs e

³⁰⁷ O reflexo dessa política é uma curiosidade geral e vem sendo indagada em estudos oriundos em universidades e em meio militar, como, por exemplo, nos estudos do Alto Comando do Exército e da Escola de Guerra Naval. Exemplos desses estudos são: Santos & Morgado (1990); Silva (2006); Costa (2016).

OTTs ampliaram a capacidade de intervenção da organização no campo cultural, fortalecendo a consolidação de um canal técnico especializado.

O estabelecimento dessa estrutura produziu desdobramentos quer seja na adoção de critérios e abordagens mais técnicas para a conservação do patrimônio histórico e cultural (em convergência com o Sistema Nacional de Cultura), quer seja reforçando inovações institucionais em curso na própria estruturação do Sistema Cultural do Exército, ampliando suas estruturas, qualificando seus agentes e dinamizando suas interfaces.

Expressão da expansão, dinamismo e capilaridade desse sistema é a criação dos Centros Regionais de Cultura Militar, importante vetor da unidade na pluralidade, promovendo um enraizamento situado que articula os diversos espaços culturais nas mais diversificadas partes do amplo território nacional³⁰⁸. Uma estruturação eficiente dos Centros Regionais de Cultura Militar no Sistema Cultural do Exército pode fortalecer a presença do Exército no território nacional como um “sistema aberto”. A importância estratégica dessa questão pode ser percebida se considerarmos o item “resultados e benefícios pretendidos” da diretriz para o projeto de criação do Centro Regional de Cultura Militar do Comando Militar Nordeste (2017)³⁰⁹:

a. Agentes dos espaços culturais capacitados; b. Gestão cultural integrada e qualificada; c. Otimização dos recursos financeiros destinados à área cultural; d. **Inovação na gestão de patrimônio histórico e cultural**; e. Aumento da capilaridade do Sistema Cultural do Exército (SCEEx) no âmbito do Comando Militar do Nordeste; f. **Ampliação da integração dos espaços culturais com a sociedade**; g. Patrimônio histórico e cultural do EB valorizado; h. Agilidade nas ações culturais; i. Canal de comunicação mais eficiente entre os espaços culturais e o órgão técnico normativo; j. Apoio técnico mais efetivo devido à proximidade entre o espaço cultural e o Centro Regional de Cultura Militar; k. Melhor entendimento e divulgação dos fatos históricos e culturais da região; l. **Espaços Culturais mais atrativos que divulguem o conhecimento por meio da interatividade e proporcionem experiências positivas aos visitantes**; m. Difusão da história e do patrimônio histórico e cultural militar regional à sociedade; n. Emprego efetivo dos espaços culturais como ferramenta do fortalecimento dos valores, dos deveres e da ética militar junto aos

³⁰⁸ Como visto no capítulo 2, a ideia de criação desses centros foi esboçada pela equipe da Seção de Patrimônio e Projetos da DPHCEX e amadurecida ao longo dos anos até ser absorvida como uma Diretriz do Estado-Maior do Exército.

³⁰⁹ Cf. Portaria nº 145-EME, de 10 de abril de 2017. Boletim do Exército nº 16, de 20 de abril de 2017.

públicos interno e externo; o. Espaços culturais capazes de disponibilizar oportunidades de reflexão e análise dos fatos históricos, a fim de proporcionar pensamento crítico; p. Aumento dos índices de visitação aos Espaços Culturais; **Maior integração com a comunidade acadêmica e instituições congêneres**; e r. **Aumento da celebração de instrumentos de parceria na área cultural**. (Diretriz para o projeto de criação do Centro Regional de Cultura Militar do Comando Militar do Nordeste, 2017 – grifos nossos)

Ao observarmos a expansão do Sistema Cultural do Exército na atualidade é possível perceber que o campo incorporou intencionalidades tanto dirigidas ao público interno (os próprios integrantes da instituição e seus familiares), quanto para o restante do corpo social, em sua pluralidade (múltiplos segmentos sociais e institucionais). Os esforços voltados “para dentro” associam-se à capacitação de seus agentes, integração do sistema e à produção, transmissão e perpetuação dos valores militares, ou seja, à reprodução do *ethos* militar. Os esforços voltados “para fora” buscam integração com a sociedade, interlocuções com a comunidade acadêmica e instituições congêneres, estabelecimento de parcerias, inovação na gestão do patrimônio histórico e cultural, o que pressupõe posturas “abertas ao mundo”, dialógicas. A postura proativa da Seção de Patrimônio e Projetos da DPHCEX desde 2009 amplia e aprofunda essa interface.

O cuidado com o patrimônio cultural militar realizado por organizações militares não se vincula apenas a gestões endógenas. Diz respeito ao interesse público. E está coerente com o Objetivo Estratégico do Exército nº 10 que prevê o “aumento da efetividade na gestão do bem público”³¹⁰.

As transformações e avanços ocorridos na área cultural do Exército decorrem de uma responsabilização por seu papel social como detentor de importante e valioso acervo. Associada à responsabilidade social e ao cumprimento de preceitos legais está uma atuação proativa na preservação e gestão do patrimônio histórico e cultural, modernizando estruturas e procedimentos e inovando usos.

A instituição da salvaguarda do patrimônio imaterial no campo das políticas públicas, em 2003, repercutiu no meio militar “reavivando” a valorização de suas raízes e tradições num novo contexto de interações em que ressalta a importância da dimensão

³¹⁰ Plano Estratégico do Exército 2016-2019/2ª Edição, Integrante da Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército.

institucional do campo cultural. A partir dos anos 2000 os espaços culturais do Exército ganham destaque na formação militar e não apenas como dispositivos de divulgação que reforcem uma presença e identidade para fora, papel então atribuído aos grandes museus³¹¹. Os espaços culturais são regiões de interface. Não são fechados à interação para fora, mas seu foco maior é formativo para dentro. Nas palavras de um entrevistado: “como meio de se criar um espírito de corpo. Uma arte do pertencimento: eu pertencço a essa organização militar que pertence a esse Exército, que pertence ao Brasil” (major Raphael Laurindo – entrevista.)

A ativação do Sistema Cultural numa perspectiva dialógica supõe disponibilidade para reconhecimentos recíprocos, superando situações onde a clivagem civil-militar mais dificulte do que promova afirmações dos valores da cidadania republicana. Sem, no entanto, esquecer que a dialogicidade no campo da cultura não elimina disputas e conflitos entre narrativas. E, sim, reorienta rivalidades supostamente absolutas nos espaços abertos de relacionamentos e interferências. As interfaces ampliadas com a sociedade, a busca por um “melhor entendimento e divulgação dos fatos históricos e culturais da região”, a preocupação em “disponibilizar oportunidades de reflexão e análise dos fatos históricos, a fim de proporcionar pensamento crítico” e o próprio estabelecimento de um “canal de comunicação mais eficiente entre os espaços culturais e o órgão técnico normativo”, expressos na diretriz do Estado-Maior do Exército, são projeções que apontam para uma abertura ao campo das redescições em meio militar. E podem estabelecer diálogos mais fecundos.

O patrimônio em perspectiva dialógica expressa o desafio observado por Lia Mota: compreender os bens culturais como abertos à possibilidade de serem ressignificados – sejam eles materiais ou imateriais. Assim, impõe-se também reconhecer que a memória viva não se resume a uma mera repetição e sim se expressa como uma interminável cadeia de descrições e redescições (RORTY, 2007; BARTHOLO, 2017). Resignificar é ativar essa cadeia.

As visitas a sítios históricos sob a guarda do Exército podem ser casos exemplares desta visão do patrimônio em perspectiva dialógica, onde estereótipos necessitam ser superados. Exemplos disso podem ser as possíveis reações de um militar

³¹¹ Entre eles o Museu Histórico do Exército e o Forte de Copacabana – MHEx/FC, o Museu Conde de Linhares e o Museu do Comando Militar do Sul.

da linha bélica na missão de cuidar de visitas a um sítio histórico (algo como: “mas agora vou ter que lidar com paisano?!”), ou ainda a de um universitário civil guiado por um praça (algo como: “mas esse milico entende mesmo daquilo que ele está falando?!”).

5.2 Protagonismos e lideranças no redesenho institucional do campo cultural

A expansão da área cultural do Exército pode ser observada do ponto de vista dos seus principais protagonistas, identificando aqueles sujeitos militares que, movidos por vínculos afetivos e intencionalidades, influenciaram e contribuíram de maneira significativa para a configuração do campo cultural. Ao percorrer a trajetória da DPHCEX e a formação do Sistema Cultural, foi possível encontrar muitos de seus protagonistas, entendidos aqui como “lideranças” que se lançam e influenciam novos enfoques e rumos na instituição. Ao ouvir o universo de entrevistados e demais interlocutores ao longo da pesquisa, foi possível identificar alguns desses sujeitos – desde decisores em nível do Alto Comando, como os generais Zenido de Lucena e Gleuber Vieira, até pessoas ativas nas pontas do sistema cultural nascente, cujas iniciativas inspiraram redesenhos na estruturação do sistema. Os protagonismos aqui identificados não são, portanto, exclusividade do topo da hierarquia, mas estão presentes em diferentes níveis hierárquicos. No horizonte desses protagonismos e lideranças está uma visão do Exército como ente político e da cultura como sua projeção possível em tempos de paz. Nesta perspectiva as atividades do DECEX e da DPHCEX ganham ampla abrangência.

No âmbito mais específico de atuação do DEP-DECEX, merece destaque atuação do general Paulo Cesar de Castro, que liderou um processo de modernização do ensino para instituir novos processos e doutrinas que trouxeram importantes rearranjos institucionais no âmbito da educação no Exército. Na trajetória da DAC-DPHCEX, dois nomes de ocupantes de cargos diretivos merecem destaque: (i) o general Sergio Roberto Dentino Morgado (1997-99), sobretudo, por sua grande afinidade com o campo da história militar, mas também por sua atuação na transmissão desses conhecimentos aos aspirantes (incluindo iniciativa de “*tour* cultural” com eles), na promoção de propostas

para a ampliação das visitas aos sítios históricos sob guarda do Exército e na implantação dos quadros técnicos temporários ativos na DAC; e (ii) o general Juarez Aparecido de Paula Cunha (2008-11), que impulsiona a transição da DPHCEX para a adoção de novos procedimentos sistemáticos, no âmbito da gestão, com valorização da atuação das equipes técnicas, na implantação de um Sistema Cultural capilarizado no território nacional. No nível das divisões/seções das diretorias na trajetória da DAC-DPHCEX estão militares PTTCs, militares do quadro técnico (de carreira e temporários), e militares da ativa (em seus distintos postos e campos de atuação).

Podemos citar alguns nomes, dentre os militares que tiveram atuação destacada no âmbito da DAC-DPHCEX, que contribuíram significativamente para a institucionalização do sistema cultural do Exército. O coronel Jayme Crespo, com sua experiência como engenheiro e seu particular interesse por museus e história militar, integrou o quadro da diretoria, como PTTC, contribuindo para a formulação de portarias, que propiciaram o desenvolvimento de projetos voltados ao patrimônio histórico e cultural, para a condução de trabalhos conjuntos com as primeiras equipes de especialistas, e a realização de pesquisa com foco na qualificação dos espaços culturais do Exército, registrada no livro *Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural do Exército Brasileiro*. O coronel Mario Jorge Bell de Campos marcou intensamente os olhares do corpo técnico da diretoria por ressaltar o valor da visão anímica do patrimônio como base para o sustento dos corpos de tropa. Em sua perspectiva era necessário instituir canais que possibilitassem a internalização de valores e isso influenciou o trabalho realizado desde então. Junto com a equipe pensou também na criação de espaços institucionais na Força com liberdade acadêmica para a discussão de assuntos de natureza militar, em conjunto com pesquisadores e vislumbrou a capilaridade do sistema cultural, com os Centros Regionais de Cultura. O coronel Pantoja contribuiu de maneira decisiva para consolidar a atuação da equipe técnica da seção de patrimônio e projetos. A habilidade de mediação e o respeito adquirido desse oficial antigo perante seus subordinados, pares e superiores, criaram um ambiente em que a ascendência técnica, ultrapassando o grau hierárquico, pôde ser mais bem assimilada na relação entre oficiais e especialistas. O coronel Pantoja, um oficial típico da linha bélica, facilitou a percepção do valor do patrimônio cultural e o reconhecimento do trabalho dos especialistas para outros oficiais combatentes.

Outros, que tiveram inicialmente atuação significativa na ponta do sistema cultural, vieram posteriormente estabelecer vínculo com a DAC-DPHCEX, tais como, o coronel Antonio Ferreira Sobrinho, com sua experiência de ter sido comandante de um complexo de fortificações aberto à visitação, trouxe para a diretoria o olhar dos desafios de gestão do patrimônio fortificado. Com isso, nutriu a conduta proativa da diretoria no incentivo a intercâmbios e no estabelecimento de parcerias e articulações externas.

Os protagonismos e lideranças exercidos na diretoria não são livres de discordâncias e conflitos, como apontou, em entrevista, o coronel Norton ao perceber, em muitos momentos, o quão difícil possa ser estabelecer diálogos e sinergias para que o conhecimento técnico especializado tenha o seu lugar valorizado, num ambiente marcado por hierarquias e rotinas estabelecidas. Um problema que se agrava em iniciativas executadas por militares da ponta do Sistema, se desprovidos de qualificação ou assessoria técnica, conforme por ele indicado, num caso exemplar:

Fomos visitar o museu militar de [...]. Chega o coronel e nos diz assim: “Nós tivemos o trabalho de recuperar o revolver do general [...]. Mandamos niquelar!” Eu quase caí para traz! Como o cara manda niquelar? Você tinha que ver a cara do museólogo. Só faltou se rasgar! É preciso entender o valor histórico da peça. (Coronel Norton – entrevista)

O quadro técnico e, em particular, militares do quadro complementar, tiveram fundamental papel na qualificação da DPHCEX para o desempenho de sua missão como órgão técnico-normativo do sistema cultural. Alguns desses militares, como os historiadores major Raphael Laurino e capitão Edgley Pereira de Paula, atuaram em equipe junto a profissionais do quadro temporário e PTTCs, sob o comando de militares do quadro bélico da ativa. Merecem destaque suas contribuições para a estruturação do Sistema Cultural, a sensibilização para novas abordagens da história militar, o reconhecimento de iniciativas de gestão cultural no interior da própria força, a elaboração de metodologias e a disseminação de experiências.

Dentre os oficiais do quadro bélico que apostaram no trabalho sinérgico junto ao quadro técnico merece destaque o coronel José Claudio dos Santos Junior (2009-13), chefe da Seção de Patrimônio e Projetos. Ideias como a realização do Encontro dos

Integrantes do Sistema Cultural, criação dos Centros Regionais de Cultura Militar, criação dos cargos de assessores e gestores culturais foram deflagradas a partir de *inputs* e ideias propostas por essa seção. A realização periódica dos encontros veio a se constituir em catalisador de fecundas interlocuções, não apenas no âmbito interior ao Exército, mas também junto a universidades e órgãos de patrimônio na construção de redes colaborativas em nível nacional e mesmo internacional.

Diversos atores que tiveram papel significativo nessa construção atuam na ponta do sistema (nos espaços culturais, regiões militares, ou comandos militares de área) tanto como militares do quadro bélico na ativa quanto na condição de prestadores de tarefa por tempo certo – PTTC, como reconhece o coronel José Claudio:

Alguns gestores foram fundamentais para influenciar a própria instituição na adesão prática ao Sistema. Eram militares, em sua maioria, PTTC, que executavam ações que estavam alinhadas àquilo que queríamos reproduzir em todo o Exército. A estratégia foi passar a apoiar de maneira especial as iniciativas desses gestores e incluí-los como palestrantes nos encontros do sistema cultural, no estilo “casos de sucesso”. Assim, temos figuras importantes como o coronel Aires, desde o Museu do Comando Militar do Sul, o coronel Joel, no Forte Duque de Caxias, e o coronel Thadeu, na Fortaleza de São João. O primeiro era nosso exemplo na gestão de museus (e espaços culturais) e, mais importante, um exemplo de como (e que realmente...) os Centros Regionais de Cultura poderiam funcionar. Os coronéis Joel e Thadeu eram referência de gestão de um sítio (uma fortificação, uma casa histórica). E eram exemplos (embora não disséssemos isso nem para eles) de como militares tradicionais com formação eminentemente bélica poderiam ser excelentes gestores culturais atuando dentro do sistema. (Coronel José Claudio – entrevista.)

Iniciativas em torno da preservação e condução de espaços culturais em organizações militares não são uma novidade. Porém esse trabalho, realizado muitas das vezes às sombras e sendo pouco valorizado, mostrou-se desbravador e criativo no novo contexto de expansão institucional da área cultural. O reconhecimento dessas iniciativas orgânicas, somado ao próprio protagonismo da seção da DPHCEX, estabelecendo mecanismos de difusão dessas iniciativas, dotaram a estruturação do Sistema Cultural do Exército de uma forte construção endógena, embora permeável às influências externas.

A partir de 2013, com a instituição de novos cargos de assessoria e gestão do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, antigos e novos sujeitos entram em cena, fortalecendo iniciativas do Sistema Cultural, como o coronel Valdenir de Freitas Guimarães, da turma de infantaria de 1975, como assessor cultural do Comando Militar do Oeste – CMO (Campo Grande – MS); o coronel Robson de Souza Gorjão, da 6ª Região Militar (Salvador – BA), que desde 2013 passou a exercer a tarefa de gestor dos Fortes³¹²; e o coronel Uchoa, representante da 10ª Região Militar³¹³.

No cargo de gestores culturais, destaca-se o falecido coronel Gilmar José Melo de Barros – diretor do Museu Militar do Forte do Brum; e como um grande inspirador e precursor da gestão cultural, o coronel Waldo Manuel de Oliveira Aires, administrador do Museu Militar do Comando Militar do Sul – MMCMS.

Para além dos Prestadores de Tarefa por Tempo Certo – PTTC, outros militares também se destacaram em suas missões voltadas ao campo cultural, conforme observa o coronel José Claudio:

Uma boa surpresa nesse sentido também foi o aparecimento de excelentes gestores entre oficiais QAO (Quadro Auxiliar de Oficiais). A figura que representou esse fato foi o capitão Sampaio, como gestor de todos os fortes da 6ª RM em Salvador durante algum tempo. De lá para cá outros casos surgiram. Também contribui com a constatação desse potencial o fato do Museu do CMS utilizar, já há muito tempo, um historiador que é sargento, e, se não me engano, atualmente, também um cabo com alguma formação técnica. (Coronel José Claudio – entrevista.)

Ao comentar sobre algumas ações empreendidas pelo capitão Sampaio, o capitão Edgley corrobora a visão apresentada acima, que afirma o protagonismo e liderança deste militar em sua área de influência, aliado ao trabalho desempenhado pela diretoria:

³¹² Cf. Diário Nacional nº 129, segunda-feira, 8 de julho de 2013. Este coronel exerceu o cargo de assessor cultural do comando da 6ª Região Militar até 31 de março de 2016, conforme consta no Diário Oficial da União (Portaria nº 25-E1.6/EMG/CMNE, de 14 de março de 2016).

³¹³ A 10ª Região Militar encontra-se subordinada ao Comando Militar do Nordeste (CMNE), abrange os estados do Ceará e Piauí. Com sede em Fortaleza (CE), possui 15 Organizações Militares Diretamente Subordinadas ou Vinculadas.

Capitão Sampaio foi o grande articulador da nossa ida (o Encontro) para Salvador (...) peça fundamental lá (...) graças a ele o Forte de Santa Maria voltou para a administração do Exército. (Capitão Edgley de Paula – entrevista.)

O trabalho de mobilização social empreendido pelo coronel Elcio Secomandi para a valorização e implementação de um circuito turístico junto às fortificações da baixada Santista, desde os anos 1990, desdobrou-se no livro “O circuito turístico dos Fortes”, publicado em 2006. Esse trabalho foi reconhecido pela equipe da DPHCEX como um exemplo precursor daquilo que poderia ser incentivado em larga escala. Em comunicações informais, sobre a sua inserção no tema das fortificações como espaços culturais, o coronel Secomandi costuma dizer que se trata de um trabalho dedicado a “atrair amigos” e não mais de “repelir inimigos”, como era a função bélica histórica desses monumentos. Ele conta como a sua atividade atual começou:

Passei a me interessar pelo Patrimônio Militar, em 1993, quando a Universidade Católica de Santos - Unisantos assumiu a administração da Fortaleza de Santo Amaro. A primeira corrida [dos Fortes] foi proposta minha ao então Comandante da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, Forte dos Andradas. Eu disse a ele que talvez não tivéssemos corredores. Ele, general Montedônio, me disse: “não se preocupem...coloco todos os oficiais, graduados e soldados para correr”. Assim surgiu a 1ª Corrida dos Fortes, em 1994. (Correspondência eletrônica – enviada pelo Coronel Elcio Secomandi.)

A Corrida dos Fortes de 1994 teve por objetivo apoiar o projeto de restauração da Fortaleza de Santo Amaro, executado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Em 2017, o texto de divulgação da Corrida dos Fortes, do ano corrente, reafirmava os valores difundidos pelo coronel Secomandi.

A Corrida dos Fortes tem o propósito de resgatar laços históricos e culturais da região metropolitana da Baixada Santista unindo a Fortaleza de Santo Amaro ao Forte dos Andradas, num percurso que se desenvolve ao longo de uma antiga e sinuosa trilha de burros – hoje estrada asfaltada – que acompanha o sopé do contraforte de uma pequena serra litorânea situada ao sul da Ilha-Município de Guarujá, SP. (Release – compartilhado pelo coronel Secomandi.)

Como exemplo de protagonismo de militares da área bélica na gestão cultural pode-se ainda destacar o trabalho empreendido pelo tenente QAO Henri Torres, na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. Suas ações como militar do quadro bélico, de uma organização de artilharia, passaram também a englobar atividades vinculadas à gestão do sítio histórico³¹⁴. Este trabalho orientou seus interesses no campo da história militar e uma visão ampliada dos desafios e potencialidades nos novos usos da fortificação.

As referências de protagonismos e lideranças aqui apresentadas não esgotam o universo de representantes empenhados como sujeitos ocultos da cultura do Exército. Os protagonismos e lideranças aqui expressos servem de exemplos das atuações em diferentes níveis, que movem a organização rumo a uma nova estabilização de atitudes, procedimentos, relações. Assim como na sociologia weberiana, em que a liderança carismática provoca ruptura dos hábitos estabilizados, sugerindo novas configurações, nos exemplos apresentados o empenho desses sujeitos na área da cultura alimenta a travessia da organização militar.

5.3 Redesenho institucional na carreira militar

No organograma do Exército Brasileiro, desde 2000, quando a DAC retornou à subordinação do DEP (o antigo DECEX), cultura retornou como subsistema do Sistema de Educação e Cultura. O Sistema de Educação e Cultura do Exército é tradicionalmente dedicado ao trabalho com as escolas militares e nas últimas décadas passou por modificações e atualização de suas organizações e de seus paradigmas. Atualmente enquadra, além da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEX, a Diretoria de Educação Técnica Militar – DETMIL, a Diretoria de Educação Superior Militar – DESMIL, a Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial – DEPA e o Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João. A subordinação direta da DPHCEX a esse departamento fez com que o trabalho

³¹⁴ Entre algumas de suas ações o tenente desenvolve treinamento de soldados para recepção de visitantes; elaboração de novos circuitos de visitação; qualificação dos circuitos junto a acadêmicos e especialistas em história e arquitetura; articulação com a Prefeitura (para inserir a fortaleza no roteiro da cidade); ideias de estabelecer qualificação de professores para um melhor aproveitamento educativo junto a escolas; assessoria junto à mídia, para divulgação da fortaleza.

realizado no âmbito da preservação do patrimônio histórico e cultural do Exército passasse pelas instâncias de decisão superior desse órgão setorial. Dentro de uma visão que compreende que “a cultura para ser útil para o Exército tem que ser útil para a formação do soldado, senão vira mera erudição” (coronel José Claudio – entrevista), o trabalho da equipe técnica da DPHCEX busca contemplar prioritariamente o enfoque endógeno, como garantia de sustentação desse conhecimento dentro da organização. Percebe-se que o caráter educativo que emerge como característica da institucionalização do campo cultural no Exército é prioritariamente dirigido para o soldado. O assessoramento aos espaços culturais realizado pela DPHCEX em perspectiva dialógica com as organizações militares busca integrar esses lugares de memória fortemente à formação do militar, sem no entanto deixar de interagir e integrar o público civil, com ênfase no público escolar. A abertura dos sítios históricos sob a guarda do Exército com ênfase nas visitas, bem como as prioridades dos museus militares evidenciam essa abordagem com viés educativo³¹⁵, distinguindo-se de abordagens de cunho meramente mercadológico.

A partir de 2010 o trabalho junto aos espaços culturais ganha projeção e abrange uma nova característica: a busca de um alinhamento aos objetivos mais amplos da força terrestre na reprodução dos valores e tradições da identidade cultural brasileira. A gestão do patrimônio histórico e cultural militar (material e imaterial) sob a guarda do Exército insere-se de maneira explícita como tema estratégico na organização militar, que se desdobra na criação, em 2016, de uma seção específica deste tema na 1ª Seção do Estado-Maior do Exército.

As transformações mais abrangentes do Exército Brasileiro levam às transformações mais focadas, nos departamentos e diretorias. Interessante observar o lugar que os assuntos relacionados à cultura e à preservação do patrimônio assumem nesses diferentes níveis dentro da estrutura organizacional, desde o portfólio, os programas, os subprogramas, até os projetos. Todos eles seguem periódicas avaliações e sofrem alterações de acordo com circunstâncias, ora mais, ora menos impactantes.

O Programa Estratégico do Exército Sistema de Educação e Cultura – PENECE, por exemplo, nasceu como um projeto (Projeto Estratégico Estruturante Nova Educação

³¹⁵ Como exemplarmente expressa a matéria da Folha Dirigida, de 2010, veiculada no Caderno Educação, trouxe a manchete “Uma aula imperdível por trás dos monumentos históricos”.

e Cultura), mas foi elevado à condição de programa no anseio de agregar distintos projetos aderentes a essa mesma temática. O processo de planejamento nesse nível da hierarquia não ocorre de maneira hermética. Como observa o general Stoffel³¹⁶, existe no órgão setorial a expectativa de que o programa se forme a partir dos trabalhos desenvolvidos pelas diretorias, incluindo aí a DPHCEX.

O nosso desafio é o de provocar junto às diretorias, para que eles apresentem os projetos que visualizam para apoiar a transformação na sua área. (...) A gente está visualizando que caberiam outros dois [projetos] aí: um voltado para o patrimônio, histórico e cultural, mais imaterial, e outro voltado para o acervo. Enfim, dois outros projetos que a gente está visualizando. Mas isso a diretoria ainda vai ter que trabalhar. A palavra, a proposta, tem que ser deles. A gente visualiza, mas a proposta, o planejamento da manobra tem que ser deles. (General Stoffel – entrevista.)

Conforme explica o general Stoffel, a metodologia prevê que as propostas recebidas passam por uma série de filtros até que um determinado projeto seja aprovado. O general Stoffel também ressaltou a importância da construção de planos de longo prazo, que consigam transpor ações pontuais e descontinuidades. E lembra o período em que o Brasil produziu o Plano Nacional de Desenvolvimento, que possuía objetivos nacionais permanentes e alavancou a economia do país. Mas observa que as tendências atuais tendem a abrir mão dos largos horizontes e a focar num planejamento mais restrito diante da escassez de recursos.

Como pode ser observado no Plano Estratégico do Exército 2016-2019 (2ª edição), entre as Estratégias do “Objetivo Estratégico” número 11 – OEE 11: “Fortalecer os valores, os deveres e a ética militar”, está a de “Desenvolvimento de programas de gestão, preservação, pesquisa e divulgação da cultura institucional”. Essa estratégia congrega quatro “ações estratégicas” e múltiplas “atividades impostas”, que orientam sua implementação. Entre as “ações estratégicas”: 1. Incentivar a pesquisa e o registro sobre história militar; 2. Incentivar e aperfeiçoar a divulgação da cultura institucional; 3. Preservar o patrimônio histórico e cultural do Exército – material e imaterial; e 4. Reorganizar o Sistema Cultural do Exército.

³¹⁶ O general Stoffel desde janeiro de 2016 passou a ocupar o cargo de gerente do Programa Estratégico Sistema de Educação e Cultura, no DECEX.

Para a ação estratégica “Preservar o patrimônio histórico e cultural do Exército – material e imaterial” estão explícitas as seguintes “atividades impostas”:

Em 2016: Incentivar as ações de criação dos espaços culturais, bem como a obtenção de parcerias para a reforma e restauro; Iniciar estudos para a construção de nova sede do AHEx; Iniciar, mediante parceria, a restauração do MNMSGM; Iniciar a revitalização, mediante parceria, do Pantheon de Caxias; Iniciar estudos para revitalização, restauração e recuperação do sítio histórico do Forte Duque de Caxias (CEP); Iniciar estudos para construção de um novo prédio do Museu do Desporto do Exército. Em 2017: Iniciar a restauração do Forte de Copacabana. (Plano Estratégico do Exército 2016-2019 – 2ª edição.)

Para a ação estratégica “Reorganizar o Sistema Cultural do Exército” estão explícitas as seguintes “atividades impostas”:

Iniciar a implantação do Portal do Sistema Cultural do Exército (SisCEx); Ampliar as parcerias com entidades públicas e privadas; iniciar a reestruturação e aperfeiçoar os processos de captação de recursos fora da Força (Projeto Mecenias e emendas parlamentares); Iniciar a implantação dos cursos de Assessor e Gestor Cultural; Iniciar, mediante parceria, a adequação dos Centros Regionais de Cultura de Porto Alegre/RS, Recife/PE e Campo Grande/MS; Iniciar, mediante parceria, a adequação das instalações do Palacete Laguna; Em 2017: Concluir a implantação do Portal do SisCEx; Concluir a reestruturação e aperfeiçoamento dos processos de captação de recursos fora da Força (Projeto Mecenias e emendas parlamentares); Concluir a implantação dos Cursos de Assessor e Gestor Cultural. (Plano Estratégico do Exército 2016-2019 – 2ª edição).

Pelo detalhamento das ações impostas é possível observar a abrangência das ações em curso.

O cuidado com o patrimônio cultural de origem militar é questão recorrente para o Exército, detentor de um rico acervo de bens culturais. Isto implica a necessidade de dar novas respostas e se atualizar diante dos novos cenários do mundo contemporâneo, desafios intimamente relacionados às orientações político-institucionais do próprio Exército.

Diante das profundas mudanças no mundo contemporâneo e do processo de transformação induzido na organização militar, reconfigurações no Plano de Carreira dos Oficiais foram sendo esboçadas nos últimos anos, com alterações no próprio processo formativo dos militares da linha bélica. Os estudos para a adoção da chamada “carreira em Y” podem ser compreendidos como abrindo horizontes para um importante caso de inovação institucional nesse contexto. O novo formato da carreira oferece ao militar a oportunidade de ingresso em uma de um conjunto de Qualificações Funcionais Específicas, a saber: Comunicação Social; Cibernética; Direito; Educação; Engenharia e Arquitetura; Inteligência; e Gestão,³¹⁷ propiciando assim uma atuação para além da linha bélica estrita. Esta iniciativa configura uma resposta para novas demandas e desafios colocados pela contemporaneidade ao Exército como sistema aberto.

A esse contexto somam-se imperativos não menos importantes tais como a diretriz do comandante da força que prevê “reduzir o efetivo do Exército em, no mínimo, 10%, devendo manter preservada, tanto quanto possível, a Força Terrestre”³¹⁸ e também “reduzir o número de militares de carreira, substituindo-os por militares temporários”³¹⁹. Se nos anos 1990 a solução proposta foi a incorporação do QCO, em substituição às contratações civis, a carreira em Y parece apontar para o esgotamento desse modelo, substituindo-o por outro apto a formar, tomando por base o próprio quadro bélico, um corpo diversificado de militares especialistas.

Uma indagação que se coloca, nesse possível novo padrão na formação militar, é se esse modelo contribui nas interações e na desejável permeabilidade civil-militar no mundo contemporâneo. Por fim, uma importante indagação permanece: estaria o novo modelo contribuindo para uma expansão da autonomia da área cultural no Exército?

³¹⁷ Conforme o Plano de Carreira dos Oficiais, o sujeito poderá optar em ingressar em uma dessas qualificações do 1º ao 5º ano do posto de major. Cf. Informex nº 020, de 14 de junho de 2017.

³¹⁸ Cf. Diretriz do Comandante do Exército 2017-2018.

³¹⁹ Idem.

Conclusão

Mas, afinal? Existe uma institucionalização da cultura no Exército? Ou os militares estão apenas dando respostas pontuais às demandas da ordem da cultura (entendido aqui, como um tratamento adequado e atualizado do patrimônio cultural de origem militar)?

Do ponto de vista formal, não há dúvida de que, ao longo das últimas décadas, o Exército viveu um processo de organização e estruturação de uma área para assuntos culturais. A afirmação da DAC, nos anos 1990 e a instituição de um Sistema Cultural, em que todos os comandos, de todos os níveis, passaram a estar interligados via canal técnico são exemplos da prova disso. No entanto, essa resposta não alcança a complexidade da própria pergunta, aparentemente simples.

Em primeiro lugar é preciso lembrar que essa pesquisa foi realizada em contexto dialogal, onde o próprio delineamento da questão surgiu em interação com os interlocutores do campo. A pergunta original: “Existe uma institucionalização da cultura no Exército? Ou estamos dando respostas pontuais?”, feita por um ativo representante desse campo, exprime de forma subjacente os inúmeros constrangimentos e dificuldades do ofício que é institucionalizar uma visão contemporânea do campo cultural em uma instituição militar. Nesse sentido a dúvida, é também um apelo, um chamamento. Algo do tipo: Será que estamos tendo visões estanques do processo? Será que estamos repetindo velhos padrões? Será que podemos ir além (de respostas pontuais) e pensar em conexões com políticas públicas?

Grande parte da angústia que acompanha a pergunta tem explicação no entendimento do lugar que o próprio Sistema Cultural ocupa em uma organização militar, que se organiza para atingir pleno êxito na lógica da defesa. A posição subsidiária dos assuntos da ordem cultural é parte do jogo vivenciado por seus integrantes. Porém a baixa ou crescente prioridade, acompanhada de oscilações, é vista como fragilidade de um campo que foi movido por alguns protagonistas – militares militantes da cultura – que, muitas vezes, ancorados em motivações pessoais, insistem na sua projeção.

Por outro lado, não se pode negar que em meio às dificuldades e instabilidades vivenciadas no cotidiano das organizações (o que não é uma peculiaridade exclusiva das

forças armadas, embora essas tenham suas particularidades e singularidades), inúmeras conquistas são motivo de orgulho para as equipes responsáveis em “ativar” o Sistema Cultural do Exército. Se num passado recente muitos deslizes foram cometidos nas inúmeras iniciativas ligadas à área cultural, seja por negligência, amadorismo ou falta de qualificação adequada no trato com o patrimônio cultural – próprios de um campo em construção, na atualidade, as normatizações, os mecanismos de orientação (assessoria técnica) e as interações mais amplas, se tornaram mais sólidos, disponíveis e eloquentes. De certo o campo cultural tem um percurso de muitos aprendizados institucionais. Talvez aqui valha lembrar a imbricação entre sujeitos e instituições e a característica que estas possuem de se reinventarem.

É preciso atentar que a permeabilidade civil-militar do campo cultural não está apenas presente nas interfaces sociais dos espaços culturais, mas é parte constitutiva da formação do próprio arcabouço que nutre o Sistema Cultural do Exército e permitiu sua progressiva expansão, no caso brasileiro. Ainda que presente em variados graus de interação. Para observar essa característica, podemos retomar o exemplo que inaugura o primeiro capítulo. O exemplo dado remete a difícil decisão que foi para o Estado-Maior do Exército, naquela ocasião, decidir se assumiria a esfera de gestão do Museu do Exército, ou se delegava a terceiros (no caso, o próprio Museu Histórico Nacional). O contexto de abertura política dos anos 1980 favorece as certezas do alto comando de que essa “missão” estaria a cargo, sim, das próprias organizações militares. Este posicionamento contou com o investimento e a assessoria de profissionais civis especialistas do campo para sua criação e sua execução. E sua gestão foi liderada por militares da linha bélica, como o coronel de artilharia Romeu Antônio Ferreira, o primeiro diretor do Museu Histórico do Exército, no Forte de Copacabana. O Exército define e exerce sua progressiva expansão de espaços de memória – seja pelas correntes iniciativas individuais e descentralizadas, nos próprios comandos locais (como a iniciativa de restauração da casa onde residiu o general Osório, no Rio Grande do Sul, ainda no final dos anos 1960; as pesquisas arqueológicas do Forte do Brum, em meados dos anos 1980; ou as inúmeras salas de exposição, criadas nos quartéis espalhados pelo Brasil), ou por demanda e incentivo do alto comando, como no caso da abertura do Forte de Copacabana ao propósito cultural.

Na década seguinte, as iniciativas em torno da criação de museus militares se ampliam, com a atuação de especialistas dos QCO e com os OTT nos quadros da DAC,

nos primórdios das assessorias aos diversos espaços culturais das organizações militares. Crescem também as expectativas em torno das potencialidades de gestão do campo cultural, embora ainda houvesse um abissal descompasso entre o imaginado e o exequível. O trabalho ainda continuava distante de uma efetiva coordenação do Sistema. Porém, inúmeras iniciativas localizadas podem ser narradas nesse período. A extensiva abertura das fortificações do litoral do Rio de Janeiro nos anos 1990, definida pelo alto comando do Exército, ilustra as redescritões nas atribuições dos próprios militares do quadro bélico, que passaram a ter que “combater” também no campo da gestão cultural. A preocupação vigente em torno de um acúmulo de funções ou, especificamente, do desvio de atividades do quadro de oficiais da linha bélica, foi minimizada com a participação dos PTTCs, oriundos da reserva – tanto na DAC-DPHCEX, como nas organizações militares da ponta do sistema. Esse novo arranjo não retirou os militares da ativa da atuação no campo cultural, que passou a se configurar com perfis diversificados em formações, gerações e gêneros, oriundos do ambiente civil e militar – da ativa e da reserva.

Desde 2000, com a criação de mecanismos básicos para o funcionamento do Sistema Cultural (desde as normatizações internas e o estabelecimento do vínculo com a recém-criada FUNCEB para a realização de projetos), o Exército, por meio da DAC, experimenta a fase de estruturação do Sistema Cultural. Estabelece, com isso, uma intensificação do poder de atuação nesse campo.

A reinvenção da diretoria, com o nascimento da DPHCEX, em 2008, e particularmente a visão estratégica como sistema aberto, possibilitou a potencialização de sinergias externas ao mesmo tempo que promoveu ajustes internos, no refinamento de abordagens. O corpo técnico da DPHCEX, passou a viver uma fase de projeção sem precedentes, pelo próprio amadurecimento das equipes, o volume e diversidade dos trabalhos e o reconhecimento de seus superiores. Os Encontros dos Integrantes do Sistema Cultural, como lugares de fronteira entre especialistas civis, protagonistas da cultura militar e demais agentes internos, assim como as vivências “extra muros” dos próprios militares, em redes mais amplas de relacionamento (com outras organizações de cultura nacionais e internacionais), dotaram os primeiros anos da DPHCEX de uma atmosfera tal, que uma frase do general Juarez resume o período vivenciado: “fomos felizes ali”. Expressão esta que traduz a satisfação e o êxito dos avanços do processo de institucionalização do Sistema Cultural. A Seção de Patrimônio e Projetos tornou-se

território de interseção de saberes “exteriores” (oriundos do meio civil) e “interiores” (próprios dos militares), traduzidos e potencializados na tarefa de implantação do Sistema Cultural, tornando-se uma forte marca desse momento de institucionalização do campo cultural.

A história da trajetória da DPHCEX, narrada por seus protagonistas, particularmente aqueles que viveram períodos mais extensos na lida com o campo cultural, está marcada por sentimentos de avanços, estabilizações e retrocessos. Na contramão dos avanços vividos, a alta rotatividade dos cargos de direção (e mesmo das equipes), associada à característica já mencionada, de um campo eminentemente político (podendo ser ora mais, ora menos contemplado, ou até mesmo não contemplado), pode ser considerada um dos mais citados fatores de desestabilização da institucionalidade almejada por aqueles que militam no campo. Outros fatores que dificultam a institucionalização plena do Sistema Cultural são: a carência de efetivos qualificados, a morosidade dos processos característicos do setor público e de instituições fortemente hierarquizadas³²⁰, o recuo na atuação da própria FUNCEB em relação à implantação de projetos e os próprios ranços ainda existentes nas organizações em geral. Esses aspectos contribuem para frear os passos da institucionalização do campo cultural do Exército na perspectiva de sistema aberto.

Uma das características marcantes observáveis na atuação do Sistema Cultural do Exército no passado recente é a crescente importância do patrimônio imaterial no campo do patrimônio histórico e cultural. Assim, as leituras do patrimônio se ampliaram para além dos aspectos e procedimentos associados à classificação, restauração e exposição de um acervo de bens materiais. Novas tarefas para as quais novas habilidades e capacitações são demandadas associam-se à gestão do patrimônio sem que as antigas sejam, por isso, abandonadas. A gestão do patrimônio histórico e cultural em sua dupla dimensão material e imaterial ganha maior complexidade. Isto pode ser atestado tanto nos registros documentais como no discurso de sujeitos entrevistados em nossa pesquisa. E o tratamento da dimensão imaterial do patrimônio, ainda realizada de maneira pontual e não sistemática, parece despontar como um campo de estudos promissor nos próximos anos. A isso se soma um crescente interesse de universitários e

³²⁰ Como foi, por exemplo, a morosidade na absorção e execução da ideia de criação dos Centros Regionais de Cultura Militar, já aventada há mais de uma década, sendo este um dos mecanismos para potencializar a capilarização do Sistema Cultural em território nacional.

pesquisadores em estabelecer interfaces dialogais com o universo militar, em áreas como a história militar, museologia, arquitetura militar e turismo cultural militar. Seguindo as orientações político-institucionais gerais, a atual fase de posicionamento sistêmico na institucionalização do campo cultural é marcada por uma maior aderência e alinhamento das múltiplas atividades e projetos aos objetivos maiores da instituição expressos no seu Planejamento Estratégico.

É preciso considerar que a ativação do Sistema Cultural no Exército Brasileiro, assim como acontece nas demais forças armadas do país, e em outros países, coloca em evidência o campo do patrimônio cultural de origem militar. No caso brasileiro, o desgaste político e fraturas vividas entre forças armadas e parcelas da sociedade brasileira no período de regime militar, aos poucos vem encontrando espaços de reconhecimentos e reconciliação em trabalhos conjuntos e parcerias. O que foi vivido de maneira fecunda no campo da educação militar, desde o Programa de Modernização do Ensino, que instaurou arenas de debate e ativou um novo campo de possibilidades e interações nas organizações militares, parece também despontar, analogamente, no campo da cultura. Do mesmo modo, embora ainda incipiente nos diálogos e articulações possíveis de serem alcançadas, é possível vislumbrar o surgimento de uma “comunidade de sentido” desse campo, incluindo aí, desde militares, acadêmicos, comunidades locais, unidos em prol de projetos comuns. Assim, questões que foram desgastadas com o tempo, podem vir a ser recolocadas em debate, por exemplo, o desenvolvimento inacabado do Brasil³²¹. Pautas como a questão da defesa e soberania nacional, assim como, a preservação do patrimônio cultural de origem militar, podem caminhar juntas e se mesclarem a outras pautas agregando diferentes atores, ampliando arenas de diálogo, como já vem sendo realizada na esfera, por exemplo, da Ciência e Tecnologia³²², da história militar e no contexto da construção da candidatura a Patrimônio da humanidade de uma seleta de fortificações do Brasil.

Outra característica marcante da organização da cultura contemporânea é sua digitalização. Predominam novas tecnologias de informação e comunicação no campo cultural contemporâneo que sem abolir a escrita a incorporam em novas configurações.

³²¹ Esta é também uma homenagem a meu companheiro Marco Antônio Albuquerque de Araujo Lima, que escreveu a dissertação “O Desenvolvimento Inacabado do Brasil: o BNDE e a Convenção do Crescimento de 1952 a 1978”, posteriormente editado em forma de livro, pelo BNDES.

³²² Revista **Sociedade Militar**. Disponível em <https://www.sociedademilitar.com.br/wp/2017/09/arena-aberta-une-empresas-academia-e-exercito-em-santa-catarina.html>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

A internet torna-se ubíqua impregnando as mais diversas dimensões da vida cotidiana e o campo cultural sofre profundos redesenhos. O Sistema Cultural do Exército tem que incorporar à sua nova institucionalidade tais transformações. Isso tem profundas implicações tanto para as habilidades e competências de seus gestores como para os padrões de acessibilidade e presença nas visitas aos sítios históricos e locais de memória, combinando componentes físicas e virtuais numa realidade híbrida³²³. Embora não tenha sido foco da pesquisa investigar as a dinâmica das organizações diretamente subordinadas à DPHCEX, não se pode deixar de apontar o processo de modernização por que passaram nos últimos anos tanto a Biblioteca do Exército, quanto o Arquivo Histórico do Exército, em termos de facilitar o acesso ao usuário em plataformas digitais.

O novo modo de organização da cultura contemporânea num mundo globalizado implica para as organizações militares um alargamento do campo cultural. A criação, estruturação, sistematização, ativação e consolidação para uma efetiva gestão do Sistema Cultural do Exército Brasileiro é parte de um longo processo em curso. O trabalho de coordenação exercido pela DPHCEX pode contribuir para um reposicionamento do Exército na cultura atuando como canal de comunicação entre a fecunda vitalidade das múltiplas atividades dos espaços culturais e as necessidades de normatização e padronização dos procedimentos técnico-científico e gerenciais a elas vinculados.

Os sítios históricos fortificados do Brasil contemporâneo estão crescentemente se instituindo como lugares não mais unicamente restritos a atividades militares. Isto pode ser entendido como um dos efeitos da dinamização do campo patrimonial que favorece uma aproximação da população às fortalezas e fortes históricos sob a guarda do Exército. Processos de revitalização e ensaios de abertura de sítios fortificados à visitação pública são nítidas tendências que se constituem em objeto de intervenções e de estudos. Essa preocupação crescente com as necessidades de proteção, conservação e gestão do patrimônio histórico e cultural de origem militar não se restringe ao âmbito das forças armadas brasileiras, mas certamente no caso do Brasil, onde grande parte desses lugares se encontra sob guarda do Exército Brasileiro, é um tema de importância

³²³ A digitalização de acervos documentais, o sistema integrado em rede, as visitas virtuais a sítios históricos são exemplos das novas interfaces da chamada era da informação.

estratégica. Isto vem impondo desde o passado recente um percurso em meio a redesenhos institucionais.

A implantação dos Centros Regionais de Cultura Militar materializa, na atualidade, novos *locis* institucionais para o fortalecimento de um Sistema Cultural amplo e situado. O fortalecimento dos Centros Regionais de Cultura Militar configura a capilaridade da presença do Exército atuando como elo de articulação e integração sistêmica tanto nas vinculações internas quanto externas – com diferentes públicos, incluindo a construção de canais de parcerias. Isso se realiza por meio de seus agentes. O reconhecimento da importância de assessores e gestores culturais em meio às organizações militares é uma conquista na atualidade. Tanto a estrutura de pessoal quanto a qualificação dos agentes militares no campo cultural são demandas percebidas e impressas no atual Plano Estratégico do Exército, e apontam para um desejado aprimoramento do Sistema Cultural do Exército.

Novas institucionalidades são promovidas, reorganizadas e consolidadas pelo protagonismo situado de agentes específicos e determinados. O presente estudo procurou oferecer um registro desse processo, identificando esse percurso, seus principais redesenhos e inovações. O reconhecimento da importância das pessoas que estão conduzindo tais processos – nos variados níveis da organização – nos parece o exemplo vivo e atual desse processo em curso. A criação de cargos de assessor e gestor cultural e a preocupação institucional com a qualificação de seus quadros nos assuntos atinentes à gestão do patrimônio cultural militar configura a tendência de enraizamento do campo cultural na organização militar.

O percurso formativo do próprio militar está em transformação com implicações ainda não tangíveis, porém imagináveis: a de permeabilidade e fortalecimento de uma comunidade de sentido do campo cultural desde a interface civil-militar para um real reposicionamento do Exército na organização da cultura de nosso país.

Referências Bibliográficas

ALCOFORADO, Aline. P. “O Siscult e os sistemas de cultura: realidade, políticas e história”. In: **Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 26 a 29 de maio de 2015, Rio de Janeiro/Organizadores: Lia Calabre... [et al.] p. 65-76. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

ALMEIDA, Luiz Fernando. “O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação”. **Revista Da Cultura**. Ano VI. nº 11, dezembro de 2006.

BARBOSA, Andréia Arruda. **Outras possibilidades de comunicação organizacional face à complexidade: A memória institucional do Exército Brasileiro**. V Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas – ABRAPCORP. Tema Central – Redes Sociais, Comunicação, Organizações. São Paulo, 2011. Disponível em <<http://www.abrapcorp.org.br/anais2011>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BARRETTO, Annibal. **Fortificações do Brasil: (resumo histórico) – 2ª ed. Ver atual.** – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

BARTHOLO, Roberto. **Os labirintos do silêncio – Cosmvisão e tecnologia na modernidade**. Editora Marco Zero – COPPE/UFRJ, 1986.

———. “On Solidarity, Heritage and Technical Images”. Apresentado no **4th Hyperheritage International Seminar**, Jenin, 2017 (no prelo).

BERKOWICZ, Clarice. “A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército no Estado Novo”. In: **Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História – conhecimento histórico e diálogo social**. ANPUH Brasil. Natal-RN, 22 a 26 de junho, 2013.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. In: São Paulo em Perspectiva, 15 (2), 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília – DF: Congresso Nacional, 1988.

———. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

CANCELLA, Karina. O esporte e as forças armadas na Primeira República: das atividades *gymnasticas* às participações em eventos esportivos internacionais (1890-1922). – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

CASTRO, Adler H. F. O último argumento dos reis: artilharia e fortificações. In: **FORTES da Banda d'além: Niterói na defesa da Baía de Guanabara**. Niterói: Sociedade de Amigos do Centro de Memória Fluminense, 2004. (Cadernos do Centro de Memória Fluminense, 4).

———. **Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006.** Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

———. “Muralhas da memória: Fortificações, patrimônio e turismo cultural”. **Caderno Virtual de Turismo.** Edição Especial: Turismo em Fortificações. V. 13, 2013.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: A construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil (Anos 30 e 40).** Niterói: UFF, 1998.

———. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília: IPHAN, nº 34, p.147-165, 2011.

———. “Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política”. In: CHUVA, M. & NOGUEIRA, A.G. (orgs.). **Patrimônio Cultural – política e perspectivas de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

COSTA, Marcelo Muniz. **Política Cultural do Exército: contribuições para o fortalecimento da força terrestre.** Monografia (Curso de Altos Estudos Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 1996.

COSTA, Marcio Bastos. **A gestão de pessoas por competências: Aplicabilidade na Área cultural da Marinha do Brasil.** Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito final para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2016.

COVARRUBIAS, Jaime Garcia. Os três pilares de uma transformação militar. **Military Review.** Novembro – Dezembro, p. 16-24, 2007.

CRESPO FILHO, Jayme Moreira. **Preservação e difusão do patrimônio cultural do Exército Brasileiro.** - Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. “Patrimonialização do Patrimônio”: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP – Espaço e Tempo.** São Paulo, nº 31, p. 95-104, 2012.

DE MELO RIBEIRO, Marcelo. **O testemunho material entre diferentes culturas do Velho e do Novo Mundo.** In: Anais do Encontro Internacional de Fortificações e Patrimônio Militar – ICOFORT. - Rio de Janeiro, 2018 (no prelo).

ESPARZA, José Javier. Arnold Gehlen: la condición del hombre en la era de la Técnica. *Hespérides*, primavera 1995, p. 31-41. Disponível em: <http://www.avizora.com/publicaciones/ciencias_sociales/textos/arnold_gehlen_condicion_hombre_0001.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Seminário Internacional Políticas Culturais: teoria e práxis. Ed. 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: uma cidade na história. Marieta de Moraes Ferreira (coord.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80”. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**. Brasília, nº 24, 1996.

———. “Referências culturais: Base para novas políticas de patrimônio”. In: **O registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2ª ed. 2003.

———. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural. In: **Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

———. **O Patrimônio em processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC-IPHAN, 2005.

FORTES, Hugo Borges. **Canhões cruzados: Uma síntese da História da Artilharia de Costa Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca e CASTRO, Celso. “Destino: Cidade Maravilhosa”. In: Castro, C. Guimarães, V. e Magalhães, A. (orgs.). **História do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. “O patrimônio cultural e a construção imaginária da nacional”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**. Rio de Janeiro, nº 23, 1994.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Bookman; Artemed. 2009.

GODOY, Karla Estelita. “Fortificações como atrativo turístico: um estudo sobre o museu Forte Defensor Perpétuo, em Paraty (RJ)”. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição Especial: Turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, nº 1, p 34-48, out., 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

———. “O patrimônio como categoria de pensamento”. Comunicação apresentada na mesa-redonda Patrimônios emergentes e novos desafios: do genético ao intangível. In: 26ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais, realizadas em Caxambu, em 23 de outubro de 2002.

———. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre: ano 11, nº 23, p. 15-36, jan.-jun., 2005.

GONÇALVES, Luís Fernando. **O relacionamento do Exército com os segmentos civis da sociedade brasileira, no contexto das relações civil-militares e o papel da**

FUNCEB. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2006.

GUIMARÃES, V.L. O ofício do historiador e sua contribuição para o uso turístico de fortificações. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v.1, nº 1, p. 23-33, out. 2013. Disponível em <<http://www.redalyc.org:9081/articulo.oa?id=115428661004>>. Acesso em: 04 out. 2016.

IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. – Brasília, DF: Iphan, 2012.

IPHAN. Plano de Gestão do Sítio Rio de Janeiro: Paisagens cariocas entre a montanha e o mar. Fevereiro de 2014 (mimeo).

JUNIOR, Fredmar Cabral de Oliveira. **A preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro: ECEME, 2015.

LUCENA, Zenildo Zoroastro de. Depoimento. In: CASTRO, C.; D'Araujo, M. C. (orgs.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 203-225.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades**. GEOUSP – Espaço e Tempo. São Paulo, nº 17, p. 95-105, 2005.

———. “A resignificação da paisagem no período contemporâneo”. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa. “O processo de modernização do ensino (PME) do Exército Brasileiro (1995-2001): investigando o *ethos* e a ação política dos especialistas de ensino”. In: XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO. Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2010.

MAGDALENA, Luiz Fernando. “Forte de Copacabana, Casa da Cultura e do Civismo”. In: VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro encontro Técnico de Gestores de Fortificações. 31 de março a 2 de abril de 2010.

McCANN, Frank. **Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

MAIA, Tatyana de A. Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975) / organização da coleção Lia Calabre. – São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MATTOS, F. e BARTHOLO, R. “Las Fortificaciones bajo la jurisdicción del Ejército de Brasil: reflexiones desde el caso de la Bahía de Guanabara, en Rio de Janeiro”. **Memórias I Congresso Internacional de Arquitetura Militar y Gestión de Recintos Fortificados**. Veracruz-Xalapa, México, 2015.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas”. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto – MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39 (Anais; v.2, t.1).

MHEX/FC. Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana. Rio de Janeiro: Art. Técnica Comunicação, 2009.

MOTTA, Rodrigo de P. Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MORI, Victor Hugo. **Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

MURTA, Marcello Augusto Lauria. **A Experiência do Arquivo Histórico do Exército na captação de recursos do fundo de direitos difusos do Ministério da Justiça: um estudo de caso**. Trabalho Técnico-Científico – TCC do MBA em Gestão e Produção Cultural com ênfase em Economia Criativa de Pós-graduação *lato sensu*, nível especialização, do Programa FGV Management, 2015.

NUNES, R. F. “O Instituto Meira Mattos da ECEME e o processo de transformação do Exército Brasileiro”. Coleção Meira Mattos, **Revista das Ciências Militares**. v.2, nº 26, 2º quadrimestre, 2012.

O'DONNELL, J. “Uma Copacabana para o mundo: a década de 1920 e a invenção do Rio Atlântico”. In: Castro, C. Guimarães, V. e Magalhães, A. (orgs.). **História do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

OLIVEIRA, Joaquim Silvano. **Política Cultural do Exército: necessidade e perspectivas**. Monografia. Escola de Comando e Estado-Maior – ECEME. Rio de Janeiro, 1996.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é patrimônio – Um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PEREGRINO, Umberto. **História e projeção das instituições culturais do Exército**. Rio de Janeiro, Livraria Olympo Editora, 1967 (Coleção Documentos Brasileiros – Dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco).

PEREIRA, Julia Wagner. “O tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação”. In: CHUVA, M. e NOGUEIRA, A.G. (orgs.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

PROENÇA JUNIOR, Domício. **Forças armadas para quê? Para isso**. Contexto internacional. [online]. 2011, v.33, nº 2, p.333-373. ISSN 0102-8529. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292011000200004>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação dos bens culturais: O tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RODRIGUES, Teresinha. **Um estudo sobre a institucionalização da Astronomia no Brasil**. Tese (Doutorado). PEP/COPPE/UFRJ, 2007.

RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (orgs.). **Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares**. – 1. ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2015.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. São Paulo: Martins, 2007. (Coleção Didática).

ROSA, Thais Felipe. **Ruínas do Forte São Joaquim: O uso turístico e a preservação do patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado Profissional). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2014.

SANCHES, M.; SECOMANDI, E.; SCHERER, M.; e VIVEIROS DE CASTRO, A. Tourism in Fortress: the process of Creating a Latin American Network. **Journal of Coastal Research**. Edição Especial nº 56, Proceedings of the 10th International Coastal Symposium ICS 2009, V. II, 2009, p. 1150-1153.

SANTOS, Newton Bonumá dos Santos e MORGADO, Sergio Roberto Dentino. **Reflexões sobre a cultura no Exército Brasileiro** – Suas dimensões, objetivos, estrutura, instrumentos e propostas. Monografia – Curso de Política Estratégica e Alta Administração do Exército – CPEAEX. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1990.

SANTOS JUNIOR, José Claudio. Plano de revitalização e uso turístico-cultural das fortificações históricas da Baía de Guanabara. IV Seminário Regional de Cidades Fortificadas e 1º Encontro Técnico de Gestores de Fortificações. Realizado de 31/03 a 2/04/2010.

SANTOS JUNIOR, José Claudio. **Programa Mecenas – uma experiência institucional de captação de recursos de pessoas físicas para projetos culturais**. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. – Brasília, DF: Iphan, 2012.

———. Fuertes y fortalezas de Brasil administradas por el ejército Brasileño: un modelo de gestión. [aut. libro] ICOFORT & SBH & ICOFORT Cuba. La Habana, Cuba: s. nº, 2013. p. 129-141.

SANTOS JUNIOR, J. C. e BOTELHO, A. C. B. As fortificações brasileiras como ícones de patrimônio, turismo e desenvolvimento social. **CEAMA**, nº 11. Almeida, s. nº p. 164-170, 2014.

SCHMITT, Valentina G. H.; COSTA, Rejane Pinto da; e NETO, Luís Moretto. Desvendando a administração em ambientes militares. XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Cartagena, Colômbia, 30 oct. – 2 nov., 2012. Documento Libre.

SECOMANDI, Élcio R. Circuito dos fortes: vertente colonial. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Turismo nas fortalezas. Rio de Janeiro, v. 11, nº 1, p. 65-85, out. 2013.

———. **Armada no mar & bandeiras na terra**. São Paulo: Navegar, 2013.

SEGALA, Lygia. Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do LABOEP. Disponível em **Revista Eletrônica do IPHAN**: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=138>. Acesso em: 20 mar. 2014.

SILVA, Fernando Augusto Valentini da. **O processo de transformação do Exército: extensão, fontes e fatores intervenientes**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Marcio Rodrigues da. **O Quadro Complementar de Oficiais: um estudo da análise institucional em ambiente militar**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2006.

SILVA, A. e ROMAN NETO, J. Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. In: Godoi, C. K.; BANDEIRA DE MELLO, R.; SILVA, A. (orgs.). **Pesquisa quantitativa em estudos organizacionais**. Paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOARES, G. A.; D'Araujo, M. C.; CASTRO, C (orgs.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995.

SOUZA, Adriana Barreto de. “Pesquisando em arquivos militares”. In: CASTRO, Celso e PIERO, Leiner (orgs.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

TAVARES, Lecínio Alves. **Gestão cultural no Exército Brasileiro: Uma proposta para a modernização da gestão do Patrimônio Cultural do Exército**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2010.

———. “Sistema Cultural do Exército Brasileiro: dos primeiros trabalhos até o surgimento da Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército”. Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais, 26 a 29 de maio de 2015. Rio de Janeiro/Organizadores: Lia Calabre... [et al.]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

TAVARES, Lecínio Alves e TRINDADE, Giorgio. “Política Cultural Militar – uma reflexão sobre as diversas formas de gestão do patrimônio histórico-cultural militar”. Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 17 a 20 de maio de 2016, Rio de Janeiro/Organizadores: Lia Calabre... [et al.]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

TELLES, Augusto C. da Silva. Um depoimento sobre a trajetória institucional do IPHAN (1952-2000). In: Andrade, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos** [com contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, Augusto Carlos da Silva Telles e tal.; organização de Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva]. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.

TINOCO, Sergio Avelar. A importância das construções e sítios históricos, e centros culturais e museus do Exército, para a preservação da memória e difusão da História Militar do Brasil. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2011.

TONERA, R. **Projeto Fortalezas Multimídia** – Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. Disponível em:
<http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_Fortalezas_UFSC.pdf>.

TORRAZZA, J. Z. El entramado estructura social-cultura-instituciones (II): el enfoque institucional de la estrutura social”. Texto de origen: La estrutura social, Murcia. Universidade Católica San Antonio, 2000.

VASCONCELOS. Marcela Correia de A. AS fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. Revista **CPC**. São Paulo, nº 13, p. 51-73, nov. 2011/abril. 2012.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana** 12 (1): 237-248, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade Cultural**. Textos selecionados e traduzidos por Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época: v. 106).

Multimídia

Fortalezas Multimídia: Anhatomirim (CD-ROM). www.fortalezasmultimídias.com.br

Relatório Técnico

Relatório Técnico. Projeto Roteiros dos fortes: Circuitos turísticos em fortes e fortalezas da Baía de Guanabara E-26/110.742/2012. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.dphcex.ensino.eb.br/roteiro-dos-fortes/pesquisa/Relatorio_Projeto_Roteiro_dos_Fortes_FAPERJ_final.pdf

Leis / Decretos:

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Processo de transformação do Exército**. 3ª ed., 2010.

Estatutos

FUNCEB. **Estatuto da Fundação Cultural Exército Brasileiro**. 2º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas – CRS 505. Registro nº 000078142. Data: 4/5/2012.

Normas

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Departamento de Ensino e Pesquisa. Normas para a Preservação e Difusão do Patrimônio Cultural do Exército Brasileiro. 1ª ed., 2005.

Revistas

BRASIL. Exército Brasileiro. Centro de Comunicação do Exército. Revista **Verde-Oliva**. Ano XXXVIII. Nº 208. Out/Nov/Dez de 2010. Brasília: CComSEx, 2010.

DA CULTURA. Revista. Fundação Cultural Exército Brasileiro (vários anos).

Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Revista **Cultura Militar**, Ano XXIII – nº 219, janeiro de 1972.

Jornais

- O Globo**, 1º de fevereiro de 1936, Matutina, Geral, p. 1.
O Globo, 22 de agosto de 1968, Geral, p. 3.
(a) **O Globo**, 30 de outubro de 1969, p. 3.
(b) **O Globo**, 6 de novembro de 1969, Turismo, p. 8.
(c) **O Globo**, 1º de dezembro de 1969, Vespertina, Geral, p. 31.
O Globo, 30 de julho de 1970, Matutina, Turismo, p. 2.
(a) **O Globo**, 1º de outubro de 1971, Matutina, Geral, p. 2.
(b) **O Globo**, 6 de outubro de 1971, Geral, p. 2.
(c) **O Globo**, 12 de outubro de 1971, Matutina, Geral, p. 3.
O Globo, 4 de junho de 1975, Matutina, **Rio**, p. 11.
O Globo, 19 de agosto de 1976, Turismo e Automóveis, p. 3.
O Globo, 30 de junho de 1977, Rio, p. 12.
O Globo, 23 de novembro de 1978, Turismo e Automóveis, p. 46.
O Globo, 11 de outubro de 1984, Matutina, Turismo, p. 5.
O Globo, 27 de fevereiro de 1985, Matutina, Segundo Caderno, p. 2.
O Globo, 2 de maio de 1988, Jornais de Bairro, p. 14.
(a) **O Globo**, 3 de fevereiro de 1991, Jornais de Bairro, p. 32.
(b) **O Globo**, 24 de janeiro de 1991, O País, p. 4.
(a) **O Globo**, 6 de outubro de 1993, Matutina, Rio, p. 11.
(b) **O Globo**, 7 de novembro de 1993, Matutina, Jornais de Bairro, p. 17.
O Globo, 2 de março de 1997, Matutina, Jornais de Bairro, p. 3.
(a) **O Globo**, 25 de janeiro de 1998, Matutina, Rio, p. 32.
(b) **O Globo**, 26 de julho de 1998.
(a) **O Globo**, 10 de janeiro de 1999. Matutina, Jornais de Bairro, p. 12.
(b) **O Globo**, 4 de abril de 1999, Boa Chance, p. 1.
(c) **O Globo**, 8 de agosto de 1999, Matutina, Jornais de Bairro, p. 24.
O Globo, 29 de setembro de 2000, Matutina, Rio Show, p. 28.
(a) **O Globo**, 15 de julho de 2003, Matutina, Jornais de Bairro, p. 3.
(b) **O Globo**, 9 de novembro de 2003, Rio, p. 29.
O Globo, 1º de outubro de 2004, Matutina, Rio Show, p. 26.

- (a) **O Globo**, 5 de agosto de 2007, Matutina, Jornais de Bairro, p. 8.
(b) **O Globo**, 14 de outubro de 2007, Matutina, Jornais de Bairro, p. 12.
O Globo, 24 de setembro de 2009, Matutina, Jornais de Bairro, p. 2.
(a) **O Globo**, 3 de julho de 2012, Matutina, Rio, p. 13.
(b) **O Globo**, 15 de julho de 2012, Matutina, Rio, p. 17.
(a) **O Globo**, 19 de janeiro de 2013, Matutina, Rio, p. 16.
(b) **O Globo**, 27 de fevereiro de 2013, Rio, p. 12.
(c) **O Globo**, 28 de fevereiro de 2013, Rio, p. 12.
(d) **O Globo**, 15 de junho de 2013, Rio, p. 12.
O Globo, 31 de março de 2014, Jornais de Bairro.
O Globo, 19 de setembro de 2014. Rio Show, capa.
O Globo, 23 de outubro de 2015, Jornais de Bairro, p. 5.
(a) **Jornal do Brasil**, 13 de setembro de 1998, p. 32.
(b) **Jornal do Brasil**, 18 de setembro de 1998, p. 10.
Jornal do Brasil, 27 de março de 1999, p. 10.

Sites Institucionais consultados

DPHCEX: <http://www.dphcex.ensino.eb.br/>

EXÉRCITO BRASILEIRO : <http://www.eb.mil.br/>

FUNCEB: <http://www.funceb.org.br/>

IPHAN: <http://portal.IPHAN.gov.br/>

ICOFORT Brasil: <http://www.brasil.icofort.org/>

ABRAMPA: http://www.abrampa.org.br/eventos_anteriores/encontro_nacional/

(Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente)

ICOMOS Brasil: <https://www.icomoseventos.com/>

Fortalezas.org: <http://fortalezas.org/>

Registros Históricos (RH) das Organizações Militares

RH da DACED (Acervo DPHCEX)

RH da DAC (Acervo DPHCEX)

RH da DPHCEX (Acervo DPHCEX)

RH do 8º GACosM (Arquivo Histórico do Exército)

RH do Presídio do Exército (Arquivo Histórico do Exército)

Acervo documental da DAC

Registros da Reunião de Integração Sistêmica, 2000. (CD-ROM)

Memória nº 01/D2 – DAC, de 11 de fevereiro de 2005. (CD-ROM)

Apresentação em Power Point – Palestra 30 anos da DPHCEX.

Apresentação em Power Point – VIII Seminário dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército.

Apresentação em Power Point – IX Seminário dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército.

Acervo documental do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana

(Pasta Nr/OM: 0599-D/Museu Exército (Documentos). Total de folhas 87. Data da conferência 15 Fev. 2012):

Memória sobre a criação do Museu do Exército – considerações a propósito de entendimentos mantido com os coronéis Serpa e Ulhôa do Estado-Maior do Exército. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1968.

Of. n. 213 8/5-2. Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1968. 1º Subchefe do Estado-Maior do Exército. Sr Chefe do Gabinete do Ministro do Exército. Museu do Exército. Referência: a) Msg n. 704, de 29 Jul 68, do Ch Gab Min; b) Of n. 67.S/5.2, de 6 Mar 68 do 1º Subchefe do EME.

Acervo documental do IPHAN

(Localizado no Edifício Gustavo Capanema (Prédio do MEC) – Rio de Janeiro):

Ministério da Guerra – Ofício nº 57 de 22 de outubro de 1952.

APÊNDICE 1 – Quadro do Perfil dos Interlocutores Entrevistados

Entrevista:	01
Interlocutor	Raphael Laurino
Patente/Função na ocasião da entrevista:	Major do Quadro Complementar de Oficiais - QCO - Historiador. Ativa. Membro da equipe técnica da DPHCEX. Chefe da Subseção de Patrimônio da Seção de Patrimônio e Projetos Culturais.
Atuação na área cultural:	Formado em história pela Universidade de São Paulo. Entrou no Exército em 1994. Serviu por quatro anos na Escola Militar de Campo Grande. Atuou na Diretoria de Assuntos Culturais - DAC e Diretoria do Patrimônio Histórico Cultural - DPHCEX de 1999 a 2016.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	28 de maio de 2014, Palácio Duque de Caxias – Rio de Janeiro, 2 horas, gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	02
Interlocutor	Edgley Pereira de Paula
Patente/Função na ocasião da entrevista:	Capitão do Quadro Complementar de Oficiais – QCO. Historiador. Ativa. Membro da equipe técnica da DPHCEX, atuando na Seção de Patrimônio e Projetos Culturais.
Atuação na área cultural:	Possui Bacharelado e Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pós-graduação em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ, Mestrado em História Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e cursa o doutorado em História, na Universidade de Coimbra, Portugal. É sócio honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - IGHMB, sócio titular da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisa em História Militar do Exército - CEPHIMEX. Ex-professor do Colégio Militar de Brasília, e desde fevereiro de 2007 serve na Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército como adjunto da Seção de Patrimônio e Projetos Culturais.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	7 de agosto de 2014, Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – 2h03min (qualificação), gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	03
Interlocutor	José Claudio dos Santos Junior
Patente/Função na ocasião das	Coronel de Infantaria – Reserva

entrevistas:	
Atuação na área cultural:	Mestre em Operações Militares, especialista em Gestão da Administração Pública, em Gestão e Assessoramento e em Psicopedagogia e Orientação Educacional. Possui o MBA em Gerenciamento de Projetos, pela Fundação Getúlio Vargas. Cursa o mestrado no Programa de Engenharia de Produção – PEP/COPPE/UFRJ. Foi Chefe da Divisão de Patrimônio e Projetos da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército no período de 2008 a 2013.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	22 de outubro de 2015, Rua Acre, 51 – escritório da Plural Cultural, 46min; gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	04
Interlocutor	Mario Jorge Bell de Campos
Patente/Função na ocasião da entrevista:	Coronel de Infantaria – Reserva. Diretor de Planejamento da FUNCEB.
Atuação	Ex-integrante da DAC/DEP, exercendo a função de PTTC.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	11 de março de 2015, Palácio Duque de Caxias (instalações da FUNCEB), 1h16min, gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	05
Interlocutor	Eduardo Scalzilli Pantoja
Patente/Função na ocasião da entrevista:	Coronel de Cavalaria – Reserva. Diretor da Biblioteca do Exército – BibliEx.
Atuação na área cultural:	Foi comandante do Colégio Militar de Campo Grande. É mestre em Operações Militares da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e possui o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Foi subdiretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército. (9 fev 2010 a 2 abr 2013).
Data, local, duração, suporte, entrevistador	12 de maio de 2015, Palácio Duque de Caxias (instalações da BibliEx), 46 minutos; gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	06
Interlocutor	Lecínio Alves Tavares
Patente/Função na	Tenente-coronel de Artilharia – Ativa

ocasião da entrevista:	Membro da equipe da DPHCEX, atuando na seção de planejamento e coordenação da Diretoria.
Atuação na área cultural:	Chefe da Seção de Comunicação da DPHCEX.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	10 de junho de 2015, Palácio Duque de Caxias (instalações da DPHCEX), 48 minutos, gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	07
Interlocutor	Jayme Moreira Crespo Filho
Patente/Função na ocasião da entrevista:	Coronel de infantaria R/1 – Reformado.
Atuação na área cultural:	Atuou na Diretoria de Assuntos Culturais – DAC de 1995 a 2005 como PTTC – Reserva.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	10 de março de 2016, residência no Rio de Janeiro, 1h43min; gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	08
Interlocutoras	Elza Silva Batista do Nascimento/ Sueli Machado Cordeiro
Patente/Função na ocasião da entrevista:	Elza é funcionária civil na Seção de Patrimônio e Projetos Culturais da DPHCEX. Sueli é funcionária civil da Seção de Pessoal.
Atuação na área cultural:	Elza ingressou no Exército através de concurso público no ano de 1995 e atua na seção de Patrimônio e Projetos da DPHCEX (completou 21 anos de trabalho na diretoria no dia 16 de janeiro de 2016). Sueli é funcionária civil concursada e trabalha na Seção de Pessoal desde 1984. Ingressou na época da DACHED, na gestão do General Santa Cruz.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	30 de março de 2016, Palácio Duque de Caxias, 1h41min, gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	09
Interlocutora	Glaucia Soares de Moura
Patente/Função na ocasião da entrevista:	Museóloga e historiadora. Capitão-tenente, do quadro técnico da Marinha do Brasil, servindo na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM.
Atuação na área cultural:	Foi tenente integrante do Quadro Técnico Temporário – OTT da DAC no período de 1998 a 2003.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	7 de abril de 2016, Museu Naval – Rio de Janeiro, 1h32min, gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	10
Interlocutor	José Roberto Pinto Bastos
Patente/Função na ocasião da entrevista:	Coronel de Artilharia – Reserva (desde 2000). Superintendente na FUNCEB.
Atuação na área cultural:	Formado pela academia militar em 1965. Foi chefe de gabinete na Secretaria-Geral do Exército – 1998-99 (chefe do grupo de trabalho em que se discutiu o fomento à criação de uma associação que pudesse apoiar o Exército Brasileiro nas iniciativas culturais). Foi subdiretor da Diretoria de Assuntos Culturais – DAC (10 jun. 00 a 27 de set. 00).
Data, local, duração, suporte, entrevistador.	12 abril de 2016, Palácio Duque de Caxias (instalações da FUNCEB), 1h33min, gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	11
Interlocutor	Sergio Roberto Dentino Morgado
Patente/Função na ocasião da entrevista:	General de Brigada - Reformado. Membro do IGHMB. Curador da BibliEx.
Atuação na área cultural:	Foi Diretor da DAC de 1997 a 1999.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	24 de outubro de 2016, residência em Petrópolis, 3h10min, gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	12
Interlocutor	Synésio Scofano Fernandes
Patente/Função na ocasião da entrevista:	General de Divisão - Reformado Diretor da Revista Da Cultura /FUNCEB. Conselheiro do IPHAN.
Atuação na área cultural:	Foi diretor da DAC de 2000 a 2002. Foi fundador da FUNCEB.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	17 de novembro de 2016; Hotel do Clube Militar, Lagoa, Rio de Janeiro; 2h03min, gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	13
Interlocutor	Juarez Aparecido de Paula Cunha
Patente/Função na ocasião da entrevista:	General de Exército – Ativa. Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia.
Atuação na área cultural:	Foi diretor da DAC de 2008 a 2011.
Data, local, duração,	21 de março de 2017; Hotel de trânsito do Forte de Copacabana,

suporte, entrevistador	Rio de Janeiro; 1h20min, gravador, Flávia Mattos.
---------------------------	---

Entrevista:	14
Interlocutor	Severino de Ramos Bento da Paixão
Patente/Função na ocasião da entrevista:	General de Brigada - Ativa. Diretor da DPHCEX.
Atuação na área cultural:	Foi diretor da DPHCEX de 6 de setembro de 2016 a 6 de setembro de 2017.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	10 abril de 2017; Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro; 1h53min, gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	15
Interlocutor	Walter Nilton Pina Stoffel
Patente/Função na ocasião da entrevista:	General de Brigada – Reserva. Gerente do Programa Estratégico Sistema de Educação e Cultura, DECEX, na qualidade de PTTC.
Atuação na área cultural:	Foi diretor da DPHCEX de 17 de dezembro de 2014 a 18 de dezembro 2015.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	25 abril de 2017; Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro; 2h13min, gravador, Flávia Mattos.

Entrevista:	16
Interlocutor	Norton Luis Silva da Costa
Patente/Função na ocasião da entrevista:	Coronel de Infantaria – Reserva.
Atuação na área cultural:	Foi chefe da Seção de Planejamento da DAC-DPHCEX de 2008 a 2009.
Data, local, duração, suporte, entrevistador	27 de junho de 2017; entrevista realizada por telefone; 50min, gravador, Flávia Mattos.

APÊNDICE 2 – Roteiro de Entrevista

Roteiro de Entrevista

1. Esclarecimentos iniciais sobre a pesquisa: objetivos e metodologia. Consentimento para a gravação.

Questão norteadora da pesquisa

Nos últimos tempos o Exército Brasileiro vem tentando responder a uma demanda crescente de qualificação na área de preservação do Patrimônio Cultural. A existência de uma Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército e a estruturação de um Sistema Cultural são alguns indícios de um processo de institucionalização em curso.

Como isso vem ocorrendo?

Tema: A trajetória da DAC/DPHCEX

- Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desporto – DACED (anos 1980)
- Diretoria de Assuntos Culturais – DAC (anos 1990 – 2008)
- Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEX (2008-atual)

Parte 1 – Apresentação e trajetória

- Apresentação do entrevistado: nome completo, naturalidade, idade, posto, arma, formação.
- Trajetória no Exército – funções bélicas / ligadas à área cultural do EB.
- Atuação na DAC – lembranças do período que esteve na função.

Parte 2 – Definições conceituais

- O entendimento sobre cultura.
- Considerações sobre a implantação de uma área cultural – dentro de uma instituição militar.

Parte 3 – A Diretoria e seus atores institucionais

- Como surge a ideia de uma Diretoria de Assuntos Culturais?

- Quais os momentos mais marcantes da trajetória da diretoria (DAC)?
- Configuração e reconfigurações da Diretoria (seções, chefia/subordinações, hierarquias, perfil das equipes etc.) – nos diferentes períodos. A participação do PTTC. A entrada do QCO, do OTT.
- Quais os principais desafios?
- Como surge a ideia de Sistema Cultural?
- Qual a relevância do Sistema Cultural no rol das prioridades institucionais?
- Sobre a mudança da nomenclatura – DAC-DPHCEX/DEP-DECEX (2008/2009). O que desencadeou essa transformação? Quais as alterações práticas e conceituais?
- Quem está refletindo sobre cultura no Exército?
- Quais as particularidades do Exército no tratamento do Sistema Cultural que diferem das demais forças armadas no Brasil?
- A partir de 2000 observa-se uma série de normatizações na área cultural, como a criação das Normas para abertura das fortificações à visitação pública (2000). Seria o reflexo de uma necessidade em curso? De onde surgem essas demandas?
- Qual o contexto de elaboração da Política Cultural e da Diretriz Estratégica do Sistema Cultural do Exército em 2002? Como (e por quem) foram formuladas? Quais as alterações em relação à política e diretriz anterior?

Parte 4 - Relações da Diretoria – com outras áreas internas e com organizações externas

- A modernização do ensino vivida a partir de meados dos anos 1990 no DEP possui rebatimentos nas transformações ocorridas na DAC-DPHCEX?
- Em 1996 dois estudos de alunos da ECEME trataram sobre a necessidade de se refletir sobre a Política Cultural do Exército – e mencionam estudos da DAC e do Estado-Maior nesse sentido. Qual o tipo de entrosamento em termos de pensamento/alinhamento conceitual?
- A criação do Ministério da Defesa em 1999 alterou/interferiu, em alguma medida, no trabalho desenvolvido na diretoria?
- Como veio ao longo do tempo se estabelecendo a relação da DAC-DPHCEX com outros órgãos de cultura/patrimônio, universidades etc. Qual o histórico de parcerias na área cultural?

Parte 5: Sobre a Fundação Cultural Exército Brasileiro

- Sobre o contexto de surgimento da FUNCEB (2000). Motivações e expectativas.
- Qual o vínculo da FUNCEB com a DPHCEX-DEP?
- Como funciona a relação FUNCEB com outros órgãos de cultura/patrimônio, universidades, empresas.
- A FUNCEB (2000) vem contribuindo para o trabalho da DPHCEX? Em que sentido?
- Quais os desafios em curso e as perspectivas da FUNCEB?

Parte 6: Perspectivas de futuro

Está em curso um reposicionamento do Exército na cultura? Está em curso uma mudança de mentalidade institucional? O que é preciso mudar/melhorar para que o Exército possa ter um papel significativo na cultura do país na atualidade?

APÊNDICE 3 – Modelo do termo de consentimento para gravação da entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

Instituto Alberto Luiz de Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE

PROGRAMA DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – PEP

Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS

Pesquisa de Doutorado

Ilmo. Sr _____

A entrevista que realizamos neste momento consiste em um dos instrumentos de coleta de dados de nosso estudo sobre Inovação institucional e patrimônio cultural de origem militar no Brasil. Sua aplicação é essencial para o desenvolvimento de nossa tese de doutorado em Engenharia de Produção na UFRJ. Essa é a razão pela qual solicitamos a participação de V.Sa. nesta entrevista, cujo objetivo é situar o processo de institucionalização do Sistema Cultural no âmbito do Exército Brasileiro. Desde já, agradeço a contribuição e comprometo-me a disponibilizar os resultados obtidos ao final da pesquisa.

Flávia Ferreira de Mattos

Doutoranda do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ

Orientador: Roberto Bartholo

AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu _____ autorizo a gravação da entrevista pela pesquisadora Flávia Ferreira de Mattos, do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – COPPE/UFRJ, sediado à Cidade Universitária, Centro de Tecnologia, Bloco F, Sala 123, Rio de Janeiro, para utilização em sua pesquisa de doutorado.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____

(Nome do entrevistado)

Tel.: () _____ E- mail: _____

Endereço: _____

CPF: _____ RG: _____

ANEXO 1 - Ministério da Guerra - Ofício nº 57 de 22 de outubro de 1952

Ministério da Guerra. Departamento Geral de Administração. Comissão de Organização do Museu do Exército. Distrito Federal, 22 - X - 1952. Do Presidente Interino da Comissão - Ao Exmo. Sr. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Assunto: Questionário sobre museus brasileiros.

PASTA NR/OM. 0599 - DI MUSEU EX
TOTAL de folhas: 87
DATA DA conferência: 15 FEV 1952
OUTROS DOCS. SIMILARES:
- MEMORIA sobre a Criação do Museu do Exército

MINISTÉRIO DA GUERRA
Departamento Geral de Administração
COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DO MUSEU DO EXÉRCITO

Distrito Federal, 22 - X - 1952
do Presidente Interino da Comissão

Ofício Nº 57

À D.E.T.

Assunto: Questionário sobre Museus Brasileiros.
27. X. 1952

I - Ofício nº 894, de 3-IX-1952, do Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, solicitando preenchimento de questionário relativo a Museus Brasileiros.

II - Atendendo á solicitação constante do officio acima citado, cabe-me informar a V.Excia. que:

- a 5 de julho de 1948 a Portaria nº 108 do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, nomeou uma Comissão de Oficiais para organizar e classificar histórica e tecnicamente diversos objetos antiquados do Exército (armamento, fardamento, equipamento, etc.), afim de remetê-los para o Museu da "New York Military Academy", em atenção ao pedido feito pelo Diretor dessa academia por intermédio do nosso Adido Militar de então nos Estados Unidos da América do Norte;
- iniciando seus trabalhos, a Comissão pediu aos diversos Comandantes de Regiões Militares determinassem ás Unidades, Repartições e Estabelecimentos do Exército nelas sediadas, enviassem-lhe relação do material militar nêles existentes e não mais em uso;
- as relações chegadas mostraram tal vulto de material á disposição da Comissão, que esta, por autorização superior passou também a selecionar exemplares para organizar um Museu que, ao ser creado, será especializado em relíquias, materiais, documentos e assuntos exclusivamente referentes ao Exército;
- embora haja apreciavel número de material já relacionado, êle não o está em sua totalidade, porquanto, alem de estar disperso e ser recebido com intermitência, o seu arrolamento, exame e catalogação são operações morosas e isso impede no momento uma resposta mesmo aproximada para os itens dos mais importantes do questionário;
- entretanto, organizado que esteja êsse Museu, - em futuro não muito distante como espera a Comissão, - estou certo de que, qualquer que seja seu dirigente, terá o máximo prazer e o maior empenho em atender a solicitações da natureza da que ora é feita por essa Diretoria.

III - Com elevado apreço e distinta consideração, subscrevo-me

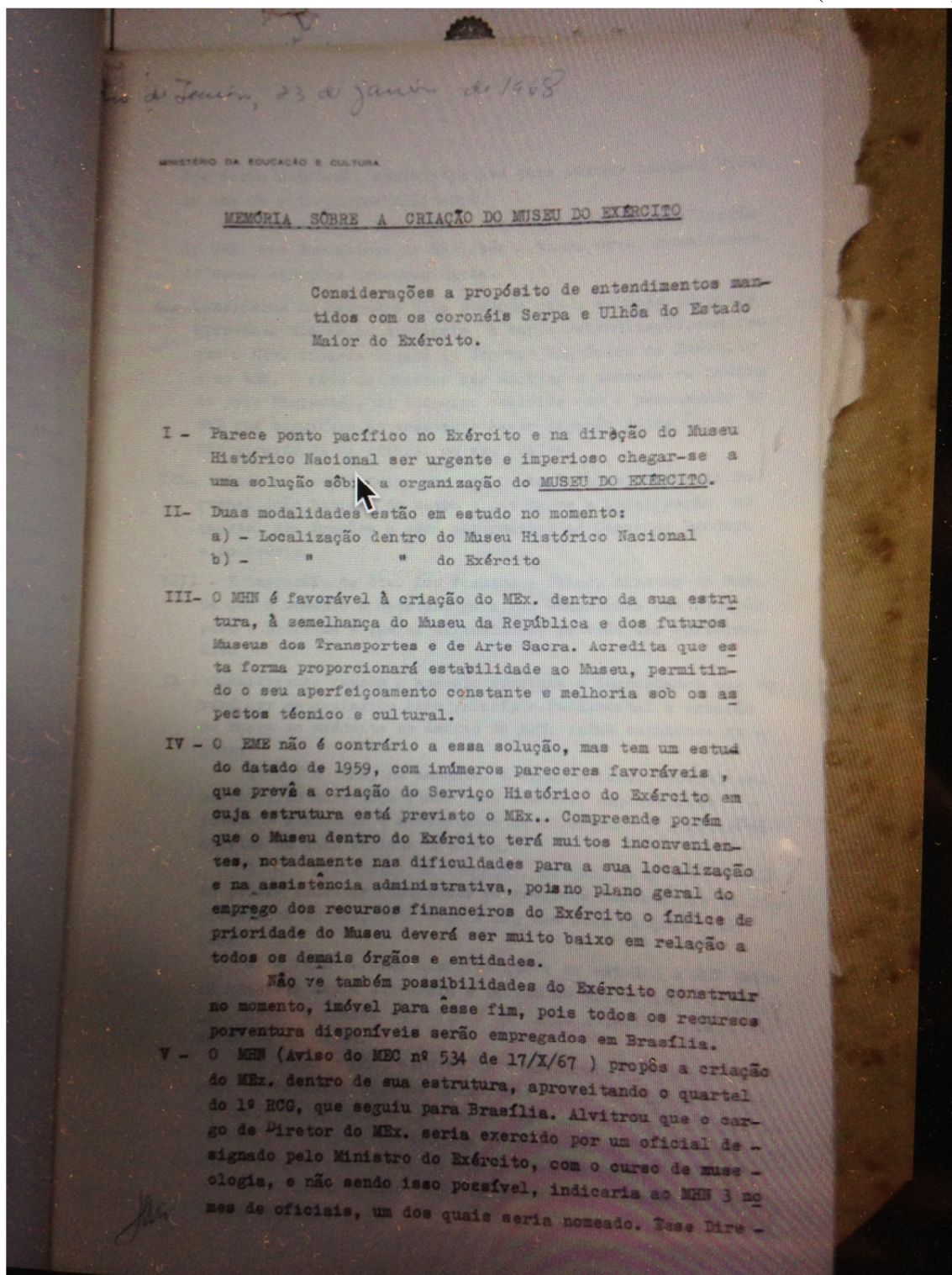
Armando Ribas Leitão, Col.

Armando Ribas Leitão
Coronel, Presidente interino

ANEXO 2 – Memória sobre a criação do Museu do Exército– MEC e Ofício do EME (1968)

(Pasta Nr/OM: 0599-D/Museu Ex)

(Folha 1 de 6)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

tor teria autonomia administrativa para manter contato direto com as autoridades militares.

Lembrou também o MHN a possibilidade da localização do MEX. nas Fortalezas de São João e Santa Cruz, considerando essas soluções inconvenientes.

VI- Consideram os coronéis Ulha e Serpa que a solução proposta apresenta uma certa tendência à dupla subordinação, uma vez que o MEX. ficaria ligado ao Serviço Histórico do Exército e ao MHN. O fato do Diretor ser militar e nomeado ou indicado pelo Ministério do Exército coincide com o pensamento do EME que considera interessante haver ligação entre ele e o MHN através de um oficial do seu quadro.

VII- Existe um estudo feito por uma Comissão presidida pelo Marechal João Batista de Matos e que prevê a localização no quartel dos Dragões como alternativa às Casas de Deodoro e de Osório.

VIII - É impressão do Cte. Léo Fonseca e Silva, diretor do MHN, de que o momento é oportuno para ser encontrada uma solução para o problema e que as dificuldades poderão ser contornadas.

IX - Consideramos também o momento oportuno e concordamos que deverá ser estabelecido como princípio fundamental a criação do Museu do Exército no âmbito do MHN, pelas seguintes razões:

a) - É o MHN, no momento, o órgão oficial federal especializado mais capacitado para evoluir, ampliando-se e passando a atender à necessidade de coleccionar e guardar os objetos da mais variada natureza.

b) - O Ministério da Educação, ao qual está subordinado poderá aumentar facilmente os recursos necessários ao funcionamento do MHN, pois essa é uma das suas funções principais.

c) - Pela reforma administrativa em estudo, o MHN deverá adquirir ampla autonomia e talvez se transforme em FUNDAÇÃO, podendo também ser criado um Fundo especial para a manutenção do museu.

d) - Tem o MHN, através de seus cursos, preparado e lançado na especialidade de museologia cerca de 700 estudantes de todos os Estados e que constituem uma poderosa força de trabalho e cooperação técnica para a ampliação do Museu e sua divulgação em todos os quadrantes do País.

e) - Sendo o MHN órgão especializado em museologia, está em íntima ligação e troca de informações com seus congê

neres no Mundo.

f) - Já possui o MHN grande acervo em peças históricas ligadas ao Exército, cuja História se confunde em muitos pontos com a História do Brasil.

g) - A criação do MEX. no âmbito do Exército o obrigaria a criar um serviço próprio que deveria cuidar do preparo e treinamento de pessoal especializado, como guardas, porteiros, guias, conservadores, etc., e mais laboratórios de restauração com seus técnicos e pessoal administrativo. Tudo isso, porém, seria prejudicado pela instabilidade do pessoal militar, que por sua natureza está sempre em movimento.

h) - Teria o Exército de organizar as instalações e mantê-las, danç-lhes, em certos casos, prioridade maior do que as outras dependências ou órgãos para evitar a perda ou dano de material valioso.

i) - A criação do Serviço Histórico do Exército, no entanto, parece-nos justa e inadiável.

X - A experiência, tanto no Exército como na Marinha, tem indicado que a atividade de museu é prejudicada pela necessidade premente de solucionar o problema de localização de um órgão ou fração de tropa importante, e que tem sempre prioridade sobre o Museu.

O presente caso dos Dragões é típico: no consenso unânime de todos os que conhecem o assunto, aquelas dependências deveriam ser aproveitadas para museu. No entanto para lá foi o CPOB. E para o quartel do CPOB foi o Comando da Divisão Blindada. E não há como condenar tais soluções.

A fortaleza de São João teria o inconveniente de a qualquer momento ser necessária para a localização de uma unidade de defesa e o museu seria imediatamente despejado.

Outro exemplo eloquente é o do Museu da Marinha que se achava localizado no edifício sito à rua da Misericórdia e que por deficiência de recursos e de apoio das autoridades foi obrigado a fechar as portas, entregando ao MHN o seu valioso acervo. Mais tarde uma nova coleção foi localizada no 5º andar de Edifício do Ministério da Marinha, de onde, por necessidade de localização de uma dependência do Ministério, voltou a ser desalojado e ocupa hoje uma pequena sala no 2º andar. Parece que cogitam da sua localização no mesmo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

prédio da rua da Misericórdia, mas subordinado administrativamente à Marinha; correrá o risco de ser fechado novamente.

- II - A organização do Museu do Exército dentro do âmbito do Exército terá, no momento, outro grande problema: é sua subordinação à Secretaria Geral, que está de mudança para Brasília, acarretando provavelmente sua subordinação ao 1º Exército, o qual não tem, evidentemente, nenhum interesse em tê-lo sob sua jurisdição. Surgirão portanto enormes dificuldades para mantê-lo.

Se for colocado dentro do EME como órgão do futuro Serviço Histórico do Exército, ficará num escalão hierárquico muito baixo e autonomia muito limitada. Dentro de algum tempo, com a transferência do EME para Brasília, surgirá a mesma alternativa de sua subordinação ao 1º Exército.

- XII - O Museu do Exército, criado com o espírito particularista que o seu nome indica, possibilitará atritos com o MHN, detentor de um grande acervo de peças referentes à História do Exército, atritos esses, se bem pesados e medidos, sem nenhuma razão de ser. Para os visitantes, para os estudiosos, para o Exército e o País pouco interessa saber se o museu é do Exército ou do MHN. O importante é que existam as coleções dispostas de maneira a serem vistas com agrado e com caráter promocional para o Exército.

A experiência tem demonstrado que a criação do MEX, no âmbito do próprio Exército tem sido dificultada pela existência de vários grupos ou pessoas que lutam entre si, embora acreditemos que imbuidos dos melhores propósitos. Esse problema não existe no MHN onde a união de esforços é perfeita.

Acresce a circunstância de que modernamente os museus devem ter "vida", ou melhor devem ser "ativos". Isto significa a necessidade de atividades tais como, Sessões - exposições - conferências - cinema - cursos etc., para cuja execução são convocados muitas vezes e lamentos estranhos ao museu. Essa cooperação seria dificultada ou retardada estando o museu dentro da estrutura do Serviço Histórico, subordinado ao Estado Maior o qual ainda depende do Ministro de Exército.

XIII - Dada a impossibilidade de se encontrar, de pronto, bom e amplo local para a instalação do MEX., quer dentro do Exército, quer dentro do MHN, e considerados todos os inconvenientes apontados para a solução dentro do Exército, julgamos passível de estudo os seguintes pontos:

- a) - Está o MHN em fase de recuperação de dependências ocupadas por órgãos e repartições de outros Ministérios situados, tanto no prédio da Praça Marechal Âncora (Praça XV), como no Palácio do Catete (Museu da República), o que aumentará muito a área disponível.
- b) - Está o MHN pleiteando área pertencente ao Ministério da Agricultura e situada próximo ao Maracanã, o que virá melhorar suas condições quanto a espaço.

No projeto de Fundação o MHN pleiteia a conquista no futuro de outros prédios de grande valor histórico, como o que está situado o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, a ser transferido para outro local, e o antigo Paço Imperial, onde funcionam os Correios e Telégrafos, que também terão que ser localizados em prédio adequado às suas finalidades.

- c) - Obtida autonomia ou transformado em Fundação, o MHN terá seus recursos e possibilidades de ampliação praticamente ilimitados.
- d) - É urgente a reunião, catalogação e relacionamento de peças, objetos e imóveis considerados de valor histórico e de propriedade do Exército ou por ele ocupados.

- e) - Poderá, de pronto, ser feito um convênio entre o Exército e o MHN versando sobre: "MUSEU DO EXÉRCITO - ORGANIZAÇÃO DE COLEÇÕES DE PEÇAS HISTÓRICAS DO EXÉRCITO PELO MHN";

Esse convênio trataria da organização de coleções que não estariam obrigatoriamente colocadas num mesmo prédio e sim em vários, sob a forma de "salas" ou "seções", mas que obedeceriam a um determinado critério.

O Exército, através do EME indicaria um oficial, se possível com curso de museu, e que passaria a ter no MHN a função de Orientador Técnico (), até que passe a vigorar uma nova organização para o MHN, onde estivesse

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

prevista o MEx.

A atividade desse oficial, no Exército, seria a de li
gação com o EME, fazendo sugestões através de relatórios
visando promover o auxílio do Exército ao MHN e traçar
do normas para a organização das coleções.

Nesse convênio seria estipulado que os auxílios finan -
ceiros que o Exército houvesse por bem destinar ao futu -
ro MEx. só poderiam ser aplicados nessa finalidade.

Magalhães

HOMERO DE ALMEIDA MAGALHÃES
Magalhães R. 2

Aos Srs. Coronéis
LUIZ GONZAGA DE ANDRADA SERPA
EDUARDO ULHÔA CAVALCANTI

F 425867

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Of n. 213 S/5-2.

Rio de Janeiro, GB, 03/307/68
1º Subchefe do Estado-Maior
do Exército

Sr Chefe do Gabinete do M
nistro do Exército.

: Museu do Exército.

Referência:

- a) Msg n. 704, de 29 Jul 68, do
Ch Gab Min;
- b) Of n. 67.S/5.2, de 6 Mar 68
do 1º Subchefe do EME.

1. Expediente originário da Mensagem Direta Oficial n. 704 D3, de 29 Jul 68, através da qual o Senhor Chefe do Gabinete do Ministro do Exército solicita parecer sôbre as conclusões chegadas a respeito da criação do Museu do Exército no âmbito do Museu Histórico Nacional (MHN).

2. Este Estado-Maior vem mantendo contato com a Direção do Museu Histórico Nacional. Todavia, permanece inalterada a situação exposta no ofício aludido na referência b) uma vez que o anteprojeto do decreto encaminhado por aquela entidade ao Ministério da Educação e Cultura pro- pondo a criação do "Museu Histórico Nacional Fundação", não chegou a ser apreciado pelo Poder Executivo.

3. Contatos recentes verificaram que a atual Direção do M H N vem desenvolvendo esforços no sentido de buscar solução para o problema a través das Comissões de Reforma Administrativa e Reforma Universitária daquele Ministério, onde está encontrando bastante receptividade, o pro- jeto para transformar o M H N, em Fundação.

4. O Estado-Maior do Exército considera que o maior obstáculo à im- plantação do Museu do Exército tem sido a designação de um local ade- quado. Esta condição prevalece quer o Exército deseje organizá-lo e o- perá-lo com recursos próprios, quer atribua a uma organização estranha, neste caso ao M H N, esta tarefa. Considera ainda, conforme já explici- tou no ofício aludido na referência b), que a solução proposta pelo Di- retor de M H N atende de modo satisfatório ao interesse do Exército, tanto do ponto de vista da cooperação técnica como da aplicação de re- cursos. Por outro lado, a viabilidade dessa solução somente poderá ser avaliada a partir do momento em que se concretize a idéia de transfor- mar-se o M H N, em Fundação.

continuação do Of. n. 213 s/5-2, de 03/SET/68, do 1º Subchefe/EME)

5. Em consequência, incumbiu-me o Sr Chefe do EME de informar ao Ministro, por intermédio de V Exa, que este órgão acolhe a sugestão do Diretor do M H N, aguardará, porém, a transformação deste para progredir nos estudos e dar seu parecer final.

Newton Fontoura de Oliveira Reis

GEN DIV NEWTON FONTOURA DE OLIVEIRA REIS
1º SUBCHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

— X —

*Atendidas as solicitações a respeito n. 704-D/3
de 29 Jul 68, do chefe das Min Ex.*

Colleto 3/8/68

ANEXO 3 – Lista dos diretores da DAED-DACED-DAC-DPHCEX

Relação dos chefes – Diretoria/Cultural/Exército Brasileiro	
Posto - Nome - Período	
DAED	
	Gen Bda Sérgio de Ary Pires (8 maio 73 a 23 setembro 74)
	Gen Bda Gabriel D'Annunzio Agostini (23 março 74 a 29 março 76)
DACED	
	Gen Bda Mário Vital Guadalupe Montezuma (31 março 80 a 20 fevereiro)
	Gen Div Antenor de Santa Cruz Abreu (20 fevereiro 84 a 27 dezembro 85)
	Gen Div Anápio Gomes Filho (24 janeiro 86 a 29 abril 88)
	Gen Div Arnaldo Serafim (5 maio 88 a 25 abril 90)
	Gen Bda João Edie Kraemer (25 abril 90 – 31 dezembro 90/1º janeiro 91 – 24 abril 91)
DAC	
	Gen Div Sérgio Ruschel Bergamaschi (24 abril 91 a 19 agosto 93)
	Gen Bda Álvaro Henrique Viana de Moraes (20 agosto 93 a 14 dezembro 94)
	Gen Div Carlos Patrício Freitas Pereira (14 dezembro 94 a 12 março 97)
	Gen Bda Sergio Roberto Dentino Morgado (13 março 97 a 23 abril 99)
	Gen Bda Paulo Roberto Brum de Moraes (23 abril 99 a 30 mar 00)
	Gen Div Synesio Scofano Fernandes (30 março 00 a 22 março 02)
	Gen Div Antônio Gabriel Esper (22 março 02 a 09 junho 04)
	Cel Eng Marcos de Oliveira (9 junho 04 a 11 janeiro 05)
	Gen Div Roberto Viana Maciel dos Santos (11 janeiro 05 a 15 setembro 06)
	Gen Bda João Tranquillo Beraldo (15 setembro 06 a 29 abril 08)
DPHCEX	
	Gen Div Juarez Aparecido de Paula Cunha (29 abril 08 a 04 maio 11) DAC - DPHCEX
	Gen Div Eduardo José Barbosa (4 maio 11 a 24 abril 13)
	Gen Div Marcio Roland Heise (24 abril 13 a 17 dezembro 14)
	Gen Bda Walter Nilton Pina Stoffel (17 dezembro 14 a 18 dezembro 15)
	Gen Bda Kleber Nunes de Vasconcellos (18 dezembro 15 a 6 de setembro de 16)
	Gen Bda Severino de Ramos Bento da Paixão (6 de setembro de 16 a 6 de setembro de 17)
	Gen de Div Riyuzo Ikeda (6 de setembro de 17 a atual)

ANEXO 4 - Número de efetivos do Exército Brasileiro (2009)

I - OFICIAIS-GERAIS

POSTO	COMBATENTE	DOS SERVIÇOS		ENGENHEIRO MILITAR	QUANTIDADE
		INTENDENTE	MÉDICO		
General-de-Exército	14	-	-	-	14
General-de-Divisão	33	2	1	3	39
General-de-Brigada	68	6	3	7	84
SOMA	115	8	4	10	137

II - OFICIAIS DE CARREIRA

ARMAS, QUADROS OU SERVIÇOS	POSTOS						QUANTIDADE
	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten	2º Ten	
ARMAS e QMB	931	1.000	2.005	3.278	1.372	767	9.353
INTENDENCIA	75	93	289	518	189	127	1.291
MÉDICO	41	147	275	314	421	-	1.198
DENTISTA	40	41	84	88	123	-	376
FARMACÊUTICO	18	44	87	82	67	-	298
Q E M	44	94	194	395	234	-	961
Q C O	-	-	365	785	590	-	1.740
Q C M	1	8	8	13	13	10	53
Q A O	-	-	-	303	771	1.304	2.378
SOMA	1.150	1.427	3.307	5.776	3.780	2.208	17.648

III - OFICIAIS TEMPORÁRIOS

POSTO	OCT/OIT	OMT/ODT/OFT/OVT	OTT/OEMT	QUANTIDADE
1º TENENTE	1.130	1.475	667	3.272
2º TENENTE	1.406	2.171	1.472	5.049
SOMA	2.536	3.646	2.139	8.321

IV - PRAÇAS - SUBTENENTES E SARGENTOS DE CARREIRA, SARGENTOS DO QUADRO ESPECIAL (QE) E SARGENTOS TEMPORÁRIOS

GRADUAÇÃO	DE CARREIRA	QE	TEMPORÁRIOS	QUANTIDADE
SUBTENENTE	6.163	-	-	6.163
1º SARGENTO	8.299	-	-	8.299
2º SARGENTO	11.053	-	-	11.053
3º SARGENTO	11.713	7.288	6.611	25.612
SOMA	37.228	7.288	6.611	51.127

V - PRAÇAS - TAIFEIROS, CABOS E SOLDADOS

ESPECIFICAÇÃO		QUANTIDADE
TAIFEIROS	MOR	208
	DE 1ª CLASSE	539
	DE 2ª CLASSE	-
	SOMA PARCIAL	747
CABOS E SOLDADOS	CABO	35.125
	SOLDADO	109.046
	SOMA PARCIAL	144.171
SOMA		144.918

VI - TOTAL GERAL DOS EFETIVOS

ESPECIFICAÇÃO		QUANTIDADE
OFICIAIS-GERAIS		137
OFICIAIS	DE CARREIRA	17.648
	TEMPORÁRIOS	8.321
	SOMA PARCIAL	25.969
PRAÇAS	DE CARREIRA	37.228
	DO QUADRO ESPECIAL	7.288
	TEMPORÁRIOS	6.611
	SOMA PARCIAL	51.127
	TAIFEIROS	747
	CABOS	35.125
SOLDADOS	109.046	
SOMA PARCIAL		144.918
TOTAL GERAL		222.151

Fonte: O tamanho do Exército Brasileiro (25 de junho de 2009). Blog Forças Terrestres. Disponível em: <http://www.forte.jor.br/2009/07/25/o-tamanho-do-exercito-brasileiro/> Acesso em 20 de março de 2017.

ANEXO 5 – Estrutura Organizacional do Exército Brasileiro

Órgão

MD – Ministério da Defesa
Cmt Ex – Comandante do Exército

Órgãos de Assessoramento Superior

ACE – Alto Comando do Exército
CONSEF – Conselho Superior de Economia e Finanças
CONTIEx – Conselho Superior de Tecnologia da Informação

Entidades Vinculadas

FHE – Fundação Habitacional do Exército
IMBEL – Indústria de Material Bélico do Brasil
Fund Osorio – Fundação Osorio

Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército (OADI)

GAB CMT Ex – Gabinete do Comandante do Exército
CIE – Centro de Inteligência do Exército
CCOMSEx – Centro de Comunicação Social do Exército
CCIEEx – Centro de Controle Interno do Exército
CJCAEx – Consultoria Jurídica Adjunta do Comando do Exército
SGEx – Secretaria-Geral do Exército

Órgão de Direção Geral

EME – Estado-Maior do Exército

(Subchefias)

1ª Subchefia – Pessoal, Educação e Cultura

2ª Subchefia – Informação e Defesa Cibernética

3ª Subchefia – Doutrina Militar Terrestre

4ª Subchefia – Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia

5ª Subchefia – Assuntos Especiais e Internacionais

6ª Subchefia – Economia e Finanças

7ª Subchefia – Política e Estratégia

EPEX – Escritório de Projetos do Exército

Órgãos de Direção Setorial

DGP – Departamento-Geral do Pessoal
DEC – Departamento de Engenharia e Construção
DECEX – Departamento de Educação e Cultura do Exército
COTER – Comando de Operações Terrestres
DCT – Departamento de Ciência e Tecnologia
SEF – Secretaria de Economia e Finanças
COLOG – Comando Logístico

Órgãos de Apoio

(Subordinados ao Departamento-Geral do Pessoal – DGP)
DCEM – Diretoria de Controle de Efetivos e Movimentações
D A Prom – Diretoria de Avaliação e Promoções
D Sau – Diretoria de Saúde
DCIPAS – Diretoria de Cíveis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social
DSM – Diretoria de Serviço Militar
APG – Assessoria de Planejamento e Gestão

(Subordinados ao Departamento de Engenharia e Construção – DEC)

DOM – Diretoria de Obras Militares

DPIMA – Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente

DOC – Diretoria de Obras de Cooperação

DPE – Diretoria de Projetos de Engenharia

(Subordinados ao Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEX)

DPHCEX – Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

DEPA – Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial

DET Mil – Diretoria de Educação Técnica Militar

DES Mil – Diretoria de Educação Superior Militar

CCFEX – Centro de Capacitação Física do Exército

(Subordinados ao Comando de Operações Terrestres – COTER)

1ª Subchefia – Preparo Operacional da Força Terrestre

2ª Subchefia – Planejamento e Emprego da Força Terrestre

3ª Subchefia – Inspeção-Geral das Polícias Militares, Aviação e Missões de Paz

4ª Subchefia – Informações Operacionais

(Subordinados ao Departamento de Ciência e Tecnologia – DCT)

CTEX – Centro Tecnológico do Exército

IME – Instituto Militar de Engenharia

CAEX – Centro de Avaliações do Exército

CDS – Centro de Desenvolvimento de Sistemas

CITEX – Centro Integrado de Telemática do Exército

DF – Diretoria de Fabricação

DSG – Diretoria Serviço Geográfico

CCOMGEX – Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército

C D Ciber – Centro de Defesa Cibernética

(Subordinados à Secretaria de Economia e Finanças – SEF)

DGO – Diretoria de Gestão Orçamentária

D Cont – Diretoria de Contabilidade

CPEX – Centro de Pagamento do Exército

DGE – Diretoria de Gestão Especial

AOFIN – Assessoria Especial de Orçamento e Finanças

(Subordinados ao Comando Logístico – COLOG)

DFPC – Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados

D Mat – Diretoria de Material

D Abst – Diretoria de Abastecimento

B Ap Log Ex – Base de Apoio Logístico do Exército

D MAVEX – Diretoria de Material de Aviação do Exército

GPG – Gabinete de Planejamento e Gestão

Força Terrestre

Comando Militar do Sudeste

- 2ª Divisão de Exército
- 2ª Região Militar

Comando Militar do Sul

- 3ª Divisão de Exército
- 5ª Divisão de Exército
- 3ª Região Militar

- 5ª Região Militar

Comando Militar do Leste

- 1ª Divisão de Exército
 - 1ª Região Militar
 - 4ª Região Militar

Comando Militar do Nordeste

- 6ª Região Militar
- 7ª Região Militar
- 10ª Região Militar

Comando Militar da Amazônia

- 12ª Região Militar

Comando Militar do Planalto

- 11ª Região Militar

Comando Militar do Oeste

- 9ª Região Militar

Comando Militar do Norte

- 8ª Região Militar

ANEXO 6 - Política Cultural (2002)

POLÍTICA CULTURAL

(Boletim do Exército nº 9, de 28 de fevereiro de 2003.)

(Aprovada pela Portaria nº 614 - Gab Cmt Ex, de 29 de outubro de 2002, publicada no Boletim do Exército nº 45, de 8 de novembro de 2002).

1. FINALIDADE

Estabelecer os objetivos da Política Cultural do Exército e orientar sua implementação.

2. ORIENTAÇÃO GERAL

a. Conduzir a Política Cultural do Exército considerando-se:

- 1) o caráter nacional do Exército Brasileiro (EB) e sua importância na dinâmica da vida do país;
- 2) a relevância da ampla difusão dos atos, fatos e conhecimentos culturais, bem como da sua assimilação pelo público alvo;
- 3) a proficiência do Sistema Cultural como canal perene e fértil de comunicação do Exército com outros setores da sociedade brasileira, em particular com as demais forças armadas e, também, com o sistema internacional;
- 4) a influência da atividade cultural como estímulo ao patriotismo e ao orgulho pela nacionalidade; e
- 5) a existência de rico patrimônio histórico e artístico militar nas organizações militares (OM) do Exército.

b. Integrar a presente política às demais políticas do EB.

3. OBJETIVOS

a. Gerais

- 1) Participar do desenvolvimento cultural do país, como integrante do Sistema Cultural Nacional.
- 2) Estabelecer novos laços culturais e ampliar os já existentes, tanto no país como no exterior.
- 3) Projetar a imagem do Exército a partir dos seus valores culturais.
- 4) Divulgar as realizações da instituição nos campos da obtenção do conhecimento, das artes e das manifestações comportamentais.
- 5) Preservar, restaurar, recuperar e divulgar o patrimônio material histórico, artístico e cultural.
- 6) Incentivar a preservação das tradições, da memória e dos valores morais, culturais e históricos do Exército.
- 7) Estimular, no público interno, o interesse pela preservação do meio ambiente, no sentido de melhorar a qualidade de vida.
- 8) Maximizar a difusão, nos públicos interno e externo, de sentimentos de nacionalidade, patriotismo, amor fraterno e mútua compreensão social.

9) Incentivar os procedimentos destinados a enaltecer os feitos e os vultos importantes da vida nacional.

10) Promover a preservação do patrimônio imaterial de interesse para o EB.

b. Particulares

1) Estimular o estudo e a divulgação da História Militar do Brasil, com ênfase nas Operações da Força Terrestre.

2) Incentivar a pesquisa histórica e o intercâmbio de informações sobre fatos militares.

3) Integrar os conhecimentos militares com as demais áreas do saber, num processo sistêmico de interação cognitiva.

4) Conscientizar o segmento militar da importância da preservação, da conservação e da difusão do patrimônio histórico, artístico e cultural do EB.

5) Desenvolver no público interno uma capacidade de acompanhamento, compreensão e absorção dos avanços tecnológicos e das mudanças comportamentais da sociedade.

6) Celebrar convênios com a Fundação Cultural Exército Brasileiro - FUNCEB, para viabilizar o apoio aos projetos e às atividades culturais de interesse da força, utilizando-se de sua capacidade de captação e gerenciamento de recursos.

7) Estimular o intercâmbio, prioritariamente sem ônus para o EB, com entidades culturais do Brasil e do exterior, particularmente nas áreas de história militar, museologia, arquivologia e biblioteconomia.

ANEXO 7 - Diretriz estratégica do Sistema Cultural (2002)

DIRETRIZ ESTRATÉGICA DO SISTEMA CULTURAL

(Aprovada pela Portaria nº 615 - Gab Cmt Ex, de 29 de outubro de 2002, publicada no Boletim do Exército nº 45, de 8 de novembro de 2002)

1. FINALIDADE

Orientar o planejamento das atividades inerentes ao Sistema Cultural do Exército (SisCEX), visando atingir os objetivos fixados pela Política Cultural.

2. PREMISSAS BÁSICAS

As atividades culturais devem:

- a. ser conduzidas para incidir, positivamente, na motivação e na coesão dos quadros e para manter a boa imagem da instituição, junto à população brasileira;
- b. ser direcionadas para facilitar o cumprimento da missão constitucional do Exército e consentâneas com as características próprias da atividade-fim da força terrestre;
- c. estimular os públicos externo e interno a conhecer e valorizar os feitos da nossa História Militar, incentivando o culto aos símbolos da pátria e aos heróis nacionais; e
- d. fomentar o desenvolvimento cultural no âmbito do Exército Brasileiro, buscando:
 - 1) elevar o nível cultural dos quadros;
 - 2) inculcar nos quadros os conceitos positivos, já mencionados, da modernidade resultante da evolução social, intelectual e comportamental da humanidade;
 - 3) preservar os atributos éticos e os valores que devem ornar o caráter dos militares e da própria instituição militar;
 - 4) preservar a memória e o patrimônio histórico, artístico e cultural do Exército.
 - 5) apoiar a criação e a difusão das manifestações e dos bens culturais;
 - 6) firmar convênios para obter recursos destinados aos projetos culturais;
 - 7) integrar os militares do Exército com as demais forças armadas e com a sociedade em geral, por meio do estreitamento dos laços culturais;
 - 8) aperfeiçoar a Doutrina Militar Terrestre por intermédio da pesquisa da nossa História Militar; e
 - 9) ampliar o nível de conhecimentos sobre a conjuntura internacional e a história de outros povos, por intermédio de intercâmbios culturais com países amigos.

3. ORIENTAÇÃO GERAL

a. A atividade cultural não se limita apenas aos aspectos passados. Estes são as bases, os fundamentos, mas cultura compreende também aspectos do comportamento humano. Uma instituição será grandiosa somente se os seus integrantes também o forem, por isso, suas mentes devem estar plenas de valores positivos.

b. O sistema deverá prever, em simultaneidade com as ações de preservação do patrimônio, pesquisa histórica e divulgação, mecanismos de influência intelectual sobre os públicos interno e externo, num processo contínuo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de mentalidade coerente com a realidade social do país e com a evolução da humanidade.

c. O Exército é parte da sociedade brasileira, por ela criado e nutrido, e para ela são dedicadas as suas ações. Por conseguinte, a harmonia entre as entidades militares e as civis deverá ser total, com seus integrantes interagindo em ambiente de cortesia recíproca e irmanados para atingir os anseios do povo brasileiro.

4. CONCEPÇÃO DO SISTEMA CULTURAL DO EXÉRCITO

a. Configuração sistêmica

Por não se constituir em sistema de 1ª ordem do Exército Brasileiro, o Sistema Cultural enquadra-se como um subsistema do Sistema de Ensino, cuja configuração é apresentada na figura a seguir:

[...]

SISTEMA DE ENSINO DO EXÉRCITO

b. Configuração organizacional do SisCEX

Os órgãos do Exército que compõem o SisCEX e as entidades civis que interagem com o referido sistema estão representados graficamente no quadro a seguir:

[...]

5. ATRIBUIÇÕES PRINCIPAIS

a. Estado-Maior do Exército (EME)

1) Assessorar o comandante do Exército na elaboração da Política Cultural e da Diretriz Estratégica do Sistema Cultural.

2) Elaborar e/ou aprovar os atos normativos essenciais à implementação do Sistema Cultural.

3) Supervisionar, coordenar e controlar, no nível de Direção Geral, todas as atividades pertinentes ao Sistema Cultural do Exército, consubstanciadas no desenvolvimento de programas e projetos culturais.

b. Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP)

1) Constituir-se em órgão central do Sistema Cultural do Exército para orientar a execução da política correspondente.

2) Efetivar a integração do Sistema Cultural com os demais sistemas de 1ª ordem do Exército.

3) Disciplinar, por intermédio da DAC, as atividades e eventos do SisCEX.

4) Incrementar, incentivar e motivar, nos Estabelecimentos de Ensino (EE) subordinados, nos corpos docente e discente, a realização de atividades que desenvolvam o interesse pelo estudo da História Militar Brasileira, pela preservação da memória, das tradições e dos valores morais, culturais e históricos do Exército, pelo hábito da leitura e redação.

5) Supervisionar e controlar as atividades da DAC, realizando o acompanhamento de programas, projetos culturais e atividades culturais, facilitando sua integração aos demais sistemas.

6) Coordenar e controlar, de acordo com a legislação vigente, a celebração de convênios com entidades públicas e privadas em apoio ao desenvolvimento de projetos e atividades culturais no âmbito do Exército.

c. Diretoria de Assuntos Culturais (DAC)

1) Estimular a elaboração de projetos e a programação de atividades e de eventos a serem desenvolvidos pelas OM e pelos órgãos integrantes do Sistema Cultural do Exército.

2) Propor normas para a preservação, difusão e controle do patrimônio histórico, artístico e cultural do Exército.

3) Controlar e coordenar as atividades referentes à preservação, à difusão e ao controle dos bens integrantes do patrimônio histórico, artístico e cultural do Exército.

4) Buscar a elevação do nível cultural dos quadros, cooperando com as ações desenvolvidas no âmbito do Sistema de Ensino do Exército.

5) Fiscalizar a execução de programas, projetos e atividades culturais.

6) Apreciar e emitir parecer sobre novos projetos culturais.

7) Propor convênios com a finalidade do melhor aproveitamento, conservação e funcionamento dos museus, bibliotecas, casas, parques e sítios históricos sob jurisdição do Exército.

8) Dinamizar os trabalhos do Conselho de Assessoramento Cultural e coordenar a sua ligação com o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e com a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB).

9) Interagir com a Fundação Cultural Exército Brasileiro no desenvolvimento de projetos e/ou atividades culturais de interesse da força.

10) Elaborar o Plano Básico de Cultura do Exército.

11) Propor normas para a criação, o funcionamento e a extinção de espaços culturais.

d. Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX)

Cooperar na difusão das realizações culturais do Exército, seja entre os integrantes da força, seja junto ao restante da comunidade brasileira.

e. Comandos Militares de Área (5ª Seção – Seção de Comunicação Social e Atividades Culturais)

1) Estimular, programar, coordenar e controlar a realização de atividades e eventos culturais pelas OM da sua área.

2) Fiscalizar o funcionamento dos espaços culturais existentes em sua área.

f. Regiões Militares (Seção de Patrimônio e Bens Culturais)

Levantar, controlar e fiscalizar a preservação e a conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural existente nas OM e nos espaços culturais.

g. Demais órgãos

Cooperar com o DEP na execução do Plano Básico de Cultura do Exército.

Fonte: Boletim do Exército N° 09, de 28 de fevereiro de 2003.

**ANEXO 8 – Regulamento da Diretoria de Assuntos Culturais e Organograma da
Diretoria de Assuntos Culturais**

REGULAMENTO DA DIRETORIA DE ASSUNTOS CULTURAIS - (R-61)

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

Art.

CAPÍTULO I – Das Finalidades 1º/2º

CAPÍTULO II - Da Organização 3º

CAPÍTULO III - Das Atribuições Funcionais 4º/8º

CAPÍTULO IV - Das Prescrições Diversas 9º/11º

ANEXO – ORGANOGRAMA DA DIRETORIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

REGULAMENTO DA DIRETORIA DE ASSUNTOS CULTURAIS – (R-61)

CAPÍTULO I

Das Finalidades

Art. 1º – A Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) é o órgão técnico-normativo do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) responsável pela condução da Política Cultural do Exército.

Art. 2º – A DAC tem as seguintes finalidades:

I – constituir-se em órgão central do Sistema Cultural do Exército;

II – orientar e disciplinar as atividades e os eventos dos órgãos integrantes do Sistema Cultural do Exército;

III – propor normas para a preservação, conservação, recuperação, restauração e difusão e controle do patrimônio histórico, cultural e artístico de interesse do Exército;

IV – orientar a aquisição de bens visando à ampliação do acervo histórico, cultural e artístico do Exército;

V – orientar e coordenar as atividades referentes ao controle do patrimônio cultural do Exército;

VI – estimular a preservação das tradições, da memória, dos valores morais, culturais e históricos e a comemoração das datas memoráveis e dos feitos heroicos consagrados na História do Brasil;

VII – cooperar com o Sistema de Ensino, na elevação do nível cultural e na mudança do comportamento dos quadros em relação às atividades culturais;

VIII – manter atualizada a Política Cultural do Exército e a Diretriz Estratégica;

IX – elaborar o Plano de Atividades Culturais do Exército, fiscalizando sua execução;

X – propor convênios visando ao melhor aproveitamento e funcionamento dos museus, monumentos, fortificações, bibliotecas, sítios, parques históricos e outros espaços culturais sob jurisdição do Exército;

XI – normatizar os trabalhos do Conselho de Assessoramento Cultural (CAC) e operacionalizar seu funcionamento;

XII – apoiar os projetos e as atividades culturais de instituições públicas e privadas julgados de interesse do Exército;

XIII – orientar a elaboração de projetos culturais de interesse do Exército; e

XIV – prestar assessoramento técnico aos espaços culturais nas áreas de história, museologia e arquitetura.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 3º – A organização da DAC, de acordo com o organograma anexo, é a seguinte:

I – Direção:

- a) Diretor;
- b) Estado-Maior Pessoal;
- c) Assessoria; e
- d) Conselho de Assessoramento Cultural (CAC).

II – Gabinete:

- a) Chefe de Gabinete;
- b) Seções do Gabinete (atividade meio);

III – Divisões (atividade-fim):

IV – Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS):

- a) Arquivo Histórico do Exército (AHEx);
- b) Biblioteca do Exército (BIBLIEx);
- c) Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (MNMSGM);
- d) Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana (MHEx/FC);

CAPÍTULO III

Das Atribuições Funcionais

Art. 4º – À direção compete:

I – assessorar o chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) nos assuntos da área cultural do Exército;

II – cumprir os planos, diretrizes, instruções e normas emanadas do escalão superior;

III – submeter à apreciação do chefe do DEP:

a) propostas de solução para problemas relacionados com as atividades da diretoria;

b) atos administrativos de interesse cultural que transcendam à atribuição da diretoria;

c) celebração de convênios e contratos com instituições públicas e privadas, visando à execução de atividades culturais;

d) planos e programas relativos às atividades da diretoria;

e) propostas de dotação de recursos orçamentários e de alteração dos Quadros de Lotação de Pessoal Militar (QLPM) e de Lotação de Pessoal Civil (QLPC) e dos Quadros de Distribuição de Efetivos (QDE);

f) propostas de modificações na legislação relativa aos assuntos específicos de sua atribuição;

IV – participar do Conselho de Curadores da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB);

V – aprovar a publicação das obras selecionadas pelo Conselho Editorial da BIBLIEx;

VI – buscar, permanentemente, a integração com as Universidades e seus centros culturais.

Art. 5º – À assessoria compete:

I – assessorar o diretor em todos os assuntos afetos à diretoria;

II – emitir pareceres, quando solicitados;

III – realizar estudos de interesse da área cultural do Exército;

IV – coordenar e controlar os trabalhos do CAC.

Art 6º – Ao Conselho de Assessoramento Cultural compete apoiar e assessorar o diretor de Assuntos Culturais em assuntos específicos.

Parágrafo único. A organização, o funcionamento e as missões do CAC serão estabelecidos por normas específicas.

Art. 7º – Ao Gabinete compete:

I – assessorar o diretor na coordenação e no controle das atividades da diretoria;

II – despachar a correspondência destinada à diretoria;

III – apreciar os regulamentos e normas das OMDS;

IV – manter atualizado o regimento interno e as normas gerais de ação da diretoria;

V – manter em dia e em ordem os documentos relativos à rotina das respectivas seções;

VI – coordenar e controlar os trabalhos desenvolvidos pelas Divisões e Seções de Gabinete.

Art. 8º – Às Divisões compete:

I – assessorar o Diretor nos assuntos específicos;

II – manter o Chefe de Gabinete informado sobre os aspectos relevantes dos assuntos tratados diretamente com o Diretor;

III – acompanhar as atividades histórico-culturais das OMDS, no que lhes for específico, informando ao diretor sobre o cumprimento do planos, normas e instruções em vigor;

IV – propor intercâmbio cultural com órgãos públicos e privados, objetivando, particularmente, a troca de informações quanto a sistemas, processos e métodos de trabalho.

CAPÍTULO IV

Das Prescrições Diversas

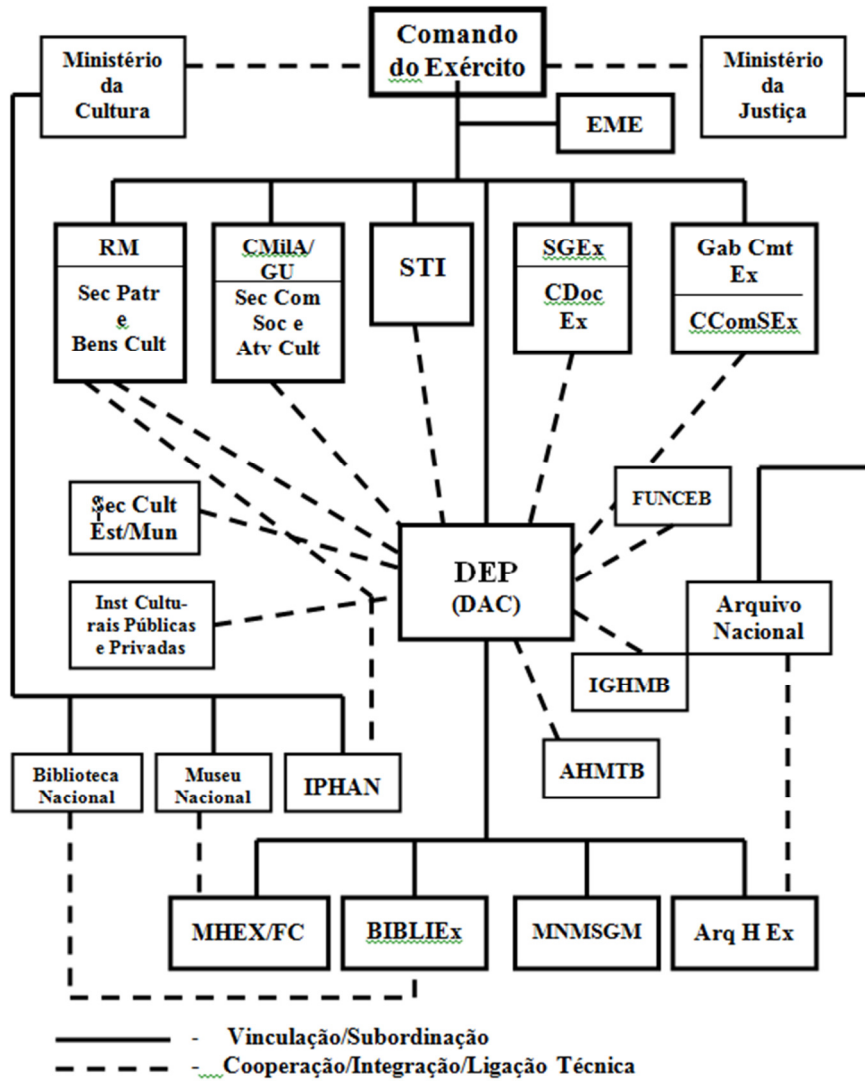
Art. 9º – As substituições na diretoria obedecem às Instruções Gerais para a Realização das Substituições Temporárias no Âmbito do Ministério do Exército (IG 10-08)

Art. 10 – Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo chefe do DEP, com base na legislação específica e mediante proposta do diretor.

Art. 11 – Em complemento às prescrições contidas neste Regulamento, a diretoria elaborará o seu Regimento Interno, que será submetido à aprovação do DEP.

Organograma do Sistema Cultural do Exército (2002)

SISTEMA CULTURAL DO EXÉRCITO



ANEXO 9 – Conteúdo temático do II Curso de Atualização em História Militar Política e Biografia – CPHiME_x / DPHCE_x e UNIRIO (2014)

II CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM HISTÓRIA MILITAR, POLÍTICA E BIOGRÁFICA -2014																			
04 h	<p>CONFERÊNCIA DE ABERTURA "AS GUERRAS DO AFGANISTÃO: ENSINAMENTOS PARA AS GUERRAS ASSIMÉTRICAS" Cel ANDRÉ CEZAR SIQUEIRA</p> <p>CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO "PODER POLÍTICO E TIRAMIA" Profª D^{ra} MARIA REGINA CANDIDO</p>																		
16 h	<p>DISCIPLINA HISTÓRIA</p> <p>UD I – MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA. As 01 - Apresentação de questões teóricas e metodológicas na pesquisa em História. As 02 - Novos desafios nas relações teóricas do estudo de História. As 03 - O projeto de Pesquisa em História - Técnicas e Métodos. UD II – O PROJETO DE PESQUISA EM HISTÓRIA. As 01 - Embasamento teórico para elaboração do Projeto de Pesquisa. UD III – PROPOSTA E ESCOLHA DO PROJETO DE PESQUISA. As 01 - Da escolha do tema à produção do Projeto. As 02 - 30 dias para produção do Projeto. UD IV - HISTÓRIA E MEMÓRIA. As 01 - Os desafios da relação entre História e Memória. As 02 - Memória e a Identidade Social. As 03 - Memória e Esquecimento. UD V – HISTÓRIA POLÍTICA. As 01 - Nova História Política: considerações teóricas. As 02 - Nova História Política: questões teóricas. As 03 - Teoria geral da História Política. UD VI – HISTÓRIA E GEOGRAFIA. As 01 - O contexto geográfico na História: uma nova perspectiva. As 02 - Questões de terreno e adaptação: Guerras Antigas, Medievais e Modernas. UD VII – HISTÓRIA MILITAR. As 01 - História Militar. As 02 - Nova História Militar. As 03 - Estudos Transversais: questões teóricas e metodológicas. UD VIII – HISTÓRIA BIOGRÁFICA. As 01 - O desafio do trabalho biográfico. As 02 - O Homem e o líder: a construção da biografia através da memória. IX – POLEMIOLOGIA. As 01 - O estudo dos conflitos, das crises e das guerras.</p>																		
10 h	<p>DISCIPLINA HISTÓRIA MILITAR I</p> <p>UD I – PORTUGAL E O DESCOBRIMENTO. As 01 - A expansão marítima europeia e o descobrimento do Brasil. As 02 - O reconhecimento da costa brasileira. As 03 - O Exército Colonial: influência portuguesa na organização. UD II – AMEAÇAS EXTERNAS: FRANCESES. As 01 - A França Antártica. As 02 - Os franceses no Maranhão. As 03 - Disputa da região do Cabo Norte. As 04 - Novos ataques franceses. UD III – AMEAÇAS EXTERNAS: OS HOLANDESES. As 01 - Primeira Invasão Holandesa na Bahia: 1624 a 1625. As 02 - Segunda Invasão Holandesa em Pernambuco: 1630 a 1654. UD IV - OS CONFLITOS NA REGIÃO DO PRATA ATÉ 1807: A VINDA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL. As 01 - As lutas na região do rio da Prata. As 02 - Contribuição de Dom João VI para a consolidação do Exército (1808 a 1821). UD V – GUERRA DE INDEPENDÊNCIA. As 01 - As lutas pela consolidação da independência e a manutenção da integridade. As 02 - A atuação da Armada e Exército Imperiais. UD VI – OS CONFLITOS INTERNOS. As 01 - Primeira República. UD VII – GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA SOLANO LOPES. As 01 - Guerra da Cisplatina. As 02 - Campanhas de 1851 - 1852 contra Oribe e Rosas. As 03 - Intervenção no Uruguai contra Urquiza. As 04 - O comando de Caxias. As 05 - A campanha da Cordilheira - Comando do Conde d'Eu.</p>																		
40 h	<p>DISCIPLINA HISTÓRIA MILITAR II</p> <p>UD I – DO OCASO DA MONARQUIA A CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA. As 01 - As instituições militares brasileiras da Monarquia a República. As 02 - O Quinze de Novembro e o governo provisório. As 03 - Governo Floriano Peixoto - "A Revolução Federalista" e a "Revolta da Armada". As 04 - Governo Prudente de Moraes - Campanha de Canudos (1896 - 1897). UD II - TRANSFORMAÇÕES E EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MILITARES NO INÍCIO DO SÉCULO XX (1898 - 1918). As 01 - Reorganização do Exército: "Reforma Hermes" e "Os Jovens Turcos". As 02 - Revolta no início do século XX e a Campanha do Contestado. As 03 - Campanha do Acre (1899 - 1903). As 04 - Participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial. As 05 - A Marinha na Proclamação da República e na Revolta da Armada. As 06 - Os programas de construção naval de 1905 - 1908. As 07 - A Revolta dos Marinheiros de 1910. As 08 - A Divisão Naval em operações de guerra em 1918. UD III – OS ANOS 1920: INSTABILIDADE POLÍTICA E AS REBELIÕES MILITARES. As 01 - Da 1ª Guerra Mundial à Missão Militar Francesa (1907 - 1920). As 02 - O Ciclo Revolucionário e o Movimento Tenentista (1920 - 1930). As 03 - A Missão Militar Francesa. As 04 - A Revolução de 1930. UD IV - ENA VARGAS: DE 1930 A 1945. As 01 - Revolução Constitucionalista de 1932. As 02 - Intentona Comunista de 1935. As 03 - "Estado Novo" e a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial. UD V – TRANSFORMAÇÕES E EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MILITARES APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL. As 01 - As Instituições Militares Brasileiras após a 2ª Guerra Mundial. As 02 - A Evolução do pensamento militar brasileiro após a 2ª Guerra Mundial.</p> <p align="center">TOTAL</p> <p align="center">PALESTRANTES</p> <table border="1"> <tr> <td>Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército</td> <td>Universidade do Estado do Rio de Janeiro</td> </tr> <tr> <td>Gen Eda MARCIO TADEU BETTEGA BERGO</td> <td>Profª D^{ra} MARIA REGINA CANDIDO</td> </tr> <tr> <td>Cel ANDRÉ CEZAR SIQUEIRA</td> <td>Profª M^{sc} CLAUDIA PATRÍCIA DE OLIVEIRA COSTA</td> </tr> <tr> <td>Cel ANTONIO SOBRINHO FERREIRA</td> <td>Profª MÁRCIA DE ALMEIDA GONÇALVES</td> </tr> <tr> <td>Cel CAUDILIO SKORA ROSTY</td> <td>Prof M^{sc} CLAUDIO LUIZ DA SILVA</td> </tr> <tr> <td>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro</td> <td>Universidade Federal Fluminense</td> </tr> <tr> <td>Prof Dr PAULO ANDRÉ LEIRA PARENTE</td> <td>Prof Dr EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Escola de Guerra Naval</td> </tr> <tr> <td></td> <td>CMG FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA</td> </tr> </table>	Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Gen Eda MARCIO TADEU BETTEGA BERGO	Profª D ^{ra} MARIA REGINA CANDIDO	Cel ANDRÉ CEZAR SIQUEIRA	Profª M ^{sc} CLAUDIA PATRÍCIA DE OLIVEIRA COSTA	Cel ANTONIO SOBRINHO FERREIRA	Profª MÁRCIA DE ALMEIDA GONÇALVES	Cel CAUDILIO SKORA ROSTY	Prof M ^{sc} CLAUDIO LUIZ DA SILVA	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Universidade Federal Fluminense	Prof Dr PAULO ANDRÉ LEIRA PARENTE	Prof Dr EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS		Escola de Guerra Naval		CMG FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA
Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército	Universidade do Estado do Rio de Janeiro																		
Gen Eda MARCIO TADEU BETTEGA BERGO	Profª D ^{ra} MARIA REGINA CANDIDO																		
Cel ANDRÉ CEZAR SIQUEIRA	Profª M ^{sc} CLAUDIA PATRÍCIA DE OLIVEIRA COSTA																		
Cel ANTONIO SOBRINHO FERREIRA	Profª MÁRCIA DE ALMEIDA GONÇALVES																		
Cel CAUDILIO SKORA ROSTY	Prof M ^{sc} CLAUDIO LUIZ DA SILVA																		
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Universidade Federal Fluminense																		
Prof Dr PAULO ANDRÉ LEIRA PARENTE	Prof Dr EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS																		
	Escola de Guerra Naval																		
	CMG FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA																		

Fonte: Certificado de Participação do II Curso de Atualização em História Militar Política e Biografia (2014).

ANEXO 10 – Evolução Organizacional da DAC/DPHCEx

EVOLUÇÃO ORGANIZACIONAL DA DAC/DPHCEx

1996 (DAC)

- 1. DIREÇÃO, EMP, CONSELHO DE ASSESSORAMENTO CULTURAL E AUXILIARES

1.1 Direção, 1.2 Estado-Maior Pessoal e 1.3 Conselho de Assessoramento Cultural e 1.4 Auxiliares

- 2. GABINETE

2.1 Chefia.

2.2 SG/1 – Pessoal.

2.2.1 Chefe 1ª Seção, 2.2.2 Secretaria e Expediente, 2.2.3 Setor de Pagamento, 2.2.4 Setor Pessoal Civil, 2.2.5 Setor de Pessoal e Mobilização e 2.2.6 Contingente.

2.3 SG/2 – Inteligência.

2.4 SG/3 – Instrução.

2.5 SG/4 – Administração.

2.5.1 Fiscalização Administrativa, 2.5.2 Setor de Finanças e 2.5.3 Setor de Material.

- 3. DIVISÕES

3.1 D/1 – Patrimônio Cultural, 3.2 D/2 Assessoramento e Projetos, 3.3 D/3 Atividades Culturais e 3.4 D/4 Comunicação Social e Assuntos Culturais.

2009 – DPHCEx (Por transformação)

- 1. DIREÇÃO, EMP, SUBDIREÇÃO E AUXILIARES;

1.1 Direção, 1.2 Estado-Maior Pessoal e 1.3 Auxiliares.

- 2. SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (SRH);

2.1 Chefia, 2.2 Secretaria e Subseção de Expediente, 2.3 Subseção de Pessoal Civil, 2.4 Subseção de Pessoal e Mobilização.

- 3. SEÇÃO DE PLANEAMENTO E PATRIMÔNIO CULTURAL (SPPC);

3.1 Chefia, 3.2 Subseção de Planejamento, 3.3 Subseção de Patrimônio e 3.4 Subseção Técnica.

- 4. SEÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS (SEP);

4.1 Chefia, 4.2 Subseção de Estudos e 4.3 Subseção de Projetos Culturais.

- 5. SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SCS); e

5.1 Chefia, 5.2 Subseção de Comunicação Social e 5.3 Subseção de Divulgação de Atividades Culturais.

- 6. SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO, INSTRUÇÃO E INFORMÁTICA (SAII);

6.1 Chefia, 6.2 Subseção de Logística, 6.3 Subseção de Contingente e instrução e 6.4 Subseção de Informática.

2012

- 1. DIREÇÃO, EMP, SUBDIREÇÃO E AUXILIARES;

1.1 Direção, 1.2 Estado-Maior Pessoal, 1.3 Auxiliares, 1.4 Seção de Inteligência e 1.5 Programa Mecenaz.

- 2. SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS;

2.1 Chefia, 2.2 Subseção de Pessoal, 2.3 Subseção de Expediente, 2.4 Subseção de Pessoal Civil, 2.5 Subseção de Pessoal e Mobilização e 2.6 Subseção de Contingente e Instrução.

- 3. SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO;

- 4. SEÇÃO DE PATRIMÔNIO E PROJETOS CULTURAIS;

4.1 Chefia, 4.2 Subseção de Patrimônio Cultural e 4.3 Subseção de Projetos Culturais;

- 5. SEÇÃO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL;

5.1 Chefia, 5.2 Subseção de Divulgação de Atividades Culturais e 5.3 Subseção de Comunicação Social.

- 6. SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

6.1 Chefia, 6.2 Subseção de Logística e 6.3 Subseção de Informática.

- 7. CENTRO DE ESTUDO E PESQUISA DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO
– CEPHIMEx

7.1 Direção, 7.2 Secretaria, 7.3 Seção de Memória Institucional, 7.3.1 Subseção de História Oral, 7.3.2 Subseção de Patrimônio Imaterial, 7.4 Seção de Pesquisa, 7.5 Biblioteca, 7.6 Seção de Publicação e Divulgação, 7.7 Seção de Heráldica e Medalhística, 7.8 Seção de Musicologia e 7.9 Administração e Conservação.

2013

- Apenas mudanças de quantidade no efetivo, não ocorreu alteração na estrutura.

2014

- Inclusão de 2 (dois) módulos no Item 7. CEPHIMEx

7.10 Seção de Histórico de Organização Militar e 7.10.1 Setor de Histórico de Organização Militar.

Fonte: Acervo documental da DPHCEX.

ANEXO 11 – Discurso proferido no 36º aniversário de criação da DPHCEX (2016)

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO

Ordem do Dia - 36º aniversário de criação da DPHCEX

Excelentíssimos Senhores Gen Ex R/1 **Gleuber** Vieira; antigo Ministro do Estado do Exército no ano de 1999 e antigo Comandante do Exército; Gen Ex João Camilo Pires de **Campos**, Chefe do DECEX; Gen Ex R/1 **Licínio** Nunes de Miranda Filho, antigo Membro do Alto Comando do Exército; Gen Ex R/1 Gilberto Barbosa de **Figueiredo**, antigo Membro do Alto Comando do Exército; Gen Ex R/1 Domingos Carlos de Campos Curado, antigo Membro do Alto Comando do Exército e Comandante Militar do Leste no período de 2005 a 2006; Gen Ex R/1 Renato Cesar **Tibau** da Costa, antigo Membro do Alto Comando do Exército; Gen Ex R/1 Ivan de Mendonça **Bastos**, antigo Chefe do DECEX e antigo Membro do Alto Comando do Exército; Gen Ex R/1 Paulo Cesar de **Castro** antigo Chefe do DECEX e antigo Membro do Alto Comando do Exército; Gen Ex R/1 Rui Alves Catão, antigo Membro do Alto Comando do Exército e Comandante Militar do Leste no período de 2009 a 2010; Gen Ex R/1 Américo **Salvador** de Oliveira, antigo Membro do Alto Comando do Exército.

Demais autoridades civis e militares.

Antigos e eternos Diretores do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército.

Sras. e Srs. convidados.

Integrantes da nossa Diretoria.

Muito bom dia.

Agradeço a presença de todos que prestigiam esta cerimônia, na qual, de forma muito singela, comemora-se o 36º aniversário de criação de nossa OM formadora.

Cumprimento os nossos homenageados, o Sr. Professor Doutor Alair Figueiredo Duarte e o Sr. Mauro Font, e lhes agradeço a contribuição prestada à Diretoria e à gestão do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, do Exército Brasileiro. Muito obrigado!

Sras. e Srs.,

Em seu significado mais primitivo, a palavra patrimônio tem origem atrelada ao termo grego *pater*, que significa “pai” ou “paterno”. De tal forma, patrimônio veio a se relacionar com tudo aquilo que é deixado pela figura do pai e transmitido a seus filhos e descendentes. Com o passar do tempo, essa noção de repasse acabou sendo estendida a um conjunto de bens materiais que estão intimamente relacionados com a identidade, a cultura ou o passado de uma coletividade.

Essa última noção de patrimônio passou a ganhar força no século XIX, logo que a Revolução Francesa salientou a necessidade de eleger monumentos que pudessem refutar o esquecimento do passado. Naquele período, levando-se em conta as noções historiográficas da época, os monumentos deveriam expressar os fatos de natureza

singular e grandiosa. Sendo assim, a preservação do passado prendia-se à noção de “melhoria”, “evolução” e “progresso”.

Além dessas primeiras noções, o conceito de patrimônio também estava articulado a um leque de valores artísticos e estéticos. Preso ainda à construção de monumentos e esculturas, o patrimônio deveria carregar em seu bojo a tradicional obrigação que a arte tinha em despertar o senso de beleza e harmonia entre seus expectadores. Com isso, as produções artísticas e culturais que poderiam evocar a identidade e o passado das classes populares ficavam plenamente excluídas em tal perspectiva.

Avançando pelo século XX, observa-se que as noções sobre o espaço urbano, a cultura e o passado foram ganhando outras feições que interferiram diretamente na visão sobre aquilo que pode ser considerado patrimônio. Sobre tal mudança, pode-se destacar que a pretensa capacidade do patrimônio em reforçar um passado e uma série de valores comuns acabou englobando outras possibilidades que superaram relativamente o interesse oficial do Estado e as regras impostas pela cultura erudita.

A conceituação atual do patrimônio acabou estabelecendo a existência de duas categorias distintas sobre o mesmo. Uma mais antiga e tradicional refere-se ao patrimônio material, que engloba construções, obeliscos, esculturas, acervos documentais e museológicos, e outros itens das belas-artes. Paralelamente, tem-se o chamado patrimônio imaterial, que abrange o conhecimento, as crenças, a moral, a lei, os costumes, os hábitos e as festas tradicionais.

Ademais, cientistas sociais de várias nacionalidades, em um estudo aprofundado, encontraram mais de 167 definições diferentes para o termo cultura, o que comprova a sua complexidade.

Por ter sido fortemente associada ao conceito de civilização no século XVIII, a cultura, muitas vezes, confunde-se com noções de desenvolvimento, educação, bons costumes, etiqueta e comportamentos. Essa confusão entre cultura e civilização foi comum, sobretudo, na França e na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, onde cultura se referia a um ideal. Ela possibilitou o surgimento da dicotomia (e, eventualmente, hierarquização) entre “cultura erudita” e “cultura popular”.

Por sua vez, é preciso, também, compreender o conceito de cultura organizacional ou cultura corporativa. Essa é definida como o conjunto de hábitos e crenças estabelecidos através de normas, valores, atitudes e expectativas compartilhados por todos os membros de uma organização. Ela refere-se ao sistema de significados compartilhados por todos os membros e que distingue uma organização das demais. É a cultura em seu sentido antropológico existente em uma organização composta por práticas, símbolos, hábitos, comportamentos, valores éticos e morais, além de princípios, crenças, cerimônias, políticas internas e externas, sistemas, jargões e clima organizacional.

Em síntese, ela influencia significativamente todos os membros de uma organização.

É sobre esse complexo e amplo conjunto de conceitos e definições que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército repousa suas obrigações,

tarefas e rotinas, e tem que prestar contas ao Departamento de Educação e Cultura do Exército e à Instituição como um todo.

Nesse sentido, o acervo histórico e cultural do Exército Brasileiro, acumulado há mais de três séculos, é constituído por um conjunto de bens materiais e imateriais, cuja preservação, gerenciamento, estudo e divulgação estão a cargo de nossa Diretoria.

Tudo começou no ano de 1973, quando foi criada, no âmbito do então DEP (Departamento de Ensino e Pesquisa), a primeira Organização Militar que teve a atribuição de cuidar da cultura no Exército Brasileiro: a Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos (DAEED). Com sua extinção, nasceu, em 31 de março de 1980, pelo Decreto nº 84.608, a Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (DACED).

Com a reestruturação do DEP, em 27 de novembro de 1990, pelo Decreto Presidencial nº 99.735, a DACED foi desdobrada. Um de seus ramos originou a Diretoria de Assuntos Culturais (DAC), desvinculada da área de educação física e desportos, para dedicar-se exclusivamente à cultura. Em 2009, após estudos voltados à consolidação de suas ações no âmbito nacional, ocorreu nova mudança de nomenclatura, de Diretoria de Assuntos Culturais para a denominação atual.

Em sua estrutura, encontram-se perfilados o Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana, a Biblioteca do Exército, o Arquivo Histórico do Exército, o Museu Militar Conde de Linhares, o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, a Casa Histórica de Deodoro, o Pantheon de Caxias e, mais recentemente, o Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, todos copartícipes da difusão da memória, das tradições e dos valores do Exército Brasileiro.

Em 2012, a Diretoria recebeu, ainda, encargos provenientes do extinto Centro de Documentação do Exército, como a musicologia, a heráldica e a medalhística, além dos registros históricos, tornando-se, portanto, responsável pela análise e concessão de denominações, estandartes e distintivos históricos de OM, e, também, pela homologação de obras musicais militares.

A DPHCEX engaja-se, cotidianamente, em parcerias com órgãos governamentais e particulares, atuando na preservação de fortes, monumentos e sítios históricos, na qualificação de seu pessoal dentro e fora da Força e na organização de simpósios ou seminários sobre assuntos culturais, visando ao fortalecimento do Sistema Cultural do Exército.

No último ano, a Diretoria desenvolveu e/ou participou, com grande sucesso, de uma variedade de atividades, dentre as quais destaco:

- a V Jornada de Estudos de História Militar, com o tema: “A História da Logística no Exército Brasileiro”;
- o IV Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em Montese, na Itália;
- o IV Seminário de História da Guerra da Tríplice Aliança, na cidade de Porto Alegre/RS;
- o 7º Encontro Internacional de História sobre as Operações Bélicas da Guerra da Tríplice Aliança, na cidade de Uruguaiana – RS;
- o V Ciclo de Palestras denominado “De Olhos e Ouvidos na História”;

- o 41º Congresso Internacional de História Militar; e
- a criação de sete Espaços Culturais em tributo aos valores e à memória institucional.

Olhando para o futuro, lhes informo que estão em curso os seguintes projetos, nos quais estamos diretamente envolvidos:

- implantação dos Centros Regionais de Cultura Militar, no CMNE, CMO e CMS, numa primeira fase;
- implantação do Portal do Sistema Cultural do Exército e o desenvolvimento do Sistema de Cadastramento e Controle do patrimônio histórico e cultural do Exército;
- implantação do Projeto Raízes, Valores e Tradições, visando à internalização dos deveres e da ética militar junto aos integrantes do EB nos diversos níveis de comando;
- criação de cursos de assessor e gestor cultural na modalidade EAD, visando à capacitação dos integrantes do Sistema Cultural do Exército;
- aperfeiçoamento do Programa Mecenas, com o objetivo de otimizar a obtenção de recursos financeiros voltados para a preservação do patrimônio cultural do Exército;
- adequação do Forte de Copacabana, do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, do Pantheon de Caxias, do Museu Militar Conde de Linhares e do Palacete Laguna;
- construção de nova sede para o Arquivo Histórico do Exército; e
- tratamento arquivístico do acervo dos Gabinetes dos Ministros da Guerra, do período de 1860 a 1972.

Sras e Srs,

Conscientes da importância de nossa missão, assumimos publicamente o compromisso de continuar sendo perseverantes, imbuídos de nossas responsabilidades, na certeza de que estamos destinados a ocupar lugar de destaque dentro e fora da Instituição Exército Brasileiro.

Mais uma vez, agradeço, em nome da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, às autoridades e convidados que, com suas presenças, emprestaram brilho especial a esse ato solene.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2016.

Gen Bda Kleber Nunes de Vasconcellos
Diretor do Patrimônio Histórico e Cultura do Exército

Fonte: DPHCEX, 2016.

ANEXO 12 – Carta do Recife

Seminário Internacional

Recife - PE

Fortificações Brasileiras

Forte das Cinco Pontas

Patrimônio Mundial

4 a 7.04.2017

CARTA DO RECIFE

Sob o signo da integração de iniciativas, nós, Ministros da CULTURA, TURISMO E DEFESA, subscrevemos, na cidade do Recife, o presente manifesto para a articulação de nossas equipes na construção de planos de trabalho integrados, a partir das diretrizes discutidas pelos participantes do Seminário Internacional de Fortificações. Cabe ressaltar que esta carta de compromissos é formulada na consideração:

Das fortificações como recursos que compreendem bens culturais de valores histórico, arqueológico, arquitetônico, paisagístico e ambiental;

Da candidatura do “Conjunto de Fortificações do Brasil” como bem seriado constituído por dezenove fortificações, construídas entre os séculos XVI e XIX, localizadas em todas as regiões do país, que demonstram o histórico esforço para a ocupação, defesa e integração do vasto território nacional. Este conjunto corresponde a: Fortaleza Santo Antônio de Ratoles; Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim; Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande; Forte de São João de Bertioaga; Fortaleza de Santa Cruz da Barra; Fortaleza de São João; Forte de N. S. de Monte Serrat; Forte de Santa Maria; Forte de São Diogo; Forte de São Marcelo; Forte de Santo Antônio da Barra; Forte São Tiago das Cinco Pontas; Forte São João do Brum; Forte Santa Cruz de Itamaracá (Forte Orange); Forte de Santa Catarina; Forte dos Reis Magos; Fortaleza de São José de Macapá; Real Forte Príncipe da Beira; e Forte de Coimbra;

Dos desafios impostos para a coordenação das iniciativas a serem empreendidas com vistas à consecução das condições necessárias a serem atendidas em cada uma destas fortificações, para o reconhecimento deste conjunto como patrimônio mundial;

Que os técnicos e autoridades das três esferas de governo, aqui presentes no Seminário Internacional sobre Fortificações Brasileiras – Patrimônio Mundial, legitimam o debate sobre os modelos de gestão e valoração turístico-cultural para este bem seriado;

Que as experiências de gestão de fortificações nacionais e internacionais apresentadas neste evento reafirmam premissas a serem consideradas nos princípios norteadores dos trabalhos. Com esse propósito, serão observadas as seguintes diretrizes:

1. Promover o uso sustentável para assegurar a preservação do bem, garantindo sua conservação e manutenção;

2. Fomentar a gestão do conhecimento para preservar a memória e estimular o turismo cultural;
3. Implementar estratégias de comunicação para a valorização e divulgação das Fortificações;
4. Promover a interpretação do Patrimônio para ampliar a compreensão sobre o bem cultural e proporcionar meios de qualificar a experiência da visita;
5. Estimular iniciativas de educação patrimonial que favoreçam a apropriação das Fortificações a partir do conceito ampliado de Patrimônio Cultural;
6. Promover a certificação das Fortificações como destinos patrimoniais no desenvolvimento do Turismo Cultural no Brasil;
7. Empreender iniciativas de Qualificação para o Turismo Cultural tomando como base de referência as Fortificações;
8. Estimular a gestão compartilhada das Fortificações de forma a propiciar a participação da população nesse processo;
9. Identificar e promover formas inovadoras de fomento entre entidades públicas e privadas na gestão das Fortificações;
10. Promover a integração do “Conjunto de Fortificações do Brasil” e o respeito às especificidades de cada componente, de modo a estabelecer uma matriz de responsabilidades para a sua Governança.

E, para tanto, firmam no Forte das Cinco Pontas, no Recife, aos 7 de abril de 2017, ano do Bicentenário da Revolução Republicana do Brasil.